



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GEORGE SOUZA DE MELO

**Quando um projeto político quer ensinar os termos de uma sociedade: Gênero e Família
no discurso da ultradireita brasileira (2019-2022)**

Recife

2025

GEORGE SOUZA DE MELO

**Quando um projeto político quer ensinar os termos de uma sociedade: Gênero e Família
no discurso da ultradireita brasileira (2019-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anna Luiza A. R. Martins de Oliveira.

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Melo, George Souza de.

Quando um projeto político quer ensinar os termos de uma sociedade: Gênero e Família no discurso da ultradireita brasileira (2019-2022) / George Souza de Melo. - Recife, 2025. 181f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

Orientação: Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira.

Inclui referências.

1. Teoria Política do Discurso; 2. Política; 3. Ultradireita; 4. Ativismo Antigênero; 5. Familismo; 6. Pedagogia Política. I. Oliveira, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

GEORGE SOUZA DE MELO

**Quando um projeto político quer ensinar os termos de uma sociedade: Gênero e Família
no discurso da ultradireita brasileira (2019-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor em Educação. Área de
concentração: Educação.

Aprovada em: 19/09/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Anna Luiza Araújo R. Martins de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Alexandre Simão de Freitas (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Fernandes de Macedo (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Robson da Costa de Souza (Examinador Externo)
Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE

Prof. Dr.^a Rosângela Tenório de Carvalho (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

Às professoras e aos professores das disciplinas cursadas.

À minha orientadora, prof.^a Anna Luiza A. M. de Oliveira.

Às amigas e aos amigos com as/os quais aprendi e partilhei os anos de doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE.

Aos membros da banca examinadora que gentilmente aceitaram o convite para avaliação deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES¹.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ver naturezas trágicas perecerem e ainda assim ser capaz de rir, superando a mais profunda compreensão, sentimento e compaixão por elas – isso é divino.

(Nietzsche, verão-outono de 1882)

Eduquem-se, pois precisaremos de toda a nossa inteligência. Agitem-se, pois precisaremos de todo o nosso entusiasmo.

(Gramsci, maio de 1919)

Esta tese é o relato de uma angústia e um esboço de futuro.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a articulação discursiva do ativismo antigênero e da defesa familista promovida pela coalizão de ultradireita no Brasil, com foco no governo Bolsonaro (2019–2022). Fundamentada na Teoria Política do Discurso e em diálogo com aportes das ciências sociais e dos estudos curriculares, buscou compreender como significantes como “ideologia de gênero” e “família” foram mobilizados estrategicamente no campo político-institucional, convertendo-se em dispositivos de uma pedagogia política neoconservadora. O estudo discutiu os vínculos transnacionais e religiosos que sustentam essa agenda, especialmente sua origem católica e sua inserção no cenário político brasileiro. A leitura de fragmentos discursivos de figuras-chave do governo possibilitou problematizar a produção e a circulação de uma pedagogia familista antigênero institucionalizada, articulada à hegemonia neoliberal e sustentada por lógicas fantasmáticas que mobilizam afetos e identificações. A pesquisa demonstra que essa pedagogia política não se limita à transmissão de valores ou à imposição normativa, mas atua de modo performativo: ao reiterar certos enunciados, cria realidades sociais, organiza afetos, institui antagonismos e naturaliza fronteiras de pertencimento. Nesse sentido, a tese propõe inverter a chave interpretativa consolidada no campo da Educação — de que toda pedagogia é política — para evidenciar que toda política é também fundamentalmente pedagógica, pois disputa sentidos e reinscreve continuamente a inteligibilidade do social por meio de suas articulações discursivas.

Palavras-chave: Teoria Política do Discurso. Política. Ultradireita. Ativismo Antigênero. Familismo. Pedagogia Política.

ABSTRACT

This study investigates how Brazil's radical right coalition, particularly during the Bolsonaro administration (2019–2022), discursively articulated anti-gender activism and familist advocacy. Drawing on Political Discourse Theory and insights from the social sciences and curriculum studies, it elucidates how signifiers such as 'gender ideology' and 'family' were strategically mobilized within the political-institutional arena, functioning as dispositifs of a neoconservative political pedagogy. The research further examines the transnational and religious networks underpinning this agenda, especially its Catholic roots and its role in the Brazilian political landscape. By analyzing discursive fragments produced by key government figures, the study problematizes the production and circulation of an institutionalized anti-gender familist pedagogy, intertwined with neoliberal hegemony and sustained by fantasmatic logics that mobilize affects and identifications. The findings demonstrate that this political pedagogy goes beyond the mere transmission of values or normative imposition, operating performatively: by reiterating certain utterances, it creates social realities, organizes affects, institutes antagonisms, and naturalizes boundaries of belonging. In doing so, the thesis proposes to invert the interpretive framework traditionally adopted in Education — from the assumption that all pedagogy is political — to reveal that all politics is also fundamentally pedagogical, as **it contests meanings and continuously reinscribes the intelligibility of the social through its** discursive articulations.

Keywords: Political Discourse Theory. Politics. Radical Right. Anti-gender Activism. Familism. Political Pedagogy.

RESUMEN

Esta investigación examina la articulación discursiva del activismo antigénero y de la defensa familista promovida por la coalición de la ultraderecha en Brasil, con especial énfasis en el gobierno de Bolsonaro (2019–2022). Basada en la Teoría Política del Discurso y apoyada en aportes de las ciencias sociales y de los estudios curriculares, el estudio analiza cómo significantes como “ideología de género” y “familia” fueron movilizados estratégicamente en el ámbito político-institucional, funcionando como dispositivos de una pedagogía política neoconservadora. Además, se examinan los vínculos transnacionales y religiosos que sostienen esta agenda, particularmente sus raíces católicas y su papel en el escenario político brasileño. Mediante el análisis de fragmentos discursivos de figuras clave del gobierno, la investigación problematiza la producción y circulación de una pedagogía familista antigénero institucionalizada, articulada con la hegemonía neoliberal y sostenida por lógicas fantasmáticas que movilizan afectos e identificaciones. Los resultados muestran que esta pedagogía política trasciende la mera transmisión de valores o la imposición normativa, actuando de manera performativa: al reiterar ciertos enunciados, crea realidades sociales, organiza afectos, instituye antagonismos y naturaliza fronteras de pertenencia. En consecuencia, la tesis propone invertir la clave interpretativa tradicional en el campo de la Educación —de que toda pedagogía es política— para evidenciar que toda política es también fundamentalmente pedagógica, al disputar significados y reinscribir continuamente la inteligibilidad de lo social a través de sus articulaciones discursivas.

Palabras clave: Teoría Política del Discurso. Política. Ultraderecha. Activismo anti-género. Familismo. Pedagogía Política.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Brasília - Reunião da Comissão especial da Câmara sobre o Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10)	33
Figura 2 -	Reunião deliberativa ordinária da Comissão Especial da Câmara sobre o Plano Nacional de Educação - PL 8035/10	33
Figura 3 -	Votação do Plano Municipal de Educação de São Paulo, em agosto de 2015...	35
Figura 4 -	Religiosos católicos na votação do Plano Municipal de Educação de Cuiabá	35
Figura 5 -	A senadora Marinor Brito discute com o deputado Jair Bolsonaro depois de reunião da CDH que tratou de discriminação a homossexuais	77
Figura 6 -	Na Câmara, Jair Bolsonaro ganhou notoriedade por se opor ao projeto depois batizado de “kit gay”; na porta de seu gabinete, ele chegou a montar um “mural da vergonha”	81
Figura 7 -	Damares Alves e Angela Gandra atuantes no MMFDH	85
Figura 8 -	Bolsonaro fazendo a abertura da 76ª Assembleia da ONU em Nova York	103
Figura 9 -	Entrevista de Angela Gandra ao programa Contraponto	108
Figura 10 -	Divulgação de webinários com a presença de Angela Gandra em 2021	109
Figura 11 -	A secretária Angela Gandra em discurso nos EUA	111
Figura 12 -	Angela Gandra participando no webinário “Una respuesta política a la Ideología de Género”	113
Figura 13 -	Exemplos de materiais pedagógicos produzidos para os projetos da SNF	115
Figura 14 -	Trechos da propaganda eleitoral de Bolsonaro em 27 de outubro de 2022	141

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CDF	Congregação para a Doutrina da Fé
CDH	Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – Congresso Nacional
Celam	Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho
CIPD	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas
CIPD-94	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, Egito, em 1994
Cladem	Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa das Mulheres
CMM	Conferência Mundial sobre as Mulheres das Nações Unidas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
Icar	Igreja Católica Romana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LBGTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e demais
MEC	Ministério da Educação
Mesp	Movimento Escola Sem Partido
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
OEA	Organização dos Estados Americanos

ONU	Organização das Nações Unidas
Pequim-95	IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim no ano de 1995
PFF	Projeto Famílias Fortes
PL	Partido Liberal
PLC	Projeto de Lei Complementar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNfV	Political Network for Values
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Rio-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992
SNF	Secretaria Nacional da Família
SPW	Sexuality Policy Watch
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO E A ASCENSÃO DO DISCURSO ANTIGÊNERO	23
1.1	A construção do inimigo e a disputa por hegemonia no discurso da ultradireita	23
1.2	A ofensiva político-religiosa contra a abordagem de gênero nas políticas educacionais do Brasil	31
1.3	Da mobilização política ao poder nacional com o governo Bolsonaro	37
2	A ARTICULAÇÃO ANTIGÊNERO NO BRASIL E SUA CHEGADA AO PODER POLÍTICO GOVERNAMENTAL	46
2.1	Rastros transnacionais e religiosos da reação ao gênero	46
2.2	O discurso neoconservador chega ao governo federal do Brasil	59
3	OS TERMOS DO DISCURSO GOVERNAMENTAL BRASILEIRO (2019-2022) E SEU ASPECTO PEDAGÓGICO	87
3.1	O discurso neoconservador no delineamento de pesquisa	87
3.2	Bolsonaro e Angela: a trama da reação ao gênero e de uma pedagogia familista	95
3.3	Implicações possíveis da pedagogia discursiva do neoconservadorismo	119
4	A ULTRADIREITA E A DIMENSÃO FANTASMÁTICA DO SEU DISCURSO	128
4.1	Ultradireita e o redimensionamento do político no contexto da crise contemporânea	128
4.2	Lógicas fantasmáticas e o discurso da ultradireita familista e antigênero do Brasil ..	144
	CONCLUSÃO	155
	REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

O desejo de realizar esta pesquisa começa a se articular em meados de 2019 quando, já instalada no governo federal do Brasil, a ultradireita, hegemonicamente personificada na figura de Jair Bolsonaro, aprofundava a escalada reacionária no campo político, que vinha sendo fortalecida explicitamente desde, pelo menos, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Esse interesse partiu das afetações muito comumente experimentadas no decorrer desta última década, sobretudo, em decorrência dos efeitos provocados pela atuação desse campo político reacionário cada vez mais fortalecido e presente de maneira muito clara na política e no cenário público brasileiro, com destaque nos debates e disputas em torno de políticas públicas que versam sobre questões de direitos humanos e, dentre eles, particularmente, os direitos de populações minoritárias relacionadas a marcações sociais de gênero e sexualidade.

A virulência presente na reação contra o uso da categoria de gênero nas políticas públicas – em particular, nas políticas de currículo e de educação, que se intensificou na década de 2010 e capitalizou a carreira política de vários atores e grupos sociais na cena brasileira é algo que não só atingiu afetivamente quem constrói e atua diretamente no campo educacional, como também despertou o interesse analítico de diversos/as pesquisadores/as em compreender, por exemplo, de que modo se davam as articulações que sustentavam aquele movimento antigênero no cenário político e educativo nacional e quais poderiam ser os efeitos de suas atuações. Logo percebemos que aquela mobilização discursiva contra o gênero, ao mesmo tempo em que se apresentava, por exemplo, como uma reação a supostas ameaças à infância, à família ou à moral social, sobretudo no campo educacional, operava também por meio de narrativas normativas (carregadas frequentemente de fantasias de pânico e de medo) que procuravam determinar o que deveria ser a sociedade e buscava fixar identidades e valores ideologicamente específicos como naturais ou inquestionáveis.

Desse modo, já nos parecia muito convincente pensar que a força performativa daquele discurso reacionário residia não apenas na sua capacidade de interditar debates e fortalecer a carreira política do seu determinado campo ideológico, mas também no que presumimos ser sua intenção pedagógica de produzir antagonismos, afetos e, não sem exagero, subjetivações frequentemente ancoradas em referenciais culturais e morais amplamente sedimentados e compartilhados, mas que desafiam as conquistas sociais e de direitos construídas nas últimas décadas. Nesse sentido, desde o seu aparecimento inicial, aquele discurso reacionário da

ultradireita em articulação já se mostrava não como algo espontâneo ou de surgimento isolado, mas articulado a estruturas simbólicas provavelmente mais profundas e persistentes que são capazes de conferir legitimidade e ressonância pública às suas formulações. Entre essas estruturas supostamente fundamentais para a articulação desse tipo discurso em questão, destaca-se de modo muito particular e evidente a presença de um imaginário religioso que fornece o que podemos considerar como um repertório moral e metafísico sobre o qual tais investimentos normativos se edificam. Por causa disso, pudemos notar nos últimos anos que as investidas discursivas do movimento antigênero ganharam massivamente espaços nas mídias (principalmente digitais) e nos plenários políticos institucionais pelo país afora, sobretudo, a partir de um caráter ideológico que nos deixa a clara compreensão, desde as suas primeiras incursões públicas, de que elas têm muito evidentemente uma influência ou até mesmo uma base de fundamentação naquilo que pode ser identificado como uma certa cosmovisão teológico-cristã mais ou menos propagada como hegemônica entre as igrejas e os grupos cristãos de modo geral. O que fez com que a consideração do campo religioso se tornasse também fundamental para o delineamento dessa tendência política contemporânea presente tanto no Brasil quanto em vários outros países.

No entanto, assim como Sonia Corrêa (2016; 2018) nos apresenta, apesar do movimento antigênero ter uma atuação em nível transnacional, a recepção dele aqui na América Latina parece ter sido por um bom tempo (pelo menos, até há pouco tempo) tomada por uma certa “síndrome de denegação” pela qual, graças ao profundo legado colonial católico e ao impacto da expansão evangélica na região nos últimos vinte anos, interpretamos a ira contra gênero, muitas vezes, como apenas um “mais do mesmo” dos ataques religiosos dogmáticos. O que fez com que certamente a produção de investigações mais numerosas e acuradas em relação à temática tenha sido retardada e só mais recentemente impulsionada de maneira substancial aqui no Brasil, sobretudo nos programas de pesquisa em Educação, como podíamos notar à época da elaboração do projeto desta tese ainda a quantidade tímida no repositório de teses e dissertações da Capes de trabalhos que, por exemplo, versavam sobre a atuação do movimento antigênero e seus termos correlatos².

² Em 2019, quando da elaboração do projeto desta tese, uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, disponível na internet, a partir da inserção do termo “ideologia de gênero”, pudemos encontrar basicamente 24 trabalhos que tratavam da temática tal como relacionada ao fenômeno de investigação proposto aqui. Desse número, apenas quatro eram teses de doutorado e, dentre elas, somente uma era de um programa de Educação, a de Guilherme Tommaselli (2018), e não tratava, especificamente, de uma análise do movimento antigênero tal como sugerimos aqui, mas sobre a questão do Movimento Escola Sem Partido (Mesp) que, dentre os seus objetivos políticos, deixava explícita a sua intenção de combater a “ideologia de gênero” nas escolas. Além disso, todos

No bojo dessa articulação recente da ultradireita tanto aqui no país quanto em outras partes do mundo, foi possível observar desde muito cedo que, sob uma suposta defesa acentuada da “preservação de valores”, havia uma centralidade discursiva promotora de um intenso investimento moralizador que gira em torno de questões como a família, as identidades de gênero e a sexualidade articulado ideologicamente sob um viés neoconservador. Tal discurso naquele momento populista do governo federal a partir de 2019 não apenas foi mobilizado com intenção de estruturar políticas públicas e justificativas institucionais, mas também atuou de modo incisivo nas disputas públicas de produção de sentidos sobre, por exemplo, o que a sociedade deve ser, quais devem ser seus sujeitos legítimos, quais são suas ameaças internas e os seus modelos desejáveis de vida. A insistência, portanto, em expressões e categorias discursivas-chave como a de “ideologia de gênero” (mote inicial de nossa atenção analítica), mas também a de “família tradicional” ou simplesmente “família” como seu sinônimo, que foram praticamente subsequentes à acusação antigênero, já nos alertava para a suspeita de que aquilo provavelmente estaria ultrapassando o campo de meras estratégias eleitorais e tendendo a operar como uma espécie de pedagogia social difusa obstinada a instruir afetos, valores e antagonismos sociais por meio de pronunciamentos oficiais, campanhas midiáticas e formas de interdição moral.

Essa atenção para o reconhecimento do que nos atravessou e nos motivou ao processo de articulação desta pesquisa é muito importante de pontuarmos aqui, sobretudo, porque, assim como a teorização básica que informa este trabalho e que poderá ser identificada no seu decorrer, assumimos a priori que as realidades e as subjetividades são sempre permeadas dos discursos que disputam os sentidos de tudo. Por essa perspectiva, então, conseguimos entender que, não sem razão, a experiência vivida durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), marcado por uma inflexão autoritária e pela ascensão de uma ultradireita e o seu perfil neoconservador moralista ao poder da política institucional, constituiu não apenas um drama em meio a um cenário de disputas políticas intensificadas, mas também um chamado ético e intelectual à pesquisa, principalmente, a partir do nosso campo de estudos em educação. Nesse sentido, essa tomada de posição investigativa não se dissocia da nossa própria vivência

esses trabalhos não coincidentemente, considerando a década que esboçamos, só passaram a ser realizados nos últimos, corroborando o caráter um tanto mais tardio e inicialmente tímido da preocupação analítica com esse movimento. Entre os Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil, Raquel Pacheco (2020) mapeou, à época de sua tese, a existência de quatro dissertações e uma tese que traziam “ideologia de gênero” como categoria principal ou como termo presente em seus títulos, e Eduardo Peretti (2024) atualizou este número ampliando o escopo das áreas de pesquisa e encontrou 34 produções, confirmando o vetor de aumento dessa produção a partir de 2017, com acento significativo a partir de 2018, anos que prepararam a eleição da ultradireita para o governo do país.

enquanto pesquisadores/as afetados por toda a dinâmica política em questão e muito frequentemente nos aponta a necessidade de compreendermos quais as lógicas discursivas que sustentavam aquele projeto político e que ainda sustentam a ultradireita porque sua atuação não se limitou àquele governo e continua bastante efetiva.

A partir disso, então, que podemos chamar de uma espécie de fricção entre a experiência concreta (marcada por disputas, tensões, tentativas de censura e investidas morais contra o campo curricular e educacional) e o referencial teórico que nos acompanha academicamente e que trazemos a este trabalho, é que se consolidou a necessidade de interrogarmos os sentidos, os efeitos e os modos de operação desse discurso neoconservador contemporâneo. Por conseguinte, também, podemos entender que a pesquisa que desenvolvemos aqui não surge simplesmente de um interesse acadêmico isolado, mas, sobretudo, como efeito do impacto direto dessa conjuntura política que nos interpela e nos desafia no período de, pelo menos, esta última década, e nos convoca à tarefa de produzirmos leituras acerca dos embates contemporâneos em torno da educação e sua relação, por exemplo, com os investimentos de moralidades e de produção de subjetividades.

Dando prosseguimento, portanto, a uma trajetória maior de pesquisa em Educação que se interessa por uma intersecção entre os estudos da teoria e análise do discurso e os marcadores sociais da diferença, como, particularmente, gênero e sexualidade (Melo, 2020), passamos agora com esta pesquisa a trazer também um outro elemento marcador complementar, que é a religião, com o qual nos debruçamos sobre essa realidade política brasileira contemporânea e sobre o que dela pode, então, ser apreendido como investimentos discursivos através desses elementos em questão para a disputa do social e de suas subjetividades. Nesse sentido, é possível dizer que o traçado que desenha esta tese contempla, então, três grandes interesses que são parte característica tanto da vida particular do seu autor quanto da própria constituição sócio-histórica do cenário brasileiro: educação, política e religião. E que tal demarcação analítica também, de certa forma, acaba sendo um esforço de dar respostas à sensação tão angustiante de acompanhar o oportunismo da aliança político-religiosa da ultradireita com suas interferências e ataques às políticas educacionais dos últimos anos³.

³ Nota para mim (o autor): neste que certamente será o único espaço assumidamente escrito em primeira pessoa desta tese, quero ressaltar a importância do exercício difícil, mas necessário, de encarar a angústia de frente – cara à cara; de fazer dela uma companheira, perguntando-lhe sobre o que espera de nós; de dar-lhe palavras e um contorno. Este trabalho é um esforço de responder a esse encontro meu com a angústia que se tornou inevitável no Brasil dos últimos anos. Um esforço, confesso, não sem atropelos e fortes limitações. Bem sei que não é com uma tese de doutorado que se pode resolver problemas tão complexos e, muitas vezes, aporéticos, como esses que servem de mote para nossas pesquisas, principalmente porque, como veremos no final deste trabalho, não é apenas

Esse foi, portanto, de certo modo, o mote principal que, mesmo impulsionado por um contexto nada agradável, redefiniu a centralidade dos nossos interesses de pesquisa e nos fez querer investigar mais detidamente algo da complexidade que articula o momento político em questão. O auge das tensões envolvendo aquelas três dimensões citadas – educação, política e religião, que marcava o ponto crítico mais recente de sua consolidação no governo Bolsonaro, foi precisamente o que tornou necessária a assinatura deste projeto de pesquisa e o que também se revelou decisivo para a formulação da interrogação central que viria a orientar este trabalho. Foi a partir desse contexto que passamos a nos interrogar sobre como poderíamos compreender o caráter pedagógico do discurso antigênero e familista da ultradireita brasileira, especialmente no que concerne aos intentos com relação à formação de sujeitos e à produção simbólica e efetiva de uma ordem social desejada.

Assim, logo passou a ficar evidente que, mais do que responder a episódios específicos, esta investigação se proporia a refletir sobre as lógicas sociopolíticas que caracterizam, articulam e dão possibilidade, mesmo que de modo eventualmente contingente, a esse investimento moral do neoconservadorismo e, conseqüentemente, sobre as dimensões fantasmáticas que sustentam sua força de interpelar e formar adesões oportunas ao seu desenvolvimento na dinâmica social. É em razão desse redirecionamento de posição analítica necessário para a construção desta investigação que partimos, então, para uma inflexão conceitual que nos leva a assumir um deslocamento em relação a uma assertiva já muito consolidada no campo da educação: a de que toda pedagogia é política. O que propomos aqui, no entanto, é inverter essa chave interpretativa, argumentando que toda política é, também, profundamente pedagógica, especialmente quando observamos os modos como os seus discursos se articulam para disputarem sentidos, interpelarem sujeitos e reconfigurarem a inteligibilidade social. Esse tipo de reposicionamento analítico nos permite, dessa forma,

com mais razão e explicações lógicas que seremos capazes de mobilizar respostas mais eficazes e interessantes, mas sobretudo também com uma hábil capacidade de afetar e ser afetado. E, nesse sentido, aprendi que é particularmente importante, antes de tudo, também entender nossa posição subjetiva diante dessas problemáticas que nos atravessam, para que possamos ensaiar novas respostas. Terminada a escrita deste texto, não consigo desconsiderá-la como também parte desse processo contingente de entendimento pessoal, afinal, suponho que o melhor tratamento para esse tipo de angústia tem sido o exercício da palavra. Entregar este texto – e não me parece que haja verbo melhor do que esse, pois toda conclusão que propomos é sempre provisória – é, como me inspira o controverso filósofo alemão, fazer votos de que se torne o “divertimento após demorada privação e impotência, o júbilo da força que retorna, da renascida fé num amanhã e no depois de amanhã, do repentino sentimento e pressentimento de um futuro, de aventuras próximas, de mares novamente abertos, de metas novamente admitidas, novamente acreditadas” (Nietzsche, 2012, p. 9). Sinto que, em mim, este trabalho é parte de um movimento de sair da indignação em direção ao entusiasmo, agora, provado por uma consciência certamente menos ingênua e, espero eu, mais criativa. Oxalá, tal provocação alcance também quem porventura venha a ler esta tese. Se há alguma serventia presente em qualquer texto, esta é a de que, uma vez lido, riscado e usado, ele acabe provocando outros textos. Que assim seja!

iluminar os efeitos formativos da política enquanto uma prática discursiva indispensável, que atua, por exemplo, não apenas na organização institucional da vida coletiva, mas também principalmente na constituição e disputa de valores, de identidades e de modos de ser no mundo.

Ao propor o conceito de pedagogia política, busca-se nomear as práticas discursivas pelas quais sujeitos e coletividades são interpelados, mobilizados e formados em determinadas orientações políticas. Se pensada a partir da noção de performatividade (Butler, 2013, 2019, 2021), essa pedagogia pode ser entendida não apenas como um processo de transmissão de conteúdos ou de doutrinação, mas como uma prática reiterativa que produz subjetividades e posições políticas no ato mesmo de sua enunciação. Nesse sentido, a pedagogia política é performativa porque não se limita a ensinar algo previamente dado, mas constitui sujeitos e mundos possíveis na repetição de discursos, imagens, gestos e afetos que ganham força justamente por sua iteração. Como nos lembra Derrida (1991), todo signo carrega em si a marca da iterabilidade, ou seja, a possibilidade de ser repetido e reinscrito em diferentes contextos, conservando parte de seu sentido, mas também se transformando em cada repetição. Não há, portanto, um “sujeito político” anterior à pedagogia; é no interior das práticas pedagógicas, reiteradas em contextos institucionais, midiáticos, religiosos ou cotidianos, que os sujeitos se tornam reconhecíveis e se posicionam. Isso implica compreender que tais pedagogias não apenas transmitem valores neoconservadores, mas produzem os próprios sujeitos neoconservadores, reiterando fantasias de ameaça, de pureza e de ordem moral que, ao serem incessantemente repetidas, configuram-se como evidências naturais, ainda que sejam, em última instância, construções discursivas sempre contingentes.

Apesar de tal motivação analítica ter surgido no próprio calor do momento político da ultradireita a partir de 2019, essa compreensão geral foi sendo gradativamente amadurecida à medida em que aquele governo tem seu fim e os anos seguintes passam a ocupar seus espaços. Essa relativa distância das polêmicas do dia a dia que marcavam o *modus operandi* da condução daquele governo, nos possibilita um modo diferente de perceber o momento recente da política como um todo e, particularmente, daquele auge do neoconservadorismo no poder. Nesse sentido, o que encorpa essa pesquisa é um interesse um tanto próximo ao de Nunes (2022, p. 7) que, ao investigar aquele momento político, revela que “por trás de cada gesto, fala ou medida do novo governo, o que [o] interessava era entender o pano de fundo das dinâmicas de mais longa escala em que eles se encaixavam”; só que, no nosso caso, assumimos teoricamente uma diferença fundamental: a de que, para além disso, o nosso interesse aqui não é o de pensar o que porventura esteja “por trás” desse investimento discursivo, mas, fundamentalmente, o que

por si mesma essa produção discursiva plantea enquanto definição dos termos de inteligibilidade social a partir do jogo político.

Para isso, estruturamos a tese em quatro capítulos através dos quais desenvolvemos uma análise que parte de considerações históricas e contextuais da atuação antigênero que mobiliza a ultradireita contemporânea e se encaminha para conclusões mais específicas sobre aspectos discursivos do governo Bolsonaro (2019-2022) e seus aparentes propósitos e estratégias. No primeiro capítulo, analisamos como o neoconservadorismo tem operado nas disputas educacionais recentes, articulando-se a partir da coalizão da ultradireita brasileira na tentativa de impor uma visão de mundo e disputar hegemonia política. Discutimos a centralidade das pautas de gênero e da família nesse processo, destacando o uso estratégico da expressão “ideologia de gênero” como ferramenta de mobilização e desqualificação de adversários, e abordamos a transição desse discurso do ativismo à institucionalização com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República, o que delimita a problemática central desta pesquisa.

No segundo capítulo, examinamos os vínculos transnacionais entre essa agenda antigênero-familista e setores da direita e extrema-direita religiosa, destacando em particular a origem católica do discurso antigênero a partir das relações políticas internacionais do Vaticano desde os anos 1990. Em seguida, analisamos sua transposição para o campo político brasileiro, onde ganhou força, principalmente, por ocasião dos embates recentes em torno das políticas de educação e de currículo, e influenciou decisivamente as eleições gerais de 2018. Essa delineação do percurso histórico desse objeto de pesquisa se justifica, portanto, devido à consolidação desse discurso na política institucional como mote de desenvolvimento desta pesquisa. Em seguida, no terceiro capítulo, analisamos como os termos “ideologia de gênero” e “família” foram mobilizados no discurso neoconservador do governo federal entre 2019 e 2022. Para tanto, damos-lhe início com o delineamento da problemática a partir da abordagem teórico-metodológica que adotamos, mostrando como a definição do problema orienta nossa linha analítica de modo que examinemos alguns fragmentos discursivos de figuras-chave do governo; evidenciando como suas falas contribuíram para a difusão de uma pedagogia familista no interior dos próprios setores formais do Estado brasileiro e destacando quais possíveis implicações dessa pedagogia podem ser identificadas para o campo político e social mais amplo.

Por fim, no último capítulo, depois que mapeamos os movimentos de articulação da ultradireita na política brasileira contemporânea e consideramos analiticamente a mobilização

de alguns dos seus significantes-chave que são particularmente interessantes à nossa pesquisa no decorrer dos capítulos anteriores, propomos uma reflexão sobre o que pode ser lido como alguns dos aspectos estruturantes dessa tendência política contemporânea e as razões de sua ampla adesão social. Nesse caso, discutimos o lugar dessa coalizão no cenário atual, a sua relação com a hegemonia neoliberal e a presença simbólica da oposição caos-ordem como estratégia discursiva oportuna para a narrativa que privilegia a noção de crise e sua suposta superação como uma espécie de recurso eficaz de mobilização política. Em seguida, com base na abordagem das lógicas fantasmáticas (Glynos; Howarth, 2007), analisamos como os afetos operam na sustentação desses projetos, destacando o papel da governamentalidade neoliberal na produção de incertezas e fantasias que favorecem sua legitimação social.

De acordo, então, com isso que tratamos até aqui, fica evidente que **o interesse central da nossa investigação é particularmente o discurso da ultradireita brasileira, articulado por meio de lógicas sociopolíticas carregadas de elementos heterogêneos que, a despeito de suas particularidades, encontram no antigenerismo e no familismo (produções discursivas e significantes desenvolvidas contemporaneamente sob influência direta do cristianismo católico romano) pontos estratégicos de equivalência que lhes garanta sobrevivência política e sucesso eleitoral.** Ainda que, de acordo com a perspectiva pós-estruturalista que nos interessa, não tomemos a noção de “objeto de pesquisa” a partir de um entendimento clássico que separa sujeito-objeto no trabalho analítico (conforme explicaremos um pouco melhor no terceiro capítulo), é importante que, a título de introdução, façamos essa delimitação um tanto restrita do que estudamos para que tenhamos desde já bem presente a direção para a qual se dirige o nosso olhar analítico no decorrer de todo este trabalho.

Assim sendo, a pesquisa se dá, basicamente, por meio de uma discussão que, simultaneamente, se desenvolve a partir de articulações teóricas oportunas à medida em que também recorre à análise documental do que poderíamos identificar em termos metodológicos como um “discurso público” – um composto de fragmentos discursivos produzidos por figuras importantes do governo Bolsonaro (2019-2022), trechos de entrevistas públicas concedidas por esses atores às mídias, webinários, documentos episcopais e de outros setores da Igreja Católica, e outros materiais veiculados na imprensa e através de pastas do governo, como, por exemplo, a Secretaria Nacional da Família (SNF). Essa opção se justifica pela ampla gama de abordagens que atravessam a pesquisa em que estamos envolvidos, fundamentada sobretudo na Teoria Política do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015) e em desenvolvimentos posteriores da Escola de Essex, como a proposta das lógicas (Glynos; Howarth, 2007), já mencionada anteriormente.

Ainda que de modo menos central, mas não por isso menos relevante, também recorreremos às contribuições foucaultianas acerca da produção dos regimes de verdade, assim como a perspectivas críticas contemporâneas sobre o neoliberalismo. Essa teoria do discurso é uma “teoria da identificação de significantes cuja contestação ou múltiplo investimento por parte de vários atores sociais permite construir articulações que alteram a ordem vigente – deslocada por crises ou deslegitimada por fracassos e arbitrariedades – e apontam para alternativas emancipatórias” (Lopes; Mendonça; Burity, 2015, p. 16-17).

Pode-se afirmar que, ao longo deste trabalho, a análise do discurso da ultradireita é conduzida de forma a contemplar, em maior ou menor grau, as três lógicas propostas por Glynos e Howarth (2007, 2018). Embora apenas as lógicas fantasmáticas tenham sido explicitamente tematizadas no capítulo quatro, o percurso argumentativo dos capítulos anteriores já se encontra atravessado pela consideração das lógicas sociais e das lógicas políticas, que não apenas delineiam os contornos da problemática em foco, mas também possibilitam compreender a articulação entre sedimentações institucionais, disputas hegemônicas e investimentos afetivos. Nesse sentido, a problematização aqui construída opera em constante diálogo com o aparato conceitual da Escola de Essex, permitindo evidenciar como a ultradireita se sustenta simultaneamente em estruturas sociais relativamente estabilizadas, em práticas políticas contingentes e em fantasias que mobilizam afetos e conferem legitimidade a determinados projetos de ordem. Assim, o esforço de investigar pormenorizadamente certos aspectos do discurso em questão através do exercício da escrita do seu acontecimento e de sua atuação vai quase que naturalmente também proporcionando o entendimento das lógicas que possibilitam a essa prática discursiva condições de aparecimento, de funcionamento e de sustentação.

Mas, voltando ao “discurso público” como fonte, é preciso ainda dizer que o uso de um composto discursivo tão heterogêneo como esse **pretende dar condições de entender os seus elementos enquanto práticas discursivas que disputam o social e que, no caso específico do momento político escolhido, se tornaram instrumentos importantes na propagação pedagógica da perspectiva ideológica neoconservadora.** É por isso que, a partir da abordagem analítica que adotamos, assumimos que a realidade social é constituída discursivamente; o que significa dizer, portanto, que entendemos as identidades, os valores e os sentidos que organizam a vida política não como preexistentes às práticas discursivas, mas como, por elas, continuamente produzidos, estabilizados e contestados. De acordo com Laclau e Mouffe (2015), todo discurso opera por meio de articulações contingentes que tentam fixar significados e construir totalidades temporariamente estáveis que se tornam basicamente os

termos pelos quais vai se articulando contingencialmente a inteligibilidade social. A fixação desses significados ocorre, sobretudo, a partir daquilo que passamos a chamar de significantes e que podem ser identificados em expressões, noções e/ou palavras, como, por exemplo, “família tradicional”, “ideologia de gênero”, “nação”, “cidadão de bem”, “inimigo”, entre outras, que se transformam em elementos discursivos capazes de articular não só sentidos, mas também identificações politicamente. Tais articulações, nesse caso, como próprias da dinâmica política, estão sempre sujeitas à disputa, sendo atravessadas por relações de hegemonia, que são tentativas de organizar o campo social em torno de determinadas cadeias de equivalência e de exclusão.

Nesse sentido, as manifestações públicas de agentes estatais, lideranças políticas, as narrativas por meio de órgãos de imprensa e de mídias digitais ou de outros grupos e instituições civis que compõem o universo de constituição e atuação da ultradireita, por exemplo, são por nós tratadas como elementos investigativos privilegiados que nos permitem identificar os modos pelos quais determinados significados do neoconservadorismo são operados para se tornarem dominantes, quais são os sentidos de sujeitos e de valores que são articulados ou excluídos nessas operações, assim como quais são os deslocamentos e as disputas que atravessam continuamente a construção da ordem social em meio ao acontecimento dessa política contemporânea. Esse material, portanto, identificado e, de alguma forma, documentado pelo recorte desta pesquisa é, principalmente, o que poderíamos chamar de um texto vivo – um discurso em plena atividade que continua sendo reiterado não só pela própria coalizão de ultradireita que o assume, mas também, em alguma medida, através da mobilização de pesquisas como esta que o recolocam em cena, pelo menos, em termos analíticos. Isso pode contribuir para que tenhamos ideias tanto sobre o que pode estar sendo a sua contínua intervenção nos processos sociopolíticos quanto também sobre as possibilidades de se fazer frente à tal intervenção.

1 A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO E A ASCENSÃO DO DISCURSO ANTIGÊNERO

Neste primeiro capítulo, nos apoiamos na análise dos acontecimentos políticos dos últimos anos, particularmente, naquilo que exemplificam a articulação de um neoconservadorismo atuando em discussões e votações importantes do campo educacional brasileiro. Para tanto, iniciamos com uma seção em que analisamos como a coalizão da ultradireita no Brasil contemporâneo é mobilizada pelo discurso neoconservador com o objetivo de consolidar uma determinada visão de mundo e disputar a hegemonia no campo social e político. Isso já prenuncia a tese central do trabalho que é apresentada no final do capítulo. No entanto, antes disso, desenvolvemos uma consideração contextual da articulação e atuação dessa ultradireita brasileira, com destaque para a centralidade das pautas de gênero e da família como eixos de mobilização política, conforme exemplificado nas disputas ocorridas durante as votações de políticas educacionais e curriculares apresentadas na segunda seção. Discutimos ainda, por exemplo, como o uso da expressão “ideologia de gênero”, uma construção discursiva de origem católica transnacional, se tornou estratégico para que a ultradireita ganhasse campo eleitoral através do seu uso como forma de identificação e desqualificação dos seus inimigos políticos. E, por fim, pontuamos a transição do discurso antigênero de uma posição de mobilização social e pressão política para uma condição de exercício efetivo de poder com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República. Desse modo, conseguimos estabelecer no âmbito do texto o foco na problemática central da nossa pesquisa.

1.1 A construção do inimigo e a disputa por hegemonia no discurso da ultradireita

Em algumas partes do mundo, mas principalmente no Brasil, na última década, é possível perceber uma evidente articulação social de ativistas se constituindo como um movimento de reação ao desenvolvimento de políticas públicas com relação, sobretudo, aos direitos reprodutivos e sexuais, aos direitos das mulheres e de pessoas LGBTI+⁴ – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, outras identidades e expressões de gênero

⁴ Não existe uma sigla oficial para se referir a esses grupos, portanto, é possível encontrar outras siglas sendo utilizadas, como, por exemplo: LGBT, LGBTQIA+, LGBTQ, LGBTQIAPN+. O uso de uma sigla tenta, dessa forma, representar e estabelecer uma comunicação com relação a pluralidade sexual e de gênero. Neste trabalho, utilizamos LGBTI+, por trazer o “+” como signo para reconhecer outras letras e identidades e por se tratar de uma sigla comumente utilizada por movimentos sociais, documentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros órgãos internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Organização das Nações Unidas (ONU).

e orientações sexuais que venham surgir na dinâmica social. Tal reação tem sido tocada, principalmente, sob a estratégia retórica de perseguição e combate a tudo o que, de acordo com o ativismo reacionário, seja entendido como relacionado ao que denominam “ideologia de gênero”, e que esteja presente, na esfera das políticas públicas, especialmente das políticas educacionais e curriculares.

Pesquisadoras/es como Biroli, Vaggione e Machado (2020) classificam esse movimento como neoconservador, seguindo uma tendência acadêmica que, apesar das limitações para a denominação de um fenômeno tão complexo, tenta dar conta de um momento político atual articulado por diversas coalizões que endossam, sobretudo, a “defesa de uma concepção de ordem sexual e familiar considerada ameaçada” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 24). Neste trabalho também o denominaremos de ultradireita, que é um termo corrente entre analistas, como em Côrrea e Prado (2024), podendo ser encontrado para além do âmbito acadêmico, o que acompanha um pouco a diversidade das fontes que utilizamos para a pesquisa. Desse modo, “ultradireita” é também um dos termos comumente utilizados na tentativa de caracterizar os últimos movimentos do campo das direitas em direção à radicalização de elementos clássicos desse espectro político expressados, por exemplo, em patriotismo exacerbado, moralismo religioso, criminalização de movimentos sociais, celebrações de regimes autoritários e ataques às liberdades civis. Tais elementos são comumente encontrados em análises da política brasileira recente, como nos textos de Nobre (2022) e Nunes (2022) sobre o que chamam de “bolsonarismo”, e naquilo que Lima e Chaloub (2024) chamam de “coalizão de ultradireita” representando a aliança entre a direita tradicional radicalizada e a extrema-direita liderada pelo ex-presidente Bolsonaro.

Optamos, no entanto, por não adotar o termo “bolsonarismo” como conceito-chave nesta análise por compreendermos que ele tende a centralizar em Bolsonaro uma dinâmica político-discursiva mais ampla, que o antecede e o excede. Nesse sentido, entendemos que a relação com a figura de Bolsonaro, embora por muito tempo tenha operado como a caracterização mais evidente desse movimento reacionário na dinâmica política recente do Brasil, não constitui em si mesma um elemento originário ou portador de novidades objetivas e distintivas no campo reativo. Essa relação é, assim como tomamos, um efeito contingencial do desenrolar político recente que encontra em Bolsonaro um perfil que oportunamente agrega as demandas de performance e de capacidade eleitoral (sobretudo dos últimos anos) capazes de fazer chegar ao poder institucional o discurso reacionário cada vez mais presente não só no Brasil como também internacionalmente.

Ou seja, embora o ex-presidente tenha catalisado e dado forma governamental a esse campo político, entendemos que os afetos, narrativas e sentidos mobilizados por esse movimento não se esgotam em sua figura, sendo mais bem apreendidos quando analisados como parte de um projeto de ultradireita em disputa por hegemonia social e cultural. “Bolsonarismo”, assim, é um nome que serviu momentaneamente para designar no Brasil uma coalizão política que vem sendo articulada desde um tempo anterior ao governo de 2019-2022, como discutiremos a seguir, e dentro de uma dinâmica internacional na qual o Brasil é só mais um campo de atuação. Desse modo, embora o governo de Jair Bolsonaro constitua um caso emblemático da atuação discursiva da ultradireita nas estruturas estatais, a coalizão político-ideológica que o sustentou permanece ativa no cenário brasileiro, mesmo após a derrota eleitoral de 2022. A vitalidade desse campo não depende exclusivamente da figura do ex-presidente e, como já se observa, tende a reorganizar-se em torno de novas lideranças, símbolos e narrativas, eventualmente adotando outra designação que suplante o rótulo de “bolsonarismo”. Reduzir o fenômeno a esse epíteto, portanto, é ignorar seu enraizamento mais profundo nas disputas culturais, religiosas e econômicas que atravessam a sociedade brasileira.

Esse movimento político de ultradireita ainda em franca atuação, mesmo com derrotas no campo eleitoral do executivo nacional, aglutina, certamente, várias outras demandas em torno dessa reação aos novos movimentos de minorias civis e políticas, mas tenta passar a aparência de homogeneidade em termos de representação de uma cultura supostamente “verdadeira”; que possui legitimidade e capacidade de proteger os “valores tradicionais” das pretensas ameaças de “uma ideologia que destrói a sociedade em vista de uma dominação ditatorial”⁵.

De acordo com Marina Lacerda (2019), esse ativismo político reverbera a coalizão neoconservadora estadunidense que, sobretudo a partir dos anos 1980, em nome da ordem social, já elencava supostas ameaças que “seriam provenientes das políticas de bem-estar social, que reduziam a desigualdade e, também, dos movimentos LGBT e feminista, cujas pautas passam a ser percebidas pelo poder público” (Lacerda, 2019, p. 26). Apesar de haver conservadorismos variados, assim como direitismos, o que praticamente tem diferenciado e caracterizado essas novas coalizões é o seu acento quase que exclusivo nas questões sexuais, reprodutivas e sobre a família. Algo que na constituinte brasileira de 1988 já era articulado por

⁵ Foi assim que o arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, cardeal Orani João Tempesta, conceituou a “ideologia de gênero” no artigo *“Ideologia de gênero” na BNCC, do MEC*, de 2017, disponível no portal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ver referência completa no final deste trabalho.

religiosos cristãos com a incorporação de teses conservadoras/restauracionistas em matéria sexual ao conservadorismo socioeconômico (Pierucci, 1996).

Como parte de sua estratégia política, os neoconservadores empregam o termo "ideologia de gênero" para avançar suas agendas e mobilizar apoio popular. Ao rotular as discussões sobre identificações de gênero e sexualidades como "ideologia de gênero", eles buscam desacreditar os estudos acadêmicos nessa área, retratando-os como uma construção ideológica, em vez de uma compreensão válida das experiências humanas. O uso em tom acusatório do adjetivo "ideológico" tem se mostrado uma estratégia efetiva na construção de um imaginário social em que o outro – aquele contra o qual me posiciono; o que é considerado diferente – será tomado com descrédito e/ou, no mínimo, desconfiança. Assim, rotular políticas relacionadas com as pautas feministas, os direitos de pessoas LGBTI+ e o reconhecimento da pluralidade de arranjos familiares como parte de uma "ideologia de gênero" revela-se, nesse sentido, uma tática para criar medo e resistência a mudanças sociais. Além disso, como muitos dos neoconservadores têm ligações estreitas com grupos religiosos ou são, eles mesmos, parte desses grupos, consequentemente, ao caracterizar as questões de gênero como uma "ideologia" contrária aos valores religiosos tradicionais, mobilizam parte da camada de eleitores/as religiosos/as a se identificarem com suas políticas reacionárias. É por isso que uma das questões básicas que orientam este trabalho tem a ver com compreender como as produções discursivas dessa reação disputam a hegemonia do social e do político.

Em relação à estratégia argumentativa que embasa a produção discursiva dessas disputas, é interessante recordar que "ideologia" é um conceito bastante disputado através de variadas interpretações no decorrer da história, desde o final do século XVIII, quando foi cunhado pelo filósofo Destutt de Tracy, em sua obra *Elementos da ideologia* (1802), com o interesse de apresentar uma análise filosófica acerca da origem e natureza das ideias. Esse pensador francês acreditava que as ideias eram formadas pela experiência sensorial e que a análise lógica dessas ideias poderia levar a uma compreensão mais profunda da mente humana. No entanto, apesar da importância que esse pensamento adquiriu na transição iluminista daquela virada de século, sob forte oposição e depreciação de Napoleão, não foi esse o significado central do conceito que se estendeu historicamente quando, já no século XIX, passou a não mais ser "empregado para indicar qualquer espécie de análise filosófica, mas uma doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam" (Abbagnano, 2007, p. 532).

Atentos a esse ambiente político disputado, Marx e Engels, a partir de *A ideologia alemã* (1845-1846), posteriormente adaptaram e transformaram o conceito de ideologia, dando-lhe vários sentidos, sobretudo aquele pelo qual fosse, então, evidenciada a primazia das condições materiais na determinação da vida em sociedade. Ou seja, a partir deles, a ideologia não era apenas um conjunto de ideias abstratas, em oposição à separação radical entre ideias e matéria que até então era difundida, também refletia as relações sociais e econômicas existentes em uma sociedade. Argumentaram, ainda, que as ideias predominantes em uma sociedade eram frequentemente as ideias da classe dominante, dado que serviria, assim, para justificar e perpetuar a estrutura de poder existente sobre a classe trabalhadora através da naturalização desse poder e da ocultação da exploração, sobretudo, porque seria capaz de criar uma falsa consciência nos indivíduos, responsável por distorcer a compreensão de sua condição social⁶.

Entretanto, não é o recurso ao determinismo historicista nem ao dogmatismo economicista que permite compreender o uso pejorativo do termo “ideologia” no discurso neoconservador contemporâneo. Nesse percurso, cabe lembrar a contribuição de Antonio Gramsci, cuja reflexão amplia a compreensão desse conceito no interior da tradição marxista. Para ele, ideologia não se reduz a uma “falsa consciência” imposta pela classe dominante, tampouco se limita à dimensão da dominação econômica. Em seus escritos, o termo adquire o “significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (Gramsci, 1978, p. 16). Nessa chave, a ideologia se liga à ação política e à produção de formas de consciência, podendo servir tanto à manutenção da ordem vigente quanto à disputa por transformações sociais (Perrusi, 2015). É a política, portanto, na visão de Gramsci, que constrói a ideologia, sobretudo, por meio do controle das contingências temporais das fixações políticas e identificações de classe. Daí deriva-se também a noção de hegemonia, central no seu método de análise, que, ao seu ver, se exerce

pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (Gramsci, 2007, v. 3, p. 95).

⁶ É possível encontrar as reflexões sobre ideologia em vários textos desses dois autores. A título de sugestão, destacamos as obras: *A ideologia alemã* (1845-1846), de ambos os autores; o prefácio de *Contribuição à crítica da economia política* (1859) e trechos de *O capital* (1867), ambos de Marx.

Todavia, esse desenvolvimento conceitual gramsciano da ideologia encontra seus limites nos efeitos do próprio capitalismo tardio, que complexificou radicalmente a diferenciação social para além das experiências no mundo da produção. Nas últimas décadas, assistimos à diversificação das fixações políticas e das identificações de classe não apenas no âmbito técnico do trabalho, mas também no panorama axiológico das sociedades. É nesse ponto que se torna profícua a contribuição de Žižek (1996) para a atualização crítica do conceito de ideologia. O entendimento da ideologia como “falsa consciência”, isto é, como distorção da realidade material que encobre e legitima relações de exploração, mostra-se insuficiente para Žižek, uma vez que pressupõe a existência de uma realidade “pura” exterior à ideologia. Inspirado em Althusser, ele reconhece que a ideologia se materializa em práticas e instituições, mas vai além: ela não é apenas um véu que recobre o real, mas a própria estrutura pela qual o mundo social é vivido e experienciado. Nesse sentido, não se trata de simples ilusão, mas do horizonte no qual se organizam formas de subjetivação e de sociabilidade.

No capitalismo contemporâneo, essa dimensão torna-se ainda mais evidente. Já não é necessário acreditar “sinceramente” nos discursos ideológicos para que estes produzam efeitos. Muitas vezes, os sujeitos sabem que determinadas construções são ilusórias, mas continuam a agir como se fossem verdadeiras. A eficácia da ideologia situa-se menos no campo das crenças conscientes e mais no plano do agir prático e da fantasia inconsciente que organiza o comportamento social. Influenciado pela psicanálise lacaniana, Žižek (1996) compreende a ideologia como fantasia que estrutura a realidade social. Essa fantasia não é mero engodo, mas o mecanismo que confere sentido à experiência coletiva e garante a coesão do tecido social.

Outro aspecto central da formulação zizekiana é a relação entre ideologia e o Real. Na acepção lacaniana, o Real é aquilo que resiste à simbolização, um núcleo traumático que escapa às tentativas de inscrição discursiva. A ideologia, nesse sentido, organiza o campo social e protege o sujeito de um confronto direto com esse vazio constitutivo. Como o Real retorna incessantemente, nenhuma ideologia alcança estabilidade plena, exigindo constante reafirmação e rearticulação. Assim, a crítica de Žižek (1996) rompe com a ideia de que bastaria “desmascarar” a ideologia para dissolver seus efeitos. Ela não se reduz a uma mentira corrigível pela razão esclarecida, mas constitui o próprio modo de estruturar o desejo, de organizar práticas sociais e de moldar a percepção do real. Resistir à ideologia, portanto, implica intervir no nível da fantasia e do *jouissance*, e não apenas no campo racional.

É nesse ponto de interseção entre o horizonte aberto por Žižek e o deslocamento operado por Gramsci (1978) que se torna possível aproximar a reflexão à Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Se, em Gramsci, a ideologia já não se reduz a mera ilusão e passa a ser compreendida como prática cultural e política vinculada à hegemonia, em Žižek (1996), ela se reinscreve no registro do desejo e da fantasia que organizam a realidade social. Laclau e Mouffe (2015) radicalizam essa articulação ao romper definitivamente com a perspectiva economicista, concebendo a ideologia como processo discursivo de fixação contingente de sentidos, indissociável da luta hegemônica. Nesse quadro, a ideologia deixa de ser concebida como distorção e passa a ser vista como condição constitutiva de toda ordem social: não existe “fora da ideologia”, assim como não existe “fora do discurso”.

Ao integrarmos esses percursos, compreendemos que a ideologia, em sua acepção contemporânea, não é apenas um recurso de manipulação ou disfarce da realidade, mas o próprio mecanismo pelo qual identidades políticas são constituídas, antagonismos são delineados e fantasias sociais mobilizadas para sustentar projetos hegemônicos. A análise da ideologia, articulada às lógicas sociais, políticas e fantasmáticas (Glynos; Howarth, 2007; 2018), revela-se fundamental para entender como discursos neoconservadores e de ultradireita conquistam adesões, mesmo quando seus enunciados aparentam inconsistência ou contradição. Nesse sentido, é enfrentando a tensão entre ideologia e totalização que Laclau e Mouffe (2015) expandem e reformulam o conceito de hegemonia presente em Gramsci (1978), concebendo o social como espaço discursivo em que, por meio da articulação política, relações particulares podem assumir a forma de uma “universalidade hegemônica”, na medida em que “uma força social **particular** assuma a representação de uma **totalidade** que lhe é radicalmente incomensurável” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 37, grifos dos autores). Daí decorre a centralidade da hegemonia na análise política contemporânea, pois a universalidade nunca encontra expressão direta no campo social, sendo sempre mediada discursivamente no momento da articulação política.

A partir desse balanço teórico já é possível identificarmos, então, o ativismo político dos neoconservadores como movimentos de articulação política, sobretudo disputando os sentidos do social no campo da discursividade, com vistas à fixação de uma hegemonia social. Isso porque, além de acusarem pejorativamente aquilo e aqueles/as com que discordam de ideológicos, há um esforço reiterado, de décadas atrás, por parte desses atores em associar essa falseabilidade ideológica com um suposto projeto de hegemonia mundial marxista que estaria

sendo operado no âmbito da cultura, principalmente, no contexto pós-Guerra Fria, contra o qual se sentem impelidos a lutar.

Essa mentalidade conspiratória tem, entre seus principais inimigos, a “ideologia de gênero” (que já citamos) e o chamado “marxismo cultural” que é justamente invocado com frequência para descrever o suposto projeto de dominação das esquerdas. Nesse sentido, percebe-se que, desde os anos 1970, esses movimentos ultraconservadores passam a abandonar uma postura estática de oposição revolucionária e a adotar curiosamente um ativismo político nos moldes daquilo que é tido por alguns pesquisadores como um giro gramsciano da direita, em que “atores neoconservadores religiosos, sobretudo católicos, mas também aqueles e aquelas vinculados à direita secular, passaram a investir, pesadamente, em disputas culturais pela hegemonia política” (Corrêa, 2023, p. 18). Nesse sentido, conforme apontado por pesquisadores como Corrêa (2023), não deixa de ser irônico que tal campo político revele, em sua prática, uma apreensão bastante estratégica dos princípios gramscianos de disputa pela hegemonia cultural. Ainda que recorrentemente acusem seus adversários de “gramscianismo” ou de “marxistas culturais” como forma de deslegitimação ideológica, são eles próprios que operam, de modo bastante articulado, com táticas que remetem diretamente à gramática política formulada por Gramsci. Ou seja, da teoria gramsciana, estrategicamente distorcida por esse campo da ultradireita, pode-se ter absorvido uma interpretação da necessidade de disputa pela hegemonia política, mesmo que tais atores políticos tenham incorporado isso de maneira declarada ou não em sua atuação política⁷.

⁷ Sônia Corrêa (2021; 2023) e Francisco Vasconcelos (2022) destacam o papel do filósofo francês Alan de Benoist e a chamada “Nova Direita europeia ou transnacional”, a partir dos anos 1960, nessa “releitura de Gramsci com as lentes do pensamento da direita” (Corrêa, 2023, p. 24), como uma proposta de ação intelectual que, “apesar de vista como suspeita ou marginalizada, terá maior repercussão midiática, acadêmica e política com a tendência das direitas a se reorganizarem transnacionalmente nos anos 2000” (Vasconcelos, 2022, p. 210). Corrêa identifica esse giro político gramsciano propriamente dito no movimento em que não só a direita secular, mas também os ultraconservadores religiosos “com base nos textos marxistas (que abominam), desenharam estratégias de mobilização política para disputar a memória, o senso comum, os afetos e representações culturais” (Corrêa, 2023, p. 25). Esse tipo de proposta de ação intelectual que mobiliza a teoria gramsciana sob um quadro interpretativo próprio chega no Brasil muito por influência de Olavo de Carvalho desde os anos 1990 pelo menos. De acordo com Leonardo Puglia (2018), a presença de Gramsci nas formulações desse autor é inquestionável, sendo citado em “318 vezes se somarmos as quatro obras mais influentes publicadas pelo autor que diz ter aberto espaço para o surgimento dessa nova direita no país” (Puglia, 2018, p. 43). No entanto, é interessante pontuar que, considerando esse uso oportunista da teoria gramsciana por parte do campo das direitas, “giro gramsciano da direita” não é o mesmo que um “gramscismo com sinais invertidos” como supõem Carvalho e Bugalho (2020) ao caracterizarem a obra de Olavo de Carvalho. Segundo a autora e o autor, esse influenciador da extrema-direita brasileira teria se munido das “mesmas táticas e os mesmos princípios que atribui a seus opositores, calcado em factoides e deturpações conceituais com o fito de convencer seus discípulos, mas usando táticas e princípios elaborados por Lênin, Gramsci ou Trotsky” (Carvalho; Bugalho, 2020, p. 11-12). Entretanto, como essa crítica jamais poderia explicitar como esses pensadores socialistas teriam incentivado uma política de factoides e deturpações, concordamos com Calil (2021) que tal associação resulta insustentável e arbitrária. Nesse sentido, os conteúdos mobilizados e a articulação sistemática de factoides, tanto por Olavo quanto pela ultradireita de modo mais amplo,

É situado nesse panorama reacionário já em articulação desde o século passado, pelo menos, que identificamos eventos que marcaram o ativismo neoconservador proeminente no contexto brasileiro da última década. Essa movimentação, além de se opor ao “marxismo cultural”, desenvolve-se através dos anos de modo muito evidente em torno do slogan da “ideologia de gênero”, articulando uma complexidade de demandas de grupos e atores (às vezes até historicamente antagônicos como os católicos e os evangélicos) numa curiosa ação política que “vem sendo amalgamada em torno de um mesmo ponto nodal em relação à construção de uma ocupação dos lugares de poder e da construção de uma nova hegemonia no campo dos direitos” (Prado, 2022, p. 12). Esse termo alçado à condição de slogan do ativismo político não foi criado no Brasil, mas já circulava, ainda que discretamente, pelo ambiente político e religioso do país desde o começo dos anos 2000. Sendo frequentemente utilizado para promover as agendas específicas da reação aos estudos de gênero e às políticas de direitos sexuais e reprodutivos, a sua ascensão intensa, nos últimos anos, basicamente demonstra uma tentativa de simplificar e distorcer as complexidades das discussões sobre gênero e sexualidade, tornando-se uma ferramenta política para influenciar opiniões públicas e mobilizar determinados segmentos da sociedade contra avanços progressistas nessas áreas. Nesse sentido, a expressão “ideologia de gênero” opera como um marcador simbólico daquilo que deve ser combatido mobilizado pela ultradireita na tentativa de gerar consensos sociais e a sua própria estrutura de atuação política através de apelos alarmistas ao campo moral. É o que discutiremos a seguir.

1.2 A ofensiva político-religiosa contra a abordagem de gênero nas políticas educacionais do Brasil

Uma vez delineada a argumentação anterior, cabe agora examinar que alguns dos terrenos políticos mais visados e disputados para a atuação desse movimento contra a “ideologia

como instrumentos dessa disputa, são de inteira responsabilidade desse campo político. Segundo Secco (2019), não existe “gramscismo” em Gramsci. Para este pesquisador esse tipo de teorização conspiratória que caricaturiza o pensamento complexo do autor, tido como inimigo, é o que faz desses conspiratórios “gramscistas”. Por outro lado, autores como Nathan Sperber e George Hoare defendem que “a noção de que vertentes da extrema direita atual se tornaram genuinamente gramscianas é fantasiosa” (Sperber; Hoare, 2025, n.p.). Para eles, a interpretação distorcida do pensador italiano feita pelas gerações de direitistas desde Benoist obscurece propositalmente um aspecto central do pensamento gramsciano: a sua base marxista sobre as relações de classe antagônicas, na tentativa de produzir o que os autores chamam de um “Gramsci sem Marx”, simplificando a hegemonia em uma disputa meramente cultural de contestação narrativa. Nesse sentido, parece-nos prudente utilizar expressões como “giro gramsciano da direita”, “gramscismo da direita” ou “gramscianismo de direita” sempre entre aspas quando quisermos nos referir a esse campo de apropriação seletiva da teoria gramsciana, sobretudo, para que se distinga a sua proposta de ação intelectual equivocada.

de gênero” são os campos da educação, de modo geral, e das próprias políticas curriculares e educacionais. Pelo menos, desde o ano de 2010, a interferência desse tipo de reação neoconservadora naquilo que encaram como uma “guerra cultural”⁸ tem sido mais explicitamente articulada e tocada em meio às discussões sobre educação no país, particularmente na produção e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e de diversos planos estaduais e municipais, Brasil afora. Um verdadeiro campo de batalha foi montado no congresso nacional quando da necessidade de se aprovar algum texto que servisse como plano para os anos seguintes, embate esse travado simplesmente por causa da existência do termo gênero nos documentos. Essa reação, articulada por diferentes atores da ultradireita, resultou na mobilização de discursos alarmistas que associavam o termo gênero àquilo que passaram a chamar de “ideologia de gênero” que, como já aludimos, se trata de uma expressão sem base conceitual rigorosa, mas de forte apelo moral e emocional. Tal formulação operou como instrumento de pânico moral, reconfigurando o debate educacional em torno de fantasias de ameaça à família, à infância e aos chamados “valores cristãos”, deslocando a atenção do debate técnico e pedagógico acerca dos planos de educação para uma suposta defesa civilizacional.

Políticos, quase sempre denominados/as “cristãos/ãs” e/ou relacionados/as às igrejas cristãs, montaram toda uma agitação com tintas apocalípticas em torno da possibilidade dos textos *com* gênero⁹ serem aprovados. E fizeram de tudo para que a menção ao termo fosse erradicada do projeto de Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) enviado da Câmara ao Senado, que constava de uma diretriz do ensino proposta para a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Também nesse projeto de lei, se apresentava, entre as metas a serem alcançadas: “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à

⁸ Dessa forma, o espanhol Ignacio Arsuaga, presidente da plataforma “pró-vida e defensora da família” *CitizenGO*, se referiu ao ativismo contra o aborto e a “ideologia de gênero” durante o Congresso Mundial das Famílias que aconteceu em Tiflis (Geórgia), entre os dias 15 e 18 de maio de 2016, conforme noticiado pelo portal *ACIDigital* (referência completa no final). O papa Francisco, logo depois disso, em outubro de 2016, também na Geórgia, falou sobre “o inimigo atual do casamento: a teoria do *gender*”, e defendeu que há “uma guerra mundial para destruir o casamento”. Adotando, portanto, termos de uma narrativa análogos aos que os grupos ultraconservadores têm produzido. Esse discurso do papa Francisco pode ser conferido na íntegra através do site oficial do Vaticano, cuja referência também se encontra ao final deste texto. Ressaltamos que a citação desses termos êmicos de atores católicos tem a função de sempre posicionar as palavras no quadro de disputa político-discursiva em que são empregados. Isso significa dizer que não conduzimos a análise a partir do conceito de guerra cultural, mas no que discursos *com* “guerra cultural” e outros termos investem em termos de disputa pela hegemonia política.

⁹ Aqui, adoto a mesma estratégia de Marluce Paraiso (2018) de utilizar “com gênero” para demarcar o uso de gênero como distintivo na produção desses textos que fazem parte dessa costura contextual que estamos considerando. Assim, não quero com isso evidenciar que, até então, não havia uma generificação nas produções de textos políticos, inclusive, no campo educacional. Mas salientar que o destaque desse termo evidencia a importância de se considerar também nos trabalhos analíticos esse marcador sociopolítico como fundamental.

orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (Brasil, 2011, p. 27). Com isso, a atuação de ultradireita conseguiu interditar discussões fundamentais sobre desigualdade, diversidade e direitos humanos nas políticas públicas educacionais, gerando efeitos concretos na supressão de termos, conteúdos e abordagens voltadas à equidade de gênero e à inclusão.

Figura 1 – Brasília - Reunião da Comissão especial da Câmara sobre o Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10)



Fonte: José Cruz/Agência Brasil, 2014.

Figura 2 – Reunião deliberativa ordinária da Comissão Especial da Câmara sobre o Plano Nacional de Educação - PL 8035/10



Fonte: José Cruz/Agência Brasil, 2014.

Sob pressão da oposição neoconservadora do congresso, o Senado, então, aprovou o PNE (2014-2024) alterando a ênfase presente na diretriz de superação das desigualdades para a promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação, e substituindo a meta voltada à concretização dessa diretriz para: “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (Brasil, 2014, p. 3). Fruto de uma pressão para que se acelerasse a tramitação da matéria, dentro de um cronograma célere, o texto “proposto pelo relator [senador Álvaro Dias (PSDB/PR¹⁰)] era apoiado por grupos religiosos de diferentes denominações, mas criticado por defensores dos direitos humanos e da diversidade sexual” (Brito, 2015, p. 33).

Políticos neoconservadores defenderam que a simples existência do termo gênero no documento para a educação significava a implementação, com anuência do Estado, da “ideologia de gênero” nas escolas, de modo que, segundo eles, favoreceria o que chamaram de “ditadura gay” (Tokarnia, 2014). A situação conflituosa era tal que, quando por ocasião dessa votação polêmica, dentre as várias manifestações contrárias e a favor na comissão especial da Câmara, tivemos a manifestação do político Jair Bolsonaro, então deputado pelo PP/RJ¹¹, levantando uma folha de papel em que se podia ler “volta para o zoológico” contra estudantes que protestavam na sala, conforme pode ser visto em primeiro plano na figura 2. Todo esse ambiente hostil que foi produzido em torno da votação do PNE contribuiu para a disseminação pelas regiões do país de um pânico moral (Cohen, 2004) em relação ao uso de gênero nos documentos para educação, fazendo com que muitas votações sobre planos estaduais e municipais de educação tivessem contornos parecidos ou até piores dos que haviam sido vivenciados nos plenários da capital federal, contendo manifestações contra e a favor ao uso de gênero nas políticas educacionais. Tais manifestações contaram com uma presença expressiva de religiosos cristãos católicos e evangélicos que, por meio de campanhas em igrejas, redes sociais e espaços legislativos, contribuíram decisivamente para a construção e disseminação da ideia de que a menção ao termo gênero configuraria, por exemplo, uma ameaça aos valores da família cristã, à moralidade e à autoridade parental. Essa atuação religiosa foi fundamental em temas de articulação política e mobilização de bases sociais religiosas, exercendo também forte

¹⁰ Partido da Social Democracia Brasileira, pelo estado do Paraná.

¹¹ Partido Progressistas, pelo estado do Rio de Janeiro.

pressão sobre vereadores, deputados estaduais e membros dos conselhos de educação pelo Brasil. Para ilustrar isso, inserimos a seguir algumas figuras:

Figura 3 – Votação do Plano Municipal de Educação de São Paulo, em agosto de 2015



Fonte: André Bueno/CMSP, 2015.

Figura 4 – Religiosos católicos na votação do Plano Municipal de Educação de Cuiabá



Fonte: Arquivo pessoal/Reginaldo de Souza Oliveira, 2015.

Algo semelhante aconteceu também com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Aprovada sob um governo instituído após o golpe impetrado para destituição da presidenta Dilma Rousseff (Miguel, 2019) cuja votação de *impeachment* foi marcada por declarações de louvor a deus, à família e à moral, “contra a ‘ideologia de gênero’,

a erotização das crianças, o aborto e, entre outras coisas, em homenagem a um oficial militar, notório torturador, que atuou nos aparatos ilegais de repressão da ditadura civil-militar” (Junqueira, 2022, p. 196), a BNCC também foi finalizada de acordo com os seguimentos que haviam sido dados nos planos nacional, estaduais e municipais de educação, no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidade. Certo que o texto da Base já vinha sofrendo radicais modificações versão após versão desde o início de sua elaboração, em 2014, aos moldes de uma conformação com os interesses de fundações e instituições educacionais e empresariais que já atuavam no Ministério da Educação (MEC) do governo Dilma, como é possível notar através do estudo de Márcia Aguiar e Malvina Tuttman (2020). Porém, isso foi agudizado após a instauração do governo de Michel Temer com a incorporação dos interesses de grupos neoconservadores, igualmente financiadores do golpe parlamentar. Nesse sentido, a disputa que se desenvolveu em torno da BNCC, ao longo daqueles anos, já revelava de forma contundente como a aliança entre os interesses neoliberais e as agendas neoconservadoras operou não apenas como estratégia política, mas como força reconfiguradora das políticas educacionais no país. Essa convergência foi crucial para consolidar a coalizão de ultradireita, que encontrou na educação um dos principais alvos de sua ofensiva, assumindo a instrumentalização do currículo como campo de combate ideológico e de tentativa de imposição dos seus valores morais, enquanto aprofundava lógicas de gestão técnica e mercantilização do ensino.

Esses atores da ultradireita desempenharam papel significativo na tentativa de remover as discussões de gênero da BNCC, na sua versão aprovada em 2017. Em tese, essa política curricular deveria ser concebida como um documento orientador para a educação básica no Brasil, estabelecendo os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de sua jornada educacional. Entretanto, grande parte desse debate foi eclipsado naqueles anos, desde sua elaboração inicial, por ter sido transformado em alvo de intensas disputas, especialmente em relação às questões de gênero e sexualidade, capitaneadas por esses políticos articulados a segmentos religiosos e laicos que, representando uma perspectiva política e ideológica defensora de supostos valores tradicionais e de uma visão conservadora da sociedade, mobilizaram-se para remover ou diluir as referências a gênero no documento, na esteira da mesma mobilização de pânico moral fomentada na ocasião dos planos de educação.

Numa reiteração da toada parlamentar que cada vez mais ocupava a tribuna principal do país, sobretudo desde o golpe contra a presidenta, suas objeções às discussões de gênero na BNCC geralmente se basearam em argumentos relacionados à preservação dos valores

familiares tradicionais, à proteção da infância e, claro, à resistência à "ideologia de gênero" que consideravam uma ameaça à ordem social e moral. Isso tudo sendo expresso por meio de campanhas públicas, pressão sobre legisladores e autoridades educacionais e participação em debates sobre políticas educacionais. De modo que, mesmo que todas as suas reivindicações não tenham sido atendidas, foram suficientes para que revisões e ajustes fossem feitos sobre as referências a gênero no texto da Base, especialmente em áreas como educação sexual, diversidade e direitos humanos, retirando expressões como "orientação sexual" e "identidade de gênero" e restringindo também as discussões sobre sexualidade a um viés biológico reprodutivo. De acordo com Silva (2020), a retirada desses termos "foi uma ação coordenada pelo MEC e aprovada pelo CNE [Conselho Nacional de Educação], sem participação popular, ou mesmo sem levar em consideração às sugestões advindas das consultas públicas" (p. 154), sob a alegação de que eram conteúdos a serem tratados posteriormente (Mariz, 2017).

1.3 Da mobilização política ao poder nacional com o governo Bolsonaro

A despeito, porém, de toda essa movimentação política de reação ao uso de gênero em políticas educacionais e de currículo, o esforço neoconservador, mesmo que vitorioso em várias ocasiões, encontra seus limites na inviabilidade prática de seus produtos de difusão ideológica, principalmente, quando lida com articulações sociais cada vez mais plurais e conectadas com a pertinência de marcadores da diferença, como o gênero, na elaboração e efetivação de políticas que dirimam as desigualdades de todo tipo. Nesse sentido, tanto a Base como qualquer outro texto político sofrem inevitavelmente uma contextualização radical, quando de suas práticas, que arrefece em muito as proposições de comum e global impressas em suas pretensões de controle da educação e do currículo (Lopes, 2018). De sorte que, independentemente do que postulam os neoconservadores, "haverá sempre significativas distâncias entre o que dispõem os instrumentos normativos oficiais, suas reais condições de implementação e, enfim, o que realmente se passa no chão da escola" (Junqueira, 2022, p. 198). Significa, com isso, dizer mais uma vez que é no âmbito da ação política, sempre disputada e nunca final, que devem ser analisadas essas articulações que buscam hegemonia e também que se torna relevante atentar, portanto, para os sentidos que vão sendo disputados por meio dessas coalizões políticas e oportunidades colocados como a verdade do social.

Com base nesse quadro, portanto, torna-se pertinente ressaltar que, no bojo do que vem sendo constituído como luta contra a "ideologia de gênero", existe um esforço "para bloquear

avanços no campo dos direitos sexuais, redefinir o sentido dos direitos e das políticas públicas e, em alguns casos, legitimar a censura” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 22) tanto no âmbito educacional quanto numa esfera social mais ampla. É um esforço, portanto, de reorientar os parâmetros de legitimidade pública e reconfigurar o próprio sentido do que pode ou não ser discutido no espaço democrático, desqualificando os direitos sexuais e reprodutivos como meras “ideologias” e mobilizando discursos de proteção à infância ou à “família tradicional” como uma estratégia que, na verdade, atua para restringir liberdades, reforçar normas conservadoras e interditar formas dissidentes de existência e pensamento. Para além desses políticos que compõem e se beneficiam do movimento neoconservador, existem outros grupos sociais e lideranças religiosas que também se associaram à questão política com o objetivo de tirarem algum proveito dela. Dentre esses grupos, é importante destacar o Movimento Escola Sem Partido (Mesp) como uma associação que também aderiu de forma oportunista, nos anos em questão, ao “ativismo antigênero” enquanto uma de suas balizas de atuação e promoção no cenário brasileiro, tornando-se um importante catalisador para a propaganda contra a “ideologia de gênero” ao redor do Brasil.

Classificar o ativismo como “antigênero” não significa dizer que os investimentos discursivos desse movimento não estejam também na arena das disputas em torno das normas de gênero que permeiam o social. Usamos “antigênero”, neste trabalho, no sentido de identificar o movimento de oposição à categoria de gênero como um marcador da diferença fundamental que passou a ser utilizado, sobretudo, nos âmbitos das produções de ciência e de políticas públicas, conforme os exemplos já citados até aqui. Mais especificamente, corroborando com Junqueira (2022), empregamos o termo aqui quando nos referimos a “uma posição antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana. Isso, porém, não implica sugerir a existência prévia de um suposto ativismo ‘pró-gênero’” (p. 21). Apenas contribui para realçar a estratégia discursiva de eleger a categoria gênero como uma espécie de inimigo a ser combatido pelas articulações neoconservadoras.

Essa aliança com religiosos e não religiosos neoconservadores em torno da pauta em voga é o momento de projeção em que, no Mesp, a ênfase na “ideologia de gênero” suplanta a obsessão contra a “doutrinação marxista”, de modo que “a defesa de uma educação ‘neutra’ cede espaço a uma defesa incisiva da primazia da família sobre a escola. Essa guinada [do Mesp] joga com o medo político de ocasião e torna o movimento muito mais conhecido” (Viana, 2019, p. 25). Fundada em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, essa organização, até

então pouco conhecida no âmbito nacional, aproveitou as discussões dos planos de educação e trouxe para si essas pautas contra o “marxismo cultural” e a “ideologia de gênero”, circulantes no movimento neoconservador, como uma estratégia eficaz para conseguir visibilidade e poder na atuação política em torno da educação no país. Constituindo-se também como um ator fundamental do combate a essas supostas ameaças em terras brasileiras¹².

Dessa forma, provavelmente, o Escola Sem Partido se tornou a principal organização que representou declaradamente um “movimento que acusa as escolas de ‘doutrinação ideológica’ e propõe medidas para impedir que professoras e professores expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias” (Miguel, 2016, p. 595). O movimento, assim, ganhou muita visibilidade ao promover a defesa de uma suposta neutralidade ideológica nas escolas que, na verdade, paradoxalmente, servia como instrumento para cercear debates críticos sobre temas como gênero, sexualidade, política e direitos humanos. Sua atuação, baseada na alegação de que as escolas estariam sendo utilizadas como instrumentos de propagação de ideologias, incluindo aquelas relacionadas à discussão de gênero e sexualidade, e que isso representaria uma ameaça aos valores tradicionais e à liberdade dos pais de educarem seus filhos de acordo com suas crenças, influenciou diversos debates políticos, propostas legislativas e ações judiciais em várias partes do país, resultando, muitas vezes, em aprovações de leis cuja inconstitucionalidade vem sendo sistematicamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF)¹³. Além desses projetos de lei, com o disparo de campanhas midiáticas e uma atuação persistente nas redes digitais, o Mesp passou a exercer forte influência sobre o imaginário público, construindo a figura do/a professor/a como um potencial agente de subversão ideológica e fazendo assim com que fosse alimentada uma desconfiança generalizada em relação às instituições educacionais.

¹²Apesar do Mesp ter anunciado a suspensão de suas atividades para agosto de 2019, alegando falta de apoio político do então presidente Jair Bolsonaro e também de recursos, conforme noticia Paula Ferreira (2019) em *O Globo*, sua citação neste quadro contextual da atuação neoconservadora é importante tanto naquilo que foi feito enquanto estava oficialmente ativo quando no que reverbera em ações políticas que até hoje disputam os debates e políticas de educação e currículo.

¹³ Mais de um ano após o anúncio de suspensão das atividades do Mesp, as pesquisadoras Fernanda Moura e Renata Aquino (2020) publicaram um relatório que mapeava todos os projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que visavam censurar a liberdade de ensinar e aprender, quase sempre, baseados nas proposições do Mesp marcadas pela denúncia ideológica das escolas e o antigênerismo. À época, as autoras já mapeavam pelo menos 240 projetos nas diferentes esferas do país. Ainda em 2020, o STF decide que uma lei alagoana inspirada no Mesp é inconstitucional, conforme escrevem Felipe Amorim e Marcelo Oliveira (2020) para o *Uol*, precedendo uma série de outras decisões de inconstitucionalidade pelo tribunal referentes a outras leis país afora que, além de censura ideológica, se opõem às discussões de gênero e sexualidade nas escolas.

No entanto, partindo mesmo desse exemplo do Mesp e pensando que assim como o sintagma “ideologia de gênero” suplanta ocasionalmente outras demandas reacionárias na luta política, como também observado no desenvolvimento das políticas educacionais e curriculares citadas, é possível notar que ele também pode ser rearticulado sob outras identificações a depender das circunstâncias políticas. Por isso, consideramos basilar para este trabalho entender que, com as eleições presidenciais de 2018 e a chegada de Jair Bolsonaro ao Governo Federal, essa “cruzada” contra o gênero se transfere, portanto, para a política governamental do país e ganha não só no MEC e no âmbito da educação, mas em outras pastas, espaços para a difusão do neoconservadorismo se articulando a outras demandas. Assim, a “caixa de ressonância” (Connolly, 2005) antigênero que “vinha sendo montada desde antes de 2019, ao ser transportada para o aparato estatal, rapidamente ganhou musculatura [...] pois a absorção de qualquer pauta pela gestão governamental implica necessariamente ações coordenadas e espraia esse ideário, induzindo capilaridade ampliada” (Corrêa; Prado, 2024, p. 4). Podemos dizer que, a partir de então, tal difusão ampliada é feita de maneira até pedagógica nas inserções discursivas daquele governo, como, por exemplo, o que ocorre no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que lança mão de uma forte ênfase na família heteronormativa – um familismo, conforme trataremos, desenvolvendo o que entendemos como uma nova estratégia de reagir ao gênero, agora sob outro lugar de poder.

Por essa razão, para além de desenvolver um olhar mais complexo com relação à luta política que a ultradireita tem travado por pautar políticas públicas através de seus significantes, como a “ideologia de gênero” e a “defesa da família”, este trabalho também se esforça por entender de que forma, com a chegada dos reacionários à política governamental, é articulada uma nova gramática política no Brasil que visa hegemonizar o neoconservadorismo através de uma estratégia discursiva sobre o que devam ser os sujeitos e suas famílias. E, além disso, investiga quais são os aspectos que asseguram as condições e a manutenção desse tipo de produção discursiva, sobretudo, a partir de sujeitos que se sentem amparados por ela. Tais preocupações emergem especialmente porque a problemática central desta pesquisa está no fato de que o antigenerismo passa a ocupar o governo do país depois de todo um desenvolvimento histórico de atuação reacionária que tem forte influência religiosa (conforme desenvolvido no próximo capítulo) e a se esforçar por imprimir sua perspectiva ideológica neoconservadora não só no campo da educação, mas dos direitos humanos em geral, a partir dali então não mais somente contra a “ideologia de gênero”, mas principalmente em “defesa da família”.

É com base nisso que se sustenta a **tese central desta pesquisa segundo a qual se compreende que a coalizão de ultradireita brasileira, enquanto parte de dinâmicas transnacionais entre atores e grupos reacionários, vem atuando particularmente desde disputas em torno de políticas educacionais e, principalmente, durante o governo de Jair Bolsonaro, tendo como foco questões sexuais, reprodutivas e de identidade subsumidas em noções ideológicas sobre “gênero” e “família” de modo a projetar uma certa positividade social, ao nosso ver, muitas vezes pedagogicamente promovida pelo discurso político.** Além do que, fazem isso oportunamente através da intensa mobilização de fantasias sociais estratégicas para as dinâmicas de fixação de sujeitos, seus desejos e identificações. Isso significa dizer que a construção discursiva que deu suporte àquele governo disputou a positividade do social a partir de um recorte político-ideológico específico de viés neoconservador sobre as subjetividades e as relações sociais, e assim o fez não só através da própria atuação de algumas figuras destacadas daquela administração como o próprio presidente e outros/as servidores/as, mas também com a utilização de instâncias formais do Estado brasileiro, como ministérios e secretarias. Tudo isso com o intuito de fixar sentidos particulares sobre as identidades de gênero e as relações familiares, que funcionam como elementos ideológicos fundamentais na gramática de construção social concernente ao espectro político neoconservador.

Nesse ponto, lançando mão de um olhar sobre a dimensão performativa desse tipo de construção discursiva, percebemos também que as pedagogias políticas não se limitam ao convencimento racional ou à reprodução ideológica em sentido clássico. Elas operam por meio de práticas que encenam e instituem formas de ser e de agir no espaço público. A “pedagogia”, aqui, não se reduz a uma metáfora, mas designa um modo de funcionamento do discurso político que se inscreve nos corpos, organiza afetos e institui identidades. Compreender, então, as pedagogias políticas como práticas performativas nos permite enfatizar a lógica iterativa e material das interações discursivas. A noção de iterabilidade, desenvolvida por Derrida (1991), aprofunda essa discussão ao mostrar que todo signo é possível apenas porque pode ser repetido em diferentes contextos. Por isso, um enunciado não pertence exclusivamente ao seu autor ou ao momento de sua enunciação; ele traz em si a marca de poder ser reinscrito, conservando algo de seu sentido, mas sempre se transformando. Esse traço estrutural — repetição que é também diferença — é o que Derrida chama de iterabilidade.

Aplicada à pedagogia política, a iterabilidade evidencia que seus efeitos não resultam de um ato único de persuasão ou transmissão doutrinária, mas da circulação incessante de

enunciados em múltiplos espaços sociais. Ao serem reiteradas, frases como “a ideologia de gênero ameaça nossas crianças” ou “a família está em perigo” não apenas comunicam uma ideia, mas performam comunidades de pertencimento. A repetição pública cria a sensação de um “nós” constantemente ameaçado, e, portanto, a ser defendido. Nesse sentido, a pedagogia política não apenas ensina, mas cria realidades sociais, sustentando identidades e fronteiras políticas através de atos reiterativos que naturalizam o que é sempre contingente.

Essa repetição, contudo, nunca é idêntica a si mesma. Cada reinscrição é também uma transformação, abrindo espaço para novas possibilidades de sentido. Um enunciado pode ser reiterado em chave de denúncia, mas também em registros de ironia, paródia ou contestação. Por isso, a pedagogia política não controla inteiramente os efeitos daquilo que põe em circulação: quanto mais um discurso é repetido, mais exposto está ao risco de deslocamentos e reapropriações inesperadas. A iterabilidade revela, assim, a ambivalência e a contingência das pedagogias políticas: necessitam da repetição para se consolidar, mas a mesma repetição abre brechas para contestação e subversão. Judith Butler, por exemplo, retoma esse aporte derridiano em sua formulação da performatividade de gênero, mostrando que identidades e normas não existem como essências fixas, mas se consolidam na repetição de atos discursivos e corporais. Para ela, “a performatividade deve ser entendida não como um ato singular ou deliberado, mas como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (Butler, 2000, p. 111). Assim, a identidade não é substância, mas efeito de uma citação incessante de normas anteriores, um processo iterativo que naturaliza o que é, em sua base, contingente.

A eficácia dessas pedagogias políticas deriva, portanto, de sua iterabilidade. Ou seja, é porque podem ser repetidos em púlpitos, redes sociais, programas televisivos, documentos oficiais e conversas familiares que tais enunciados se sedimentam e ganham força. No entanto, como toda repetição é também diferença, nenhum discurso controla integralmente seus efeitos e cada reinscrição abre espaço para deslocamentos e resignificações, inclusive, como dissemos, em forma de paródia ou crítica. Enfatizamos isso porque, compreender a pedagogia política como performativa e iterável, nos permite captar o duplo movimento que a constitui: de um lado, a necessidade de repetir para consolidar identidades e fronteiras; de outro, a impossibilidade de uma repetição perfeita, que mantém aberto o espaço da disputa. Em termos laclauianos, isso significa reconhecer que o poder pedagógico do discurso não reside em fixar definitivamente sentidos, mas em organizar provisoriamente o campo da significação,

sustentando-se em reiteraões que tentam neutralizar — mas nunca eliminam — o risco do antagonismo.

A pedagogia política performativa é, assim, o modo pelo qual discursos hegemônicos procuram consolidar uma ordem social. Ela atua não apenas no plano da racionalidade, mas também na formação afetiva dos sujeitos, organizando medos, fantasias e identificações. Como observa Laclau (2018), não há hegemonia sem investimento afetivo, sem a produção de formas de pertencimento que ultrapassam a adesão consciente a programas políticos. Reiterados incessantemente, os enunciados funcionam como prática de hegemonização, ensinando — no sentido performativo — as fronteiras legítimas do “nós” e do “eles”. Assim, a pedagogia política se revela como uma prática eminentemente agonística, sempre em disputa pela significação.

Articular performatividade (Butler), iterabilidade (Derrida) e hegemonia (Laclau e Mouffe) nos permite compreender que as pedagogias políticas não são meros instrumentos de reprodução ideológica, mas práticas discursivas que ensinam e constituem sujeitos ao reiterar fronteiras políticas. Elas não apenas transmitem conteúdos, mas performam comunidades, inscrevendo nos corpos e nos afetos as marcas do antagonismo que estrutura o social. Essa chave conceitual aplicada à análise dos discursos da ultradireita permite revelar como enunciados aparentemente simples — “a ideologia de gênero ameaça nossas crianças” ou “a família tradicional está em risco” — não apenas descrevem, mas produzem realidades políticas. A categoria de performatividade mostra que eles instituem comunidades e antagonismos; a iterabilidade evidencia como se sustentam pela repetição em diferentes contextos (religiosos, midiáticos, educacionais, familiares); e a hegemonia revela como se articulam em cadeias equivalenciais que buscam fixar sentidos em torno de pontos nodais como “família”, “Deus” e “pátria”. Assim, o poder da ultradireita contemporânea não se explica apenas por suas propostas programáticas ou força institucional, mas por sua capacidade de mobilizar pedagogias políticas que, ao reiterar fantasias sociais, ensinam, organizam e fazem existir mundos inteiros.

Mas para que isso seja ainda melhor compreendido com relação ao caso brasileiro que nos interessa, é necessário perceber, nessa articulação discursiva reacionária, um desenrolar político recente que alcança junto com o governo Bolsonaro um ponto de destaque evidente no contexto brasileiro, capaz inclusive de reforçar e rearticular slogans de acordo com a necessidade temporal, mas que não se iniciou nem se esgota nele. Por causa disso, decidimos seguir nossa investigação, no próximo capítulo, alargando a compreensão não só temporal, mas

também geográfica, acerca de algumas das dinâmicas transnacionais que foram importantes para que o momento antigênero do governo Bolsonaro se tornasse possível. Em outras palavras, apesar dessa atuação da ultradireita que chega ao governo federal em 2019 poder ser identificada em eventos tão especificamente vinculados a nossa política nacional, influenciando debates legislativos e disputando as proposições de políticas de educação e de currículo, sobretudo na última década, é necessário considerar, assim como é feito por algumas estudiosas/os como Butler (2006), Case (2016), Corrêa (2009, 2016, 2018), Garbagnolli (2016), Miskolci e Campana (2017), o fato dessa articulação política, na verdade, já se constituir como um movimento de caráter transnacional que tem rastros históricos um pouco mais extensos.

A partir disso, podemos notar que, mesmo divergindo entre um ponto ou outro, é possível afirmar que há uma majoritária posição nesse campo de pesquisa, segundo a qual, identifica-se que esse movimento antigênero é gestado na arena da Organização das Nações Unidas, durante os anos 1990, sob uma influência (tácita, a princípio, mas explícita a posteriori) do Vaticano junto a grupos representantes de governos conservadores aliados. Sobretudo porque, naquela década, houve um aumento significativo de debates em torno de questões relacionadas aos direitos das mulheres, saúde reprodutiva e igualdade de gênero nos fóruns internacionais, fazendo com que grupos conservadores e religiosos comesçassem a se articular e a formar alianças para se opor a certas agendas, como a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, a educação sexual abrangente e a igualdade de gênero.

Essa consideração da histórica influência religiosa e transnacional sobre o movimento neoconservador não é estranha para nós quando lembramos mais uma vez da forte participação, aqui no Brasil, de políticos assumidamente cristãos e outras lideranças religiosas nos debates e eventos que vêm compondo tal ação política nos últimos anos, conforme esboçado desde o início deste texto. O forte componente da defesa religiosa de proteção aos valores tidos como essenciais para a cultura ocidental e que, frequentemente, podem ser encontrados nos discursos dos púlpitos das igrejas pelo país, torna-se, portanto, um eixo fundamental na nossa análise sobre a produção discursiva que baseia a atuação da ultradireita. É a partir dessa inquietação que a problematização desta pesquisa se abre então, a partir de agora, à consideração do desenvolvimento histórico dessas produções discursivas, especialmente articuladas no cristianismo católico e identificadas como o motor de propulsão desse movimento pelo mundo. Assim sendo, levando em consideração as forças discursivas externas ao nosso país que podem ter sido e/ou estarem sendo determinantes na produção e manutenção desse empreendimento

contra o gênero, passamos a tratar no próximo capítulo de possíveis rotas pelas quais trilhou-se essa “cruzada”.

A compreensão sobre a relação entre o contexto brasileiro e o panorama transnacional de ação política neoconservadora ampliará o entendimento histórico-político de construção desse fenômeno, principalmente, na sua matriz católica. Essa articulação permite evidenciar que as dinâmicas recentes da política brasileira, muito marcadas pelas disputas em torno das questões de gênero e da família, não emergem de modo isolado, mas se inserem em uma rede maior de circulação de ideias, financiamentos e estratégias discursivas. Ao reconhecer as conexões entre atores locais e internacionais, como redes de políticos de ultradireita e organizações religiosas, podemos identificar vínculos históricos e de projetos de poder que, nas últimas décadas, vêm se reorganizando frente à crise das democracias liberais e ao avanço dos direitos civis. A matriz católica antigênero, nesse contexto, funciona não apenas como um aporte teológico, mas como uma forma de racionalização moral e mobilização afetiva que, no final das contas, opera oportunamente como um elo entre tradições doutrinárias religiosas e pragmatismos eleitorais. Nesse sentido, situa-se o que Prado e Côrrea (2018) chamam de “mentor intelectual dessa cadeia discursiva” quando se referem ao papel do Vaticano nesse contexto de disputa. Assim, investigar essa relação entre política e religião contribui também para desvelar como o discurso religioso, articulado a uma agenda transnacional, se reconfigura em meio às disputas contemporâneas por hegemonia cultural e normatividade social, principalmente, quando percebemos o quanto esse papel fundamental do catolicismo romano tem sido obscurecido pela estridência de evangélicos fundamentalistas que geralmente é mais facilmente notada nas manifestações antigênero.

O texto a partir de agora, então, alarga o foco de consideração dessa articulação política para que depois, ao retornarmos o olhar para o principal recorte de análise deste trabalho, que é a produção discursiva do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), possamos garantir reflexões já embasadas na relação transnacional que o neoconservadorismo possui. Desse modo, como adiantamos, além de expandirmos o quadro geográfico da questão, estenderemos também a avaliação temporal da organização do discurso contra a categoria de gênero com o objetivo de apresentarmos um traçado de sua gênese e de correlações possíveis com esse quadro pós-2010 sobre o qual já tratamos até aqui.

2 A ARTICULAÇÃO ANTIGÊNERO NO BRASIL E SUA CHEGADA AO PODER POLÍTICO GOVERNAMENTAL

Cientes dos acontecimentos recentes que marcaram a atuação neoconservadora nos debates de políticas de educação e de currículo, descortinamos o mote principal que nos despertou o interesse por esse fenômeno de significativa proporção na política brasileira. Com base nos indícios de articulações mais abrangentes entre o neoconservadorismo e elementos internacionais da extrema-direita religiosa, neste capítulo, esboçamos os rastros transnacionais dessa empreitada reacionária contra os movimentos civis e estudos em torno de gênero e sexualidade, no que é muitas vezes apresentado como uma oposição à “teoria/ideologia de gênero”, principalmente, evidenciando suas origens católicas desde a política de relações internacionais do Vaticano. A partir disso, então, passamos a tratar na segunda seção do texto sobre como é possível perceber a passagem dessa produção discursiva originalmente religiosa para o âmbito do discurso político profissional no Brasil, fortalecendo-se de tal modo a ponto de assumir papel decisivo nas eleições para o governo federal em 2018. Neste ponto, chegamos ao momento fulcral do contexto interessado, pois a consolidação do discurso antigênero na política governamental brasileira constitui-se dessa forma como o *locus* do qual emerge a nossa tese e é por essa razão que se justifica o traçado histórico da problemática realizado no decorrer deste capítulo.

2.1 Rastros transnacionais e religiosos da reação ao gênero

Depois de termos apresentado alguns momentos importantes da atuação política neoconservadora na última década, no Brasil, principalmente, através da política institucional com o objetivo de disputar as políticas públicas para educação e currículo do país, passamos então a esmiuçar um pouco mais os detalhes históricos, políticos e religiosos dessa articulação transnacional de reação ao gênero e às conquistas mais recentes no campo dos direitos humanos. Isso porque, em consonância com pesquisas recentes sobre esse fenômeno, entendemos que o que é importante para “compreender a movimentação política de uma ofensiva reacionária é sua fabricação articulada detalhadamente. Nesse sentido, compreender essa dinâmica nos parece fundamental para estimular e produzir formas de resistência a ela” (Prado, 2022, p. 12). Tratar detalhadamente de uma articulação discursiva é uma operação que, mais do que num

sentido de montar peças de um quebra-cabeça complexo de movimentação política, opera a partir da desestabilização de estruturas de significado presentes nos investimentos discursivos que disputam a hegemonia política.

Como já apontamos no capítulo anterior, pensadoras/es como Butler (2006), Case (2016), Garbagnolli (2016), Machado (2018), Miskolci e Campanha (2017) apontam para a gestação da reação ao gênero, a nível transnacional, localizada na arena das Nações Unidas, durante a realização de conferências mundiais que ocorreram na década de 1990. Ainda mais, esses autores e autoras compartilham, cada um/a ao seu modo, uma compreensão comum ao campo de pesquisas sobre a questão que não hesita em afirmar que “o nebuloso sintagma ‘teoria/ideologia de gênero’, com suas variações, é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000” (Junqueira, 2017, p. 26). Nesse sentido, se trata de uma construção responsiva e intencional, mobilizada inicialmente por altos setores da hierarquia católica romana, que visava dar forma discursiva, desde o início, a um certo inimigo simbólico difuso a partir da condensação, em uma expressão simples e sugestiva, da referência a um conjunto complexo de transformações sociais e políticas associadas aos estudos e movimentos de gênero e sexualidade.

Um sintagma é uma sequência de palavras que tende a funcionar com o objetivo de expressar algum conceito e/ou ideia, condensando sua complexidade em uma forma mais simples e acessível, e facilitando a compreensão e a comunicação de pontos de vista políticos. Geralmente, nos cenários político-discursivos, é possível que se lancem mão de sintagmas estrategicamente centrais para a sintetização e mobilização de retóricas políticas específicas, como é o caso aqui da retórica antigênero. Eles podem ser “fabricados na forma de **rótulos** e **slogans** políticos e, como tais, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização” (Junqueira, 2022, p. 61, grifos do autor), sobretudo, graças ao seu poder de despertar emoções e criar ressonância emocional com o público, muitas vezes explorando medos, esperanças ou preocupações populares. Como no caso da “teoria/ideologia de gênero”, o seu uso tenta desqualificar e/ou desacreditar aqueles/as que são tidos como seus oponentes, associando-os/as a termos negativos ou estereotipados, através de uma comunicação de mensagens que alcançam alguma eficácia na opinião pública moldando percepções e influenciando o comportamento do eleitorado e das assembleias religiosas.

A formulação dessa retórica antigênero foi desenvolvida ao longo do tempo em resposta a mudanças sociais, culturais e políticas que vinham sendo percebidas em várias sociedades, especialmente com a produção de contextos marcados por conquistas políticas feministas, avanços dos direitos LGBTI+, debates sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo, educação sexual nas escolas e discussões sobre identidade de gênero. Diante disso, já é possível realizar um traçado genealógico dessa reação a partir de várias pesquisas que se debruçam sobre a questão, inclusive, desenvolvidas por pesquisadoras/es que estiveram historicamente relacionadas/os aos passos importantes dessa movimentação neoconservadora, como é o caso de Sonia Corrêa (2018) que produz uma análise repleta de delineamentos importantes e particulares, em grande parte, devido a sua presença pessoal em eventos internacionais que foram palco da atuação reacionária. Desse modo, a autora demonstra que as conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizadas no Rio de Janeiro (1992), no Cairo (1994) e em Pequim (1995) foram indispensáveis para a gestação dessa retórica antigênero que, por tal caráter intergovernamental, já era concebida com vistas a uma incidência transnacional¹⁴.

Com relação à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, que foi realizada no Rio de Janeiro, é possível destacarmos (mesmo que sexualidade, gênero e direito ao aborto não tenham entrado em pauta) duas considerações que começam a se relacionar com o quadro de reação às discussões feministas que renunciavam o uso de gênero na gramática da política internacional. Uma primeira é a inclusão no documento final de uma “definição clássica de igualdade entre os sexos e a tensão negocial [que] se deu em torno a questões que hoje podem parecer muito prosaicas: o direito ao planejamento familiar e o termo ‘saúde reprodutiva’” (Corrêa, 2018, p. 6). E outra que, em consonância com tal definição, afirma no vigésimo princípio do documento, por exemplo, que “as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento [e que] sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável” (Declaração do Rio de Janeiro, 1992, p. 157). Isso foi significativo porque, historicamente, as mulheres frequentemente desempenham papéis importantes na conservação ambiental, na agricultura sustentável e em atividades relacionadas, mas sua contribuição nem sempre é reconhecida ou valorizada. Portanto, esse já foi um passo importante que chamava à promoção da igualdade de gênero (mesmo sem ainda utilizar esse

¹⁴ Em Corrêa (2018) encontramos uma complementação ao que é apresentado por outras/os produtoras/es de genealogias sobre essa questão porque estas/es, quase sempre, apresentam a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, como o ponto inicial e o foco dos ataques a gênero.

termo) em todas as esferas da sociedade e, também, ao reconhecimento de que as mulheres têm direito a participar plenamente na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Tais considerações, no entanto, apesar de consensualmente documentadas, assim mesmo, não passaram incólumes das manobras políticas da Santa Sé e seus aliados já naquele momento.

Apesar do avanço na compreensão da promoção de condições igualitárias na participação política, alçado pela Rio-92, é somente na preparação para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) do Cairo, de 1994, que o termo gênero é gravado em um documento intergovernamental. Seu uso, antenado aos debates feministas sobretudo dos anos 1980¹⁵, para destacar a necessidade de abordar as desigualdades sociais entre homens e mulheres em questões relacionadas à população e desenvolvimento, naquela ocasião, ainda não se tornou alvo de muitos questionamentos. Isso porque nessa preparatória de, pelo menos, dois anos, também foi reconhecido o aborto como uma questão de saúde pública e foram afirmadas as muitas formas de famílias, fazendo com que a Santa Sé estivesse bastante ocupada em obliterar, mesmo sem sucesso, essas questões consideradas mais urgentes. Entretanto, como Corrêa (2018) continua apresentando, as ações católicas tanto na preparação quanto na própria CIPD-94 não foram de todo fracassadas porque, pelo menos, conseguiram impedir a inclusão das demandas reivindicadas pelas lésbicas já no ano de 1993, o que fez com que as redes de mulheres lésbicas realizassem, nesse sentido, um brutal investimento de articulação política visando a conferência de Pequim que aconteceria dois anos depois.

Foi, então, na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher (IV CMM), realizada em Pequim, em 1995, que o termo gênero começou a ser tratado com mais suspeita pelos seus opositores, a ponto de ser exigido o seu uso entre colchetes no material preparatório por influência dos representantes do Vaticano e das delegações de Honduras, Sudão e Malta, já então aliadas do movimento nascente. Essa demanda foi solicitada sob o pedido de explicações mais precisas em relação ao termo que, até então, segundo nossa autora, não era de conhecimento muito maduro por parte dos intelectuais religiosos. Ademais, essa suspeita do gênero como uma categoria analítica distinta, de certo modo, já refletia uma oposição ao reconhecimento, junto com o termo, das construções sociais e culturais em torno de masculinidades e feminilidades, que vão além das diferenças biológicas entre homens e

¹⁵ Conforme Joan Scott ([1986], 1995) apresenta com maestria.

mulheres. Fora isso, a delegação do Vaticano agiu também para tentar impedir várias outras questões relacionadas, por exemplo, ao aborto, aos direitos sexuais das mulheres e à educação sexual de meninas. No entanto, suas ações nesse sentido não obtiveram o sucesso que os religiosos desejavam, e a categoria gênero passou mais uma vez sem muitas complicações, salvo a sua reserva documental de que o termo “é entendido pela Santa Sé como fundamentado na identidade sexual biológica, masculina ou feminina” (United Nations, 1996, p. 162). Ainda assim, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Organização das Nações Unidas, 1995) consagrou em nível internacional o uso do conceito de gênero que, segundo Maria Luiza Viotti (1995) “permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação” (p. 149). Determinou, assim, a adoção da perspectiva de gênero para todas as políticas, destinação de recursos e instituições econômicas, reconhecendo a importância de governos e comunidade internacional abordarem as questões de gênero para alcançar a igualdade entre homens e mulheres e promover o desenvolvimento sustentável, marcando um avanço significativo na agenda global da redução de desigualdades.

Paralelamente às ações da delegação vaticana e suas aliadas no decorrer da conferência, vale destacar a atuação da Coalizão das Mulheres pela Família, dos Estados Unidos da América, na panfletagem de um material contra gênero entre os outros grupos que participavam dessa reunião. Essa organização norte-americana agia, à época, sob a liderança de Dale O’Leary, uma católica antigênero que já havia participado da CIPD-94 e que, dois anos após o IV CMM, viria a lançar o livro *The Gender Agenda: Redefining Equality*, que se tornou um dos endossos mais importantes do movimento antigênero alimentado pela Igreja (Machado, 2018). Segundo Rogério Junqueira (2022), foi O’Leary que lançou o argumento constantemente “reiterado pelos cruzados antigênero, de que essa agenda (que, anos depois, ela passará a chamar de “agenda gay”) seria liderada por feministas radicais e de forma ardilosa por agentes favoráveis ao controle populacional, à liberação sexual, ao multiculturalismo e ao politicamente correto” (p. 91). Integrante da Opus Dei¹⁶, desde os anos 1980, conforme relatou em entrevista a Michael

¹⁶ A Opus Dei (Prelazia da Santa Cruz e Opus Dei) é uma instituição da Igreja Católica Romana fundada em 1928 pelo sacerdote espanhol Josemaría Escrivá e composta principalmente por leigos, homens e mulheres que buscam viver os objetivos desta organização enquanto estão envolvidos em suas atividades cotidianas, como trabalho profissional, estudos, vida familiar e social. Clérigos também podem se associar à prelazia em várias partes do mundo. No Brasil, por exemplo, atuam desde 1957. A “pedagogia” utilizada para a organização de sua membresia, segundo Silva (2009), “tem como finalidade a formação de indivíduos submissos em grau universal e irrestrito” (p. 110). Além do que objetiva instrumentalizá-los no engajamento social e político, principalmente, em matérias

Clark (2000), e conselheira pessoal do então cardeal Joseph Ratzinger, futuro Papa Bento XVI, Dale desempenhou e desempenha ainda um papel ativo na organização e promoção do ativismo antigênero, principalmente, a partir de presenças ativas em seminários e conferências, da produção de materiais de propaganda e de atuações midiáticas. Em *The Gender Agenda*, a autora chega a afirmar que os militantes da “agenda de gênero” referem-se negativamente à família e ao casamento, sendo guiados pelo que ela chama de “Gender Establishment” já que, como supõe, “a promoção da perspectiva de gênero não está sendo realizada por meio de ativistas com base no povo ou nas mulheres em geral, mas por pessoas que se estabeleceram a si mesmas nos vários centros de poder e estão usando as suas influências para avançar esta agenda” (O’Leary, 1997, p. 2). Além desse livro da jornalista, o próprio cardeal Ratzinger, então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF)¹⁷, lança, em 1996 e 1997, o seu *O Sal da Terra*¹⁸ que, junto ao texto da norte-americana, se torna também um dos textos fundamentais para a compreensão do antigenerismo que estava sendo gestado.

Nas repostas publicadas para a composição desse livro, o religioso alemão expressa toda a sua oposição aos movimentos feministas, acusando-os basicamente de subverter o que ele defende como pressupostos biológicos e naturais da sexualidade humana quando diz que “a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia [distinguindo] o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina ‘gender’” (Ratzinger, 1997, p. 142). Segundo ele, esse tipo de proposição da liberdade tenta subverter uma ordem que, de acordo com sua apologética basal, tem o deus cristão como criador de todos os seres humanos e não o humano como criador de si mesmo. Colocando o gênero como essa artimanha das feministas para propagar uma suposta liberdade contra o deus criador e a natureza, o cardeal então entrega discursivamente “uma peça-chave para começar a desenhar uma contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (Miskolci; Campana, 2017, p. 726), numa reação clara aos resultados de Pequim-95 e em consonância com o pontificado de João Paulo II (Karol Wojtyła) ao qual servia.

como bioética, moral sexual, secularismo e educação. Não à toa, de acordo com Paternotte (2015), opusdeistas foram e continuam sendo fundamentais para o ativismo antigênero no mundo.

¹⁷ Atualmente denominado Dicastério para a Doutrina da Fé.

¹⁸ Esse livro foi produzido a partir de várias entrevistas concedidas ao jornalista Peter Seewald e teve a sua primeira edição em alemão publicada em 1996 com o título: *Salz der Erde: Christentum und katholische Kirche im neuen Jahrtausend. Ein Gespräch mit Peter Seewald* [*Sal da Terra: O cristianismo e a Igreja Católica no novo milênio. Um diálogo com Peter Seewald*].

Este papa polonês já havia escrito uma *Carta às Mulheres*, em junho de 1995, motivado pela visita que recebeu da secretária geral da IV CMM, a então embaixadora da Tanzânia junto a ONU, Gertrudes Mongella, justamente por ocasião da conferência que estava prestes a acontecer. Neste documento, o religioso continua a defesa que já vinha fazendo em outras ocasiões do seu papado de uma noção essencialista da identidade feminina, sobretudo, dando ênfase na função materna e complementar da mulher ao homem, pedindo que as conferencistas refletissem, principalmente, sobre “**gênio da mulher**, não só para nele reconhecer os traços de um preciso desígnio de Deus, que há de ser acolhido e honrado, mas também para lhe dar mais espaço no conjunto da vida social bem como da vida eclesial” (João Paulo II, 1995, p. 6, grifo do autor)¹⁹. Em sintonia, então, com a perspectiva de João Paulo II, o esforço antifeminista e de reação a gênero por parte do cardeal Ratzinger o acompanha durante todo o restante de seu governo à frente da Congregação para a Doutrina da Fé, estendendo-se até mesmo ao período do seu próprio pontificado como Papa Bento XVI. Em 2004, por exemplo, ele emite um documento, por meio da congregação, intitulado *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*, que tem caráter doutrinal e que é escrito com a intenção de dissuadir sobre teses que, de acordo com os religiosos, não correspondem às “finalidades genuínas da promoção da mulher”, apresentando, em contraponto, reflexões sobre o papel do homem e da mulher de acordo com sua teologia católica.

Nessa carta, ao retomar, de alguma forma, o que já havia apresentado em *O Sal da Terra* e as declarações de João Paulo II, o cardeal alemão alerta para o que considera ser uma perniciosa confusão na antropologia causada pelo uso de gênero como instrumento nas abordagens do tema da mulher nos últimos anos. Segundo sua denúncia, a luta por perspectivas igualitárias para a mulher obscureceu as diferenças dos sexos e “acabou de fato por inspirar ideologias que promovem, por exemplo, o questionamento da família, por sua índole natural bi-parental, ou seja, composta de pai e de mãe, a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade, um novo modelo de sexualidade polimórfica” (Congregação para a Doutrina da Fé, 2004, n. 2). Assim, nesta que seria a sua última declaração mais enfática sobre o tema enquanto prefeito da CDF, o religioso sela tanto a sua condenação ao feminismo e à homossexualidade, alvos comuns do seu departamento nas últimas décadas, quanto a sua oposição ao conceito de gênero, a essa altura, já configurado nos círculos católicos como uma

¹⁹ “Gênio da mulher” e “gênio feminino” são expressões importantes na argumentação essencialista sobre as mulheres desenvolvida por Karol Wojtyła em sua chamada antropologia teológica e teologia do corpo.

ideologia perigosa. Esse documento e outras declarações semelhantes feitas por Ratzinger nas últimas décadas foram, portanto, parte de sua tentativa de investir na produção de um discurso marcado por um “ataque ininterrupto ao relativismo cultural, ao feminismo, à liberdade sexual, à homossexualidade e à transexualidade, em uma defesa intransigente da doutrina católica tradicionalista” (Junqueira, 2022, p. 127).

Ainda dentro do espectro discursivo católico antigênero que se articulou entre a segunda metade dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, é importante citarmos, pelo menos, mais três textos eclesiásticos antes de passarmos a considerar seus possíveis efeitos no circuito político e social que se torna espaço privilegiado para os missionários antigênero e da “família natural”. O primeiro desses textos é o documento da Conferência Episcopal Peruana, em parceria com sua Comissão *ad hoc* da Mulher, intitulado *La Ideología de Género: Sus Peligros y Alcances*, publicado em abril de 1998. Apresentado pelo então bispo auxiliar de Lima, o monsenhor Óscar Alzamora Revoredo, e inspirado nos textos de Dale O’Leary que circulavam à época, esse foi o primeiro documento eclesiástico a, de fato, utilizar o termo “ideologia de gênero”. Partindo de uma tentativa de invalidar as contribuições filosóficas de Judith Butler, chamada de feminista radical e colocada como a teórica de gênero por excelência por causa do seu livro *Problemas de Género*, o texto desenvolve-se basicamente como uma reação aos trabalhos e encaminhamentos definidos pela IV Conferência, em Pequim, porque considera que esse evento foi cenário escolhido para a campanha, promoção e difusão a partir da qual a “‘perspectiva de gênero’ tem se infiltrado em diferentes âmbitos, não apenas dos países industrializados como também dos países em desenvolvimento” (Revoredo, 2006, p. 594).

Esses textos citados (com exceção do documento da CDF, de 2004) tem uma importância específica no início da articulação discursiva antigênero principalmente porque, acompanhando o desenrolar dos eventos políticos internacionais de debate e reformulação de políticas, são lançados, então, às vésperas das revisões do primeiro quinquênio das conferências já citadas, na tentativa de instrumentalizar, sobretudo, a partir dos círculos católicos, a reação ao que vinha sendo acordado internacionalmente e embasar a atuação da representação vaticana e suas aliadas nessas revisões que, como afirma Corrêa (2018), diferentemente da CIPD-94 e da IV CMM, se efetivou pelo ataque frontal a gênero do começo ao fim. A tradução de textos de reação direta para várias línguas diferentes, como aconteceu com o da Conferência Episcopal Peruana, segundo Husson (2014), teve uma função pedagógica evidente na disseminação e estabilização do ativismo antigênero no ambiente católico, possibilitando o arranjo de novas atuações articuladas no âmbito político.

Isso pôde ser notado, por exemplo, de acordo ainda com Sonia Corrêa (2018), quando nas revisões das conferências supracitadas houve a construção de uma aliança maior entre o Vaticano e os países islâmicos representados nas reuniões, que acabou sendo chamada pelas feministas como *Unholy Alliance*, e que se torna um aspecto importante a se considerar pelo grau de aliança com grupos religiosos consideravelmente diferentes que os católicos romanos são capazes de gerar para fomentar a sua perspectiva moral e ideológica. Isso pode indicar até onde as representações políticas dessas religiões podem chegar na tentativa de impor teses fundamentalistas sobre os variados temas que envolvem os direitos humanos e a política, mesmo que naquelas ocasiões tenham sofrido sucessivas derrotas. Apesar disso, ao invés de percebermos uma espécie de freio no *lobby* religioso antigênero internacional, é possível identificarmos um investimento cada vez mais robusto em termos de produção teórica e de atuação desse discurso reacionário a partir, então, dos anos 2000, principalmente ultrapassando os limites de uma oposição meramente religiosa e procurando se disseminar por meio de outros âmbitos sociais, como, por exemplo, a política, a educação, o judiciário e a saúde, visando a “construção de uma ocupação dos lugares de poder e da construção de uma nova **hegemonia** no campo dos direitos” (Prado, 2022, p. 12, grifo nosso).

Exemplo desta continuidade discursiva é a publicação do documento *Família, matrimônio e “uniões de fato”*, por meio do Conselho Pontifício para a Família, em 26 de julho de 2000. Preocupado com o aumento do reconhecimento de arranjos familiares que se diferenciavam do modelo heteronormativo²⁰, o texto parte diretamente de um ataque, sobretudo, às uniões de fato que basicamente tem a ver com relacionamentos entre duas pessoas que vivem juntas e compartilham aspectos de suas vidas, como moradia, finanças e responsabilidades familiares, sem formalizar sua relação por meio do casamento legal ou de outro tipo de contrato formal reconhecido pelo Estado. No Brasil, esse tipo de relacionamento também é conhecido como união estável. Em contraposição a isso, o documento reafirma a posição da Igreja Católica Romana (Icar) de que o casamento sacramental entre um homem e uma mulher é o ideal para a formação de famílias estáveis e para o bem-estar das crianças, considerando como um grave perigo de deterioração da família o reconhecimento legal de

²⁰ Heteronormatividade refere-se a um conjunto de normas culturais e sociais que presumem e reforçam a ideia de que a heterossexualidade é tomada “como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes” (Petry; Meyer, 2011, p. 196). Essa perspectiva tende a marginalizar ou ignorar outras orientações sexuais, contribuindo para a criação de um ambiente em que a heterossexualidade é considerada a norma padrão. As instituições sociais muitas vezes reforçam a heteronormatividade, promovendo uma visão de mundo em que o casamento heterossexual e a formação de famílias sob esse arranjo são considerados ideais.

outras formas de relacionamento. Segundo o texto, “dentro de um processo que se poderia denominar de gradual desestruturação cultural e humana da instituição matrimonial, não deve ser subestimada a difusão de certa ideologia de ‘gênero’ (‘gender’)” (Conselho Pontifício para a Família, 2000, n. 8), sendo preciso, portanto, discorrer sobre as influências que essa suposta ideologia tem sobre o fenômeno das uniões de fato, até porque a partir dela “a reivindicação de um estatuto semelhante, tanto para o matrimônio como para as uniões de fato (inclusive as homossexuais), costuma hoje em dia justificar-se com base em categorias e termos procedentes da ideologia de ‘gender’” (Conselho Pontifício para a Família, 2000, n. 8).

É conhecido, assim, como o primeiro documento da cúria romana a usar o termo “ideologia de gênero/gender” de maneira explícita e teve como articulador e apresentador central o estridente reacionário, ex-arcebispo de Medellín, cardeal Alfonso López Trujillo. Feroz antigay, o religioso esteve à frente do Pontificio Consiglio per la Famiglia desde 1990, quando foi nomeado pelo Papa João Paulo II, até a sua morte em 2008, se tornando também uma das figuras fundamentais na produção e difusão do discurso antigênero no debate público para além dos círculos religiosos. A partir da volumosa investigação realizada por Frédéric Martel sobre a relação entre o Vaticano e a questão homossexual, podemos encontrar resultados que apontam para a proximidade de Trujillo com João Paulo II que o tinha como sua figura de confiança na América Latina, principalmente, pelo seu anticomunismo declarado. Segundo o autor, com uma vida marcada pelo luxo, riqueza e vastas denúncias de envolvimento com o narcotráfico colombiano, o religioso foi implacável na perseguição aos padres, bispos e teólogos identificados como sendo de esquerda (os chamados “padres vermelhos”), o que lhe rendeu ainda mais a confiança da Cúria Romana da época que lhe nomeou presidente do Conselho Pontifício em 1990 para aplicar a linha mais dura sobre os costumes e a família naquele pontificado. À frente daquele ministério vaticano,

que transforma numa sala de guerra, López Trujillo desenvolve uma energia sem precedentes para condenar o aborto, defender o casamento e denunciar a homossexualidade. Dono de uma misoginia aterradora, segundo todas as testemunhas, **concebe também uma guerra contra a teoria de gênero.** Workaholic, segundo diversas fontes, intervém em inúmeras tribunas no mundo todo para denunciar o sexo antes do casamento e os direitos dos gays. Nesses fóruns, torna-se constantemente notado por uma escalada de excessos de linguagem contra os cientistas “interruptores da gravidez” que acusa de cometerem crimes com as suas provetas graduadas e os infames médicos de bata branca que recomendam a utilização do preservativo em vez de pregarem a abstinência antes do casamento. A aids, agora um flagelo mundial, torna-se a nova obsessão de López Trujillo, cuja cegueira se expande impunemente (Martel, 2019, p. 263-264, grifo nosso).

Ao rodar o mundo em função da Cúria Romana, o colombiano incitava as pessoas a não usarem preservativo nas relações sexuais e convocava órgãos multinacionais de poder e governos a não adotarem medidas para as políticas de saúde e educação sexual que ele considerava como mentirosas e perigosas. Obcecado contra o movimento gay, dividia opiniões no ambiente central católico em que alguns suspeitavam das motivações que baseavam a sua excessiva atuação política e outros o tinham como um forte candidato ao papado. O próprio Ratzinger que, de fato, sucedeu o pontificado enquanto Bento XVI, esteve entre os seus aliados mais próximos, inclusive, rendendo-lhe agradecimentos e homenagens quando das suas exéquias em abril de 2008, com palavras do tipo:

Todos nós admiramos a sua atividade incansável. Fruto deste seu compromisso é o **Lexicon**, que constitui um precioso texto de formação para agentes pastorais e um instrumento para dialogar com o mundo contemporâneo sobre temas fundamentais de ética cristã. Não podemos deixar de lhe agradecer a batalha tenaz que empreendeu em defesa da "verdade" do amor familiar e para a difusão do "Evangelho da família" (Bento XVI, 2008, p. 2, grifo do autor).

O *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*, citado pelo papa, é o terceiro documento eclesiástico que nos interessa considerar ainda nesta seção. Isso porque esse texto, publicado inicialmente em 2003, também pelo Conselho Pontifício para a Família, agora contando com a parceria da Congregação para a Doutrina da Fé, à época ainda chefiada pelo Ratzinger, é reconhecido como mais amplo documento produzido por autoridades católicas até então, que articula substancialmente o discurso neoconservador dos últimos anos e se torna um subsídio importante para instrumentalizar a atuação reacionária que acabou se intensificando nos anos seguintes. Podemos dizer, assim, que essa publicação é uma espécie de símbolo da paulatina reelaboração doutrinária católica (Sales, 2021) entregue de modo sistematizado para a transição do discurso católico ao discurso político que posteriormente avança ainda com mais eficácia quando camufladas as suas franjas religiosas.

Reunindo diversos artigos sobre os temas de interesse da reação católica, como gênero, sexualidade, feminismo, natalidade, bioética e outros cuja autoria é partilhada por vários nomes que, de algum modo, tinham relação com setores da Icar, sejam em universidades, conselhos e também na membresia da Opus Dei, o documento é considerado “a **summa** teórica da cruzada antigênero” (Junqueira, 2018, p. 471, grifo do autor). Nele é possível perceber a tentativa de pautar os significados dos termos que circulam no universo temático em questão, sob o pretexto de que haveriam “inúmeras expressões, em uso nos Parlamentos e fóruns mundiais, que podem ocultar o seu real conteúdo e significado, e que são mesmo utilizadas sem que os políticos e

parlamentares tenham plena consciência” (Trujillo, 2003, p. 5). Numa clara reação, portanto, aos movimentos políticos de convenções internacionais, eventos e organizações da ONU, a publicação busca oferecer a suposta compreensão correta dos conceitos, conforme López Trujillo anuncia, a partir do catecismo da Icar, do discurso de revelação cristã e dos pensamentos de João Paulo II, mirando primordialmente o debate político secular que é o espaço privilegiado para decisões políticas.

Com base nesse traçado genealógico do antigenerismo, também observamos que a recorrência da expressão “ideologia de gênero” nesses espaços de negociação internacional evidencia que sua eficácia não deriva apenas do conteúdo doutrinário ou moral que mobiliza, mas, sobretudo, do fato de poder ser continuamente reiterada em diferentes arenas discursivas e de se adaptar a condições históricas específicas. Como vimos com a noção de iterabilidade, esse tipo de investimento discursivo não se trata apenas, portanto, de uma repetição idêntica ou de mera reprodução mecânica, já que cada retomada implica também deslocamento, diferença e abertura para novos efeitos. É precisamente essa condição que explica a força política da expressão: sua circulação global entre instâncias eclesiais, jurídicas, midiáticas e políticas garante não apenas sua permanência no debate público, mas também sua plasticidade para ser apropriada de modos distintos, ajustando-se a contextos locais sem perder seu potencial mobilizador.

Assim, quando enunciada em documentos do Vaticano, a “ideologia de gênero” aparece vinculada a uma defesa explícita da “ordem natural” e da doutrina moral católica. Reinscrita nos fóruns internacionais de políticas públicas, a mesma expressão adquire outro registro, sendo mobilizada como argumento contra supostos excessos de agendas progressistas em torno de direitos sexuais e reprodutivos. Posteriormente, ao circular em meios midiáticos ou em discursos parlamentares na América Latina, a categoria ganha tonalidades ainda mais diversas, pois pode ser apresentada como ameaça à infância, como desestabilização da família ou até como conspiração política contra a soberania nacional. A cada repetição, portanto, o termo mantém um núcleo fantasmático de ameaça, mas se reorganiza para responder às demandas do contexto em que é reinscrito, o que lhe confere grande capacidade de ressonância e disseminação. Desse modo, a “ideologia de gênero” não opera como uma categoria estável ou transparente, mas como um significante iterável que, ao se repetir, projeta continuamente uma ameaça difusa e ubíqua, dificilmente localizável em termos empíricos, mas extremamente potente em termos políticos. É justamente a ambiguidade dessa construção que amplia sua força: por não se referir a um objeto preciso, a expressão pode ser mobilizada contra diferentes

inimigos simbólicos, funcionando como um ponto de condensação de medos, ressentimentos e fantasias coletivas.

Dentro do panorama internacional visado pelo ativismo neoconservador, o foco na América Latina diz respeito diretamente ao contexto sobre o qual se debruça o nosso interesse de análise da política institucional. A escolha e o investimento na atuação do neoconservadorismo nesta região podem ser considerados certamente a partir de várias razões, como, por exemplo, aquelas relacionadas à forte colonialidade católica na região, à expansão evangélica das últimas décadas, às condições socioeconômicas e às transformações políticas, culturais e intelectuais em relação ao gênero e às sexualidades no final do século passado na região. Não é demais, por isso, considerar que a América Latina não é um alvo novo do movimento antigênero transnacional. Basta lembrar da nota da Comissão Episcopal Peruana, já citada aqui, e atentar para o fato da própria O’Leary dedicar parte de seu livro *The Gender Agenda* para tratar das feministas latino-americanas. Isso é notado quando ela, por exemplo, comenta documentos do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa das Mulheres (Cladem), uma conferência regional e fórum de Organizações Não Governamentais que ocorreram na Argentina, e dedica parte significativa do texto para denunciar as posições de Marta Lamas, feminista mexicana, acerca de sexo e gênero.

Sonia Corrêa (2018) afirma que essa atenção às latino-americanas não se dá por acaso, tendo em vista que, nas conferências citadas, “as latinas eram, de fato, as que estavam mais familiarizadas com as teorias críticas de gênero e sexualidade” (p. 13-14). Esse é um dado crucial para o entendimento da construção do gênero como inimigo a ser combatido, pois é basicamente a partir da década de 1990 que os estudos de gênero passam a se aproximar mais dos estudos sobre sexualidade, favorecendo explicações fundamentais com relação aos sujeitos LGBTI+ e à diversidade sexual e de gênero (Furlani, 2016). E essa questão de (re)consideração identitária da diferença sexual e de gênero muito frequentemente endossada por uma teoria da performatividade de gênero (Butler, 2013) é, ao nosso ver, o ponto nevrálgico de negação por parte da Igreja Católica e de demais cristãos de outras denominações. Isso pode ser notado, sobretudo, quando lembramos dos acontecimentos da IV CMM e, naquela ocasião, os ataques a gênero nem se relacionavam diretamente ao sentido atribuído na CIPD-94 (de denotação à desigualdade entre homens e mulheres), mas sim à “proliferação de sexualidades e gêneros que se deu no seu entorno” (Corrêa, 2018, p. 9).

É, principalmente, o caráter performativo da constituição subjetiva, apresentado pelo conceito de gênero, aquilo que os neoconservadores parecem mais temer. No esforço por empreender a cruzada contra gênero, as forças discursivas neoconservadoras disputam as políticas de direitos humanos muito através da defesa desse discurso religioso disponível que, de maneira geral, reivindica uma espécie de direito natural dado pelo seu deus para a criação da humanidade. Segundo tal posição, qualquer performance de vida que contradiga essa suposta ordem divina sobre o humano, precisa então ser desconsiderada como uma afronta direta aos preceitos divinos e não pode sequer ser reconhecida como possível em nenhum âmbito da vida social, significando, portanto, uma ação política ideologicamente orientada para avançar na “regressão democrática não a partir de uma posição antidireitos, mas sim de depuração do próprio campo de direitos humanos” (Prado, 2022, p. 11), como veremos ser empreendido quando da chegada da ultradireita ao poder no Brasil através do governo de Jair Bolsonaro a partir de 2019.

E é justamente para tratar das possíveis reverberações dessa articulação discursiva religiosa no âmbito político e social mais amplo que, voltando ao caso brasileiro, passamos a considerar na próxima seção deste capítulo pontos que, de alguma forma, desenham essa atuação neoconservadora no Brasil como um projeto político-eleitoral que foi vitorioso em nível federal e alcançou a presidência da República em 2019. Esse traçado tem a ver tanto com a recepção que o discurso antigênero tem no país e região, quanto também em como foi traduzido e instrumentalizado na ação política e no que ele se transforma gradualmente à medida em que se institucionaliza enquanto discurso oficial de um governo. É particularmente no contorno de transformação recente desse discurso (já experimentado nas décadas de sedimentação política explanadas até aqui) que encontramos a tese central deste trabalho já apresentada no capítulo anterior.

2.2 O discurso neoconservador chega ao governo federal com a ultradireita do Brasil

Antes de tudo, é importante ressaltar que, de modo basal, para a construção de nossa investigação, nós partimos de uma compreensão que considera o caráter sempre político de qualquer articulação discursiva. Significa dizer, com isso, que há algo de disputável e disputante inerente à constituição do que venha a ser um discurso, um investimento de sentido sobre qualquer coisa no âmbito das relações humanas. Dessa forma, todo discurso é político decerto devido à sua capacidade de influenciar, moldar e refletir relações de poder, valores e ideologias

que articulam e disputam até mesmo o que chamamos de “sociedade”. Refletindo e/ou, muitas vezes, perpetuando relações de poder que se consolidam nessa ficção social, dá lugar e contornos de possibilidade a intrínsecas dinâmicas de poder pelas quais podemos investigar, por exemplo, sobre quem tem o poder de falar e ser ouvido em uma determinada situação ou mesmo quem tem autoridade para definir os termos do debate ou determinar quais questões são consideradas importantes.

Isso nos leva também a considerar que o discurso é frequentemente usado para persuadir e influenciar outras pessoas seja em debates políticos, comerciais ou sociais, onde as palavras são escolhidas e estruturadas de forma a gerar determinadas respostas emocionais, cognitivas ou comportamentais, fazendo com que, inclusive, essa capacidade de persuasão possa ser usada para promover certos interesses ou agendas políticas, como já pudemos aventar com os exemplos que trouxemos até aqui. Assim, é comum que diferentes grupos e instituições compitam pela capacidade de definir e moldar a narrativa em seu favor – no processo que identificamos como disputa pela hegemonia, justamente porque a posição privilegiada de influência na articulação discursiva pode ser usada para o esforço de moldar a percepção pública e influenciar políticas e práticas sociais. E, mais do que isso, contribui para definir os próprios contornos da inteligibilidade social a partir dos quais possa ser considerado o que quer que exista, estabelecendo-se, mais do que como uma prática instrumental do humano em relação, a própria arena na qual os conflitos de interesses são expressos, negociados e contestados articulando demandas que oportunizam relações de poder e positivam o próprio plano social.

Considerando tal perspectiva, é possível compreender que todo discurso político desempenha também uma função pedagógica na medida em que opera não apenas através, por exemplo, da comunicação de agendas e/ou ideologias, mas especialmente como mecanismo de formação de sujeitos e de constituição do social. Assim, ao disputar os sentidos e buscar adesão, todo discurso, de acordo com a proporção que adquire, participa da produção de normas de inteligibilidade que buscam orientar o que pode ser dito, pensado ou desejado, funcionando, desse modo, como dispositivo de regulação e produção de condutas. Consequentemente, podemos entender que todo discurso (e particularmente o político aqui e questão), ao influenciar percepções, afetos e comportamentos, também educa, ainda que muitas vezes de forma difusa e não institucionalizada, o imaginário coletivo. Uma compreensão como essa nos permite analisar com maior precisão, por exemplo, a transposição de discursos originalmente formulados em contextos religiosos para o campo da política institucional, que é o caso próprio do neoconservadorismo que estamos tratando, destacando que o que está em jogo não é apenas

a ocupação de posições de poder formal, mas a capacidade de incidir pedagogicamente sobre o modo como o mundo social é percebido, narrado e vivenciado.

Desse modo, quando sugerimos aqui uma passagem do discurso católico para o discurso político, especificamente, com base nos movimentos de articulação discursiva neoconservadora que delineamos, não estamos desconsiderando o caráter político que desde sempre fomenta e é razão pela qual o próprio neoconservadorismo se articula, mas estamos tentando didaticamente esboçar uma ilustração simplificada do deslocamento dessa produção de um campo de atuação majoritariamente religioso para um outro mais reconhecido na política institucional. Com isso, não perdemos de vista que essa produção discursiva religiosa é desde sempre comprometida com a disputa política, principalmente, tentando influenciar os debates em vários níveis institucionais, negociar os termos em questão e se hegemonizar a partir de uma capacidade de controle discursivo cada vez mais abrangente. Enraizada em uma agenda ultraconservadora que busca preservar e promover os supostos valores tradicionais em relação à família, sexualidade e gênero, como vimos, essa produção frequentemente se opõe a avanços em questões de direitos sexuais e reprodutivos, igualdade de gênero e diversidade sexual, através de seus militantes, agrupados ou não, que exercem influência significativa sobre políticos e legisladores em níveis regional e local.

Em muitos países da América Latina, como o Brasil, por exemplo, esses grupos ligados à produção discursiva antigênero católica são capazes de mobilizar uma base eleitoral significativa que compartilha suas visões conservadoras, mesmo que eles mesmos não sejam necessariamente de confissão religiosa católica, como é o caso dos evangélicos que, em grande maioria, ilustram a cruzada neoconservadora brasileira. Isso não quer dizer que não enfrentem resistência e movimentos contrários por parte de grupos e indivíduos que defendem uma abordagem mais qualificada em relação à sexualidade, gênero e direitos reprodutivos com base nas produções científicas e convenções políticas das últimas décadas, mas, de todo modo, significa que sua atuação pode influenciar o resultado de eleições e moldar a agenda política de governos regionais e locais, acirrando ainda mais um contexto político dinâmico em que diferentes interesses e visões permanecem em conflito declarado. Tais grupos frequentemente fazem *lobby* e pressionam por políticas que reflitam suas visões neoconservadoras, incluindo leis restritivas em relação ao aborto, contracepção, educação sexual e direitos LGBTI+, disseminando desinformações e teorias conspiratórias relacionadas às temáticas em questão, numa operação típica de pânico morais, como nos alertam os textos de Rubin (1993), Junqueira (2018; 2022), Miskolci e Campana (2017) e Baliero (2018), tentando manter sempre um

ambiente político intensamente conflituoso que dificulte a implementação de políticas baseadas em evidências científicas e direitos humanos.

A partir, sobretudo, dos anos 2000, em confluência com as elaborações teóricas sobre as quais tratamos na seção anterior, essa atuação política neoconservadora passa a se intensificar de maneira evidente com a exportação discursiva dos termos em questão para diversas regiões do mundo, com particular atenção para com a América Latina e, nesta região, o Brasil. Esse processo acompanha dinâmicas de desdemocratização que se intensificam não só nos EUA depois dos anos 1990, como também em outras regiões, diretamente ligadas a agudização do neoliberalismo²¹ e suas políticas. Wendy Brown (2006), ao analisar o caso estadunidense, explica que as forças de desdemocratização se produzem a partir das racionalidades neoliberal e neoconservadora em articulação, donde se pode entender por que o reacionarismo ganha terreno com facilidade em tais contextos políticos, principalmente, considerando como “o cristianismo fundamentalista²², enquanto idioma emergente da vida pública, combina a força desdemocratizante destas duas racionalidades” (Brown, 2006, p. 693). De maneira sucinta, ainda com base na autora, a desdemocratização implica uma deterioração progressiva dos princípios democráticos na política agora não mais sob duros golpes de autoritarismo declarado, conforme podemos elencar diversos exemplos de supressão formal da democracia na história, mas especialmente distorcendo a estrutura institucional dos sistemas democráticos em simulacros.

Esse tratamento neoliberal desdemocratizante que, em outra ocasião, a autora vai afirmar como sendo o intensificador do “niilismo, o fatalismo e o ressentimento rancoroso já presentes na cultura moderna tardia” (Brown, 2019, p. 27) contribui com a repolitização do campo religioso numa chave neoconservadora, principalmente, porque “o neoconservadorismo religioso é funcional para disciplinar subjetividades, fazendo-as mais dóceis politicamente, e

²¹ Partimos neste texto, sobretudo, de uma compreensão do neoliberalismo que se dá tanto como um modelo de mercado quanto como uma política da sociedade. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo “não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e esferas da vida [...] Ele traz em si uma ideia muito particular da democracia, que, sob muitos aspectos, deriva de um **antidemocratismo**: o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle, mesmo sob a forma de sufrágio universal” (p. 7-8, grifo do autor).

²² De acordo com Tayná de Maria e André Chevitarese (2021), o fundamentalismo religioso cristão é um conceito que, composto basicamente por seis vetores, pode ser resumido como: a) um movimento ideológico de matriz conservadora (por vezes, reacionária) que atua no interior das igrejas e para além delas na esfera pública; b) nunca está na vanguarda pois sempre atua por reação a mudanças que desafiam suas bases ideológicas; c) aglutina um espectro heterogêneo de experiências religiosas, carecendo de unidade e identidade teológica; d) é intrinsecamente avesso à democracia e a um mundo regulado pela razão; e) utiliza-se de meios políticos para propagar suas ideias e atacar outras minorias religiosas; f) é um conceito que está sempre em movimento, alterando-se ininterruptamente para continuar sendo o que sempre foi.

fertilizar o terreno do político para a imposição e aceitação de lógicas autoritárias de exercício do poder” (Corrêa; Parker, 2020, p. 6, tradução nossa). De tão rica que é a descrição feita pela autora do quadro fenomênico resultante dessa mistura tóxica que investe na desdemocratização a partir das movimentações políticas contemporâneas, decidimos, então, reproduzi-la na íntegra a seguir como ilustração do que seja o panorama social com o qual estamos lidando:

Amedrontada pela perda dos valores e bens até então assegurados pelo “nomos da Terra”, essa população se enfurece com os cosmopolitas seculares orientados na direção do uso no lugar da propriedade e que adotam a indeterminação racial, **a fluidez de gênero, “às famílias que escolhemos”**, a ausência de Deus, fronteiras abertas, a especulação, a sociabilidade virtual e o desenraizamento da vida cotidiana. Os de algum lugar agarram-se ao solo, mesmo que este seja um gramado suburbano devastado pelas secas e enchentes do aquecimento global, entulhado com a parafernália de analgésicos viciantes e próximo de escolas desmoronando, fábricas abandonadas, futuros terminais. Famílias tornam-se cascas, propriedades e poupanças desaparecem, casamentos balançam e quebram, depressão, ansiedade e outras formas de doenças mentais são ubíquas, a religião é comercializada e armada, e o patriotismo é reduzido ao apoio xenófobo às tropas em guerra sem rumo e sem fim e em barricadas fronteiriças inúteis, mas espetaculares. A nação, a família, a propriedade e as tradições que reproduzem privilégios raciais e de gênero, feridas de morte pela desindustrialização, pela razão neoliberal, pela globalização, pelas tecnologias digitais e pelo niilismo são reduzidas a resquícios afetivos. **Até agora, esses resquícios foram predominantemente ativados pela direita** (Brown, 2019, p. 228, grifos nossos).

Destacamos “fluidez de gênero” e “famílias que escolhemos” nesse panorama justamente porque, ao nosso ver, se ligam diretamente à mobilização discursiva que nos preocupa e compõem pontos nevralgicos na mobilização aguda de reação aos avanços democráticos obtidos no âmbito das políticas de reconhecimento, de reprodução e de legalidade das demandas relacionadas às minorias sociais. Com relação ao desenvolvimento conceitual de gênero que abre espaço para a consideração fluída das experiências, encontramos no Brasil e região, um perceptível crescimento, nas últimas décadas, da produção teórica e ativismo social em termos de políticas para educação que considerem as questões das identidades de gênero e sexuais, respeitando suas particularidades, inclusive, quando se trata de experiências de vida que fogem do marco heteronormativo predominante. Dos anos 1990 para cá, não por acaso, estudos de gênero mais críticos, entendidos dentro de uma matriz pós-estruturalista, como os estudos *queer*, por exemplo, têm tido cada vez mais adesão de pesquisadoras/es e, isso, certamente, tem também influenciado de forma significativa os debates e norteamientos que dizem respeito a gênero e sexualidade na realidade brasileira e região. Não à toa, Sonia Corrêa (2018) relata que nas conferências dos anos 1990, entre as feministas do Sul global, “as latinas

eram, de fato, as que estavam mais familiarizadas com as teorias críticas de gênero e sexualidade” (p. 13-14), o que se confirma, de algum modo, com a reação de Dale O’Leary ao dedicar parte de suas críticas em *The Gender Agenda* a essas feministas.

Sem a pretensão de estendermos sobremaneira a consideração desse campo teórico, podemos dizer que estudiosos/as *queer* entendem os “corpos” como lugares privilegiados, nos quais a heteronormatividade inscreve certos códigos de produção e reprodução sexual na tentativa de produzir identidades pré-estabelecidas (Louro, 2000; Preciado, 2014). Para eles/as, as identidades são construtos sociais e históricos constituídos a partir das diversas performatividades²³ que as pessoas efetivam em sua relação com o mundo. E é com base nessas operações culturais e históricas sobre as identidades que esses estudos consideram o gênero como uma categoria analítica imprescindível (Scott, 1995). Desse modo, mesmo postulando uma espécie de impulso pós-identitário, principalmente por valorizar a diferença, o *queer* nos ajuda, antes de tudo, a questionar radicalmente as políticas de identidade e as normalizações sociais, pois coloca-se “contra a normalização – venha ela de onde vier” (Louro, 2001).

Isso, ao invés de necessariamente obstruir as políticas de reconhecimento de pessoas e grupos que estão à margem da heteronormatividade, na radicalização da análise de como essa marginalização e centralização foram produzidas, contribui para também desconstruir radicalmente a própria pressuposição da heteronormatividade como uma condição inata, essencial e natural dos seres humanos; desmantelando, portanto, qualquer suposição ontológica acerca do que seja homem e/ou mulher, e também desafiando práticas educativas e concepções de currículo marcadas por determinações de gênero e sexualidade extremamente essencializadas pelo marco heterossexual. Dessa forma, acaba por tornar-se um auxílio, mesmo que guardadas a sua fluidez e sua negação identitária, para a reflexão, por exemplo, no caso do nosso campo, sobre políticas de educação e de currículo relacionadas a pessoas que se identificam ou são identificadas como LGBTI+ ou que, simplesmente, não se encontram satisfatoriamente na heteronormatividade. Não que sejam os estudos pós-estruturalistas de gênero a base única das demandas por políticas que reorganizem a hegemonia desses sentidos. Mas porque são eles também que muito evidentemente enfrentam um debate sobre ontologia de forma radical, e é do caldo metafísico posto sobre as coisas que os reacionários mais se beneficiam. Daí compreende-se a razão de tanta histeria neoconservadora nas disputas

²³ Butler (2000) considera performatividade como a repetição contínua de atos performativos, que tem o poder de reiterar o discurso produtor de identidades de gênero. Ou seja, por essa compreensão, entende-se que o ensino e a repetição contínua de certos códigos sobre gênero têm como objetivo o estabelecimento e a naturalização de performatividades que legitimem tipos identitários como essenciais.

institucionais em torno das políticas de educação e de currículo citadas nas seções do primeiro capítulo.

Ao nosso ver, tanto esse tipo de produção teórica crítica quanto a qualificação do debate por ela informado de maneira consequente à mobilização política que disputa a educação analisando os processos de subjetivação em intersecção com as produções discursivas de currículo se tornam alvos preferenciais de ataque dos neoconservadores. Sobretudo, no que se propõem em termos de desestabilização de um marco identitário hegemônico da normatividade sexual e de gênero, conforme o tecido de desdemocratização descrito por Brown (2019). O alargamento das possibilidades de vida e o deslocamento do status de ser homem e ser mulher para uma condição não mais essencial e/ou natural se ligam diretamente às preocupações religiosas em relação à “proliferação de sexualidades” e gênero que já estamos notando desde as conferências das Nações Unidas. O realinhamento dos estudos de gênero para uma perspectiva de condições identitárias e/ou de identificação, que faz com que, inclusive, sejam supostas as possibilidades, também, de desidentificação ou *queerização* das experiências de vida, nos parece ser, então, um ponto de suma importância para o entendimento do antigenerismo e suas transformações consequentes ao seu desenvolvimento histórico e político. Isso porque, principalmente no caso da perspectiva dos religiosos, tal realinhamento parece se conflitar diretamente com uma antropologia teológica subjazida por uma ontologia dogmática tornada necessária que teme a possibilidade do fluído, do múltiplo e de mudanças.

No Brasil, esse tipo de reação antigênero encontra um espaço oportuno de crescimento, principalmente, graças à forte expansão de políticas neoliberais como marca do período de redemocratização pós-1980 (depois que o país passou por duas décadas de ditadura militar) que, dentre outras coisas, intensificaram uma economia fortemente baseada na exportação de *commodities* e na atividade de agronegócio, mantendo-se como um dos países que, mesmo possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 0,7 e 0,8²⁴, continua sendo um dos mais desiguais do mundo²⁵. Além da característica classista da desigualdade econômica, este país também é atravessado historicamente por fortes traços de autoritarismo político,

²⁴ Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-2022*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), o Brasil figura na posição 87 do ranking de classificação do IDH com um valor de 0,754 para o ano de 2021. Isso representa o seguimento de uma queda no índice do país que acompanhou o ano anterior relacionada muito com a conjuntura da pandemia de Covid-19 que vitimou centenas de milhares de pessoas, mas também com as ações de um governo que só aprofundou o quadro de desigualdade já existente.

²⁵ Mesmo mantendo seu IDH numa faixa classificada como de desenvolvimento elevado, o alto nível de desigualdade social do Brasil é justificado por sua má distribuição de renda e fortes disparidades econômicas regionais. No relatório PNUD 2021-2022, por exemplo, o Coeficiente de Gini, um índice que mede a concentração de renda, é de 48,9 para o Brasil, colocando-o na 14ª posição dos países mais desiguais do mundo.

patriarcalismo, racismo, patrimonialismo, intolerância, sexismo e heteronormatividade que se tornaram fundamentais na sua formação social e política ao longo de séculos de colonialismo. Significa dizer que, este território produzido por diversos mecanismos de violência e autoritarismo “teimosamente presentes em nossa história pregressa e que encontram ressonância na atualidade” (Schwarcz, 2019, p. 26), ainda mais alcançado nas últimas décadas pela oscilação entre crises econômicas e curtos períodos de crescimento, se torna espaço promissor para a atuação neoconservadora e seu projeto político.

No âmbito religioso, base da formação discursiva neoconservadora que consideramos neste trabalho, durante esse período de redemocratização, o contexto brasileiro experimentou várias transformações que, sobretudo, apontam para um evidente crescimento do evangelicalismo em meio a uma cultura religiosa que há muito era marcada pela hegemonia católica. Apesar da heterogeneidade do campo das igrejas evangélicas, é possível perceber o aumento vertiginoso daquelas conhecidas como (neo)pentecostais que se disseminaram e enriqueceram exponencialmente, por vezes, em regime de franquias, ocupando e comprando meios de comunicação, numa perspectiva religiosa de propagação da chamada “teologia da prosperidade”. Tal perspectiva se coaduna com o tratamento neoliberal das políticas que estavam sendo empregadas no país que, para além dos seus aspectos econômicos, incorriam em fatores sociológicos e políticos de precarização da vida social e ação coletiva, de outros modos de subjetivação atravessados por um regime de concorrência altamente individualista, e de desamparo das políticas de seguridade e redistribuição necessárias para a solidariedade social.

Todo esse quadro altera profundamente os vetores da concorrência religiosa no país, principalmente, com acento nas igrejas evangélicas, mas também com o “avanço dos **sem religião**, grupo heterogêneo composto por agnósticos, ateus e, sobretudo, por indivíduos que passaram a declarar não dispor de filiação religiosa, autoidentificação que, em sua maioria, não significa necessariamente descrença ou indiferentismo religioso” (Mariano, 2013, p. 120, grifo do autor). No entanto, não diminuiu a influência do discurso religioso cristão, mesmo que ele pendule entre camadas católicas sedimentadas historicamente e as novas articulações evangelicais, nos fazendo pensar que essa reformulação de um novo imaginário religioso tem cada vez mais se reforçado numa hegemonia cristã que incide como “uma reconfiguração – imprevista e muitas vezes problemática – das próprias formas de relacionamento entre religião e espaço público em seus aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos” (Oliveira, 2009, p. 13). Essa hegemonia cristã que de alguma forma se refaz no espaço brasileiro, apesar de seus novos polos de protagonismo e influências, justifica em grande parte a verificável articulação

entre católicos/as e evangélicos/as, dos mais diversos tipos, tanto na tradução quanto na reformulação constante do discurso antigênero no país desde o começo dos anos 2000.

Posto isso, tivemos na primeira década de 2000, em correlação com as publicações antigênero católicas internacionais, as primeiras inserções dos termos dessa atuação neoconservadora na dinâmica política e religiosa do Brasil. Apesar disso, é preciso pontuar que, de acordo com Junqueira (2022), “entre 2003 e 2011, a circulação do sintagma ‘teoria/ideologia do gender’ parece ter sido bastante discreta e parcimoniosa, sendo observado o seu emprego sobretudo em determinados documentos oficiais da Igreja Católica e em eventos e publicações mais ligadas ao associacionismo católico” (p. 145). O evento desse tipo provavelmente mais significativo realizado aqui no país foi a *V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*²⁶ que aconteceu na cidade de Aparecida, em São Paulo, em maio de 2007. O documento conclusivo desta conferência, ao tratar de aspectos do contexto latino-americano que, segundo os bispos, os desafiam enquanto “discípulos e missionários”, baseia-se no texto do Conselho Pontifício para a Família citado na seção anterior, lançado em 2000, e apresenta a sua reação antigênero da seguinte forma:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a **ideologia de gênero**, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (Conselho Episcopal Latino-americano, 2008, p. 30, grifo nosso).

Ainda mais, sustenta que, dentro do que eles identificam como uma emergência educacional neste continente, algumas “novas formas educacionais” frequentemente estariam propiciando “a inclusão de fatores contrários à vida, à família e a uma sadia sexualidade” (Celam, 2008, p. 149). Família esta que, considerada “um dos tesouros mais importantes dos povos latino-americanos e caribenhos”, seria criada por Deus e limitada ao binarismo heteronormativo já que “pertence à natureza humana que homem e a mulher busquem um no outro sua reciprocidade e complementaridade” (Celam, 2008, p. 65), devendo assim ser

²⁶ Conhecido como Celam, esse conselho dos bispos latino-americanos já foi presidido, inclusive, pelo Alfonso López Trujillo, de 1979 a 1982, quando este empreendeu um dedicado esforço para a erradicação da Teologia da Libertação na América Latina. A partir de então, depois de um início marcado pelas ondas políticas críticas e reformistas dos anos 1960, sobretudo das universidades mundo afora e do Concílio Vaticano II, o Celam passa a “endireitar-se” graças a figuras como a do bispo colombiano. Segundo relato de Frei Betto, o López Trujillo “não era apenas um conservador: era uma pessoa de extrema-direita. Estava abertamente a favor do grande capital e da exploração dos pobres: defendia mais o capitalismo do que a doutrina da Igreja. Tinha tendências cínicas. Na Conferência do Celam, em Puebla, chegou a agredir um cardeal!” (Martel, 2019, p. 259).

protegida e afirmada conforme os termos apresentados pelos bispos que, inclusive, não só se dirigem aos fiéis de suas igrejas, mas interpelam governantes, legisladores e outros profissionais civis da região a reiterarem a sua perspectiva ideológico-religiosa na fundamentação e execução das decisões públicas.

Esse texto conclusivo dos bispos foi aprovado pelo então Papa Bento XVI e também contou com a participação direta em sua elaboração do cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, que poucos anos depois viria a ser tornar o Papa Francisco. Essa consideração é importante porque aponta justamente para a continuidade da produção antigênero entre os papas recentes, principalmente, verificando que essa reação já era presente em Bergoglio desde sua condição de cardeal, estendendo-se também como política do seu pontificado posterior. Isso pode ser identificado quando, em sua exortação *Amoris Laetitia*, o papa argentino afirma que a suposta “ideologia genericamente chamada **gender** [...] prevê uma sociedade sem diferenças de sexo” (Francisco, 2016a, p. 48, grifo do autor), e em um discurso para religiosas/os na Geórgia, em outubro de 2016, complementa tal posição sugerindo que essa “ideologia do gênero” estaria sendo impulsionada pelo mundo através de “colonizações ideológicas” (Francisco, 2016b, p. 4). Com relação ao papa recém-eleito, Leão XIV, ainda não tivemos dele, nesta atual função, qualquer menção a gênero em nenhum de seus discursos públicos até o momento de finalização deste trabalho.

O que se sabe por ampla divulgação da imprensa, quando da sua eleição, é que foi encontrado no seu histórico de publicações na rede digital X (antigo *Twitter*), onde o então cardeal Robert Prevost manteve uma conta ativa durante 14 anos até ser eleito papa, o compartilhamento de notícias de promoção antigênero, como, por exemplo, uma entrevista com Miguel Cabrejos, arcebispo de Trujillo (Peru)²⁷ à época, na qual ele afirmava que a suposta ideologia de gênero “deforma homens e mulheres” (O Globo, 2025). Também foi encontrado um discurso seu a bispos em 2012, através do qual expôs o seu lamento por mídias que a seu ver possuem “simpatia por crenças e práticas que estão em desacordo com o Evangelho” ao se referir ao “estilo de vida homossexual” e a “famílias alternativas compostas por parceiros do mesmo sexo e seus filhos adotivos” (Povoledo *et al.*, 2025). Além disso, Durães (2025) noticiou também que, quando ainda era bispo no Peru, o novo papa chegou a se opor a um plano do governo local de incluir estudos sobre gênero nas escolas sob a justificativa de que “a promoção da ideologia de gênero é confusa porque busca criar gêneros que não existem”. Isso, de alguma

²⁷ Lembrando que o Peru é o lugar onde foi publicado o primeiro documento eclesial antigênero, no âmbito do catolicismo romano, que utilizou o termo “ideologia de gênero” – *La Ideología de Género: Sus Peligros y Alcances*, através de Conferência nacional, conforme citamos na página 48.

forma, encontra ressonância na única alusão ao tema de gênero que ele fez publicamente até agora mesmo sem ter, de fato, tratado da categoria em si, quando em discurso para diplomatas do mundo todo, em maio deste ano, reforçou sua crença de que sociedades civis harmoniosas e pacíficas são alcançadas “investindo na família, fundada na união estável entre um homem e uma mulher” (Leão XIV, 2025, p. 3).

Mas voltando ao caso do seu antecessor, compreendemos que, além de endossar o discurso antigênero que vinha sendo articulado desde décadas atrás, o Papa Francisco fez o uso proposital do termo “diferença” de modo contrário, por exemplo, ao sentido pelo qual empregam os estudos e políticas de gênero, que é o de, na verdade, com esse conceito exacerbar a consideração da diferença e trazê-la a condições de existência cada vez mais dignas – e não a apagar²⁸. Também é interessante notar a relação que o líder católico fez da “ideologia de gênero” com uma suposta denúncia de “colonizações ideológicas”. Assim como Sonia Corrêa (2016) alerta, “essa díade pode e deve ser interpretada como uma montagem manipulativa da teoria *queer* (gênero) e do pensamento crítico pós-colonial (colonialidade)” (p. 258) por parte do atual discurso pontifício católico. As origens latino-americanas daquele pontífice, que o fizeram se apresentar como o “papa do fim do mundo” e que foram comumente utilizadas para propagandear uma perspectiva de mudança no governo da Icar, podem apontar, no caso da disseminação pontifícia do antigenerismo, para um uso estratégico da reivindicação de uma suposta descolonialidade que tenta justificar o ataque de Francisco ao que ele considerou como uma natureza colonial da “ideologia de gênero” (Corrêa, 2016). E é, portanto, por isso que Charamsa²⁹ não hesita em avaliar que, diante de um quadro institucional em que se percebia uma extrema necessidade de mudanças, Francisco, ao dar continuidade à produção discursiva antigênero que se arrastava desde Ratzinger (e Bento XVI), “trouxe mudanças, mas apenas cosméticas” (Paternotte; Case; Bracke, 2016, p. 232).

²⁸ Conforme reportado por Mariangela Jaguraba ao *Vatican News*, o Papa Francisco voltou a reiterar essa mesma acusação antigênero recentemente durante audiência com participantes do encontro *Homem-Mulher, imagem de Deus. Por uma antropologia das vocações*, coordenado pelo cardeal conservador Marc Ouellet, no Vaticano em março de 2024. Trecho de sua fala na ocasião mostra que ele sublinhou o seguinte: “é muito importante que haja este encontro, este encontro entre homens e mulheres, **porque hoje o perigo mais feio é a ideologia de gênero, que anula as diferenças**. Pedi para fazer estudos sobre essa ideologia ruim do nosso tempo, que apaga as diferenças e torna tudo igual; cancelar a diferença é cancelar a humanidade” (grifo nosso).

²⁹ Krzysztof Charamsa foi padre da Igreja Católica Romana e teve uma carreira na qual pôde trabalhar por mais de uma década em departamentos do mais alto nível da instituição, como, por exemplo, a Congregação para a Doutrina da Fé, atuando também na Comissão Teológica Internacional que tem como missão ajudar a Santa Sé no exame de questões doutrinárias. Ele também lecionou em importantes universidades pontifícias de Roma até que toda a sua carreira eclesiástica teve fim quando, em 2015, assumiu sua homossexualidade e foi destituído de todas as suas funções.

De qualquer forma, é possível pensar que, com o exemplo da Conferência de Aparecida, a partir de 2007, “houve um gradual e sustentado acionamento do discurso antigênero em todo o continente latino-americano, onde, mesmo que em maneiras e ritmos distintos, veio ganhando terreno e vigor em diferentes âmbitos dessas sociedades” (Junqueira, 2022, p. 154). Isso depois dos termos dessa reação já terem sido ensaiados desde os anos 1990, como também mostra Junqueira (2022), em países como o Peru (vide nota da conferência já citada), Costa Rica, Colômbia, Paraguai e posteriormente a Argentina, se estendendo assim no curto período de pouco mais de uma década para quase todos os países da região através de alguma atuação antigênero. Aqui no Brasil, ainda em 2007, já aparece a segunda edição brasileira do *Lexicon* (a primeira edição, publicada pela CNBB, já circulava desde 2003) e, logo no ano seguinte, a tradução, em formato condensado do livro de O’Leary. Desse modo, esses movimentos de exportação do discurso antigênero e “da família” vão ganhando espaços para além dos eventos católicos e passam a figurar com cada vez mais frequência nas mídias e atuações de políticos brasileiros desde os âmbitos locais do país até as discussões travadas em nível federal.

No campo político, impulsionada inicialmente pelo contexto da publicação, pelo Ministério da Saúde, do *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual*, a invocação da “ideologia de gênero” pode ser encontrada nos debates, por exemplo, em pelo menos “três pronunciamentos em Plenário, nos anos de 2003, 2004 e 2010, com sentido rigorosamente igual ao atual” (Lacerda, 2019, p. 72). O deputado Elimar Máximo Damasceno que exerceu mandato federal pelo estado de São Paulo, de 2003 a 2007, através do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), foi uma das figuras políticas que, já instruídas pela elaboração antigênero católica, começou a difundir esse discurso no plenário federal. Em sua intervenção na tribuna dos deputados logo após a realização da *Parada do Orgulho Gay* de 2003, em São Paulo, é possível ver por exemplo, o seguinte trecho:

No discurso dos homossexuais, somos perseguidores, arcaicos, preconceituosos, e afirmam, que são discriminados pela Igreja, Estado e família. Alegam, com argumentos deformados, que a Igreja os veem como filhos do demônio, pessoas impuras, etc. [...] É preciso esclarecer bem a posição da Igreja. Recentemente o Pontifício Conselho para a Família publicou uma obra denominada “**Lexicon**” em que 68 especialistas discorreram sobre expressões ambíguas, fundamentando suas conclusões em dados científicos à luz da Doutrina. Entre essas expressões encontrava-se a “**ideologia de gênero**”. Aí podemos constatar que os desvios sexuais são contrários á [sic] natureza e não amparados pela doutrina. Esse importante documento obteve críticas de alguns meios de comunicação entre nós, possivelmente pelo desconhecimento de seu conteúdo. Enquanto isso a imprensa internacional classificou-o como um dos mais importantes

documentos desse início de século (Deputado Elimar Damasceno, Discurso em plenário, 27/06/2003, grifo nosso).

Toda essa preocupação do deputado tem a ver, segundo ele, com um suposto movimento de “origem internacional com o objetivo de desestruturar a família, célula básica da sociedade”. Algo que continua a ser reiterado noutro discurso de 2004, com o qual ele continua a difundir a reação antigênero utilizando-se do argumento central do dicionário católico, conforme Marina Lacerda (2019, p. 72) pôde identificar em sua pesquisa de doutorado cujo trecho reproduzimos a seguir:

Fundamentado na **ideologia de gênero**, as feministas radicais defendem a tese de que a primeira opressão da mulher se dá no casamento monogâmico, e para evitar essa opressão é necessário, segundo esse grupo, **destruir a família**. Uma das estratégias é o reconhecimento legal de várias formas de família. Assim teriam os mesmos direitos da família tradicional: as uniões de fato, as uniões de pessoas do mesmo sexo, o conhecido “casamento gay”. [...] **julgo importante que todos nós estejamos familiarizados com essas expressões ambíguas, esses neologismos que, com dupla finalidade, têm o objetivo de introduzir na legislação brasileira ideologias contrárias à nossa comunidade fundamentada na família – base da sociedade – e na defesa da vida humana** (Deputado Elimar Damasceno, Discurso em plenário, 25/07/2004, grifos nossos).

Exemplos discursivos como esses fazem parte dos movimentos iniciais de disparada do espectro antigênero no Brasil que, se desenvolvendo no decorrer dos anos sob variados atores e até mesmo com um aparente deslocamento da identidade religiosa católica para a evangélica, tem seu ponto de culminância política quinze anos depois quando alcança o governo federal com as eleições presidenciais de 2018. Isso porque “apesar de criada na tradição católica, a categoria ‘ideologia de gênero’ foi incorporada no Congresso Nacional primeiro por parlamentares evangélicos e, depois, por grupos políticos seculares” (Melo, F. 2020, p. 5), inclusive, com o apoio e assessoria de padres e líderes católicos constantemente presentes nos bastidores da política em Brasília, como veremos mais à frente, por exemplo, quando citarmos a atuação do padre José Eduardo de Oliveira. Isso não significa dizer que parlamentares católicos também não foram importantes para a difusão e fortalecimento do antigerismo na política brasileira recente. Pelo contrário, apenas nos evidencia que, entre esses diferentes perfis religiosos, tivemos também diferentes níveis de atuações fundamentais para consolidação desse discurso, nos quais a presença evangélica despontou com forte estridência midiática e nas tribunas parlamentares, enquanto que a presença católica continuou mobilizando suas articulações políticas, como de praxe, de maneira um pouco mais discreta, mas nem por isso menos declaratória e eficaz.

O campo evangélico, especialmente após 2013, apropriou-se dessa gramática antigênero e a tornou central em sua mobilização pública e política, promovendo muito constantemente coalizões com setores católicos também já atuantes no cenário político. Desde as eleições de 2010 que levaram Dilma Rousseff à presidência da República, já se percebia uma certa confluência mais robusta naquele apoio evangélico que até então sempre foi mais dividido entre os candidatos, ali à época, se colocando como contrário à candidata do PT que “foi acusada por setores evangélicos pentecostais e neopentecostais e católicos tradicionalistas de defender o aborto e a destruição dos valores da família” (Py; Reis, 2015, p. 143). A partir de então, lideranças como o pastor evangélico e deputado Marco Feliciano, por exemplo, e outros membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)³⁰ “ganham destaque no debate público a partir de diversas articulações contrárias à expansão dos direitos sexuais e reprodutivos” (Bortolin, 2024, p. 143); começaram a vocalizar as pautas relacionadas a esses direitos e ao uso de gênero como ameaças à família e à infância, como “promoção do homossexualismo”, passando também a atuar junto a católicos na linha de frente contra políticas de diversidade sexual e de gênero e em nome do suposto fortalecimento de laços familiares (Bortolin, 2024); além do que igualmente promoveram projetos como o *Escola Sem Partido* que citamos no capítulo anterior quando apresentamos o Mesp como um ator importante na difusão do antigenerismo até 2019.

Essa transposição de perfil religioso cristão no *front* da propagação da política antigênero no Brasil ocorre por meio de relações históricas entre o *ethos* católico majoritário e a expansão evangélica nas últimas décadas, que vêm se consolidando desde as articulações da Constituinte de 1986, através do surgimento da chamada bancada evangélica que, desde o seu

³⁰ Apesar de autores como Prandi e Santos (2017) entenderem que FPE seja apenas o nome oficial para a bancada evangélica na política brasileira contemporânea, consideramos mais pertinente tomarmos as distinções entre elas elaboradas por autores como Costa (2020) e Ferreira (2024). De acordo com a tese de Cristiano Ferreira, a bancada evangélica “refere-se informalmente ao conjunto de parlamentares que se identificam como evangélicas/os e que frequentemente agem, desde a Assembleia Constituinte, de maneira mais ou menos coordenada em prol de interesses e valores que estão alinhados com as crenças e princípios de sua identidade religiosa. Apesar de pertencerem a diferentes partidos políticos, compartilham um compromisso comum com temas considerados prioritários, como a defesa de valores familiares tradicionais e daquilo que entendem por liberdade religiosa e a oposição às políticas de direitos sexuais e reprodutivos e às pautas progressistas em questões de direitos humanos [...] Por sua vez, a FPE, fundada em 18 de setembro de 2003, e oficializada a partir do Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 20159, é uma organização formal dentro do Congresso Nacional, que para existir, precisa atender a uma série de exigências, como ter o apoio de pelo menos um terço do número de parlamentares do Congresso (198 deputadas/os e senadoras/es), apresentar ata de fundação e estatuto, constando os nomes das pessoas responsáveis por representá-la diante da Mesa Diretora da Câmara e do Senado” (Ferreira, 2024, p. 26). Enquanto isso, Reginaldo Costa propõe uma compreensão que articula ambas as faces do evangelicalismo político “entendendo que a Bancada Evangélica seria uma espécie de Estado-Maior que organiza os setores evangélicos conservadores em torno de suas pautas específicas, enquanto a FPE seria a mediação em relação aos outros setores conservadores da política nacional junto a ruralistas, militares, empresários, neoliberais, católicos, entre outros, quando se propõem a universalizar o projeto de ‘nação evangélica’” (Costa, 2020, p. 229).

início, “não é política nem ideologicamente homogênea, mas é, de forma geral, conservadora” (Prandi; Santos, 2017, p. 187), junto com a intensificação ano após ano tanto da colaboração quanto, principalmente, da competição religiosa pelo poder político. No caso específico do antigenerismo que analisamos, a produção discursiva gestada e inicialmente propagada pelos intelectuais católicos, como vimos, passa a partir de 2013 a ser um recurso estratégico para o crescimento eleitoral dos evangélicos que, graças a sua capilarização política cada vez mais abrangente, nacionalizam esses temas e fomentam projetos legislativos e mobilizações populares. A ressonância que esse discurso que apela à moral cristã possui entre quantidades relevantes do eleitorado brasileiro é o que motivou e ainda permanece motivando políticos profissionais a afirmarem, cada vez mais, sua identidade neoconservadora (Salomón; Zimmer, 2025).

Como podemos entender a partir da pesquisa de Sales (2025), esse tipo de apropriação do discurso de um perfil identitário diferente (por vezes, até antagônico) como esse; ou seja, essa migração de repertórios entre perfis religiosos distintos, se dá, muitas vezes, pela capacidade que intelectuais e atores católicos têm de traduzirem seus argumentos religiosos em linguagem, por exemplo, supostamente secular. É o que Vaggione (2017) chama de “secularismo estratégico” e que, além da questão antigênero e familista que tratamos aqui, também se manifesta sobre outras pautas como direitos reprodutivos e o aborto, por exemplo, utilizando-se de uma linguagem aparentemente própria do direito, da bioética e das ciências em geral para se tornarem palatáveis nos debates públicos e lograrem êxito na cooptação de outros atores políticos, como os evangélicos e até mesmo não religiosos.

Nesse sentido, podemos afirmar que o caso brasileiro recente é paradigmático no êxito dessa transposição discursiva, pois fica muito evidente que, enquanto os atores e grupos católicos formulam, “testam” e legitimam seus argumentos religiosos pseudo-secularizados, os evangélicos disseminam e radicalizam tais pautas na esfera política pública e institucional, inclusive, através de alianças estratégicas, de tal modo que, muitas vezes, deixam menos aparente a presença e importância católica no neoconservadorismo da ultradireita nacional, promovendo algo como o que Caldeira e Toniol (2020) chamam de “catolicismo eclipsado”. Esse tipo de jogo político tende a convencer intérpretes menos atentos e mais imersos no calor da hora da política recente e pode fazer “parecer que a face religiosa do conservadorismo brasileiro é evangélica e, por isso, tão recente quanto a presença pública deste grupo na política nacional” (Caldeira; Toniol, 2020, n.p.). No entanto, pelo que podemos tomar a partir do caso

da reação à categoria de gênero, existem conexões de processos muito mais longos, antigos e de forte iniciativa católica romana a articular a atuação da ultradireita em vigor.

A presunção de uma ameaça evangélica a um Estado que outras religiões pouco influenciam nas questões de ordem pública é enganosa, e, nesse sentido, a miopia de muitas análises está em, ao considerar os evangélicos a face mais visível do conservadorismo religioso contemporâneo, não levar em conta que a força dessa tendência reverbera em uma tradição que é, ainda, fortemente católica (Marsicano, 2024, p. 71).

Esse tipo de mobilização política e de fortalecimento da plataforma discursiva antigênero ganhou uma dimensão tão grande na política brasileira que acabou se tornando uma das principais frentes da campanha eleitoral que compôs a trajetória vitoriosa do candidato Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018. Tanto que em seu discurso de posse, no Congresso Nacional, o político diz explicitamente que se compromete em respeitar “nossa tradição judaico-cristã”, relacionando isso ao “combater à ideologia de gênero”³¹, mesmo sem sequer explicar minimamente do que se trata essa questão e de como deverá encampar esse combate durante o seu governo. Tal postura indica a pertinência do evidente caráter estratégico trazido pela reação antigênero num plano político eleitoral arquitetado sob quadro fantasmático de pânico e guerra moral em relação ao qual o novo presidente, mesmo parecendo ter pouco conhecimento (assim como vários/as outros/as que falam em nome dessa “batalha”), não deixa de se servir oportunamente para angariar poder, votos, dízzimos (no caso de seus/suas aliados/as) e privilégios.

No contexto brasileiro, a apropriação do sintagma “ideologia de gênero” por parlamentares e movimentos ultraconservadores não deve ser compreendida apenas como um expediente retórico ou como uma estratégia eleitoral pontual. Trata-se, antes, de um ato discursivo de caráter performativo que, ao ser reiterado, institui no próprio gesto de enunciação os efeitos que proclama. Como argumenta Butler (2000, 2019), a performatividade não descreve uma realidade prévia, mas produz, através de práticas reiterativas de linguagem e de corpo, os efeitos que nomeia. Assim, cada vez que líderes políticos afirmam que “a ideologia de gênero ameaça nossas crianças”, não estão apenas comunicando um suposto perigo externo, mas estão fazendo existir essa ameaça no plano social, ao mesmo tempo em que interpelam sujeitos a se reconhecerem como parte de um coletivo imaginado em risco.

³¹ A referência da íntegra do discurso de Bolsonaro no Congresso Nacional, publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, pode ser encontrada no final deste trabalho.

Desse modo, o enunciado opera como ato que organiza medos, afetos e identificações. Ele não apenas mobiliza uma comunidade política já formada, mas contribui para constituí-la, criando fronteiras entre um “nós” protetor — associado à família, à moralidade, à tradição — e um “eles” ameaçador, representado por feministas, professores, ativistas LGBTI+ e partidos progressistas. O gesto de dizer é, ao mesmo tempo, o gesto de traçar as linhas do antagonismo. É essa força performativa que explica a ressonância do termo no espaço público e sua capacidade de produzir efeitos de realidade mesmo em meio à ausência de uma referência empírica clara. Dessa forma, a utilização do termo como arma eleitoral não se reduz à eficácia comunicativa, mas se revela como uma pedagogia política performativa, que ensina quem são os inimigos, como devem ser combatidos e quais valores precisam ser protegidos. Ao mesmo tempo em que convoca sujeitos a aderirem a esse “nós”, o enunciado também institui os contornos da alteridade política a ser rejeitada, funcionando como prática de hegemonização que produz identidades coletivas e antagonismos centrais na cena política brasileira contemporânea.

Essa “batalha” no Brasil foi sendo tomada no decorrer dos últimos anos por políticos, muitas vezes pouco conhecidos num cenário mais comum do cotidiano institucional, como um terreno favorável ao catapultar de uma visibilidade política que eles nunca conseguiram alcançar em suas apáticas atuações parlamentares. O próprio Bolsonaro talvez seja o exemplo mais significativo disso se considerarmos os vinte e oito anos de sua presença praticamente irrelevante no Congresso Nacional como deputado federal. É a partir de finais de 2010 que, graças a ele e a outros/as parlamentares de ultradireita, o discurso antigênero começa a produzir um impacto relevante na arena política do Brasil. E o caso da atuação dele especificamente passa a ilustrar maciçamente as manchetes das mídias variadas a partir de suas colocações contra o *Projeto Escola sem Homofobia*, que nomeou de *kit gay* e que, segundo sua posição, estaria sendo aprovado e veiculado nas escolas públicas pelo Governo Federal do Brasil. Anos depois, em 2017, de acordo com matéria de Marcelo Godoy (2017), publicada pelo *Estadão*, o próprio Bolsonaro reconhece que “o *kit gay* foi uma catapulta na minha carreira política”. Segundo infográfico divulgado na referida matéria, o post feito na página do *Facebook* do deputado, em 10 de janeiro de 2016, sobre o “Kit Gay para as escolas” contabilizava, em 20 de março de 2017, um número de 8.292.551 visualizações, alcançado 38.448.609 pessoas, segundo os métodos de checagem da própria rede social.

A falácia do “kit gay” foi montada de forma leviana pelo deputado no parlamento, pelo menos, desde novembro de 2010, a partir de um discurso feito após a realização de duas

audiências públicas no Congresso Nacional para o planejamento do *Programa Escola Sem Homofobia* (Baliero, 2018), e pode ser entendida como uma das investidas estratégicas iniciais para a produção do combate à “ideologia de gênero” nos espaços políticos institucionalizados. Na ocasião, Bolsonaro chega a dizer que o kit de combate à homofobia, discutido e apresentado nas audiências, seria “um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade”, e que, “destinado a crianças de 7 a 12 anos, [seria] distribuído no ano que vem [2011] para 6 mil escolas públicas do Brasil”³². Nesse momento de inserção da falácia, o deputado mescla a associação do novo perigo a ser combatido tanto com o que já vinha sendo alardeado como, por exemplo, homossexualidade e “homossexualismo”, casamento gay, “fim da família”, quanto com o que depois passaria a ser o objeto direto associações políticas: a esquerda, o comunismo, a ONU, o Partido dos Trabalhadores (PT) que naquela época estava no governo federal. Isso, de alguma forma, preconiza aquele movimento de contestação da categoria gênero que, logo depois, seria estimulado em relação à votação dos planos nacional, estaduais e municipais de educação, e da BNCC, conforme tratamos no primeiro capítulo deste trabalho.

No entanto, como Fernando Baliero (2018) mostra, essa performance do deputado só veio ganhar mais repercussão a partir de maio de 2011, quando outros parlamentares, vinculados às bancadas evangélica e católica, se uniram à questão e passaram a fazer oposição ao chamado “kit gay”³³. No dia cinco do mês citado, dois eventos que tinha a ver com as questões de sexualidade e de gênero se destacaram no cenário político nacional e mobilizaram ainda mais as articulações desses neoconservadores: o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132; e Jair Bolsonaro falou mais uma vez no plenário da Câmara, reafirmando e agravando o que havia dito sete meses atrás, desta vez, classificando como uma perversidade a existência do *kit* do MEC, conforme o trecho abaixo:

quando coloco no meu panfleto que o kit é para a garotada de 6 ou 8 anos, que vai se transformar em homossexual nas escolas, estou errado. Na realidade, são indicados para crianças a partir dos 4 anos de idade os filmetes pornográficos e o material dito didático para combater a homofobia, que, na verdade, repito, estimulam o homossexualismo e escancaram as portas para a pedofilia.³⁴

³² Discurso de 30 de novembro de 2010. Referência completa no final.

³³ Segundo Baliero (2018), é possível identificar dentre os vários parlamentares o destaque da atuação dos líderes da bancada evangélica à época, João Campos (PSDB-GO) e Anthony Garotinho (PR-RJ), e do líder da bancada católica, Eros Biondini (PTB-MG).

³⁴ Discurso de 5 de maio de 2011. Referência completa no final.

Uma semana logo após isso, a discussão que aconteceu na Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara sobre o PLC 122/2006, para a criminalização da homofobia, também alimentou ainda mais esse movimento que estava sendo impulsionado pelos deputados contrários ao reconhecimento de direitos de pessoas LGBTI+. Segundo matéria de Andrea Vianna e Eduardo Bresciani (2011) para o *Estadão*, a pressão da bancada evangélica fez com que, após trocas de xingamentos entre os presentes na discussão, o projeto fosse retirado da pauta sem previsão de retorno. A situação tensa pôde ser vista, inclusive, durante a entrevista coletiva com a relatora do projeto, Marta Suplicy (à época, senadora pelo PT-SP), quando o deputado Bolsonaro segurava o *Plano Nacional de Promoção à Cidadania LGBT*, do MEC, enquanto xingava a então senadora Marinor Brito (PSOL-PA).

Figura 5 – A senadora Marinor Brito discute com o deputado Jair Bolsonaro depois de reunião da CDH que tratou de discriminação a homossexuais



Fonte: Márcia Kalume/Agência Senado, 2011.

Após essa intensificação antigênero na passagem de 2010-2011, o que vimos acontecer foi a sedimentação cada vez mais abrangente da prática discursiva reacionária e o seu uso exaustivo tanto nos debates sobre políticas públicas de educação e de currículo (âmbito de interesse privilegiado para os neoconservadores) quanto na produção das campanhas eleitorais seguintes em todos os níveis da federação brasileira. Esse foi se tornando o ambiente discursivo

comum na política brasileira, replicado ainda mais graças, sobretudo, a imprensa tradicional, as mídias digitais e as redes sociais da internet que se tornaram plataformas fundamentais de interferência no debate público. Conforme o estudo sobre a propagação do discurso antigênero no campo comunicacional religioso, conduzido por Carla Gomes (2020), de janeiro de 2007 a setembro de 2018, sites religiosos publicaram 2.190 notícias sobre a “ideologia de gênero”, com o dado de que “os registros em sites católicos foram anteriores aos registros em sites evangélicos” (p. 13) – o que confirma o sentido histórico de primazia católica dessa produção discursiva. Dentro desse arco temporal, o aumento brusco da atuação antigênero se dá em torno de 2014-2015, partindo especificadamente de 2013 que é “efetivamente o ponto de inflexão, refletindo a instalação da cruzada e especialmente o seu impacto nos debates do Plano Nacional de Educação 2010-2020” (Corrêa; Kalil, 2020, p. 58).

Esse fortalecimento da propaganda reacionária coincide não por acaso, em 2013, com a visita de Ignacio Arsuaga, um radical católico espanhol que, segundo reportado por Demori (2021), treinou a ultradireita brasileira naquela ocasião com estratégias que mais tarde elegeriam Bolsonaro presidente do país em 2018. Fundador, em 2001, da *Hazte Oir*, uma organização espanhola que se apresenta como defensora e promotora da “vida, família e legítimas liberdades fundamentais” e que depois se transforma na *CitizenGO*, como parte de uma estratégia de expansão global, Arsuaga vem ao Brasil no fim daquele 2013 marcado por uma série de mobilizações e protestos que impactaram profundamente o tecido social e a política do país, e é recebido por atores do neoconservadorismo católico “interessados em saber como os espanhóis tinham se organizado para interferir em políticas públicas e fazer valer suas ideias no país” (Demori, 2021). Com acesso direto a cardeais da Cúria Romana, *Hazte Oir* se torna um braço importante de propagação da reação católica no campo público das sociedades mundo afora a partir de orientações dos prelados sobre como atrair cristãos e não cristãos “pró-vida”, até mesmo muçulmanos e socialistas em torno de atuações em conjunto, como, por exemplo, na organização de grupos de pressão em organismos como a ONU e a OEA (Organização dos Estados Americanos)³⁵.

Aqui no Brasil, Arsuaga vem para ensinar a atores da ultradireita, até então um tanto dispersos, sobre como se constrói uma organização do zero levantando dinheiro com o objetivo

³⁵ Conselhos como esses vieram de altos funcionários da Cúria como o arcebispo Vincenzo Paglia, presidente do Conselho Pontifício para a Família de 2012 a 2016, e o monsenhor Antoine Camilleri, subsecretário de Estado da Santa Sé de 2013 a 2019. Documentos que comprovam essas e outras ligações entre a organização espanhola de extrema-direita e os cardeais foram vazados pelo *Wikileaks* através do banco de documentos *The Intolerance Network*. Segue o link de acesso: <https://wikileaks.org/intolerancenetwork/files/18736>. Acesso em 12 jan. 2024.

de atuar no que denuncia como “guerra cultural” – expressão também muito presente posteriormente na campanha de Bolsonaro. Esse tipo de invocação beligerante é feito de maneira comum por neoconservadores na tentativa de projetar os efeitos de pânico e medo social que querem imprimir em torno dos “perigos” contra os quais articulam sua militância. Naquela ocasião do *workshop* com Arsuaga em São Paulo, entre os que o receberam no país, estava o padre José Eduardo de Oliveira e Silva, da diocese de Osasco, outra figura católica que se torna parceira de primeira linha na propagação do discurso antigênero católico no campo político institucional. Segundo Lacerda (2019) é de José Eduardo uma das publicações, além da versão brasileira de *The Gender Agenda*, que são distribuídas desde 2014 nas dependências da Câmara dos Deputados, em Brasília: o panfleto *Caindo no conto do gênero*, produzido a partir de uma entrevista do padre ao site católico *Zenit* já no contexto da votação do PNE. Em 2023, durante uma entrevista ao *podcast JesusCopy*, disponível no *YouTube*, o padre confirma que a partir de 2013, devido a presença da “ideologia de gênero” no plano de educação, ele passa a dar palestras e a visitar deputados/as em Brasília com o objetivo de convencê-los/as a rejeitar o texto que estava sendo votado³⁶. Além disso, ele também confirma que deu formação para conferências de pastores, o que reitera os apontamentos dos nossos estudos que indicam a origem católica desse discurso e sua posterior tradução e propagação através de evangélicos e outros atores não católicos.

Esse tipo de atuação de religiosos contra a “ideologia de gênero” em Brasília se tornou cada vez mais comum seja por iniciativa própria seja por intermédio de políticos profissionais que lá atuam, principalmente, depois dessa inflexão política em 2013 quando “a ocupação de postos em comissões relevantes para o ativismo contra o gênero se tornou evidente, com o exercício da presidência do Comissão de Direitos Humanos e Minorias pelo deputado Pastor Marco Feliciano” (Lacerda, 2019, p. 73). Tanto José Eduardo quanto o padre Paulo Ricardo Azevedo, outro católico fundamentalista de conhecida liderança na ultradireita religiosa, passaram, a partir daquele contexto, a estar mais presentes em eventos e articulações com políticos profissionais. Esse trabalho de influência política é conhecido por quem pesquisa o movimento neoconservador de acordo com o que é salientado pela professora Maria das Dores Machado (2018, p. 8):

As pesquisas sobre as relações entre a religião e a política no Brasil mostram que, para além das bancadas constituídas por legisladores vinculados a grupos religiosos diversos (RCC, Evangélicos etc.), existem atores religiosos (sacerdotes, missionários/as etc.) que se dedicam ao trabalho de assessoria

³⁶ Esse trecho do *podcast* pode ser conferido pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=tG8ZEBmW4nc>.

parlamentar, assim como há aqueles que fazem lobby nos gabinetes e corredores das casas legislativas e os que são convidados a falarem em audiências públicas e seminários promovidos no interior das casas legislativas.

Este ambiente antigênero e pró-família heteronormativa que vai se intensificando no espaço político institucional do país é o mesmo que instrumentaliza nos anos seguintes a reação em “defesa da família” e contra a “ideologia de gênero” não só nas votações de políticas públicas de educação e de currículo, mas também em acontecimentos cruciais da política brasileira recente, como no “controverso processo que levaria, em 2016, à deposição da presidente Dilma Rousseff (filiada ao PT, mandatos de 2011-14 e de 2015-16), e na campanha eleitoral de 2018, que resultaria na eleição do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro” (Teixeira; Biroli, 2022, p. 3-4). Durante sua campanha presidencial, Bolsonaro utilizou o discurso antigênero como parte de sua estratégia política para mobilizar eleitores conservadores e religiosos (principalmente, evangélicos), fez declarações públicas contrárias à legislação que garantia direitos LGBTI+ e prometeu reverter medidas de proteção desses direitos. Além disso, criticou fortemente políticas de educação sexual nas escolas, defendendo uma abordagem neoconservadora e moralista no ensino, reacendendo a falácia do *kit gay* que o projetava desde o começo da década, numa espécie de extensão da disputa com Fernando Haddad (PT), seu então concorrente à presidência, que se iniciou quando o paulistano ex-ministro da Educação (2005-2012) concorria à prefeitura da sua cidade e foi chamado pelo deputado de “candidato do kit gay” em 2012.

Figura 6 – Na Câmara, Jair Bolsonaro ganhou notoriedade por se opor ao projeto depois batizado de “kit gay”; na porta de seu gabinete, ele chegou a montar um “mural da vergonha”



Fonte: Folha de São Paulo, 2012.

Mesmo que, como já vimos, o discurso neoconservador não tenha somente pretensões eleitorais, mas atue de maneira articulada em diferentes frentes da política e da sociedade brasileiras, “foi nas eleições presidenciais de 2018 que a ‘ideologia de gênero’ passou a ocupar o centro dos principais debates sobre a vida pública nacional, sendo eficazmente utilizada por grupos políticos religiosos, seculares e de extrema-direita” (Melo, F. 2020, p. 2). Esse ativismo antigênero encontrou eco em uma parte significativa do eleitorado brasileiro que compartilhava de suas visões reacionárias, contribuindo para a eleição de Bolsonaro como presidente do Brasil. De acordo com Maranhão Filho, Coelho e Dias (2018), grande parte do sucesso eleitoral da ultradireita em 2018 se deu justamente pela sedimentação da construção discursiva que vinha sendo produzida desde 2011, relacionando constantemente as falácias do “kit gay”, da “ideologia de gênero” e da “família tradicional brasileira” através da difusão em massa de notícias falsas (ou *fake news*) por meio de diversas mídias, considerada a insuficiência dos esforços de desconstrução desse caráter falacioso por parte dos setores da oposição.

Mas, a centralidade desse discurso no processo eleitoral de 2018 não pode ser compreendida apenas como resultado de uma estratégia bem calibrada de campanha ou como mero recurso de marketing político. O que lhe assegura eficácia é a forma como se articula a um processo pedagógico mais profundo, em que a repetição incessante do enunciado produz o

efeito de evidência inquestionável. Essa operação discursiva inscreve nos corpos e nos afetos uma lógica de pertencimento atravessada por medos, ressentimentos e fantasias de ameaça. Mais do que persuadir racionalmente, o discurso age performativamente ao instituir um campo moral em que sujeitos se reconhecem como guardiões de uma ordem ameaçada. E é nesse movimento de iterabilidade que se fortalece a base política e emocional que sustentou a candidatura de Bolsonaro, naturalizando antagonismos e fixando fronteiras entre o que deveria ser protegido e aquilo que passou a ser combatido como inimigo.

Uma vez eleito e de posse do governo federal do país, Bolsonaro institucionaliza a partir do mais alto nível da política nacional o discurso neoconservador para manter aceso o apoio e a fidelidade do seu eleitorado mais ostensivo, e organiza um quadro de governo repleto de figuras alinhadas também ao reacionarismo, “atores com relações orgânicas com grupos, organizações e movimentos reacionários, antifeministas e tradicionalistas – em geral, cristãos dogmáticos” (Junqueira, 2022, p. 170).

Na composição de seu ministério, Bolsonaro deu duas pastas — de um total de 22 — a discípulos de Olavo de Carvalho. O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, segue o guru na crença de que há uma conspiração “globalista” de caráter socialista em curso, na negação da crise climática, no supremacismo cristão e na fé no papel salvador dos Estados Unidos. Para o ministério da Educação, foi indicado primeiro um obscuro professor colombiano radicado no Brasil, Ricardo Vélez Rodríguez. Depois de escaramuças internas, ele foi substituído por um economista, Abraham Weintraub, igualmente seguidor de Carvalho, mas disposto a implantar com mais energia o mesmo programa: por um lado, o combate à “doutrinação marxista” e à “ideologia de gênero” nas escolas e universidades; por outro, a privatização acelerada do sistema de ensino. Um terceiro ministério, dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher, foi entregue à pastora Damare Alves, representando o setor pentecostal que apoiou em peso a candidatura de Bolsonaro. Embora Olavo de Carvalho seja próximo do fundamentalismo católico, ele se achegou politicamente à direita evangélica; assim, os três ministérios formam, juntos, a linha de frente do combate ao fantasma da “ideologia de gênero” no governo brasileiro, cumprindo, ao lado do presidente, um papel importante na mobilização da base militante da extrema-direita (Miguel, 2021, p. 6-7).

É principalmente com relação à composição da pasta de direitos humanos, no governo de Jair Bolsonaro, que voltamos o interesse e tratamento deste trabalho de pesquisa, sobretudo, evidenciando aquilo que se pretendeu oferecer institucionalmente com aquele ministério: a sedimentação e propagação de uma nova gramática dos direitos humanos, agora sob o viés neoconservador da ultradireita.

A renomeação da pasta para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH – com a inclusão do termo “família” no singular) “compôs o eixo pelo qual se travou

toda disputa discursiva e prática da estratégia do governo Bolsonaro” (Teixeira, 2024, p. 90). Naquela gestão federal, essa pasta foi constituída como uma espécie de superministério já que se originou da reunião de antigas secretarias especiais da Presidência da República: a Secretaria de Políticas para Mulheres, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional da Juventude (Brasil, 2019). Composição essa que, junto com a retirada do termo gênero de todas as políticas existentes, contribuiu para a desarticulação de programas de proteção à mulher e de atenção às vítimas de violência de gênero (Campos; Bernardes, 2022) em nome da “defesa da família” que passa a ocupar lugar central no discurso ministerial. Integrantes do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH-UFGM) e da Sexuality Policy Watch (SPW) que têm estudado detalhadamente a atuação do MMFDH naqueles anos disponibilizaram um banco de acesso a dados coletados desde 2019, através do qual é possível acessar informações sobre a ofensiva contra gênero no Brasil durante o governo Bolsonaro, com destaque para as articulações do ex-ministério comandado por Damares Alves³⁷.

Nesse repositório é possível encontrar centenas de documentos oficiais, extraordinários e instrucionais que dizem respeito às ações políticas antigênero que foram colocadas em prática tanto no âmbito interno do contexto brasileiro quanto em intercâmbio com parceiros internacionais da ultradireita. Segundo a apresentação do projeto disponibilizada na página web do NUH-UFGM, esse material é fundamental para compreendermos a “complexa dinâmica de governança estatal contrária ao gênero” levada a cabo durante aqueles anos de 2019 a 2022. A ex-ministra, nesse caso, desempenhou um protagonismo neoconservador inquestionável ao utilizar sua pasta governamental para combater a suposta “ideologia de gênero”, desmantelando a pauta LGBTI+ naquele governo e propagando o familismo heterossexista através de uma política de ambivalências identificada na “lógica da ‘proteção sem promoção’ [que] se efetivou como uma destituição formal de importantes políticas do Estado Brasileiro acerca dos direitos humanos, especialmente relacionados à comunidade LGBT+, paulatinamente acompanhada de discursos amorosos e afáveis da então ministra” (Maracci, 2025, n.p.).

Mas esse momento político dos últimos anos não foi o início de sua atuação enquanto agente promissora da ultradireita brasileira nem tampouco a sua única oportunidade de atuação governamental, dado que foi eleita senadora da República em outubro de 2022. A pastora

³⁷ O repositório de informações é fruto de um trabalho coletivo de coleta feito na SPW sob a direção de Sonia Corrêa, que foi formatado e disponibilizado pela UFGM graças à iniciativa coordenada por Marco Aurélio Máximo Prado e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. Pode ser encontrado em: <https://www.nuhufmg.com.br/politica-antigenero/>.

Dameres Alves já era figura historicamente conhecida nos bastidores da vida política em Brasília por ter atuado como assessora parlamentar por mais de vinte anos no Congresso Nacional e ter fundado, junto a um grupo de advogados, a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure), uma organização que “tem atuado de forma incisiva nas Câmaras Legislativas, colaborado em projetos de lei, ajudado a impedir votações, participado de audiências no STF” (Zanatta, 2019). Ela também foi outra que surfou na onda do *kit gay* para alcançar o primeiro escalão da política nacional (Neves, 2018). No seu primeiro pronunciamento oficial como ministra de Estado, Dameres se apresentou como “terrivelmente cristã” e disse que iria acabar com a doutrinação ideológica já que “neste governo, menina será princesa e menino será príncipe”. E na mesma ocasião, ressaltou que, no governo Bolsonaro, “a família vai ser considerada em todas as políticas públicas. Não dá para pensar em políticas públicas sem pensar no fortalecimento da família” (Agostine, 2019; Alencastro, 2019).

Nesse sentido, a ministra nomeou para a chefia das secretarias que compuseram a sua pasta pessoas vinculadas às agendas neoconservadoras que circulavam no país e fora dele. Como cabeça da inédita Secretaria Nacional da Família (SNF) foi colocada a advogada Angela Vidal Gandra da Silva Martins, católica ligada a Opus Dei, “dessas que vai à missa todos os dias”, conforme relatou a Natacha Cortêz (2020), e que ganhou notabilidade entre os neoconservadores quando representou a União de Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp) em uma audiência realizada em 2018, no STF, na qual se discutiu a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 442 sobre a descriminalização do aborto até a décima segunda gestação. Além disso, a advogada também faz parte de uma rede internacional de ultradireita chamada *Political Network for Values* (PNfV) que atua tentando influenciar governos e representantes políticos com objetivo de promover políticas regressivas que minem progressivamente o campo dos direitos humanos. Todo esse currículo, portanto, foi suficiente para que ela ganhasse a confiança da então ministra e contribuísse com a política de condução reacionária.

Figura 7 – Damares Alves e Angela Gandra atuantes no MMFDH



Fonte: Arquivo pessoal [Instagram]/Angela Gandra, 2022.

Com o MMFDH e a SNF, os neoconservadores que há anos articulavam a produção antigênero na sedimentação de uma plataforma política que efetivamente ocupasse a política institucional no combate à “ideologia de gênero” tiveram a oportunidade de compor, então, no caso brasileiro e com o financiamento do Estado, os departamentos oficiais a partir dos quais se poderia difundir a sua própria ideologia de gênero de natureza familista, “sustentada em um passado mítico, patriarcal e no desejo de retorno a um lugar onde as mulheres desempenhem papéis sociais subordinados e no qual o homem ocupe o papel central na família” (Campos; Bernardes, 2022, p. 5)³⁸. Isso porque a própria reação político-religiosa ao gênero no debate social e de políticas públicas é uma manifestação clara de uma ideologia de gênero específica

³⁸ É importante pontuar que reflexões sobre o que pode ser entendido como ideologia(s) de gênero não são prerrogativas do movimento neoconservador. Aliás, esperamos que já tenha ficado evidente que o que os neoconservadores menos fazem é uma reflexão sobre como marcações de gênero compõem ideologias sociopolíticas específicas, e sim, um uso dessa expressão (e por isso sempre quando nos referimos a este uso utilizamos aspas) como objeto central que simboliza o alvo de ataques da sua atuação política, num sentido estritamente retórico e propagandístico. Conforme apontado por Rogério Junqueira (2022), historicamente, “o conceito sociológico de **ideologia de gênero** já tinha sido elaborado, visando a identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens” (p. 24, grifo do autor), ele só foi tomado e transformado posteriormente pelo reacionarismo num sentido que obscurece a sua elaboração inicial.

que carrega consigo outras expressões como a misoginia, o heterossexismo e o machismo enquanto partes sintomáticas da naturalização de uma assimetria determinada entre as relações humanas generificadas. Nesse sentido, o discurso da “defesa e promoção da família” sempre no singular passa, então, a encampar, desde a política governamental, o espaço discursivo que, ao acusar de ideológico aquilo e aqueles que o criticam, objetiva dar cabo à sua própria ideologia de gênero. Então, depois de traçado todo esse complexo panorama contextual, defendemos a asserção de que o MMFDH e a SNF se constituíram como espaços de articulação e mobilização de dispositivos pedagógicos que atuaram na produção de uma gramática neoconservadora, especialmente em torno do significante “família” e seus congêneres, basilar para o discurso do Governo Federal entre os anos de 2019 e 2022, interferindo no campo dos direitos humanos por dentro, através de uma posição que, na verdade, é antidireitos.

Dessa forma, no próximo capítulo, através da análise de fragmentos discursivos produzidos em eventos, entrevistas, conferências tanto por Bolsonaro quanto por Angela Gandra e seus projetos e programas na Secretaria Nacional da Família, procuraremos evidenciar o caráter pedagógico da produção discursiva neoconservadora sobre família e direitos humanos ao nos inspirarmos em reflexões que girem em torno de suspeitas, por exemplo, sobre como as produções discursivas disputam a hegemonia do social e da política; sobre como é articulada uma nova gramática política que visa hegemonizar o neoconservadorismo através de uma estratégia pedagógica na relação direta com as famílias; e sobre até que ponto essa nova gramática familista pode funcionar na constituição dos aparatos do Estado como instrumentos estratégicos para a mobilização de uma pedagogia moral fundamentalmente cristã. Pensamos, portanto, através disso que o interesse em tratar da atuação dessa produção discursiva governamental sobre os direitos humanos nos termos do neoconservadorismo justifica o sentido deste trabalho de doutoramento justamente pelo caráter pedagógico do jogo político-discursivo em questão que está sendo analisado.

3 OS TERMOS DO DISCURSO GOVERNAMENTAL BRASILEIRO (2019-2022) E SEU ASPECTO PEDAGÓGICO

Neste capítulo, consideramos alguns exemplos dos termos “ideologia de gênero” e “família” mobilizados no discurso neoconservador do governo federal entre os anos de 2019 e 2022. Para tanto, iniciamos o capítulo identificando como, sob a perspectiva teórico-metodológica que adotamos, procuramos delinear a problemática do discurso neoconservador. Esse delineamento se dá em concomitância com a construção da própria problemática que nos interessa aqui, num sentido de que é no decorrer da identificação do problema que também emerge a linha condutora de análise pela qual podemos enfrentá-lo. Depois disso, na segunda seção deste capítulo, trazemos alguns fragmentos discursivos produzidos por figuras importantes do governo federal em questão e analisamos como, em confluência, essas intervenções orais contribuem para a trama da difusão pedagógica da ideologia de gênero familista no âmbito da política institucional a partir dos próprios aparelhos estatais. Por fim, explanados os exemplos do material neoconservador em ação, procuramos considerar algumas implicações possíveis dessa pedagogia discursiva familista no âmbito tanto da política quanto da sociedade como um todo.

3.1 O discurso neoconservador no delineamento de pesquisa

A ofensiva reacionária com relação a temas de sexualidade e gênero, aglutinados na articulação discursiva política como inimigos da moralidade, tem sido recorrente, como vimos, na composição de trajetórias de políticos profissionais quase sempre (auto)identificados num espectro político de direita e de extrema-direita que, a partir de articulações contemporâneas, compõem aquilo que identificamos enquanto coalizão de ultradireita e/ou movimento neoconservador. Não que setores e/ou grupos de esquerda, em alguns casos, porventura não caíam nas malhas da reação às transformações políticas *com* gênero e sexualidade engrossando-a em sua hostilidade e violência. As composições políticas têm sido cada vez mais difusas, articulando e desarticulando parcerias e grupos dos mais improváveis, tornando as demandas relacionadas às políticas *com* gênero e sexualidade e seus direitos sempre mais espalhadas por todo o campo social e disputadas ao sabor dos oportunismos de todo tipo, dos (des)compromissos ideológicos com respeito a projetos democráticos de política e das

coalizações pragmáticas que podem ser das necessárias a conquistas urgentes de segurança e promoção da vida de precarizados/as àquelas mais cínicas que barganham poder pela “representatividade” neoliberal.

Dentro do conjunto dessas movimentações políticas cada vez mais difusas, em termos analíticos, fica evidente a partir do traçado problemático que apresentamos no capítulo anterior que o que nos interessa recortar aqui para consideração da reação às políticas *com* gênero e sexualidade é a atuação da coalizão neoconservadora que, graças ao desenrolar político brasileiro influenciado por dinâmicas transnacionais da ultradireita dos últimos anos, culminou na composição da administração federal que durou de 2019 a 2022. No caso deste capítulo, são importantes, particularmente, as produções discursivas pessoais tanto de Jair Bolsonaro quanto de Angela Gandra, secretária nacional da família, figura fundamental dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para a difusão pedagógica de uma nova gramática para as políticas daquele governo. Dentre as intervenções escolhidas, sobretudo, interessa-nos os fragmentos discursivos que recorrentemente deram ênfase ao uso do termo “família” como uma espécie de totem protetor diante das transformações sociais e políticas que visibilizam expressões de gênero e de sexualidade gradativamente mais diferentes e “novas” no cotidiano social, e que são lidas por essa reação política como um perigo à ordem social tradicional. Nesse sentido, o uso desse significante pode ser observado como particularmente investido de uma carga afetiva e moral que o coloca como elemento central de um imaginário social defensivo, conferindo à defesa da “família” uma espécie de função de barreira simbólica diante de um mundo que tem sido frequentemente percebido como estando em acelerada transformação, muitas vezes, tomada como ameaçadora.

Sob essa perspectiva, esse discurso reativo que se estrutura por meio de uma gramática neoconservadora que atribui à “família” a função de guardião da ordem, da moral e até mesmo da civilização (ocidental, como afirmam) pode ser identificado, então, como muito mais do que uma simples oposição às políticas voltadas às questões de gênero, sexualidade e família informadas pelo desenvolvimento cultural dessas temáticas nas últimas décadas, ele responde à necessidade de fixar um ponto de estabilidade em meio às incertezas e novidades geradas pelo questionamento de hierarquias tradicionais de gênero, sexualidade e autoridade, pelas conquistas de direitos civis e pela pluralização das formas de vida em sociedade. A “família” ou os seus congêneres presentes no discurso da ultradireita, como, por exemplo, a “defesa da família” ou o “fortalecimento dos vínculos familiares”, passa, então, a operar como um significante central no discurso neoconservador capaz de agregar e articular diferentes temores

sociais, projetando-os numa figura institucional heteronormativa que deve ser preservada a qualquer custo, mobilizando ativamente um tipo de escudo social que reforça e atualiza a rejeição a tudo o que pode ser percebido como o seu outro, por exemplo: os direitos LGBTI+, os feminismos, a educação sexual, etc.

A atenção para com a análise da ideologia de gênero familista que vai se difundindo pelo governo Bolsonaro que fazemos a partir desta parte do trabalho é importante, portanto, porque, como já apontado pelo histórico do movimento antigênero brasileiro, podemos afirmar que há uma evidente constatação na retórica da reação às políticas *com* gênero e sexualidade apontando para uma mutação discursiva que passa pela criação sequencial de espantalhos políticos, como, o “kit gay”, a “ideologia de gênero” e, agora, a “família”. Nesse sentido, esse é o enquadramento que norteia, a partir de agora, então, o desdobramento da produção deste texto com o objetivo de fundamentar a tese anteriormente apresentada, que atesta como a difusão pedagógica institucional do discurso da “defesa e promoção da família” representou o novo estágio de desenvolvimento da retórica neoconservadora no país durante aquele governo de ultradireita. É claro que tanto a reação política a partir desse conteúdo temático quanto o próprio uso do termo “família” na disputa política não são exatamente novos, são mobilizados discursivamente de maneira explícita ou não há, pelo menos, mais de um século. No entanto, é sob a lente desse recorte contemporâneo que pretendemos considerar as demandas recentes capazes de disputar o vazio desses termos e significantes e articular provisoriamente os seus sentidos no discurso político.

Nesse contexto, a centralidade atribuída à “família” pode ser mais bem compreendida à luz da teoria da hegemonia de Laclau e Mouffe (2015), como a de um ponto nodal em torno do qual se organizam cadeias equivalenciais que articulam valores dispersos e, por vezes, contraditórios, como moralidade, infância, religião, tradição e soberania nacional. Essa operação discursiva busca conferir estabilidade provisória a um campo marcado pela contingência, transformando a “família” em equivalente privilegiado da ordem social desejada. A força dessa articulação reside justamente na sua capacidade de condensar significantes que, em princípio, não possuem unidade necessária, mas que passam a se equivaler em função da oposição comum a um inimigo discursivo. Tal inimigo é nomeado pela expressão “ideologia de gênero”, mobilizada como significante vazio que absorve e condensa uma multiplicidade de práticas, demandas e lutas sociais — desde políticas de diversidade sexual e de gênero até reivindicações feministas, iniciativas educacionais críticas e avanços em direitos reprodutivos. Nesse processo, o termo não descreve uma realidade empírica delimitada, mas opera como

superfície de inscrição para ansiedades e ressentimentos difusos, convertendo diferenças heterogêneas em uma ameaça unificada e passível de rejeição. A eficácia dessa operação hegemônica não decorre da coerência interna do conceito, mas de sua capacidade de funcionar como exterior constitutivo que organiza o antagonismo: a “família” como núcleo de pureza, proteção e tradição, e a “ideologia de gênero” como sua negação absoluta.

Ao instituir essa fronteira, o discurso governamental não apenas organiza um campo de significados, mas também exerce uma função pedagógica, ensinando continuamente quem são os sujeitos legítimos a serem reconhecidos e quais práticas devem ser rejeitadas como ameaça. É nesse movimento que se articula a dimensão propriamente performativa do discurso político, pois não se trata simplesmente de representar valores já existentes, mas de produzi-los e sedimentá-los no ato mesmo de sua enunciação. A cada repetição pública, seja em pronunciamentos oficiais, documentos ministeriais, campanhas midiáticas ou falas parlamentares, reafirma-se a equivalência entre “família”, “moralidade”, “tradição” e “infância”, ao mesmo tempo em que se reinscreve a “ideologia de gênero” como signo do desvio, da corrupção e da ameaça.

Esse processo de fixação provisória de sentidos, contudo, revela também sua precariedade. Como indicam Laclau e Mouffe, toda hegemonia é instável e depende da constante reiteração para se manter. A “família”, enquanto ponto nodal, só preserva sua posição de centralidade porque se encontra incessantemente tensionada pelo risco de deslocamento. Do mesmo modo, a “ideologia de gênero” só cumpre sua função de inimigo absoluto na medida em que é repetida em diferentes arenas discursivas. Essa repetição incessante, ainda que reforce momentaneamente a fronteira entre um “nós” e um “eles”, deixa sempre aberta a possibilidade de resignificação. Assim, a articulação hegemônica em torno da “família” e da “ideologia de gênero” não apenas estrutura o campo político contemporâneo, mas também opera como uma verdadeira pedagogia política. Ao reiterar fronteiras, valores e identidades, o discurso governamental ensina cotidianamente o que deve ser considerado legítimo e aceitável e o que deve ser rejeitado e combatido como ameaça ao corpo social. Trata-se, portanto, de uma prática discursiva que não se limita à disputa eleitoral ou à gestão administrativa, mas que funciona como dispositivo de formação de sujeitos e de naturalização de antagonismos, conferindo densidade à gramática moral do neoconservadorismo brasileiro.

Nesse sentido, já deve ter ficado clara a importância da categoria “discurso” para a construção teórico-metodológica que fundamenta a proposição de análise neste trabalho. Sobre

isso, mesmo que já dito desde a introdução, vale registrar e desenvolver de maneira um pouco maior aqui que essa pesquisa é referenciada na Teoria e Análise do Discurso sob a perspectiva dos estudos de Laclau e Mouffe e das contribuições da escola de Essex. Por causa disso, tomando o discurso como uma unidade de significação que vai além da frase e, seguindo as indicações de Burity (2014) e Laclau (1995) que o apresentam como um sistema de regras de produção de sentido, trazemos esse conceito como um auxílio fundamental para o entendimento do quanto a questão do sentido é importante na reflexão sobre as ações políticas e sociais, inclusive, em relação à questão que estamos mobilizando. O sentido, assim, existe a partir dos significados que são produzidos constantemente pelo esforço de se dizer algo sobre o real – e isso não quer dizer que a enunciação é um reflexo do real. Antes, quando digo “sobre o real”, quero evidenciar basicamente: “dar-lhe sentido, inseri-lo nos jogos de linguagem e sistemas de classificação que permitem que ele seja definido desta ou daquela forma” (Lopes; Macedo, 2011, p. 197).

Assim, a realidade se positiva a partir dos atos enunciativos que articulam significados diversos, como que num esforço constante de estancamento do fluxo de significações possíveis sobretudo, que é infinito e que não cessa de se movimentar a partir de qualquer ato de fala. Nesse sentido, a análise de discurso, por esse registro teórico-metodológico, pode ser compreendida dentro de um núcleo comum que atravessa distintas correntes de análise, mas que recusa a noção realista da linguagem como mero instrumento transparente de representação do mundo, como se servisse apenas para espelhar uma realidade objetiva, pré-discursiva ou independente (cf. Gill, 2013). Ou seja, por essa perspectiva, a linguagem é uma instância ativa na produção de significados, subjetividades e estruturas de poder para a qual o interesse analítico se volta com o objetivo de compreender as formas como os sentidos são produzidos, disputados e estabilizados nas práticas discursivas concretas. Isso também nos ajuda a entender, por exemplo, o quanto as enunciações (no nosso caso, do antigenerismo “pró-família”) estão se articulando com vistas a hegemonização do que deva ser o aceitável enquanto realidade. Esses estancamentos de significados de que falamos são como que pontos nodais de sentido (para se aproximar da noção laclauiana), a partir dos quais se é possível conferir alguma inteligibilidade às realidades.

Essa abordagem compartilha de concepções pós-estruturalistas que compreendem o discurso como um campo de lutas simbólicas e como *locus* privilegiado de constituição do social, e é com base nisso que, em termos de pesquisa, também desmontamos toda consideração que pressuponha a realidade como algo externo a ser acessado e/ou desvendado, de alguma

forma, pelas análises críticas e discursivas. Ao mesmo tempo em que também assumimos que as próprias análises e investidas crítico-discursivas são, elas mesmas, constituidoras da realidade e fundamentais para os seus mais improváveis deslocamentos e reproduções. Quando destacamos dessa forma o caráter performativo da linguagem, podemos compreender então como determinadas articulações narrativas e categorias se tornam hegemônicas, ao passo que outras passam a ser silenciadas, deslegitimadas e consideradas marginais, de acordo com determinadas dinâmicas de poder, de identidade e resistência que atravessam a constituição da vida social. É por isso que, geralmente, o objetivo da análise do discurso é “mapear os processos nos quais lutamos sobre a forma como o significado dos sinais devem ser fixados, e os processos pelos quais algumas fixações de significado tornam-se tão convencionais que pensamos neles como naturais” (Jorgensen; Phillips, 2002, p. 25-26). Consideramos importante pontuar essa nossa perspectiva para registrar o quanto ela se distancia de uma epistemologia clássica que forja a separação objetiva entre pesquisador/a e objeto, e possibilita a reflexão sobre possíveis implicações (anti-)epistemológicas e metodológicas dessa abordagem de pesquisa, assim como sugere Oliveira (2009).

De sorte que, sob essa perspectiva, passamos a afirmar que, na verdade, vivemos sempre nas margens dessas fronteiras, nos constituindo mutuamente em pesquisadoras/es, objetos e fenômenos. Isso não impede que tratemos os discursos interessados à pesquisa como “objeto de investigação”, dado que, na produção discursiva do real, a ontologia dos fenômenos é produzida a partir das mobilizações discursivas que são investidas para dar conta, mesmo que precariamente, dos relatos sobre as coisas e o mundo. Assim sendo, ao eleger as produções discursivas neoconservadoras, em grande medida, influenciada diretamente por religiosos cristãos, como passíveis de análise crítica, estamos cientes de que mobilizamos um fenômeno de pesquisa que precisa “ser elaborado assumindo seu caráter precário e disputado, como objeto, [e que] sua estrutura e suas dinâmicas somente ganham sentido no contexto de suas relações com os diversos elementos e processos que se desdobram nos campos discursivos dos quais emergem” (Oliveira, 2018, p. 185).

Também em relação ao problema mobilizado, a escolha pela teoria e análise do discurso da Escola de Essex nos ajuda a entender como a produção discursiva neoconservadora disputa essa constituição da realidade ao forçar a hegemonia de determinados contornos de inteligibilidade que, por sua vez, passam a ser tomados como significantes-chave da luta antigênero diretamente ligada à política institucional que incide diretamente, entre outros, no campo educacional. Esse é o caso, como já apontamos, do significante “família” que passa a

ser o nosso objeto central de análise graças à sua função no processo pedagógico de sedimentação política do neoconservadorismo. Construir o entendimento desse processo a partir da produção de uma linha genealógica discursiva que dê conta de responder à forja do antigenerismo, certamente, resulta num trabalho muito desafiador, se não, impossível, dada a complexidade e multiplicidade da atuação neoconservadora nos vários contextos locais. Por isso mesmo, escolhemos partir, como pôde ser visto no capítulo anterior, da atuação do movimento antigênero na realidade político-educacional brasileira para com isso podermos investigar traços históricos de sua elaboração discursiva a partir dos quais seja possível entendermos como alcança a realidade recente da disputa política, com quais estratégias e o que pretende disputar pedagogicamente em termos político-institucionais e de constituição social a ofensiva reacionária antigênero “pró-família”.

A relação discurso-hegemonia na constituição da realidade é cara aqui neste trabalho, principalmente, porque o quadro hegemônico de algum momento político, como é o caso do que tratamos aqui, coloca para nossa possibilidade analítica as direções e os efeitos presentes no deslocamento das fronteiras dos discursos que foram necessários para que tal formação hegemônica se consolidasse. Isso quer dizer que, por considerar a formação hegemônica de uma realidade política através da disputa discursiva, temos a oportunidade de evidenciar quais são os antagonismos e contingências que perfazem a prática política e, como a partir disso, se reorganizam os elementos dos discursos de modo que se excluam ou se integrem demandas que (re)editem tanto os processos de identificação dos agentes em questão quanto o conteúdo ideológico de suas posições. É por causa desse caráter de estruturação contingente da realidade e de tudo que nela esteja envolvido, presente no âmago do processo discursivo que disputa hegemonia, que concluímos que, para além de político, todo o dinamismo de constituição discursiva da realidade é também necessariamente pedagógico. Esse é um modo de lidar com os conceitos que se apresentam a nós desde a problemática esboçada sobre o desenvolvimento do discurso da ultradireita.

Descobrir, por exemplo, como as articulações políticas empreendem perspectivas da realidade ensinando-as de uma maneira tal que pareçam objetivas e naturais é o que objetivamos quando consideramos a operação discursiva pela hegemonia como também genuinamente pedagógica, porque, em grande medida, as disputas políticas neste processo tentam ensinar quais termos são relevantes e em qual chave semântica eles devem ser tomados, de acordo com o que já aludimos como operação de restrição/fixação dos sentidos para se constituir a realidade de algum determinado modo. A hegemonia, assim, enquanto a

composição das relações de equivalência que se fortalecem e conseguem pautar, em grande medida, o arranjo semântico da ficção sociocultural (o plano da cultura) positiva o tecido cultural significativo (que poderia ser chamado de currículo cultural) a partir de equivalências políticas que formam as posições ideológicas da política sempre no esforço de esvaziar as significações investidas pelos adversários (o outro da luta política), de modo que, até mesmo se possível, o conteúdo esvaziado dos termos do outro possa ser amalgamado na sua própria articulação de sentido que pleiteia a universalidade.

A operação discursiva, por essa razão, é o *locus* e a condição imprescindível nos quais se disputa politicamente, de modo constante, os projetos e os termos do social. E isso explica, em grande parte, o porquê da evidente preocupação das coalizões políticas (como o neoconservadorismo da ultradireita que exploramos) em deter a pauta semântica dos termos. De certo modo, se o jogo político ensina o que deve ser a sociedade e como se deve ser em sociedade, e se a hegemonia, enquanto resultado sempre provisório desse jogo político, é o que projeta os termos significativos de uma sociedade, então, o que se disputa discursivamente através de articulações políticas é, portanto, a possibilidade de deter mesmo que de modo sempre contingente esse processo de sedimentação discursiva do social. Ou seja, é uma tentativa de interferir na cultura enquanto sistema de significação a partir do esforço de fixar os termos e significantes segundo a sua perspectiva ideológica, influenciando com isso a própria ação humana em sociedade e os modelos de identificação que ela constrói, bem como os arranjos de poder simbólico e discursivo que regulam o social. A análise do discurso, nesse sentido, se alinha então à investigação disso tudo quando visa a “desconstrução das estruturas que consideramos certas [e] tenta mostrar que determinada organização do mundo é o resultado de processos políticos com consequências sociais” (Jorgensen; Philips, 2002, p. 48), e a tarefa do/a analista do discurso é traçar o curso dessas lutas por significação social.

Com base nisso, analisamos aqui o trabalho pedagógico de difusão do neoconservadorismo feito pela ultradireita a partir da sua presença na política institucional do governo Bolsonaro (2019-2022), sobretudo, com base em um *corpus* composto pelo que se pode chamar de discurso público cuja abrangência aqui articula, substancialmente, fragmentos dessa produção discursiva em intervenções orais de figuras importantes dentro da composição do governo, como, por exemplo, a do próprio presidente, a da secretária nacional da família, Angela Gandra e a da ministra Damares Alves, mas também considera analiticamente as intervenções, eventos e disputas que marcaram desde antes e também durante o exercício do governo tanto a reação ao uso de gênero como uma categoria fundamental para as políticas

públicas quanto a difusão daquilo que chamamos de “ideologia de gênero familista” no país, principalmente, a partir de iniciativas junto a outras esferas da federação, através inclusive dos próprios setores formais de governo do Estado brasileiro. Isso tudo evidenciando a mobilização por uma certa depuração do campo dos direitos humanos e, por conseguinte, da educação, orquestrada pedagogicamente por dentro do aparelho estatal, passando principalmente pela atuação do MMFDH e da SNF junto com seus programas e projetos.

Em sendo essa mobilização da ultradireita fortemente preocupada com a negociação de termos e conceitos na política, é possível compreender, então, porque a desdemocratização nesses campos é levada ao cabo através do ensinamento de uma nova gramática moral que objetiva amarrar os sentidos em questão numa chave neoconservadora. Por causa disso, então, podemos afirmar que o que se constrói como sendo o objeto central de nossa tese é a articulação discursiva de ultradireita que ascende com a administração Bolsonaro ao plano governamental e que é toda revestida de uma pedagogia moral de reafirmação das identidades e papéis de gênero convencionais e da estruturação heteronormativa das relações familiares. Assim, nos preocupamos com a articulação política que, para além do campo/pasta educacional em si, trabalha para ensinar uma nova gramática moral que dê o tom a partir do qual deveriam ser tocadas todas as pastas e encaminhamentos político-governamentais. Tentando exemplificar esse caso, de maneira rápida, podemos adiantar a nossa consideração analítica afirmando que, pelo trabalho pedagógico-institucional do governo Bolsonaro, no que se refere à questão familiar, por exemplo, através da atuação da SNF e seus projetos, a intenção era de ensinar as famílias sobre qual deve ser a “família verdadeira e forte” (programa *Famílias Fortes*), instrumentalizando-as para agirem em vigilância sobre as escolas (projeto-piloto *Família na Escola*) e possibilitando que também elas fossem detentoras exclusivas da educação das crianças (defesa do *Homescholling*), tornando assim os programas e projetos da SNF instrumentos pedagógicos seus na disputa político-discursiva.

3.2. Bolsonaro e Angela: a trama da reação ao gênero e de uma pedagogia familista

Brasília. Terça-feira, 01 de janeiro de 2019. Pouco depois de parar na Catedral Metropolitana de Brasília e cumprimentar sob continência e abraços o então pároco, padre João Firmino, Jair Bolsonaro e Michele Bolsonaro seguem em comboio para o Congresso Nacional, onde o político faria o juramento de posse no plenário da Câmara de Deputados. Uma vez empossado, fez o seu primeiro pronunciamento que, entre a pintura do processo eleitoral

vitorioso com tons de heroísmo ufanista e a finalização com o seu jargão eleitoral de “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!”, repetiu promessas ao “cidadão de bem” de realizar um “pacto nacional” para os caminhos de um “novo Brasil” que contemplasse, entre outros, o seguinte: “vamos unir o povo, **valorizar a família**, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, **combater a ideologia de gênero**, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas” (Brasil, 2019, grifos nossos). Deixando claro, portanto, que o seu governo daria continuidade à articulação discursiva, sobretudo, de disputa ideológica, da qual se valeu nos anos anteriores para se construir como uma possibilidade governamental factível.

O uso constante do significante “família” nas falas públicas de Jair Bolsonaro pode ser identificado desde muito antes de sua posse como presidente do Brasil, como já pudemos citar de alguma forma no capítulo anterior. Entretanto, para esta seção, consideraremos a retórica do governo bolsonarista a partir de duas referências particulares que sinalizam o plano discursivo basal de perspectiva familista a partir do qual se erige a formação da nova gramática institucional para os direitos humanos e políticas públicas: a) trechos de falas e discursos do próprio presidente, como no exemplo já citado acima; b) intervenções da secretária nacional da família, Angela Gandra, em entrevistas nacionais e eventos internacionais nos quais se apresentou enquanto membro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Ambas as referências de fragmentos discursivos, quando relacionadas, expõem a trama ideológica que estava se desenvolvendo e pautando os interesses e proposições de políticas de governo, no geral, inclusive quando se tratava, por exemplo, da educação no país. De início, partindo do primeiro excerto, notamos que já no seu discurso de posse, no Congresso Nacional, em 2019, o presidente fala em “valorizar a família”, “respeitar nossa tradição judaico-cristã”, “combater a ideologia de gênero” e conservar “nossos valores” num claro aceno à sua claque neoconservadora ansiosa evidentemente por uma tintura discursiva de caráter messiânico como essa.

A atenção para com essas expressões fundamentais no caldo neoconservador ultradireitista, presentes logo no início de sua primeira fala presidencial, não é tomada por nós por acaso de maneira aleatória e difusa. Os elementos “família”, “tradição”, “gênero” e “valores” aludidos são indispensáveis para o arranjo discursivo pelo qual se sustenta a política neoconservadora que, naquele governo, estava servindo tanto para uma espécie de fantasia restauracionista da sociedade, quanto para uma chancela da radicalização do tratamento neoliberal na política e na economia do país, configurando uma articulação semelhante ao que

Wendy Brown (2019) aponta como relação estratégica entre neoconservadores e neoliberais no atual panorama político de extrema-direita. Como já pudemos tratar no capítulo anterior, a tomada desse novo conservadorismo, considerando as suas alianças cada vez mais variadas, nos ajuda a descrever como o reacionarismo tem atuado contextualmente na coalizão política entre diversos atores religiosos ou não na tentativa de preservar uma “ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no contexto latino-americano [e permitindo] identificar as principais mutações e matrizes que caracterizam as ações reativas e contemporâneas de setores religiosos diante das mudanças nas formas de regular a ordem sexual” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 25; 27).

O acordo arranjado no uso de tais elementos como base discursiva da atuação da ultradireita pressupõe, desde antes, a presença de determinados conteúdos ideológicos capazes de forjar a noção de uma composição societária fixa e ordenada, em que, nesse caso, família, gênero, valores e tradição se articulam de forma linear, harmônica e naturalizada. Essa construção não apenas projeta uma imagem idealizada da ordem social, mas também estabelece critérios de pertencimento e exclusão, operando como um dispositivo de distinção moral e política. Assim, a eficácia desse arranjo discursivo reside justamente na sua capacidade de simplificar a complexidade do social, oferecendo à audiência uma narrativa inteligível e afetivamente mobilizadora, pois se fia num enquadramento discursivo que prepara o terreno para a identificação de supostas ameaças que perturbariam essa ordem “natural”, abrindo espaço para a ativação de mecanismos de defesa coletiva frente ao que é apresentado como desvio, desordem ou risco existencial. A ficção dessa suposta ameaça é o que tem sido muitas vezes, portanto, identificado como um artifício estratégico capaz de destravar o pânico social oportuno para a audiência e o desenvolvimento do neoconservadorismo. E, por isso mesmo, é necessário da parte dessa produção discursiva que se tipifique tais elementos em características pretensamente estáveis e homogêneas, como a “família”, por exemplo, na intenção de se produzir um regime de verdade a ser naturalizado e defendido. Essa verdade seria identificada, então, num ideal de sociedade marcada por “valores cristãos” (de acordo com a referida interpretação neoconservadora da religião), perpetuados numa tradição perene e unívoca, que determinariam papéis de gênero específicos e imutáveis na única organização familiar possível, a do modelo nuclear conjugal marcado historicamente por reiteraões heteronormativas.

É aquilo que no capítulo anterior dissemos que Campos e Bernardes (2020) chamam de ideologia de gênero familista, e que teve o MMFDH como o seu principal *locus* de difusão naquele governo. Esse desenho ideológico neoconservador da relação fixa e estável entre os

elementos elencados acima, no entanto, desconsidera que todos eles podem ser colocados sob rasura, principalmente, porque, no movimento de articulação discursiva em que estão constantemente sendo negociados, qualquer termo sempre está passível de desconstrução. Significa dizer com isso, então, que, mesmo na reiteração neoconservadora da fantasia de fixação dos termos de sua ideologia de gênero familista, tais elementos sempre estão sendo ressignificados não necessariamente num processo que destrói seus significados por completo, mas que assume que as expressões e palavras sempre podem ser colocadas “em questão e, o que talvez seja mais importante, [...] [abertas] a uma reutilização e redistribuição a que anteriormente não estavam autorizadas” (Butler, 1998, p. 24).

No entanto, essa espécie de laço discursivo composto pela relação desses termos sob o esforço de significação unívoca e supostamente necessária parece amarrar a fantasia neoconservadora em torno de um perfil a ser defendido, de modo que seja usado como ativo político através do qual é possível se afirmar socialmente na disputa pelo campo. Ou seja, a operação discursiva é também um processo de formação de identidades fantasiosamente estáveis através das quais se tenta positivar o real de acordo com interesses e articulações de poder que disputam a inteligibilidade do social, sendo também, portanto, genuinamente pedagógica naquilo que tem a ver com as constituições das posicionalidades que se envolvem em todo esse processo. A desconsideração de sua contingencialidade, não tanto consciente e prevista, se dá pela própria dinâmica de articulação do político que, operando sob regimes de identificação, tenta constantemente fechar tipos específicos de sentido em torno dos quais se possa agir politicamente. É por essa razão, então, que podemos pensar a “família” invocada constantemente pelo neoconservadorismo como esse nó fundamental – um tipo de identificação discursiva própria – para a propagação da sua ideologia de gênero, ao mesmo tempo em que se imputa aos outros a acusação de “ideólogos de gênero” nos meandros das articulações políticas.

Esse tipo “familiar” defendido pelo neoconservadorismo serve a um ordenamento político erigido sob certa assimetria das posições de gênero que fundamentalmente reforça o heterossexismo na vida social. Por isso mesmo o que está em questão é uma disputa em torno de novos ordenamentos de poder e autoridade que passam a se tornar factíveis à medida em que outros corpos estranhos aos posicionamentos hegemônicos tomam a cena pública e passam a estressar os limites políticos culturalmente articulados. Dessa forma, são as hierarquias que estão em questão. E o que acontece são negociações em torno do que é/pode ser considerado ou não na cena política como capaz de existir e de disputar as ordens em vigência. São ordenamentos sociais arranjados por cadeias de significados que disputam a composição da

cultura e das posicionalidades sociais que poderão ensinar sobre quais deverão ser os conteúdos e os limites da inteligibilidade social. Em uma relação com o caráter educacional de toda disputa política, o que está em jogo, portanto, nas rearticulações de poder e ordem social, é também o conteúdo cultural que atravessa a dinâmica relacional de qualquer ficção social.

Por mais que “família” nos contornos investidos pelo neoconservadorismo para pautar a disputa pelo conteúdo cultural desta sociedade intente fechar cada vez mais as relações democráticas em torno de parâmetros específicos de possibilidade, inclusive atuando também “como o sujeito político que deve intervir na definição de políticas públicas” (Efrem Filho, 2019, p. 136), seus efeitos não são necessariamente previsíveis e controláveis. Podemos pensar, então, que, como mais uma identidade social em disputa através do jogo político do termo, este significante aparece sobretudo como uma arma importante nas (re)negociações das experiências democráticas. Ou seja, funciona como uma baliza importante a partir da qual se determina constantemente para esses atores políticos quem são os “nós” e quem são os “outros” nessa disputa político-discursiva. E ainda mais, a partir desse tipo de operação identificatória, forja-se, de certo modo, algum grau de estabilidade de sentido capaz de reagir à angustiante novidade de que os supostos fundamentos de verdades não são tão estáveis/imutáveis quanto se cria até então.

Assim sendo, a utilização de um termo como esse que estandardiza a atuação política, mesmo que precariamente diante da sua inescapável variabilidade, pode significar para o espectro que o mobiliza algum tipo de conforto e segurança na disputa semântico-discursiva que se empreende. Destarte, “família tradicional” ou simplesmente “família”, como sinônimos do repertório heterossexista, funcionam na articulação política dos reacionários, de alguma forma, como um certo antídoto diante da incompreensão sobre novas demandas sociais que empurram constantemente os ordenamentos de poder e existência social a deslocamentos que deem conta também de outros sujeitos e relações antes desconsideradas. E é também uma tentativa de remediar condições de vulnerabilidade acentuadas por um tratamento neoliberal da economia que, somadas à incompreensão da necessidade de novas moralidades, tendem a radicalizar a sensação de precariedade e a busca por saídas rápidas de conforto e estabilidade.

Esse contexto de instabilidade material e simbólica contribui para a ativação de discursos que se pretendem restauradores, e que encontram na “família” um significante agregador de sentidos que prometem proteção, normalidade e coerência em meio ao que é percebido como desorganização social. Trata-se, então, de uma operação discursiva que

responde tanto à ansiedade gerada pelas transformações nas estruturas de reconhecimento e pertencimento social quanto ao sentimento de perda de centralidade de certos sujeitos historicamente privilegiados, como, em especial, aquele identificado sujeito masculino, branco, heterossexual e cristão. Esses discursos, ao reafirmarem a “família” como núcleo originário da moral, da segurança e da identidade, não apenas buscam consolidar uma narrativa de pertencimento, mas também intentam reorganizar a inteligibilidade social em torno de binarismos rígidos e de identidades tidas como naturais (e, muitas vezes, divinas). Isso pôde ser notado, como vimos, antes mesmo do episódio da posse, em campanhas eleitorais apresentadas como defensoras da “família brasileira”, como a do próprio Jair Bolsonaro em 2018, cujo slogan recorrente “Deus, Pátria, Família” buscou condensar esse horizonte moral restaurador. A própria reiteração da ideia de “ideologia de gênero” como ameaça à infância, que apareceu de modo insistente desde a campanha contra o chamado “kit gay” ou na tentativa de censura a materiais escolares que abordassem diversidade sexual e de gênero é outro exemplo desse tipo de operação discursiva reativa atuando performativamente no que, por esse viés, deve ser considerado legítimo, aceitável e desejável.

A adoção rápida da identificação discursiva com esses termos empreendidos, nesse sentido, pode cumprir muito bem a função de alimentar uma fantasia de ordem diante de uma movimentação social que está aparentemente desordenada. É o intento pedagógico de alinhar ideologicamente tudo o que é considerado como o outro no plano da inteligibilidade social. Nas situações citadas, por exemplo, podemos perceber que a “família” é mobilizada como vítima de um ataque externo, permitindo, portanto que se construa um inimigo discursivo para esse caso específico que pode ser apontado arbitrariamente em professores, movimentos feministas, ativistas LGBTI+ e partidos de esquerda que, por esse jogo discursivo, são sempre apresentados como responsáveis por corromperem os valores essenciais da sociedade. Não por acaso, nessa lógica de construção do outro causador da desordem social, Bolsonaro também lança mão da referência a “ordem e progresso” naquele mesmo pronunciamento inicial. Esse uso discursivo identitário pode acionar ideais de regime social fortemente marcados por posições e papéis de gênero e sexualidade que, no caso da perspectiva neoconservadora, remetem a um repertório masculinista que chancela funções assimétricas de poder social e ratifica diversos desdobramentos de preconceitos e violências para com corpos que de algum modo divirjam de suas regularidades mais ou menos aceitáveis.

Essa articulação discursiva em torno do termo “família” atua, assim, como o esforço de forjar ou até mesmo reforçar um paradigma cultural que privilegia o arranjo familiar marcado

pela autoridade masculina como aquela que determina quais e como devem ser os espaços e formas de atuação dos sujeitos que estejam engendrados nessa microrrede social. “Família”, sempre no singular e de acordo com o sentido investido pelos neoconservadores, então, disputa o plano curricular da cultura na tentativa de recolocar a questão do privado em discussão pública, agora não mais numa chave feminista de questionamento das violências e assimetrias de poder, mas, pelo contrário, num apelo protecionista, especificamente, porque o privado reivindicado sob sua consideração ideológica neoconservadora é marcado pela distribuição generificada de poder, necessária ao ideal de sociedade masculinista que, no entanto, parece respirar com muitas dificuldades. É esse, portanto, o programa ideológico claramente projetado e ensinado desde o primeiro momento em que o movimento neoconservador chega ao poder do país com a eleição do governo Bolsonaro.

Isso acontece mesmo que o presidente tenha frequentemente acusado seus adversários políticos de serem ideológicos e alertado sobre o que ele constantemente denunciava como uma suposta dominação das ideologias no país. Ao fazer isso, ele próprio estava tentando fazer valer sua própria ideologia política, caracterizada por uma visão de ultradireita que busca rotular seus opositores, desacreditar suas críticas e desqualificar suas propostas, pintando-os como radicais e desvinculados da realidade. Além disso, ao denunciar a suposta dominação das ideologias (que, no caso das falas dele, sempre eram da esquerda, do socialismo e/ou comunismo), Bolsonaro buscava legitimar medidas e políticas que estivessem alinhadas com sua própria perspectiva político-ideológica, incluindo, com isso, a promoção de uma agenda neoconservadora nos campos da educação, da cultura e dos direitos civis, bem como uma postura hostil em relação a movimentos sociais e grupos minoritários que discordam de sua ideologia reacionária. Isso fica bastante evidente quando consideramos os seguintes trechos dos seus discursos de abertura das 74ª e 76ª Assembleias Gerais da ONU, realizadas respectivamente em 2019 e em 2021 na cidade de Nova Iorque:

Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e **de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições**. [...] Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. **A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família**. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A

ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou (Agência Brasil, 2019, grifos nossos).

O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, **valoriza a família** e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo. [...] **Temos a família tradicional como fundamento da civilização** (Presidência da república, 2021, grifos nossos).

Essa postura supostamente anti-ideológica dele, na verdade, tenta esconder que toda ação política é fundamentada em alguma ideologia e que, no caso da perspectiva política endossada por ele, se evidencia, entre outras questões, por exemplo, na própria insistência na “defesa da família” como posição ideológica neoconservadora de disputa antigênero. Esse tipo de discurso que se apresenta como isento e/ou técnico, na prática, age por uma operação que busca deslegitimar os adversários ao rotulá-los como ideológicos, enquanto camufla os próprios compromissos ideológicos sob uma aparência de neutralidade ou moralidade superior. No caso específico desses trechos, perceba que a “família”, “família tradicional”, “valorizar a família” funcionam como significantes estratégicos que mobilizam afetos, crenças religiosas e valores tradicionalistas, operando como eixo organizador de uma visão de mundo autoritária, hierárquica e excludente, o que torna, portanto, importante estar atento a essa estratégia discursiva porque ela exemplifica e ajuda a entender que a luta política geralmente envolve conflitos entre diferentes visões de mundo e valores, todas elas fundamentadas em alguma forma de ideologia. Até porque não existe espaço político “fora” da ideologia e esta se torna ainda mais eficaz quando deixa de ser percebida como tal, quando opera de maneira invisível ao se confundir com o que é tido como “natural” e “autoevidente”, inclusive o próprio ser social quando não se sabe enquanto sustentado por ela (Žižek, 1996).

Figura 8 – Bolsonaro fazendo a abertura da 76ª Assembleia da ONU em Nova York



Fonte: Eduardo Munhoz/ Reuters, 2021.

Mas para além da produção discursiva dos atores políticos envolvidos na administração federal, o governo Bolsonaro também utilizou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), bem como a sua Secretaria Nacional da Família, como importantes ferramentas para a difusão de sua ideologia política através da promoção de uma pedagógica reconfiguração da gramática institucional para a fundamentação de políticas. Sob a liderança de Damares Alves, o ministério foi frequentemente empregado como um palco para promover os ditos valores conservadores e tradicionais, especialmente em relação à família e aos direitos humanos, sobretudo a partir da sua Secretaria Nacional da Família, chefiada por Angela Gandra que, por sua vez, reiterava constantemente o objetivo declarado de seu trabalho em supostamente fortalecer os vínculos familiares e promover uma agenda neoconservadora de valores morais. Ambos os órgãos governamentais, portanto, foram utilizados como campos pedagógicos da política institucional para endossar políticas e programas que refletiam a visão de mundo do governo Bolsonaro, contribuindo assim para a disseminação de sua ideologia política através da máquina estatal.

Podemos até nos perguntar, por exemplo, se isso não foi realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e/ou porque, dada a sua importância no que se refere à condução da política educacional do país, essa pasta não foi tomada de forma privilegiada para a realização desse trabalho pedagógico de difusão do neoconservadorismo. Sobre isso, vale pontuarmos que, apesar da dimensão política, orçamentária e de impacto social que o MEC possui ser muito maior em comparação com a estrutura do MMFDH, parece que este último é que conseguiu

reunir as condições mais favoráveis para a disseminação efetiva da gramática familista durante o governo Bolsonaro muito graças a performance e fidelidade ideológica das figuras reacionárias que o chefiavam. O MEC, durante aqueles anos, foi marcado por uma condução que, provavelmente por forte ambição dos grupos mais ideologicamente reacionários que sustentavam o governo, se mostrou efetivamente caótica com claras dificuldades na entrega de projetos e políticas já consolidadas em administrações anteriores, situações de denúncias de fraudes e corrupção por parte de pessoas que passaram a chefiar departamentos por indicação do governo, e uma rotatividade de pessoal que constantemente dificultava até mesmo as atividades mais ordinárias. Só de ministros nesta pasta, o governo Bolsonaro anunciou cinco no período de quatro anos.

De ministro escolhido pela ala dos seguidores do ex-astrólogo Olavo de Carvalho, então guru da família Bolsonaro, passando pelo histriônico e debochado ex-professor universitário Abraham Weintraub e até mesmo por nomes como o de Carlos Alberto Decotelli da Silva que sequer tomou posse depois de denúncias sobre informações falsas presentes em seu currículo, o que se viu no Ministério da Educação foi uma sucessão de desorientações muito certamente provenientes de um desejo governista de transformar aquela pasta em seu espaço privilegiado de propaganda ideológica. O próprio presidente com a sua obsessiva retórica que prometia acabar com as supostas ideologias que haviam tomado as escolas, como foi possível notar nos exemplos acima, procurava sempre recrutar nomes que fossem capazes de engrossar essa mesma verborragia à frente da pasta. Talvez o nome mais significativo na condução discursiva e simbólica desse projeto foi o de Milton Ribeiro, pastor presbiteriano, que ficou no cargo de ministro por vinte meses e foi exonerado depois de divulgadas em rede nacional denúncias de favorecimento seu na liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sob ordens do presidente da República, a prefeituras que fizessem suas solicitações ao ministério a partir do intermédio dos pastores evangélicos Gilmar Santos e Arilton Moura que não ocupavam cargos no governo. Tanto o ministro quanto os pastores chegaram a ser presos preventivamente à época, mas depois liberados. Ainda assim, durante seu tempo à frente do ministério, Ribeiro, indicação da ala ideológica evangélica, protagonizou algumas situações que corroboravam com a política do discurso de ultradireita como, por exemplo, através da tentativa de descredibilização e censura na produção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – uma ameaça contra o setor educacional comum na campanha eleitoral de Bolsonaro –, sobretudo, com relação aos conteúdos que acusavam de ideológicos e de sexualização das crianças, e também de entrevistas nas quais repetia críticas ao educador Paulo

Freire (outro “inimigo” da extrema-direita) e quando chegou a afirmar que a homossexualidade seria resultado de “famílias desajustadas” – no aceno direto à ideologia de gênero familista do governo³⁹.

Dessa forma, toda a ineficiente e desorientada condução do MEC, como dissemos, certamente não conseguiu consolidar aquela pasta como difusora privilegiada da ideologia neoconservadora familista tanto quanto o que pôde ser visto no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, principalmente, através da sua Secretaria Nacional da Família. Angela Gandra, sua chefe, que permaneceu durante todo o período do governo à frente do cargo, tinha clara consciência de qual era o seu papel nessa dinâmica pedagógica institucional e sempre procurou deixar isso explícito nas suas intervenções públicas. Em entrevista a Natacha Cortêz (2020), por exemplo, ela afirma que sua secretaria se preocupa com “o fortalecimento de vínculos familiares” (local. 7) e que, somado a essa preocupação, o segundo desafio do seu trabalho era “trazer a família para acompanhar melhor a educação dos filhos” (local. 11) e que, por essa razão, estaria “trabalhando junto com o MEC no homeschooling (educação em casa). A gente não está trazendo essa pauta como um sistema educativo porque não cabe a nós, mas como um direito dos pais” (local. 11). Além disso, garante que outra frente de atuação de sua secretaria tem a ver com “conseguir que a mulher e o homem possam cumprir seu papel, insubstituível no lar, e fazer sua diferença na sociedade” (local. 11) através de formação direta com as famílias.

Nesse sentido, fica exposta, portanto, a ideologia familista centrada na ideia de um complementarismo entre homem e mulher (identificado na defesa da heteronormatividade) que permeia o trabalho da secretária e que, não por acaso, tem clara relação com a sua filiação religiosa católica, até porque, não é de hoje, mas, o que percebe-se atualmente é que “o ambiente conservador brasileiro, seja católico ou protestante, vem se mostrando campo fértil para posturas complementaristas e hierarquizantes” (Colares, 2023, p. 13). A ideia de complementarismo tem a ver com a crença de que homens e mulheres possuem funções distintas, porém complementares, que seriam assim determinadas por sua natureza biológica ou espiritual. Essa concepção afirma que tais papéis diferenciados são igualmente valiosos, mas pressupõe uma distribuição fixa e assimétrica de atribuições entre os gêneros que geralmente tende a associar o homem à liderança, à razão, à esfera pública e produtiva, enquanto que a

³⁹ Para ilustrar essas e outras situações que compuseram uma espécie de “apagão” no MEC do governo Bolsonaro, sugerimos a leitura da reportagem especial feita por Luigi Mazza (2021) para a revista *Piauí*, ainda naquele período, cuja referência se encontra no final deste trabalho.

mulher é quase sempre relacionada ao cuidado, à emoção, à maternidade e à vida privada. Embora essa ideia possa soar à primeira vista como conciliadora, pois enseja uma condição de compatibilidade entre os gêneros, ela tem sido amplamente criticada principalmente por mascarar formas estruturais de dominação de gênero sob a suposição da harmonia e da diferença em que não raramente definem a existência feminina muito a partir do que seriam suas competências em atender as necessidades dos homens (Colares, 2023).

Do ponto de vista histórico, o complementarismo tem raízes em tradições teológicas e filosóficas que procuram naturalizar as desigualdades entre os sexos/gêneros, mas ganhou destaque mesmo num contexto recente muito em reação aos avanços impulsionados pelos movimentos feministas (também no campo da teologia) que, sobretudo desde a segunda metade do século passado, exigem acertadamente condições de igualdade social. Dessa forma, ele tem sido recuperado e intensamente promovido por correntes neoconservadoras e de ultradireita atuais, especialmente no interior do fundamentalismo cristão evangélico e católico e vem sendo promovido como o modelo natural e divino de relação entre os homens e as mulheres, especialmente no contexto das famílias, resultando com isso como uma alternativa tanto aos feminismos quanto a quaisquer outros atores ou grupos sociais que demandem condições de igualdade nos diversos âmbitos da vida social.

O governo Bolsonaro quando dizia “valorizar a família tradicional”, “a célula mater de qualquer sociedade saudável”, tinha sempre de base esse tipo de fundamento normativo e simbólico do complementarismo para tentar justificar a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, projetar a “família” como eixo de coesão social e identidade nacional e coibir a expressão e o acesso a direitos civis para qualquer outro tipo de relacionamento afetivo que estivesse fora do escopo heteronormativo. Tal orientação por meio desse tipo de redução ideológica das relações familiares característica da política daquele governo pôde ser confirmada também através da atuação de Angela Gandra, por exemplo, quando, na mesma entrevista em questão, ela responde sobre as relações entre pessoas LGBTI+ e desconsidera que a questão familiar seja algo conceitualmente discutível:

Cortêz: As famílias homoafetivas também entram nisso?

Gandra: Olha, a gente está tratando de famílias, tá? Só que no ministério, toda a parte de LGBT não cabe a nossa diretoria, tem uma diretoria específica para isso que está na proteção global.

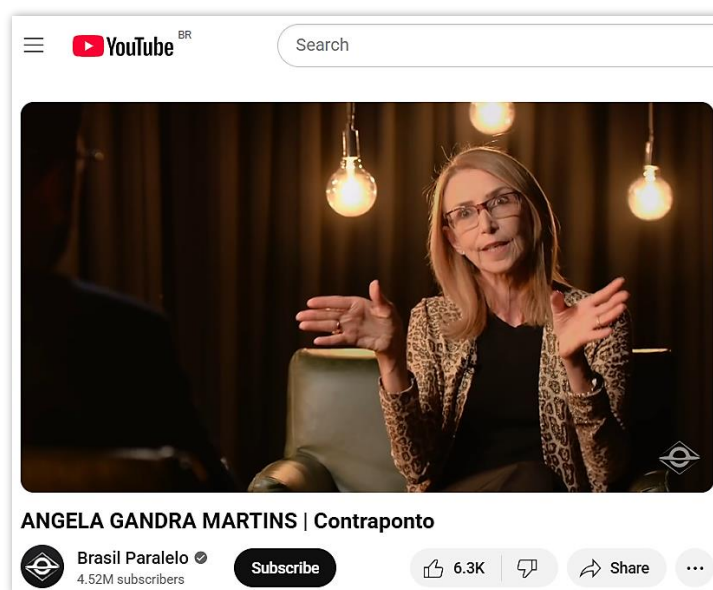
Cortêz: Qual é o conceito de família para a Secretaria Nacional da Família?

Gandra: Não temos conceito. Falei desde o primeiro momento, não trabalhamos conceitualmente (Cortêz, 2020, local. 11-12).

Afirmações semelhantes a essas que atestam tanto a ideologia familista que baseia o novo governo quanto as práticas e programas que estrategicamente são conduzidos para a difusão pedagógica dessa ideologia no país são repetidas em outras entrevistas que ela concedeu ao programa *Brasil em Pauta* do canal oficial do governo federal no *YouTube*, em 2021⁴⁰, e ao programa *Contraponto* do canal vinculado à extrema-direita, *Brasil Paralelo*⁴¹, em 2022, também hospedado na plataforma digital. Neste último, por exemplo, ela avança ainda mais na declaração do que pretendem com as metodologias formativas que empreendem através daquilo que chamaram como “políticas públicas familiares”. De acordo com suas respostas, é possível compreender que toda essa pedagógica difusão do familismo tinha, além do objetivo de ressignificar ideologicamente a política institucional do Estado brasileiro, alterando o seu modo de encarar as famílias, a intenção de “fortalecer os vínculos familiares” de modo que isso favorecesse, segundo sua crença, a autonomia da família principalmente no que se refere ao protagonismo da educação dos seus filhos, tirando do Estado grande parte dessa responsabilidade. É por essa razão que ela frequentemente, nessas entrevistas, fez questão de apresentar o *homeschooling* como projeto ideal de práxis para um ambiente social resultante dos efeitos da hegemonia familista e o projeto-piloto de sua secretaria, o *Família na Escola*, como metodologia pedagógica produzida para instrumentalizar os pais a “acompanharem o desempenho escolar dos filhos e o conteúdo que os filhos recebem na escola”, numa clara formação de vigilância ideológica sobre o ambiente escolar e o seu currículo.

⁴⁰ Link: https://www.youtube.com/watch?v=_AIUE8Twk7M. Acesso em: 15 jan. 2024.

⁴¹ A *Brasil Paralelo* é uma produtora criada a partir de 2016 que atua, principalmente, a partir do seu canal no *YouTube* com mais de 3,7 milhões de inscritos, divulgando materiais revisionistas e/ou negacionistas de fatos históricos nacionais e internacionais numa constante tentativa de desacreditar produções científicas sob a falácia de que elas estão tomadas por ideologias nocivas. De acordo com Almeida (2022), a fonte financeira que sustenta a produtora vem sobretudo de “centenas de milhares de membros assinantes que contribuem financeiramente para a criação de novos vídeos. A empresa também possui um site e aplicativo de *streaming* com diversos cursos e documentários disponíveis aos membros assinantes e alega ser um grupo de ideal cultural e educacional” (p. 13). Um dos carros-chefes produzidos por ela para atacar o campo educacional é o “documentário” *Pátria Educadora* que se propõe a fazer “a maior denúncia da história” contra a educação brasileira e tenta vender o *homeschooling* como proposta de educação antissistema. A confluência de sua retórica com o governo Bolsonaro tanto contribuiu para que se tornasse janela a partir da qual atores importantes da política ganhassem visibilidade, como é o caso de Angela Gandra, quanto fez com que seu pessoal conseguisse atuar dentro do aparelho estatal quando, por exemplo, “a molecada ligada à *Brasil Paralelo* chega mesmo à Fundação Biblioteca Nacional, armando suas tendas na presidência e em outros cargos da instituição” (Paulo, 2020, p. 109).

Figura 9 – Entrevista de Angela Gandra ao programa Contraponto

Fonte: Captura de tela da exibição do programa pelo autor/ YouTube, 2022.⁴²

Além de participações como essas em mídias nacionais, a secretária nacional da família também estava integrada a redes internacionais de fomento e propagação da ideologia de gênero familista e da campanha antiaborto nas quais, enquanto representante do Governo Brasileiro, divulgava suas ações e contribuía na formulação de estratégias que influenciassem outros governos e organismos internacionais na consolidação dessa agenda moral. Dessa forma, nos primeiros meses de 2021, ela participou de webinários realizados pela *Political Network for Values* (PNfV), organização internacional de que faz parte e que se apresenta como uma plataforma de representantes políticos para trabalhar em rede, num intercâmbio global e local, promovendo e defendendo ativamente valores entre os quais se inclui a “família”⁴³. Esses webinários, intitulados *Diálogos Transatlânticos*, assim como outros eventos presenciais realizados pela organização servem como momentos de articulação entre representantes políticos que compartilham posicionamentos ultraconservadores estratégicos na condução de governos de direita e extrema-direita em alguns países. Além do que, funcionam como uma espécie de reunião de atores políticos de ultradireita que, na dificuldade de ocuparem posições hegemônicas em organismos multilaterais, como a ONU e a OEA, por exemplo, se organizam e tentam realinhar suas pautas e esforços com vistas a pressionar esses espaços.

⁴² Link: <https://www.youtube.com/watch?v=MCSwXI5ke5k&t=11s>. Acesso em: 20 jun. 2025.

⁴³ Segundo a apresentação presente no site oficial da organização, disponível em: <<https://politicalnetworkforvalues.org>>, acesso em: 18 abr. 2022.

Figura 10 – Divulgação de webinários com a presença de Angela Gandra em 2021



Fonte: Captura de tela de página web pelo autor/ Site da PNfV, 2021.⁴⁴

Esse tipo de articulação internacional da ultradireita, em outra ocasião, chegou a produzir a *Declaração do Consenso de Genebra sobre a promoção da saúde da mulher e o fortalecimento da família*, um documento lançado em outubro de 2020, sob a liderança da administração Donald Trump nos Estados Unidos, com a justificativa de que, supostamente, a ONU estaria por meio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável impondo o aborto nos países em desenvolvimento (o que chamam de “neocolonialismo sujo”). Entre outras coisas, o documento também reafirma “a dignidade e o valor da pessoa humana” (US. Department, 2020, inc. III) e que “a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado” (US. Department, 2020, inc. V), tudo isso fazendo alusão direta à *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948) e a documentos de outras conferências mundiais, mas a partir de uma releitura reacionária que não reconhece os direitos reprodutivos das mulheres, afirmando que “não existe um direito internacional ao aborto” (US. Department, 2020, local. 2) e reiterando a família heteronormativa (chamada “família natural”) como base para a sociedade e as políticas de saúde. O Brasil, sob a representação dos ministros

⁴⁴ Link: <https://politicalnetworkforvalues.org/que-hacemos/webinar/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

do governo Bolsonaro, Damares Alves (MMFDH) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores), esteve ao lado da iniciativa estadunidense junto com Egito, Hungria, Indonésia e Uganda. Posteriormente, outros trinta governos alinhados ideologicamente chegaram a assinar a iniciativa que teve sua liderança partilhada até 2022 entre EUA e Brasil.

Em 2022, por ocasião do aniversário de dois anos da declaração, Angela Gandra chegou a discursar em evento realizado no senado dos EUA, como é possível ver na imagem 11, onde afirmou que “o documento é um compromisso histórico de um grupo diverso de países em avançar na promoção da saúde das mulheres, **na proteção da família como base para qualquer sociedade saudável**, afirmando o valor da vida em todos os estágios de desenvolvimento” (MMFDH, 2022, local. 2, grifo nosso), dando continuidade assim à sua reiteração da ideologia de gênero familista cara à administração federal de que fazia parte. Com eleição de novos presidentes nesses lugares, respectivamente Joe Biden (2021) e Lula da Silva (2023), ambos os países se desvincularam dessa articulação da ultradireita internacional. Da parte brasileira, o novo governo divulgou uma Nota Conjunta entre quatro ministérios (Relações Exteriores, Saúde, Mulheres e Direitos Humanos), em janeiro de 2023, em que afirmou que a declaração do *Consenso de Genebra* possui “entendimento limitativo dos direitos sexuais e reprodutivos e do conceito de família” que prejudica o compromisso do governo com “a garantia efetiva e abrangente da saúde da mulher” e “o pleno respeito às diferentes configurações familiares” (Ministério das Mulheres, 2023, local. 1). Isso significou um claro rompimento institucional do novo governo com a gramática familista para políticas sociais que vinha sendo extensiva e pedagogicamente propagada pelo governo anterior⁴⁵.

⁴⁵ Importante pontuar que, na ocasião da saída brasileira dessa aliança internacional antiaborto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu uma nota manifestando sua total reprovação com a medida tomada. Vide CNBB (2023).

Figura 11 – A secretária Angela Gandra em discurso nos EUA



Fonte: Comunicação Social/MMFDH, 2022.

As falas de Angela Gandra nos webinários da articulação PNfV são bastante significativas para analisarmos, mesmo que rapidamente, como ganhou corpo na política do governo federal, através do Ministério da Mulher e da Família, o investimento discursivo beligerante e de defesa ideológica da família heteronormativa, lançado mão desde a retórica de campanha eleitoral e inauguração do governo, conforme aludimos no início desta seção. Antes de passarmos ao conteúdo das falas, vale destacar que essas participações da secretária nacional na plataforma, apesar de estarem disponíveis nos canais da PNfV na internet, ganharam mais atenção principalmente graças à repercussão midiática de grandes sites informativos do país. Dando-nos a entender que, apesar da tonalidade histriônica e muitas vezes completamente explícita da ultradireita bolsonarista, existiram também movimentos de ações em rede, como essas, que estrategicamente foram conduzidos sem muito alarde, ainda que tratassem das mesmas investidas neoconservadoras. Essas oscilações entre posicionamentos públicos e reuniões mais restritas no tratamento de questões discursivas-chave para tais atores políticos

são objeto interessante de atenção porque apontam para movimentos, muitas vezes, de bastidor que também são importantes na construção pedagógica da gramática neoconservadora.

No webinar realizado no dia 12 de março de 2021, com o título *Una respuesta política a la Ideología de Género*, a secretária nacional inicia sua fala informando que o então governo brasileiro, desde a sua inauguração, estava destinando forças e trabalhando muito “nas políticas públicas contra a ideologia de gênero”. Segunda ela, através do MMFDH, teria sido retido todo o material de “cartilhas que tínhamos em que os pais eram preparados para ajudar seus filhos a partir dos 2 anos a escolher seu sexo e que seria distribuído entre as famílias” (Chade; Trevisan, 2021, 19s)⁴⁶. No entanto, em nenhum momento da participação, ela apresenta documentos e dados que comprovem quais seriam esses materiais supostamente retidos, nem tampouco que tal operação foi mesmo realizada. De modo que, a partir dessa fala da secretária, não é possível concluir se existiram de fato essas cartilhas, em qual etapa de desenvolvimento se encontravam, para qual público se destinariam e se, de fato, seu conteúdo versava de maneira correspondente ao que ela afirmou. Mas é possível identificar que, independentemente da veracidade de tais informações, a sua fala orgulhosa sobre a suposta atuação governamental repercutiu significativamente o anseio daquela gestão em imprimir a sua ideologia neoconservadora nos espaços pedagógicos e curriculares que atravessam a formação de crianças, adolescentes e suas famílias.

Prosseguindo sua participação no evento, a secretária nacional lembrou que essa disposição política estava diretamente ligada ao que foi dito pelo presidente do país desde o primeiro momento de seu governo, conforme já mencionamos. Ademais, aludiu também ao que foi tratado por Bolsonaro na ocasião do Dia Internacional da Juventude, em 2019, quando ele defendeu que as escolas foram destruídas pelos governos anteriores do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma, principalmente, pelo que acusa de terem tomado as escolas com a imposição ideológica de esquerda na formação de crianças e adolescentes. Só que Angela retorna à memória dessa ocasião simplesmente para reiterar, como num modo de divulgação internacional de seu governo neoconservador, o trecho em que o presidente diz que “se fosse 3, 4 anos atrás um evento como esse, talvez tivéssemos dois homens se beijando aqui na frente” (Chade; Trevisan, 2021, 47s) ao tentar relacionar essa sua suposição ao que seria, ao seu ver, o

⁴⁶ Esse trecho, assim como alguns outros a seguir, foram obtidos por transcrição e tradução da fala da secretária, em espanhol, presente em vídeo divulgado pela reportagem de Jamil Chade e Maria Carolina Trevisan, “Governo usa “família” para combater o que chama de ‘ideologia de gênero’”, *UOL Notícias*, 17 abr. 2021, disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/17/governo-usa-familia-para-impor-politicas-contra-ideologia-de-genero.htm>>, acesso em: 20 abr. 2021.

contexto da juventude impactado pelos governos que o antecederam. A secretária da família utiliza-se desse discurso do seu chefe porque, em corroboração com a fala dele, sua posição se constitui pela defesa de que as ações governamentais dos governos anteriores teriam alimentado a desvirtuação dos jovens através de políticas que teriam supostamente contribuído para gerar confusão nas famílias, cujo efeito central seria o de influenciar artificialmente o que não é natural, segundo sua visão – na reiteração da argumentação já sedimentada sobre a “teoria/ideologia de gênero” como sendo estratégia de falseamento da suposta natureza humana.

Figura 12 – Angela Gandra no webinar “Una respuesta política a la Ideología de Género”



Fonte: Captura de tela da transmissão do evento pelo autor/ YouTube, 2021.⁴⁷

A partir dessas considerações, portanto, Angela passa a elencar quais seriam as estratégias pedagógicas em forma de projetos e programas articulados pela sua secretaria para que se pudesse então sanar o suposto problema de “confusão das famílias”. Esses programas e projetos foram apresentados pela secretária como uma espécie de propaganda da atuação do neoconservadorismo no aparelho estatal brasileiro e isso já acena substancialmente para as suas

⁴⁷ Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Cfp8nHse7vo&t=2s>. Acesso em: 21 jun. 2025.

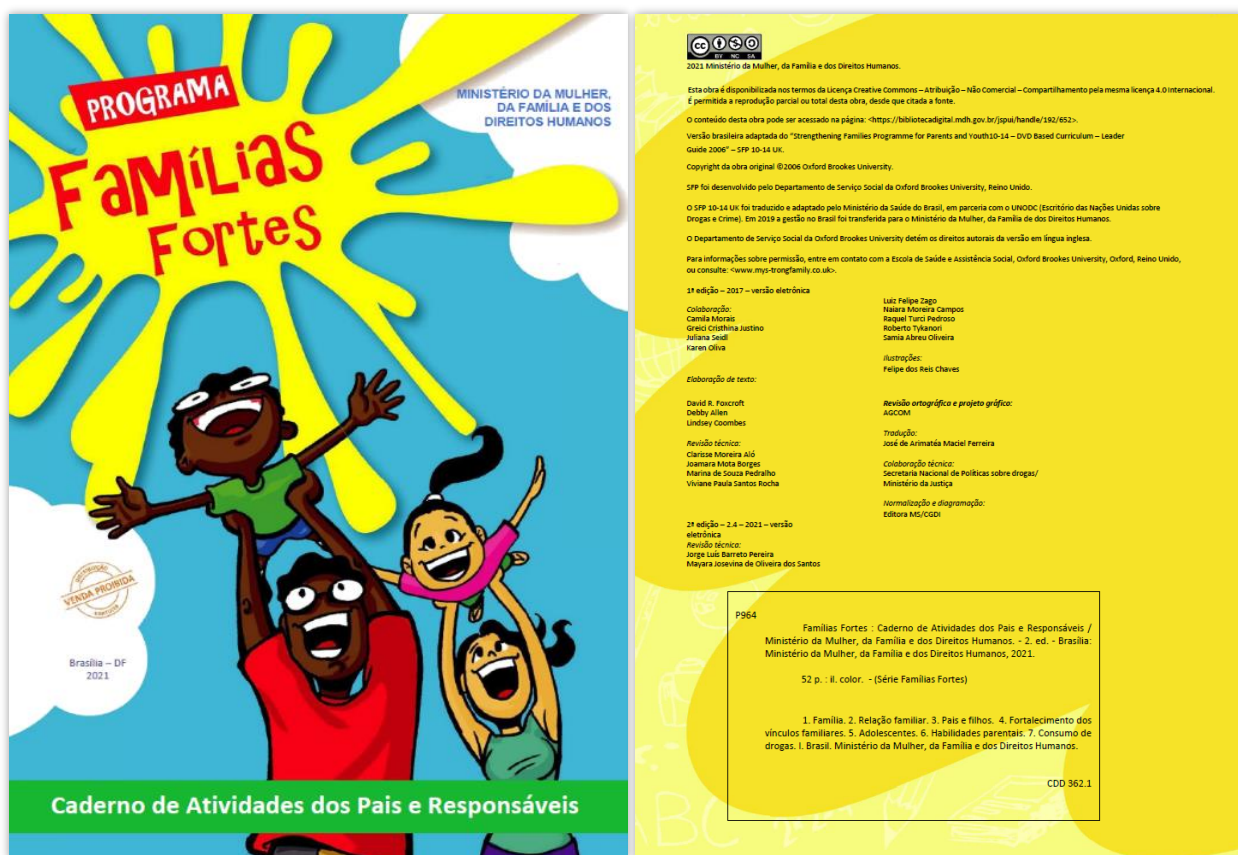
intenções de ressignificar o campo dos direitos humanos através do familismo. A primeira estratégia governamental citada na sua fala foi a implementação do projeto *Famílias Fortes* (PFF) que, segundo ela, estava sendo levado aos municípios do país através de momentos formativos diretamente com as famílias com o intuito de contribuir com o fortalecimento de vínculos familiares. Na verdade, esse projeto foi o único daqueles citados por ela em eventos e entrevistas que efetivamente teve aplicação prática, ainda que muito tímida, em alguns municípios brasileiros e, mesmo assim, não foi um projeto que era, de fato, uma iniciativa própria da SNF chefiada por ela. Esse já era um material que havia sido implementado enquanto pré-piloto de projeto pelo Ministério da Saúde do governo de Dilma Rousseff em 2013, como uma versão brasileira do *Strengthening Families Programme for Parents and Youth*, desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Oxford Brookes University, no Reino Unido (Horst; Alves, 2024).

Só que, a partir da guinada neoconservadora do governo Bolsonaro, o PFF é então reeditado pelo MMFDH, em parceria com a SNF, e passa a ser utilizado como um instrumento pedagógico para a positivação da ideologia de gênero familista, como já dissemos, exclusivamente identificada no modelo heteronormativo de família, que tinha posição central na construção discursiva daquele governo. Nesse sentido, ainda no âmbito daquela intervenção no webinar, Angela Gandra afirma que a necessidade de tal projeto se daria pela existência dos vários abusos que existem no interior das famílias, como a pedofilia, por exemplo, e que seriam responsáveis para que “depois as pessoas se confundam e vão para outro caminho” (Chade; Trevisan, 2021, 1 min 28s), numa alusão implícita às experiências de sexualidade e gênero consideradas dissidentes. Esse trecho da fala de sua fala é particularmente problemático pois abre espaço para que se sugira uma relação entre abuso sexual e experiências fora do escopo heteronormativo, que é amplamente apontada como falaciosa por diversos estudos de sexualidade.

Esse projeto seria, então, a partir da reedição neoconservadora da ultradireita em questão, uma espécie de instrumento pedagógico de prevenção de desvios através da constituição da “família forte” que, por sua vez, cumpriria a função também de dar trabalho aos jovens ao invés de “ideologia”. De acordo com a sua intervenção, portanto, tudo o que estava sendo observado pelas lentes do seu governo como caminho errado para os jovens, em referência às experiências que divergem de um marco heteronormativo, seria de algum modo fruto tanto de abusos sexuais intrafamiliares quanto da “falta de trabalho” que estaria sendo ocupada por “ideologia”. Ou seja, através de sua fala é possível depreender uma associação

equivocada (talvez deliberadamente) de experiências diversas de gênero e sexualidade a situações de violência sexual e à ociosidade, interpretações essas que não alcançam relação com o que dizem os estudos científicos a respeito. A seu ver, o que eles fariam ao propagar e ensinar a ideologia de gênero familista era garantir a “prevenção da prevenção” dos males sociais que poderiam acometer as famílias já que o fortalecimento dos vínculos familiares é visto, por essa perspectiva neoconservadora, como a panaceia para todos os problemas, numa clara parceria com o tratamento neoliberal da economia que encontra nesta ideologia familista a justificativa capaz de eclipsar toda a complexidade de fatores que impactam na precarização das relações em sociedade.

Figura 13 – Exemplos de materiais pedagógicos produzidos para os projetos da SNF



Sumário

Lema das Mães, Pais e Responsáveis e Lema das Famílias.....	5
Encontro 1 - Amor e limites.....	7
Encontro dos Pais.....	7
Atividade 1.6 – Checklist: coisas que faço bem como responsável.....	7
Encontro das Famílias.....	8
Atividade 1.1 – Os Pais procuram e debatem o Mapa dos Sonhos dos Filhos.....	8
Encontro 2 - As regras da nossa casa.....	9
Encontro dos Pais.....	9
Atividade 2.2 – Regras e responsabilidades para meu filho.....	9
Atividade 2.3 – “Eu fico...”.....	10
Atividade 2.7 – Praticando frases que começam com “EU”.....	10
Encontro das Famílias.....	11
Atividade 2.1 – Fazendo a Árvore da Família.....	11
Encontro 3 – Incentivar boas atitudes.....	15
Encontro dos Pais.....	15
Atividade 3.5 – Usando um sistema de pontos.....	15
Encontro das Famílias.....	17
Atividade 3.1 – Momentos de família.....	17
Atividade 3.2 – Formas de se divertir em família.....	18
Encontro 4 – Como usar consequências.....	19
Encontro dos Pais.....	19
Atividade 4.3 – Pequenas consequências para pequenos problemas.....	19
Atividade 4.5 – Grandes consequências para grandes problemas.....	22
Encontro das Famílias.....	26
Atividade 4.3 – Fazendo uma Bandeira da Família.....	26
Encontro 5 – Construir pontes.....	27
Encontro das Famílias.....	28
Atividade 5.3 – Solução de problemas.....	28
Encontro 6 – Proteger contra o abuso de substâncias.....	31
Encontro dos Pais.....	31
Atividade 6.3 – Debate sobre quem, o quê, onde, quando.....	31
Atividade 6.5 e 6.6 – Ferramentas e habilidades para cuidar dos filhos e filhas.....	33
Encontro das Famílias.....	34
Atividade 6.1 – Pais ajudando com a pressão dos amigos.....	34

Encontro 7 – Ajudar e ser ajudado.....	35
Encontro dos Pais.....	35
Atividade 7.2 – Dando às famílias a ajuda que precisam.....	35
Encontros de Acompanhamento.....	39
Encontro de Acompanhamento 1 – Lidar com estresse.....	39
Encontro dos Pais.....	39
Atividade 1.4 – Em vez de brigar.....	39
Encontro das Famílias.....	40
Atividade 1.1 Estresse... Jogo de adivinhar.....	40
Atividade 1.2 – Termômetro do estresse.....	40
Atividade 1.3 – Bingo Aliviador de Estresse.....	41
Atividade 1.4 – Amizade.....	41
Encontro de Acompanhamento 2 – Comunicar quando não concorda.....	42
Encontro dos Pais.....	42
Atividade 2.3 – Praticando a Técnica do Falante – Ouvinte.....	42
Encontro das Famílias.....	43
Atividade 2.2 – Entendendo pontos de vista.....	43
Atividade 2.3 – Usando o que aprendemos.....	44
Encontro de Acompanhamento 3 – Revisar as habilidades de amor e limites.....	45
Encontro dos Pais.....	45
Atividade 3.3 – Bingo de ferramentas.....	45
Encontro das Famílias.....	46
Encontro de Acompanhamento 4 – Rever como ajudar com a pressão dos amigos.....	47
Encontro dos Pais.....	47
Atividade 4.2 – Ajudando seu filho a resistir à pressão dos amigos.....	47
Atividade 4.4 – Obtendo apoio na criação dos filhos.....	48
Encontro das Famílias.....	50
Atividade 4.3 – Fortalecendo nossas famílias.....	50
Atividade 4.4 – Debate em família.....	51



PROJETO
FAMÍLIA NA ESCOLA



APOSTILA DA FAMÍLIA

SECRETARIA NACIONAL
DA FAMÍLIA

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA
E DOS DIREITOS HUMANOS

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Sumário

Módulo I - Direitos e deveres da família na educação das crianças e o lar como primeiro espaço educativo.	02
Módulo II - Marcos do desenvolvimento da criança e o papel da família.	13
Módulo III - Interação família e escola.	20
Módulo IV - A educação da inteligência, vontade e afetividade.	30
Jogos	40
Respostas dos jogos	44
Anexos	49

PROJETO
FAMÍLIA NA ESCOLA

SECRETARIA NACIONAL
DA FAMÍLIA

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA
E DOS DIREITOS HUMANOS

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Assim sendo, a ideologia de gênero heteronormativa é utilizada no discurso da secretária, que, como vimos, já é reiteração da gramática oficial do governo que representava, como uma arma estratégica apontada ao que postulam como confusão e desvio no ordenamento familiar ideal. Dessa forma, o ensinamento dessa ideologia seria então a única estratégia para barrar os efeitos confusos que o “gênero” (como uma entidade ideológica apontada por esse discurso) pode causar no suposto ordenamento natural e verdadeiro da família que, não por acaso, de acordo com esta perspectiva, se encontra num modelo masculinista. Por causa disso, tanto ela quanto vários outros atores políticos daquele governo se tornaram arautos do antigenerismo utilizando-se agora do novo passo no processo de desenvolvimento dessa reação: a propagação pedagógica do familismo a partir das várias esferas da atuação governamental em direção à sociedade brasileira. Isso, claro, sendo sempre estrategicamente tocado com a recoloração constante das tintas que desenham a produção de pânicos morais necessários para esse tipo de movimentação política, assim como apresentado pelo trabalho de Campana e Miskolci (2017).

Sobre isso, é possível perceber que Bolsonaro constantemente reiterou esse laço discursivo do antigenerismo no seu governo quando aparentemente se sentiu confrontado por qualquer questão que o comprometesse de maneira mais evidente. Isso parece ser umas de suas estratégias centrais para conquistar capital político. Um exemplo bem curioso desse tipo de estratégia discursiva se deu quando da ocasião de instauração da CPI da Covid-19, no Senado, em 2021, em conversa com apoiadores, em Brasília, o presidente voltou a falar de “kit gay”, “beijo de dois homens”, “doutrinação nas escolas”, “ideologia de gênero” se referindo às ações dos governos do Partido dos Trabalhadores (Soares, 2021). Isso pôde ser visto como uma evidente busca de reforço ideológico que sustentasse sua base de eleitores/as, ávidos/as do antigenerismo, dados os eminentes desafios que o rodearam tanto no que concerne à investigação de sua desastrosa gestão da pandemia de Covid-19 no país, com centenas de milhares de mortes, quanto em relação às eleições gerais que se aproximavam.

Voltando à participação *online* de Angela Gandra naquele webinar, é possível perceber que ela continuou sua fala abordando o que seria essa atuação orquestrada do governo em ofensiva contra o “gênero”, grande inimigo da “família”, citando outro projeto que até então estaria em desenvolvimento pelo Ministério da Educação (MEC), chamado *Famílias na Escola*, e que também seria tocado em parceria com a Secretaria Nacional da Família. Este programa teria o objetivo de “chamar a família para acompanhar [não explica como] o conteúdo da formação de seus filhos na escola” (Chade; Trevisan, 2021, 1 min 55s) porque, segundo ela,

“os pais não conhecem a ideologia que acontece na escola, que muitas vezes se assustam ao ver os frutos ou material” (Chade; Trevisan, 2021, 2 min 13s).

Nesse sentido, o tal programa estava sendo construído para ter centralidade na formação de famílias contra o que, segundo a perspectiva governamental, seriam os perigos da ideologização escolar do gênero a partir dos/as professores/as em relação a crianças e adolescentes com o intuito de confundir estes sujeitos que, segundo a secretária, fazem parte de uma fase da vida passível de desvirtuamentos. Uma mobilização desse tipo, por parte desses agentes do governo, e através de uma metodologia construída especificamente para alimentar um certo temor social com relação aos professores e às escolas, em grande medida, pode ser vista também como um eco de algo daquelas práticas do Mesp, situadas nas vésperas da constituição daquele governo e que foram citadas no primeiro capítulo. Em seguida, somado a esses programas, Angela reforçou o seu desejo e esforço com relação à legalização da prática de *homeschooling* no país (Chade; Trevisan, 2021, 2 min 4s) como mais uma estratégia de afirmação familista sobre a educação básica dos filhos e confirmou, junto aos seus parceiros estrangeiros, que dentro daquela política governamental, a presença do então deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente da República, na Comissão de Educação, da Câmara de Deputados, à época, teria também o objetivo de somar a todos esses projetos fazendo frente à “ideologia de gênero”⁴⁸.

Por último, deixou claro que, além da atuação no legislativo, os/as agentes antigênero do governo estavam constantemente em *lobby* com o judiciário no que concerne a criar obstáculos para que processos que a seu ver continham “ideologia de gênero” não fossem oportunizados. E comunicou que todas as menções a “gênero” foram proibidas pela administração federal em documentos públicos, sendo substituídas por “sexo”, numa evidente constatação do quanto a atuação neoconservadora considera importante o a preocupação com os termos de suas articulações políticas. Vale dizer, antes de concluir esta seção, que todos os componentes da fala de Angela Gandra, articulando a “ideologia de gênero” como grande inimiga da “família”, foram apresentados, repito, sem demonstração material e comprobatória dos seus elementos de modo que fosse possível analisar, só por essa intervenção pública, tanto as políticas públicas reais quanto também os dados e indicativos que as subsidiem de maneira

⁴⁸ Segundo a biografia do então deputado Eduardo Bolsonaro, disponível no *site* da Câmara dos Deputados, ele fez parte da Comissão da Educação, como membro titular, no período de nove de março a primeiro de setembro do ano de 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/92346/biografia>>, acesso em 15 abr. 2022.

responsável e necessária. Como também que se comprovasse que os seus efeitos reais justificariam os investimentos públicos em torno dessa movimentação neoconservadora.

Apesar disso, é possível encontrar boa parte dos materiais dos programas citados e de outros projetos desenvolvidos pela Secretaria Nacional da Família, por ela chefiada, nos *sites* do governo federal. Esses projetos e programas, podemos notar, foram utilizados como instrumentos pedagógicos da campanha familista do governo Bolsonaro, mesmo que executados apenas parcialmente e numa abrangência menor do que se pretendia. Independentemente dos dados citados pela secretária da família não poderem ser verificados e/ou os tais programas e projetos não terem tido uma propagação tão impactante, em termos discursivos, importa considerar que o que ela desenvolveu como uma certa prestação de contas da atuação neoconservadora na política institucional do país enquanto participou daquele evento e de outras ocasiões, no geral, pode ser encarado muito mais como uma divulgação visivelmente orgulhosa do governo que se apresentava como capaz de ensinar qual a base discursiva que deveria nortear as políticas sociais e de se firmar internacionalmente como candidato oportuno para “conseguir que se combata a ideologia no Brasil e que possa dar exemplo ao mundo”. Tinha, nesse sentido, uma função discursiva de positivar aquele momento político de ultradireita como o parâmetro hegemônico para a definição dos termos legítimos para a constituição da verdade do social.

3.3 Implicações possíveis da pedagogia discursiva do neoconservadorismo

De acordo com o que apresentamos a partir dos dois exemplos de mobilização discursiva do governo bolsonarista, é possível considerar, então, o uso da “família” como uma estratégia de identificação social fundamental para a articulação de seus objetivos políticos. Essa identidade específica da família é, como já acenamos, constituída como sinônimo de uma regularidade heteronormativa que, como tal, é produzida sob operações de naturalização e essencialização no discurso. Assim, “família”, “família tradicional”, “família cristã” no discurso neoconservador daquele governo são como quadros típicos de relações sociais pintados a partir de um ordenamento de poder em que as experiências de gênero e sexualidade devem se encaixar numa regularidade heterossexual, basicamente monogâmica (o que parece um elemento presente, porém secundarizado no discurso), defendidos como naturais, essenciais e até divinos para a existência da sociedade.

De cara, fica evidente o incômodo com as possibilidades de reordenamento de poder social que porventura começam a surgir com as demandas de movimentos feministas e LGBTI+ em torno de reconhecimento político, direitos sociais e exercício da cidadania. Nesse sentido, é estratégico que o discurso da secretária nacional da família, Angela Gandra, tome a “ideologia de gênero” como inimigo a ser combatido pelas ações de seu governo. Isso porque tanto reitera a sua compreensão de família como um tipo identitário único, natural e essencial quanto reposiciona as experiências dissidentes dessa norma (o “outro” necessário para autoafirmação da “família”) como equívocos que devam ser perseguidos e desconstituídos da política. No fundo, em resumo, o que se espera do investimento identitário na “família” parece ser a deslegitimação de todo um conjunto de conquistas e direitos construído historicamente através, sobretudo, das lutas de grupos minoritários politicamente, como feministas e pessoas LGBTI+. Isso sem deixar de considerar a relação com outras lutas vinculadas à classe e raça, dois marcadores também fundamentais na constituição identitária da “família tradicional” que mereceriam uma análise muito mais específica para além da que fazemos aqui.

Reduzir a ideia de família a uma forma restritiva e única de ordenamento social é, pelo que podemos concluir das investidas da ultradireita, tentar reprimir outras ordenações de poder social que podem advir de novos arranjos sociais familiares. Isso não significa dizer que outros arranjos diversos de família não se constituam também sob posições diferenciais de poder, muitas vezes mimetizando até estruturas familiares culturalmente sedimentadas. Mas que, pelo menos, já representam um desafio direto à própria sedimentação mais hegemônica da noção de família ao demandar, por exemplo, a legitimação de novas identificações, a desconstrução de papéis de gênero determinantes para um desenho nuclear conjugal heteronormativo, a troca e o trânsito mais fluídos das funções entre as pessoas, o alargamento ou estreitamento dos limites de vínculos, muitas vezes, não mais baseados num acordo monogâmico. Assim, significa dizer com isso que a consideração política e social de novos arranjos familiares de alguma forma pode representar, diante de representação cultural hegemônica da família evidentemente desafiada, uma positivação atualizada da experiência democrática entre os indivíduos em suas relações construídas.

Desse modo, nesse movimento de construção do pânico moral através da política e suas iniciativas desde o aparelho estatal, o laço que amarra a defesa identitária da “família” tem a ver com o que a “ideologia de gênero” representa, segundo sua construção neoconservadora, enquanto ativo de confusão do suposto ordenamento natural e divino da família. Esse regime em perigo é facilmente traduzido num desenho de poder masculino, heterossexual, branco e

abastado que continua sobrepondo fantasias de ordem e segurança social. Tornando imprescindível para essa perspectiva reacionária que se combata o “inimigo do gênero”, uma espécie de “ideologia totalitária”, de modo que se consiga “restaurar” o que veem como ordenamento familiar natural e, conseqüentemente, a “ordem social” aparentemente desordenada e cada vez mais insegura. Tentando alocar, com isso, toda razão dos problemas sociais num aspecto simplesmente moral, supostamente de fácil identificação, contra o qual já se tem o antídoto necessário: o “fortalecimento dos vínculos familiares”.

Esconde-se também no bojo dessa produção conspiratória o fato de que a precarização e a destruição da seguridade social estejam relacionadas às adoções neoliberais na política e na economia. É uma estratégia básica a partir da qual se compreende também o porquê das coalizações neoconservadoras serem originalmente marcadas por representantes da doutrina neoliberal. Coloca-se dessa forma, então, na mesa de cada sujeito/a vulnerabilizado/a por tal dinâmica política e social a defesa de um modelo de família culturalmente assentado no imaginário popular como sinônimo de segurança social, mesmo que se saiba a partir de dados do cotidiano que essa identidade familiar não representa a única possibilidade das relações. E se despreza, por efeito, ao menos em termos de reconhecimento político e garantia de direitos, que outros arranjos de relações familiares também possam ser vivenciados como redes de cuidado e de solidariedade entre as pessoas.

Aproveitar-se do não reconhecimento de outras relações afetivas, solidárias e de cuidado entre as pessoas e retirar do Estado a responsabilidade para com a seguridade básica das populações é o que, neste enquadramento, se torna estratégico para políticas ultraliberais da economia. Mesmo que o neoliberalismo capture e capitalize as demandas de novos arranjos familiares, fazendo-nos virar esse debate de democratização das relações para uma outra vertente crítica, é possível perceber também o seu aproveitamento de articulações políticas reacionárias que obtém sucesso num apelo ao tradicionalismo e ao conservadorismo da sociedade. Particularmente é por esse desdobramento tanto em uma versão reacionária de direita quanto em uma versão modernista de esquerda que Dardot *et al* (2021, p. 206) exergam o porquê de o neoliberalismo de governo se impor exitosamente como “uma força transformadora da sociedade até aqui irresistível”. Por conseguinte, também se torna interessante para as políticas neoliberais a privatização e hipertrofia da responsabilidade social, inclusive da educação, nas famílias, sob o pretexto de naturalização e divinização dessa esfera social, já que isso pode desresponsabilizar, sobretudo financeiramente, os governos e liberar o erário público para fins privados de quem comanda a dinâmica política institucional.

Será que não era isso, por acaso, que sob a exaustiva afirmação moral da família heterossexual, estava por trás do desejo reiterativo de Angela Gandra pela aprovação do *homeschooling*? É uma pista de reflexão que pode ser pertinente sobre o tema, mesmo que não seja a explicação única ou majoritária para a mobilização desse tipo de política. Afinal, no fundo, pode ser mais uma oportunidade para a camaleônica atuação neoliberal, a partir da qual se investe politicamente naquilo que parece ser capaz de produzir mais lucro de acordo com as circunstâncias sociais e políticas em vigor, sejam elas consideradas progressistas, democráticas, tradicionalistas, conservadoras ou qualquer coisa que o valha. O que, enfim, não é nada muito novo nem tampouco surpreendente dentro da dinâmica de reiteração do sistema capitalista. Esse tipo de flexibilidade operada pelo neoliberalismo mostra que sua lógica não está necessariamente comprometida com um conteúdo político específico, mas sim com a capacidade de instrumentalizar qualquer pauta social ou cultural em favor da manutenção da lógica mercadológica, desde que esta proporcione formas de governabilidade e acumulação.

Isso significa que não há contradição, do ponto de vista sistêmico, entre a mobilização reacionária da ultradireita e os interesses neoliberais. Pelo contrário, na verdade, muitas vezes o que há é uma convergência estratégica, como no nosso caso aqui em questão, através da apropriação de repertórios morais e afetivos (como a defesa da “família tradicional”) para estabilizar imaginários sociais e gerar um clima de coesão simbólica que favoreça agendas econômicas de austeridade, privatização e desresponsabilização do Estado. Nesse ponto, por sinal, a análise foucaultiana sobre o neoliberalismo como forma de governamentalidade é esclarecedora. Isso porque, para Foucault (2008a), o neoliberalismo não se reduz a uma política econômica, mas implica-se também enquanto uma racionalidade que produz sujeitos governáveis a partir de normas morais, afetivas e familiares, reorganizando a vida social por meio da gestão da conduta. De modo que, a moralização da política nesse caso passe a servir como uma tecnologia de poder, promovendo formas de subjetivação que naturalizam desigualdades e consolidam o regime de mercado como horizonte inquestionável da vida. A moralização da política, neste contexto, portanto, atua como mecanismo de contenção de conflitos sociais e de desmobilização de demandas por justiça redistributiva, operando como uma espécie de verniz ideológico que esconde as continuidades estruturais da precarização neoliberal e também os processos de erosão das democracias.

A erosão da democracia corresponde também à erosão do público – na forma da privatização e da redefinição do próprio sentido de coletivo. Com o neoliberalismo, para além das novas formas de regulação em favor do mercado e da redefinição da institucionalidade estatal diante da

financeirização da economia global, uma nova racionalidade, baseada na competição, constitui as interações sociais e a própria subjetividade. É nesse contexto que o neoliberalismo se torna um “novo regime de evidências”, no qual se reivindica que a democracia atenda à lógica do mercado. Além da expansão do econômico em detrimento do social e do privado em detrimento do público, expande-se também a “esfera pessoal protegida”. **Nesse ponto, a família está no centro da dinâmica de privatização.** (Biroli, 2020, p. 142, grifo nosso).

Com isso, é possível compreender que a condição contextual que agora está em questão com esse movimento neoconservador da ultradireita é a de que ele disputa a articulação das circunstâncias políticas que podem ser campo das atuações econômicas sob o prisma da forte defesa identitária da “família” informada pela interpretação religiosa reacionária, como já notamos pelos exemplos brasileiros apontados, jogando isso a partir das instituições sociais mais variadas possíveis, como a educação e a política institucional. Numa tentativa de produzir um lastro de inteligibilidade política a partir do qual todas as políticas públicas sejam pensadas e desenvolvidas. Ou seja, tentando “dar a letra” segundo a qual deva ser cantada a toada de desenvolvimento da sociedade com suas fantasias identitárias substancialmente sedimentadas. É isso que se configura como o caráter pedagógico dessa atuação política que tanto se realiza na formação de uma nova gramática institucional como também busca surtir efeitos diretos na base social maior com o treinamento de famílias para que elas fiscalizem o trabalho pedagógico e o conteúdo curricular das escolas, impactando também assim todo o campo educacional, além do que também possam definir quem são os sujeitos e quais as relações sociais que podem ser consideradas/os legítimas/os no plano da inteligibilidade social.

Um exemplo simples, mas significativo, desse investimento no campo basilar para a produção e desenvolvimento da inteligibilidade social pode ser encontrado nas apostas tanto do evento em si quanto da outra participação de Angela Gandra, em abril de 2021, no *Diálogos Transatlânticos*, intitulado *El futuro de los valores democristianos en la Unión Europea*. Isso porque, já pelo título, podemos sacar o horizonte de ressignificação social planteado pelo encontro dos neoconservadores que, exemplificado pela fala da secretária nacional (agora sem muita ênfase conspiratória contra o “gênero”) se desenvolve por um tipo de ressignificação discursiva da linguagem dos direitos humanos, colocando-os como suportados a priori por valores “cristãos”, segundo sua interpretação. Ou seja, percebemos nesse tipo de intervenção dela uma clara demonstração de que há a intenção desses atores de rearticular, não só política, mas também juridicamente, o debate sobre direitos humanos e sua conceituação. Tudo isso numa tentativa de produzir fundamentação para os direitos a partir do que até exoticamente

estão postulando como “valores democristãos”. E isso se repete pedagogicamente na produção do discurso da ultradireita quando consideramos que, em maio do ano seguinte, 2022, a secretária nacional da Família participou novamente como conferencista de um evento internacional produzido pela PNfV, na Hungria, sob a mesma retórica de defesa dos direitos humanos a partir do fortalecimento da “família”⁴⁹.

Isso é o que poderíamos entender como a mimetização de uma linguagem dos direitos humanos numa agenda que, na realidade, confronta os próprios direitos humanos até na sua legitimidade histórica, já que se liga diretamente à conspiração restauracionista da “família” como significante central de uma política que despreza as demais conquistas de direitos. É, assim, um trabalho pedagógico de sedimentar no próprio campo dos direitos humanos uma perspectiva ideológica antidireitos, que pode ser entendido como um marco relevante na consolidação dessa reação neoconservadora, pois “trata-se de redefinir sentidos e limites para os direitos, não simplesmente recusá-los” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 30). Com relação a isso, Angela Gandra inclusive participou, em meados de 2019, de uma reunião em Washington, nos EUA, que gerou “polêmica entre ativistas de direitos humanos: a Comissão dos Direitos Inalienáveis, uma iniciativa do Departamento de Estado norte-americano para rever o conceito de direitos humanos” (Chade, 2020a, n.p).

O projeto à época partiu do então Secretário de Estado do país, Mike Pompeo, um cristão evangélico, crente de que os direitos humanos tenham vindo “de nosso Senhor”, que durante o lançamento da comissão afirmou esperar que “ela gere um debate sério sobre direitos humanos que se estenda além das posições de partidos e fronteiras nacionais” (Chade, 2020b, n.p). Algo dentro do que já tem sido observado por pesquisadores interessados no desenvolvimento dessa ultradireita e que afirmam, por exemplo, que esse transnacionalismo da coalizão se dá por um processo contínuo de “apropriação, adaptação e disseminação de ideias que transitam em circuitos transnacionais [que] têm se estruturado por meio de redes que conectam a direita radical e a extrema-direita brasileira a movimentos globais, reforçando uma dinâmica que alia elementos locais a agendas globais” (Magalhães; Neto, 2024, p. 103-104). A secretária nacional

⁴⁹ Até a finalização deste texto não foi possível ter acesso ao conteúdo da participação de Angela Gandra na *IV Cumbre Transatlántica*, que aconteceu na Hungria, sob a organização da *Political Network for Values*. No entanto, é possível observar uma entrevista concedida por ela ao *site* da PNfV em preparação para o evento, na qual reafirma a sua posição de reforço aos direitos humanos reconhecidos na Carta Universal dos Direitos Humanos (1948) sob o signo de defesa da família. Nesse caso, de defesa de sua identidade de família. Essa entrevista pode ser conferida em: <https://politicalnetworkforvalues.org/2022/05/gandra-el-consenso-de-ginebra-fortalece-la-voz-de-la-familia-en-el-ambito-internacional/>, acesso em 29 out. 2022.

da Família foi, portanto, naquele caso, a representante oficial do Brasil mesmo que aquela empreitada se tratasse de uma iniciativa interna do então governo daquele país.

O alinhamento desses atores políticos de ultradireita ao esforço e metodologia de restauração e/ou apelo a noções específicas de tradição que dá a impressão de que trazem de volta padrões do passado, marcados por valores “cristãos” concebidos como a verdade das relações, é estratégico porque “as tradições morais, ativadas pelas religiões cristãs, por sua vez, são a ancoragem moral para que as propostas possam ser apresentadas como majoritárias e não coercitivas” (Biroli, 2020, p. 169). E faz com que se escamoteie que o que está em jogo na disputa política atual não é/deve ser um debate sobre a sociedade, em tons escatológicos, mas a legitimação de direitos diretamente implicados com as reconfigurações das relações de gênero e de sexualidade na atualidade da vida social. Tanto que, para especialistas e críticos de empreitadas como essa que, por exemplo, aludiu ao que chamaram de “direitos inalienáveis”, esses esforços são, na realidade, “uma tentativa de restringir os direitos que o governo tem a obrigação de proteger. Poderiam ser afetados direitos sexuais e a proteção de minorias, entre elas a comunidade LGBTQ e imigrantes” (Chade, 2020b, n.p.).

Essa disputa pela verdade do social foi, portanto, uma disposição basal que mobilizou aquele governo de ultradireita em sua produção discursiva mais expressiva, como é possível ser notado, por exemplo, a partir de outro pronunciamento que foi realizado por Jair Bolsonaro por ocasião da solenidade de posse e despedida de ministros de Estado, no dia 31 de março de 2022, data que marca também historicamente o golpe militar no Brasil, em 1964, que desencadeou a ditadura militar no país. O político, naquela ocasião, utilizou-se de seu pronunciamento para negar considerações históricas acerca daquele regime de exceção, investindo claramente num revisionismo da história brasileira recente, e o fez abrindo sua fala com a ênfase de que o seu governo seria **“um governo que acredita em Deus, respeita os seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo. [E que] nada se pode construir sem a verdade, nem mesmo o menor núcleo da sociedade, que é a família”** (Brasil, 2022, grifos nossos). Reiterando, desse modo, o discurso neoconservador, não por acaso, e barganhando toda a sua toada revisionista a partir dos disparos ideológicos das identidades discursivas que são caras ao seu eleitorado e simpatizantes.

Com base nesse exemplo e tentando considerar o que está em jogo nessa aparente difusa articulação de termos-chave do neoconservadorismo, é possível notarmos que “família” e “verdade” são colocados como interdependentes em sua constituição, de uma forma tal que o

ativismo de defesa dessa “família” também se torne ao mesmo tempo uma prova de efetivação da verdade de qualquer coisa – produzindo discursivamente, portanto, uma espécie de autorização para dizer o que é e como deve ser qualquer coisa, até mesmo legitimando os revisionismos históricos que lhes são apropriados para a manutenção da retórica reacionária. Isso significa dizer que, nesse sentido, o interesse e a afirmação da “defesa da família”, da “família tradicional”, “do fortalecimento da família” e seus correlatos se tornam imprescindíveis para o fortalecimento dos atores políticos que os propagam, principalmente, porque a “família” se torna, então, nada mais do que uma moeda de legitimação ideológica de determinada visão de mundo dos/as neoconservadores/as. E só isso.

Podemos afirmar que essa operação discursiva é ainda mais eficaz porque mobiliza um significante historicamente carregado de sentidos religiosos, afetivos e morais, capaz de se apresentar como uma verdade evidente por si mesma que, por este enquadramento, não é exposta como construção histórica ou cultural e, assim, sujeita a variações e disputas, mas como um dado natural, atemporal e universal, permitindo que os grupos neoconservadores a utilizem como âncora de sentido para sustentar uma suposta ordem social anterior que deveria ser preservada ou restaurada. Tal mecanismo de significação ideológica desativa, dessa forma, o debate crítico, pois faz com que qualquer contestação ao modelo proposto seja lida não como posicionamento legítimo, mas como uma ameaça, uma perversão ou até mesmo um desvio. Levando isso em conta, trata-se então de uma estratégia retórica que permite deslocar o debate político para o campo da moral e da segurança social, blindando a agenda neoconservadora de questionamentos racionais e apresentando-a como a única alternativa possível diante do “caos” da modernidade e da pluralidade.

Utilizam-se, portanto, de uma crença social de verdade natural dessa ideia de família para, com isso, cancelarem na opinião pública a sua posição de “compromisso com a verdade” necessária à tentativa de legitimação de suas noções de mundo e sociedade. Isso porque, produzindo a si mesmos como uma espécie de arautos da verdade na ficção política do social, produzem simultaneamente os “outros” (aqueles/as que divergem da compreensão restrita de família) como certos inimigos da verdade que agem somente para confundir, geralmente, as crianças e adolescentes, nessa fase da vida tão vulnerável a desvios e confusões – conforme vimos pelos pronunciamentos da secretária nacional da família. Assim, para além de uma preocupação de fato com o debate e o enfrentamento das questões contemporâneas das famílias, o que se percebe do ativismo da ultradireita é o uso dessa bandeira como um truque discursivo

com vistas na obtenção de uma autoridade social que os legitime a determinar o que deve e o que não deve ser autorizado como verdade social.

Para concluir, vale ainda apontar sobre essa disputa da verdade social que, na constituição do discurso reacionário que coloca a “família” no centro do debate político utilizando-se dessa volta ficcional a um passado “natural”, eficaz para a fantasia de segurança existencial na cultura, ainda parece existir de forma latente uma relação forjada entre “família” e “nação” como também mais uma camada ideológica da “verdade”. Isso porque a sua loa nacionalista é munida pela conspiração restauracionista. A construção da “nação” atrelada a uma defesa da “família” que nega a “ideologia de gênero”, no caso do Brasil, conforme analisamos a partir dos exemplos, se compõe sob o desejo de uma certa noção de ordem adida aos efeitos diretos de questões relacionadas à insegurança social, tanto quanto apontamos. Então, essa produção neoconservadora não significa simplesmente uma movimentação em torno do ordenamento formal das relações, mas parece indicar, sobretudo, ações políticas que deslegitimem agendas de justiça social, reinvocando o “natural” e o “verdadeiro” como forma de reposicionar relações hierárquicas e violentas como aquelas que seriam, a seu ver, próprias da nação brasileira.

4 A ULTRADIREITA E A DIMENSÃO FANTASMÁTICA DO SEU DISCURSO

Depois de traçar nos capítulos anteriores os movimentos de articulação das lógicas sociais e políticas fundamentais para a constituição e atuação da coalização de ultradireita presente na política contemporânea brasileira, neste capítulo, desenvolveremos uma reflexão que tanto considera aspectos que podem ser pensados como estruturais desse tipo de tendência política atual quanto, em seguida, se aventura em deduções sobre o porquê desse discurso neoconservador lograr tamanho êxito e adesão social. Para isso, na primeira sessão deste capítulo, procuramos enfatizar o posicionamento contemporâneo desse tipo de coalizão política, a sua relação com os efeitos próprios da hegemonia neoliberal e como a mobilização da díade caos-ordem simbólica e discursivamente atravessa como que de fundo a reiteração neoconservadora tanto da ideia de crise quanto da resolução dela. Em seguida, embasados na compreensão do quanto a dimensão dos afetos é importante para a operação discursiva desses projetos políticos, passamos a investigar com o auxílio da abordagem das lógicas fantasmáticas, de maneira mais detida, a manutenção dessas articulações políticas, sobretudo, acentuando o quanto a governamentalidade neoliberal, que produz incertezas e alimenta fantasias com forte apelo afetivo, dá condições cada vez mais profícuas para que esses projetos ganhem adeptos e se legitimem no plano da dinâmica social.

4.1 Ultradireita e o redimensionamento do político no contexto da crise contemporânea

Com base em tudo o que já foi desenvolvido nos capítulos anteriores, entendemos que é preciso levarmos em consideração a operação discursiva de ultradireita que pedagogicamente tenta definir os termos do social, a partir de agora, dentro dos próprios aspectos que a atravessam e a constituem enquanto algo próprio desta atualidade em que nos encontramos. Ou seja, considerando-a como parte característica do momento contemporâneo e não somente como algo anômalo e estranho que passou a nos rondar e provocar. O momento político contemporâneo, nesse sentido, tem sido marcado pela ascensão de movimentos de ultradireita que mobilizam dinâmicas críticas e desafiadoras ao redor do mundo, mas com particular acento para com as democracias latino-americanas. Esse fenômeno não surge, no entanto, necessariamente como uma ruptura radical do contexto político recente e atual, mas, na verdade,

como uma expressão do que seria a face reativa/reacionária dele. Surge como soluções de verve autoritária e restauracionista que emergem no terreno fértil de crises sistêmicas historicamente fabricadas e/ou exacerbadas por alterações no regime econômico e no tratamento das políticas sociais. Tanto a ascensão de Jair Bolsonaro ao governo do Brasil quanto as tendências similares em países como Argentina (com Javier Milei) e El Salvador (com Nayib Bukele) merecem ser lidas como produtos de uma sequência histórica na qual o neoliberalismo deixou rastros profundos de insegurança social, precarização trabalhista e descrença nas formas tradicionais de representação política (Rodríguez, 2021). No caso do Brasil, esse vetor neoliberal se apresenta em programa explícito já com o ex-presidente Michel Temer (Paulani, 2022), mas ganha particular aprofundamento a partir da eleição da ultradireita em 2019.

Com o neoliberalismo, para além das novas formas de regulação em favor do mercado e da redefinição da institucionalidade estatal diante da financeirização da economia global, uma nova racionalidade, baseada na competição, constituiu as interações sociais e a própria subjetividade. É nesse contexto que o neoliberalismo se torna um “novo regime de evidências”, no qual se reivindica que a democracia atenda à lógica do mercado. Além da expansão do econômico em detrimento do social e do privado em detrimento do público, expande-se também a “esfera pessoal protegida”. Nesse ponto, a família está no centro da dinâmica de privatização (Biroli, 2020, p. 142).

A intensificação recente, portanto, de políticas neoliberais, caracterizadas pela austeridade fiscal, o desmonte de direitos trabalhistas e variadas privatizações do patrimônio público, produz não apenas a desigualdade econômica, mas também uma insegurança existencial que atinge principalmente as classes sociais mais vulneráveis. A figura do “empreendedor de si mesmo”, promovida pelo neoliberalismo, internaliza a lógica da meritocracia e responsabiliza o indivíduo por sua própria precariedade, enfraquecendo a solidariedade coletiva e ampliando a atomização social, sobretudo, no momento de hegemonia neoliberal em que os indivíduos internalizam a “racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível” (Safatle, 2020, p. 24). O resultado disso acabou produzindo uma “crescente descrença nas soluções políticas e acabou alimentando o surgimento de governos autoritários de extrema direita” (Paulani, 2022, n.p., tradução nossa). O neoconservadorismo político destacado por nosso trabalho se insere nessa paisagem histórico-política como um regime que valoriza o moralismo religioso e a disciplinaridade social, apoiando-se num Estado intervencionista quando se trata de impor normas morais, mas liberalizado quando se refere ao campo econômico, dentro da lógica de mercado cara ao tratamento neoliberal (Farias, 2024). Portanto, abre-se campo com isso para as condições de emergência e ascensão de líderes autoritários e coalizões políticas baseadas na promessa de restauração da suposta ordem social

perdida. No Brasil, essa estratégia foi visível de maneira exemplar, como citamos, na campanha bolsonarista à Presidência, que personificou os seus inimigos como responsáveis pela dissolução da ordem moral e cultural, sugerindo intervenções de exceção e um tipo de moral pública que se queria restaurativa.

Esse padrão se manifestou e continua aceso em muitos contextos globais onde a ultradireita capitaliza ressentimentos gerados pela globalização e pela crise da representatividade, numa ação política em que “lutas políticas tendem a não ser mais descritas a partir termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança” (Safatle, 2020, p. 21-22). O aprofundamento dessas dinâmicas deve ser compreendido, então, como marca do próprio desenvolvimento histórico da modernidade que traz consigo crises capitalistas, transformações tecnológicas, rupturas sociais que eventualmente despertam narrativas de contenção e a própria ultradireita que surge, entre outros projetos políticos, como também uma resposta simbólica e política a essas demandas. No caso dela, a combinação de neoliberalismo econômico e autoritarismo moral configura um modelo que instrumentaliza o medo, a insegurança e a fragmentação social para entrar em cena como solução, mesmo que sustente as mesmas estruturas que geraram a crise em primeiro lugar, e que seja parte substancial das próprias condições histórico-políticas contra as quais se mobiliza.

Com base nisso, ao invés de considerarmos as crises que atravessam a modernidade como secundárias ou meramente reativas frente aos projetos idealizados e realizados ao longo desse mesmo período histórico, na verdade, podemos tomá-las como elementos estruturantes da própria experiência moderna. Tal característica crítica pode ser notada desde, por exemplo, a própria difusão do seu lema fundante, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, que se consagrou como fundamento simbólico e normativo do ideário moderno ocidental, ultrapassando a condição de mero lema político para tornar-se uma espécie de credo civilizacional dos povos do Ocidente. Essa tríade não serviu apenas como referência para a constituição de instituições e ordenamentos jurídicos, mas também se tornou em várias sociedades uma espécie de horizonte normativo mobilizado por distintos atores sociais ao longo dos séculos, inclusive por movimentos sociais que, em diferentes momentos históricos, apresentaram reivindicações em nome da efetivação concreta desses ideais. Nesse sentido, pensamos que não seja exagero considerarmos, por exemplo, que a ascensão de regimes autoritários e totalitários ao longo do século XX já como efeito das reconfigurações geopolíticas europeias mobilizadas desde a metade do século anterior, assim como também as dinâmicas

políticas que emergiram a partir do processo de descolonização dos países chamados de “Terceiro Mundo” e o próprio desenvolvimento das ciências sociais e políticas, podem ser compreendidos, em grande medida, como tentativas teóricas e práticas de enfrentar, interpretar ou administrar os impasses recorrentes da era moderna. Esta que, por sua vez, pode ser definida como a era das revoluções, mas também como a etapa de consolidação de uma ordem econômica e social capitalista que teve sua gênese e epicentro na Europa central, como, dentre outros, foi detalhado tão bem por Hobsbawm (2015).

É importante destacar com isso que a modernidade não se desenvolveu apenas por meio da aceleração de projetos progressistas ou emancipatórios, mas também através de reações que visaram resistir, conter ou redirecionar tais transformações, e é precisamente nesse ponto que se inscrevem os tradicionalismos e conservadorismos que, de acordo com Nisbet (1987), por exemplo, constituem produtos sociais e culturais que emergiram com força sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Tais correntes, longe de se restringirem ao passado, têm se mostrado historicamente resilientes, retornando ciclicamente como alternativas ou promessas de estabilidade em tempos de crise, como é possível notarmos tão claramente naquele que é o objeto central de análise deste nosso trabalho, o neoconservadorismo, conforme apresentado a partir de Biroli, Vaggione e Machado (2020). Em cada momento de instabilidade, portanto, correntes como essa se apresentam como propostas de restauração de uma ordem supostamente perdida, reafirmando valores tidos como permanentes frente às incertezas produzidas pelas mudanças sociais aceleradas. Isso, por acaso, já pôde ser notado a partir dos vários exemplos elencados nos capítulos anteriores até aqui considerando as redes político-religiosas que se articulam naquilo que identificamos como coalizão da ultradireita, algo como uma lógica social do ponto de vista analítico com a qual “pretendemos capturar a ‘padronização’ das práticas sociais, onde tais práticas são entendidas neste sentido como uma função das autointerpretações contextualizadas de sujeitos-chave [em questão]” (Glynos; Howarth, 2007, p. 140, tradução nossa).

O imaginário tão real quanto irreal de uma crise mundial que conduziu o planeta à beira do abismo desenhou inimigos de tamanha grandeza e perigo, que liquidifica as diferenças identitárias e ideológicas até bem pouco vivenciadas como territórios distintos e opostos. Uma espécie de aliança estratégica espontânea se constrói nas confluências urgentes entre os salvadores do planeta (planeta chamado Ocidente capitalista). (Passos, 2020, p. 152).

Desse modo, para compreendermos tanto os movimentos conservadores e tradicionalistas, como também a sua versão contemporânea de neoconservadorismo, é preciso que os situemos não apenas como reações pontuais, mas como expressões históricas recorrentes de uma modernidade que, desde sua origem, se caracteriza pelo entrelaçamento contraditório entre projetos de emancipação e forças de contenção. Movimentos assim não surgem no vácuo, como por exemplo pôde ser notado pelo que traçamos sobre a articulação de influências que desembocaram no antigenerismo e familismo da ultradireita contemporânea, e também não se limitam a resistências irracionais e anacrônicas. Ao contrário disso, pensamos que não seja demais afirmar que esses movimentos surgem também dentro de contextos marcados por urbanização, secularização, expansão de direitos civis e sociais e a própria globalização neoliberal, de alguma forma, como tentativas de resposta a experiências concretas de transformações profundas muitas vezes experimentadas como sinais de desestabilização social, política e cultural. Nesse âmbito, “modelos políticos e religiosos do passado são reinventados como saída mais adequada para as crises modernas” (Passos, 2020, p. 132). Haja vista seus esforços em produzir discursivamente a ressignificação de elementos do passado na tentativa de oferecer uma suposta garantia de segurança, ordem e pertencimento, podemos perceber como essas correntes políticas tentam oferecer respostas com forte componente simbólico para sentimentos sociais de instabilidade e de alguma suposta “perda”.

Por causa disso, ao invés de serem tomadas como meras anomalias dentro do processo moderno, tanto as expressões mais antigas de conservadorismo quanto a sua versão em voga de neoconservadorismo devem ser entendidas mais precisamente como parte da própria modernidade. Através da negociação constante dos sentidos da modernidade, essas correntes operam como mecanismos intramodernos que, ao mesmo tempo em que a criticam, também procuram (muitas vezes até de modo histriônico como na atualidade) reinventar ou “restaurar” uma ordem social hierárquica comumente defendida como base segura anterior às chamadas “desordens” trazidas pelas promessas emancipatórias da modernidade. A ascensão dessa forma contemporânea de neoconservadorismo principalmente em contextos das democracias liberais em crise é interpretada, então, como uma reação ao esvaziamento da soberania estatal e do pacto de seguridade social promovido pelas lógicas aprofundadas do neoliberalismo que intensificaram “o niilismo, o fatalismo e o ressentimento rancoroso já presentes na cultura moderna tardia” (Brown, 2019, p. 27). Esvaziamento esse também intensificado por políticas neoliberais implementadas por partidos de uma nova esquerda no poder que já não tem mais a autonomia política que julga ter, o que nos ajuda a compreender que “as políticas neoliberais

conduzem, assim, os governos, independentemente de suas cores e belas intenções ‘modernistas’, à brutalização da sociedade” (Dardot *et al.*, 2021, p. 225).

Propaga-se, portanto, em momentos como esse que vivemos, a sensação de uma espécie de caos que está dominando a dinâmica social, sendo comum em oportunidades como essa que parte do espectro político tenda a investir no recrudescimento do processo político, sobretudo, através de ataques àqueles e a tudo o que é identificado como responsável pelo que se passa, mesmo que isso não signifique necessariamente atacar as causas de fato da desestabilização – como inclusive podemos notar com a aliança desses atores reativos ao tratamento neoliberal da política e da economia. Projetos políticos de ultradireita como esses, geralmente, se caracterizam por uma postura conservadora desde suas definições e objetivos, que se volta à preservação de uma suposta ordem natural das coisas que é apresentada como anterior e superior às transformações sociais e políticas, sendo, por isso, imune à contestação e que é adotada como modelo legítimo para o exercício do poder. Tudo isso sendo tocado à base do medo como “a mais poderosa das emoções humanas [cujos] efeitos sobre a política são profundos, porque onde há medo surge a política do medo” (Castells, 2018, p. 25). A partir disso, “os cidadãos votam, elegem e até se mobilizam e se entusiasmam por aqueles em que depositam esperanças, mudando volta e meia quando a esperança supera o medo de mudança, que é a tática emocional básica na manutenção do poder político” (Castells, 2018, p. 12-13).

Modificações, nesse sentido, que questionem ou desestabilizem tal arranjo são denunciadas como ilegítimas e percebidas como ameaças à estabilidade social. A “ordem” à qual esses projetos políticos reativos geralmente aludem é frequentemente naturalizada e sacralizada, apresentada como um tipo de “modelo originário” ou “desde sempre existente”, cuja legitimidade é atribuída a fundamentos supostamente autoevidentes, até mesmo de natureza divina ou de algo que seria divino e natural. Esse tipo de investida política encontra problemas sobretudo quando, em contrapartida, deve conviver com outros projetos políticos que, por sua vez, são orientados por uma autocompreensão histórica e que se assumem como produtos de consensos sociais construídos, dispensando, portanto, qualquer referência a fundamentos transcendentais. Podemos dizer que estes têm, então, de fundo, uma compreensão norteadora (até mesmo condizente com a perspectiva política apresentada por Laclau e Mouffe [1985]) de que a autoridade política emerge da articulação de bases imanentes, continuamente negociadas e reformuladas conforme as condições de cada época e contexto. Ou seja, como resultado de cadeias de equivalência que caracterizam a ação coletiva entre os sujeitos da qual derivam tanto os modelos de sociedade quanto as formas legítimas de exercício do poder.

Estamos falando, portanto, de como projetos políticos específicos, a despeito de seu caráter inevitavelmente contingente, histórico e disputado, se apresentam como a fórmula verdadeira e essencial para a condução de qualquer realidade contextual e de como, para isso, aproveitam-se de momentos de crise, sobretudo, econômica para a mobilização de uma política dos afetos intensamente marcada pelo medo e por fantasias terríficas de destruição, como base de suas estratégias de hegemonia e de exercício de poder. Arquitetam tal empreitada sobretudo mobilizando uma espécie de reatualização de um binômio clássico na história das sociedades antigas, que foi/é fundamental para construção de mitos de origem dessas sociedades e simultaneamente suas fantasias e estratégias de elo social: o antagonismo caos-cosmos. Esse tipo de dicotomia funciona discursivamente para além da constituição de mitologias de criação, adquirindo atualizações contemporâneas nesses processos políticos de constante renegociação e reconstrução da realidade, apontando para a perene influência que as fantasias presentes nessas narrativas exercem nos jogos políticos. Como já vimos, o que está em jogo é principalmente tanto a produção de um outro enquanto inimigo como também de uma solução que seja dada a crise/caos percebida e denunciada.

Sem a instauração de uma luta radical, não se legitimam processos de reconstrução da realidade e, por conseguinte, de eliminação do caos com seus agentes malignos e com sua força destrutiva. É possível perceber essa metafísica mítica sob as grandes crises a que os povos tomam consciência de estar enfrentando e sob as estratégias de legitimação da luta para vencer o mal com todas as armas possíveis e necessárias. (Passos, 2020, p. 142).

O que podemos perceber com a atuação da coalização de ultradireita em questão, essa tendência política contemporânea, é que, nas últimas décadas, em países aqui da América Latina, tem sido possível observar a emergência de arranjos político-religiosos que configuram o que, por exemplo, Spadaro e Figueroa (2017) descrevem como uma forma de “ecumenismo do ódio”, ou ainda, uma “composição plurirreligiosa de ultradireita” (Passos, 2020), através de alianças pragmáticas entre setores de diferentes tradições religiosas, principalmente católicos e evangélicos, que, mesmo mantendo divergências teológicas históricas, encontram unidade em pautas morais e políticas conservadoras. Nesses arranjos, a diversidade doutrinária é estrategicamente deslocada para segundo plano, enquanto valores comuns como a defesa da “família tradicional”, a rejeição à “ideologia de gênero” e a oposição ao aborto ganham centralidade e força aglutinadora e também são aproveitados oportunamente por políticos religiosos desses grupos, mas não somente, como significantes-chave de agregação política. Em contrapartida, aquilo que representa o “outro” da constituição desses significantes-chave,

ou seja, tudo o que é apontando como o antagônico a ser negado e expurgado, como, por exemplo, a miríade de experiências identificadas a partir e em torno do marcador de gênero e também a realidade de variados arranjos de família, passam a funcionar, de acordo com essa operação discursiva reativa, como ativos de confusão do suposto ordenamento natural e divino da sociedade defendido por eles.

Os alvos desses significantes supostamente bagunçam a segurança da cosmovisão recuperada e reativada discursivamente pela ultradireita contemporânea. E, por isso, resultam no inimigo perfeito para efeitos de propagação desse discurso neoconservador em busca de articulação hegemônica na sociedade. Uma estratégia política como essa leva-nos a compreender de maneira cada vez mais recorrente que esses tipos de posições conservadoras na política se aliam a tais estruturas comuns de cosmovisões teológicas porque “encontram na percepção religiosa o seu fundamento legitimador primeiro, mesmo quando, do ponto de vista de uma fundamentação política e legal do ordenamento político, se afirma a laicidade do Estado e os mecanismos secularizados da gestão do mesmo” (Passos, p. 141).

Sobre qual sentimento se apoia a tentação sedutora de uma aliança espúria entre política e fundamentalismo religioso? Sobre o medo da fratura da ordem constituída e sobre o temor do caos. Ou, melhor, ela funciona justamente graças ao caos percebido. A estratégia política para o sucesso torna-se a de elevar os tons da conflitualidade, exagerar a desordem, agitar os ânimos do povo com a projeção de cenários inquietantes para além de todo realismo. (Spadaro; Figueroa, 2017, n.p.).

Para o caso de coalizões políticas como essa, nota-se que as fronteiras religiosas de vertentes, inclusive, bastante dissonantes em outros momentos, se tornam porosas quando o objetivo principal é defender um projeto político autoritário sustentado por fundamentos morais considerados absolutos e inegociáveis. É importante lembrar que “poderes absolutos pedem fundamentos absolutos” (Passos, 2020, p. 129). Ou seja, regimes autoritários tendem a carecer e a buscar uma legitimidade social contínua e, para que isso ocorra, geralmente recorrem a princípios transcendentais que justifiquem sua autoridade. Princípios esses que, ao serem apresentados como verdades naturais ou divinas, transformam-se em dogmas políticos, capazes de garantir estabilidade simbólica àquele exercício do poder, pelo menos enquanto esses fundamentos ressoarem e forem capazes de articular suficientemente as demandas sociais. Nesse sentido, a afinidade eletiva entre discursos religiosos conservadores e projetos econômicos neoliberais autoritários, como observamos, é uma combinação que não pode ser tomada mais como exclusivamente acidental, mas sim enquanto parte do que entendemos como

uma racionalidade política mais ampla, inclusive bastante marcada pelas nuances do contemporâneo.

Essa racionalidade se expressa, por exemplo, com a instrumentalização da fé como ferramenta de mobilização popular e na reconfiguração da arena pública por meio da moralização da política, de modo que, partidos, igrejas e lideranças carismáticas passam a atuar de maneira conjunta promovendo a ideia de que existe uma ordem moral natural ameaçada pelas mudanças sociais contemporâneas e que, portanto, cabe ao Estado, através da gestão liderada por políticos da ultradireita, a tarefa de restaurá-la e protegê-la. No nosso caso brasileiro, esse tipo de composição político-religiosa foi particularmente visível quando parlamentares evangélicos e católicos, e vários outros atores sociais dos setores de mídia, empresariais e religiosos, encontraram em Jair Bolsonaro um interlocutor que legitimou esse conservadorismo moral e religioso como base para uma agenda política de governo, demonstrando que o conservadorismo “foi exalado juntamente com a vitória de Bolsonaro, demonstrando haver ainda uma sociedade preocupada com valores morais e, que em muitos casos, apoiam pautas extremas propostas pelo presidente, ainda que algumas delas sejam contrarias a fé desses cristãos” (Valerio, 2020, p.134).

Esse apelo a um movimento de “volta” ao que supostamente seriam os fundamentos sólidos e verdadeiros da sociedade e/ou da chamada “civilização ocidental” é o que tem marcado demasiadamente a política contemporânea, sobretudo, através da geração de medo, como bem observou Castells (2018). Voltar, por exemplo, à “família tradicional”, ao “menino veste azul e menina veste rosa”, à “nação” e implícita ou explicitamente a “Deus” como referência em última instância, funciona, nesse sentido, como uma promessa de rearticulação a instituições, comunidades e fundamentos que hipoteticamente garantam algum nível de proteção social diante dessa realidade tratada como estando em caos. Sensação de segurança essa que, por algum momento, recalca a angústia diante das transformações indesejadas do cotidiano e faz com que se perceba cada vez menos que o “problema é cair no canto da sereia dos governos de verve autoritária, que fazem apelos morais e prometem saídas fáceis” (Schwarcz, 2019, p. 237).

Em contextos de governo desse tipo insistente no moralismo autoritário, a produção discursiva é frequentemente permeada de lógica maniqueísta e escatológica que projeta a realidade através de uma dicotomia irreconciliável entre “nós”, os guardiões da moral, e “eles”, os inimigos do bem, todos aqueles considerados ameaças à ordem moral e nacional, desde

movimentos feministas e LGBTI+ até intelectuais e professores que desafiam o *status quo* e questionam tal projeto político, como bem descreve Lilia Schwarcz (2019, p. 25-26):

No Brasil também andamos “surfando” numa maré conservadora. Afinal, uma certa demonização das questões de gênero, o ataque às minorias sociais, a descrença nas instituições e partidos, a conformação de dualidades como “nós” (os justos) e “eles” (os corruptos), a investida contra intelectuais e imprensa, a justificativa da ordem e da violência, seja ela produto do regime que for, o ataque à Constituição e, finalmente, o apego a uma história mítica, fazem parte de uma narrativa de mais longo curso, a qual, no entanto, tem grande impacto no nosso contexto nacional e contemporâneo.

Consideramos a partir da filosofia política de Laclau e Mouffe (sobretudo Mouffe [2015]) que esse modo de construção do inimigo na dinâmica de instituição do campo social, ou seja, na própria dimensão do político, não é secundário, mas o eixo articulador da narrativa política, já que o antagonismo é central à formação hegemônica, pois transforma demandas heterogêneas em blocos políticos identificáveis (Dos Santos, 2024). E uma forma de construção primordial desse político é o populismo (Laclau, 2018), no caso desta nossa análise, o de ultradireita.

Percebe-se, então, que a ideia de crise é performativamente instaurada ou pelo menos reinterpretada dentro do escopo neconconservador, criando um sentido de urgência que autoriza intervenções extremas, como, por exemplo, violência simbólica e material, exclusão e censura enquanto meios legítimos de reordenação do campo social supostamente perdido. A radicalização da fantasia apocalíptica com relação ao estado das coisas serve, assim, para justificar a utilização de qualquer meio que promova o retorno à estabilidade, configurando-se, portanto, num movimento político que se assume como uma espécie de cruzada simbólica com a qual o conflito político é transfigurado em combate espiritual, uma “guerra pela eternidade”, conforme apontado por Teitelbaum (2020) a partir da análise sobre a ascensão da direita populista e sua crença de que esse “tempo de destruição” precisa ser celebrado.

Nesse cenário, a religião cumpre um papel determinante ao fornecer um fundamento transcendental que sustenta uma ontologia do mundo baseada em dicotomias absolutas, fazendo com que ela contribua não somente para legitimar, mas, principalmente, para sacralizar a ordem social apresentada como legítima, naturalizando seus códigos fundamentais e interditando sua transformação. O suporte desse tipo de lastro sagrado para a produção discursiva permite que projetos autoritários de poder se apresentem como defensores da “verdade”, da “vida” e da “ordem”, mesmo quando se desenvolvem regularmente a partir de práticas que poderíamos qualificar como sendo de necropolítica (Mbembe, 2018), com as quais algumas experiências de vida são consideradas descartáveis em nome da proteção de uma maioria imaginada e

idealizada, como foi o caso muito presente do governo Bolsonaro (Leite, 2024). Por essa lógica, eliminar o outro se converte em uma forma de preservar a si mesmo, e garantir segurança torna-se um imperativo moral. Ou seja, constrói-se um momento político em que praticamente tudo o que é identificado como ameaça precisa ser combatido como uma heresia (sem exagero!) e toda a política passa a se tornar uma espécie de campo de catequese autoritária, dentro do qual, o anseio por uma estabilidade (ou o que se supõe ser ela), portanto, deixa de ser apenas um valor pragmático e assume o estatuto de dogma.

A mobilização dessa díade caos-ordem (ou caos-cosmos, instabilidade-estabilidade etc) e o modo como ela se desenvolve do ponto de vista discursivo do político a partir, sobretudo, de efeitos responsivos em torno de significantes, termos e identidades discursivas prometedoras de estabilidade, nos faz lembrar muito a dinâmica de relação entre identidade e diferença, do modo como ela é pensada a partir de nossa abordagem pós-estruturalista do campo da linguagem. Em outro momento (Melo, 2020), quando refletimos sobre os processos de significação que são “condição mesma para a constituição daquilo que chamamos ‘realidade’” (Brah, 2006, p. 360), ou seja, quando consideramos as articulações de significados com as quais construímos sentido sobre as coisas e o que se pode dizer sobre elas, entendemos que as significações que vão sendo tecidas na constituição das realidades surgem dos mais improváveis e múltiplos pontos possíveis que emergem de uma possível totalidade diferencial, conforme suposta por Laclau (2018).

São os pontos de intersecção entre esses movimentos de significação, os cruzamentos, a lógica da equivalência (Laclau; Mouffe, 2015) que constituem provisoriamente articulações de sentido que são compreendidas como identidades inteligíveis capazes de produzir os termos das realidades experienciais que nos atravessam. Dessa forma, esses pontos nodais de sentido são aquilo que produz os termos de estabilidade do que “pode ser entendido como identidades específicas a desenhar o plano do tecido de significações” (Melo, 2020, p. 17). As identidades assim podem ser compreendidas como esforços de estancamentos que atuam no movimento contínuo e incessante dos significados tentando produzir estabilidades capazes de articular um plano de inteligibilidade sobre o qual se possa dizer alguma coisa. Nesta perspectiva, estamos considerando não só as identidades discursivas que *dizem* os sujeitos e seus processos de subjetivação, mas a própria palavra em si, o termo, enquanto identidade discursiva basilar na composição do campo linguístico.

Essa busca por fixidez que salientamos ocorre porque a realidade social é fundamentalmente marcada pela contingência e pela fluidez dos significados que se mobilizam em disputa permanente. Por causa disso, o que chamamos de “realidade” pode ser tomado como sendo simplesmente um nome, um conceito, uma identidade que representa esse momento de articulação contingente – um ponto nodal, uma fixação provisória e estratégica dentro de uma cadeia fluida de significações (Laclau; Mouffe, 2015; Laclau, 2018). Em outras palavras, pode-se dizer que a identidade, seja ela de qualquer tipo, não é e não tem uma essência imutável, mas articula-se através de uma construção discursiva que surge da interrupção momentânea do movimento dos significados, sendo, portanto, fundamentalmente política e histórica. Essa práxis de fixação tão própria da operação discursiva sobre qualquer coisa pode constituir, a depender do grau de articulação que mobiliza, aquilo que os nossos autores/as chamam de hegemonia, entendida como a articulação contingente de significantes que se tornam capazes de dar um sentido comum a um grupo social (Laclau; Mouffe, 2015). Mesmo assim, essa capacidade é sempre contingente pois as identidades, enquanto processos discursivos da produção de significados, permanecem sempre incompletas e abertas à reconfiguração (Hall, 2006a), reforçando a ideia de que elas sempre serão configuradas de acordo com as demandas que emergem das relações sociais.

Além disso, essa estabilização identitária implica, quase sempre, em uma oposição à alteridade, que estabelece fronteiras simbólicas entre o dentro e o fora do grupo, entre o “nós” e o “eles”, num processo que podemos entender como fundamental para a constituição política das coletividades (Laclau, 2011). Ou seja, as identidades funcionam como pontos de ancoragem que permitem aos sujeitos se situarem num mundo interpretado como coerente e inteligível, mesmo que essa coerência seja sempre provisória e potencialmente contestável. E permitem junto a isso também, numa perspectiva subjetiva particular, a sensação confortadora sobre si muitas vezes articulada através de uma “narrativa do eu” (Hall, 2006b). Por causa de tal condição contingencial, a própria estrutura hegemônica do discurso opera sempre sob essa lógica de totalização incompleta, a partir da qual a realidade social não é outra coisa senão o efeito sempre parcial e precário da articulação de elementos flutuantes em uma cadeia significante provisoriamente estabilizada. Com isso, tudo o que se apresenta como “realidade” assume o estatuto de um efeito discursivo e político, e não de um reflexo imediato de uma essência anterior, pois a própria ontologia social está permanentemente implicada em disputas simbólicas em que as forças políticas diversas tentam estabilizar os significados em torno de identidades que se pretendem naturais ou inevitáveis, mas que são, em última instância,

produtos históricos, ideológicos e contextuais. Além do que também atravessadas por relações de poder, como nos lembra Butler (2013), que delimitam quais identidades devem ser legitimadas e quais devem ser marginalizadas em dada conjuntura, o que reforça a importância de compreendê-las como processos de construção social em contextos históricos e políticos específicos.

A realidade, portanto, como uma identidade estabilizada, é sempre resultado de um jogo de poder orquestrado grosso modo por esse tipo de engenharia discursiva que acabamos de citar. E é através dessa compreensão que encontramos um paralelismo com o que estávamos tratando sobre modo diádico de mobilização discursiva observado no discurso da ultradireita que estamos analisando neste trabalho. O “caos” interpretado e frequentemente projetado pelo neoconservadorismo pode ser entendido como o espelho do plano de significações contínuas e imparáveis – o plano diferencial condição e constituição da linguagem, enquanto que a resposta a isso no processo de operação discursiva é o estanque provisório desse fluxo que resulta em certas identidades (os significantes, os termos) que são articulações provisórias, disputadas política e socialmente para a definição do plano da inteligibilidade social. Essas identidades discursivas estanques podem ser encontradas nos significantes-chave de mobilização daquele discurso, construídos e fortalecidos muito a partir de articulações fantasmáticas que lhes confira capacidade gregária em torno de si, particularmente, porque “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 2006a, p. 13).

É por essa abordagem de constituição das identidades desde o campo da linguagem que interpretamos em paralelo a relação caos-estabilidade; caos-ordem; instabilidade-estabilidade; caos-cosmos – essa relação diádica tão presente e reiterada na fundação do social. Com base nessa engenharia discursiva que maneja a relação entre instabilidades e estabilidades, própria do campo da linguagem, voltamo-nos ao plano sociológico e enxergamos tal engenharia nessa relação que, do ponto de vista sociopolítico, mobiliza sensações ou suposições de caos e estabilidade, ou de caos e ordem. Aplicando essa engenharia discursiva ao entendimento do nosso objeto em questão, podemos pensar que aquele “caos” que identificamos como parte fundamental da operação discursiva neoconservadora que estamos investigando é também respondido nessa mesma operação a partir de determinados estanques e/ou elementos que prometem conferir essa estabilidade, que são os mitos e fantasias frequentemente presentes, por exemplo, em suas falas públicas, nas imagens de propaganda eleitoral e de mídias digitais, nas intervenções e sermões religiosos, em suas produções audiovisuais e da cultura digital com os memes humorísticos, e até mesmo em suas investidas sobre o campo jurídico.

Figura 14 – Trechos da propaganda eleitoral de Bolsonaro em 27 de outubro de 2022

Fonte: Capturas de tela da transmissão do evento pelo autor/ YouTube, 2022.⁵⁰

Mitos e fantasias muitas vezes recuperados de cosmovisões teológicas e seus elementos cosmogônicos, que podem ser exemplificados nas referências ao deus cristão, ao que supostamente teria sido criado por ele e que seria do seu agrado ou não etc., funcionam, nesse contexto, como elementos fundamentais para dispositivos de sacralização da ordem social pretendida. Por causa disso, a reiteração constante deles não se trata apenas da evocação religiosa como expressão de fé individual ou comunitária, mas de uma operação discursiva que busca ancorar no sagrado um fundamento absoluto e inquestionável para a organização da realidade. A alusão a “Deus” ou à ideia de um deus atua, então, como um operador de sentido que fornece autoridade última à fala política, deslocando o campo de disputa racional e histórico para o domínio da verdade revelada ou da ordem natural. Por isso, a relação desses políticos com a religião é tão importante, “por se tratar de um conjunto de valores que oferece por si mesmo todas as respostas sobre a origem e o fim do projeto político, o que dispensa os critérios regulares da objetividade dos fatos e a lógica das ideias” (Passos, 2020, p. 145). E, além disso, também desloca o jogo e a adesão política majoritariamente para a sua dimensão extasiante de encantamento, pois como tão bem analisa Paolo Demuru (2024, p. 48-49),

não soa estranho que os atuais populismos conspiratórios estejam fortemente ancorados em crenças e práticas religiosas, em particular as neopentecostais, para as quais a dimensão sensível é central [...] Há um elo entre política e

⁵⁰ No trecho recortado da penúltima propaganda eleitoral da chapa Bolsonaro-Braga Neto (PL), veiculada três dias antes do 2º turno das eleições, vemos a expressão de que teria sido graças à “vontade de Deus” que o então presidente havia vencido as eleições em 2018. Disponível no link: <https://youtu.be/OctiHrvdaww?si=ZqUIyT857Dgi5jKt&t=24>. Acesso em: 25 jun. 2025.

religião cujo cerne é o transe, a alteração dos estados de consciência psicofísica, o contágio coletivo, o envolvimento emocional.

Nesse sentido, o apelo a princípios “divinos” ou “criados por Deus” opera como uma estratégia eficaz de legitimar práticas de dominação, uma vez que protege certos valores e normas de qualquer relativização ou crítica ao apresentá-los como originários de uma instância superior à humana. Tal operação é analisada por autoras/es, por exemplo, como Brown (2019), quando ela discute como o neoliberalismo se articula a moralismos religiosos na tentativa de restaurar uma ordem hierárquica ameaçada, e por Foucault (2008) e sua reflexão sobre os regimes de verdade que sustentam a governamentalidade. Compreende-se, portanto, que a produção de uma base sagrada para o exercício do poder não apenas autoriza a exclusão dos que desafiam essa ordem, como também converte o próprio ato de governar em uma missão redentora. Basta lembrar das várias ocasiões, por exemplo, em que Bolsonaro é apresentado por líderes religiosos como um ungido e “enviado por Deus”⁵¹, bem como também de quanto os seus apoiadores ainda reiteradamente o chamam de “mito”⁵². Nesse sentido, o recurso ao divino como fundante de determinadas cosmovisões apresentadas muitas vezes como a própria identidade de projetos políticos como esse, não é um mero adorno que muitos podem tomar como retórico, mas um elemento funcional que procura desautorizar o dissenso e mobilizar afetos em torno desse mesmo projeto político que se pretende inevitável, justo e eterno. O “Deus todo-poderoso”, nesse caso, fundamenta então poderes políticos de ultradireita (Passos, 2020).

O recurso aos valores tradicionalistas da família, da religião e da nação, que sabemos terem importância decisiva para diferentes governos e partidos de direita e de extrema direita (Donald Trump, Jair Bolsonaro, Viktor Orban, Jaroslaw Kaczyński, etc.), não tem, deste ângulo, nada de completamente

⁵¹ A pesquisa de Camargos (2024) feita a partir da análise de mais de meio milhão de mensagens enviadas por rede digital durante os períodos de campanha eleitoral em 2018 e 2022 indica os resultados encontrados pelos dados obtidos “revelaram que os indivíduos que aderem à crença de que Bolsonaro foi enviado por Deus demonstram uma tendência significativamente maior de aprovar o governo do presidente em comparação com aqueles que não compartilham dessa convicção [e que] a crença na missão divina de Bolsonaro está correlacionada com sentimentos relacionados ao sistema límbico, indicando que as emoções desempenham um papel na maneira como os indivíduos percebem e avaliam o governo. Essa interação entre crença, emoções e percepção política destaca a complexidade dos fatores psicológicos que moldam o comportamento político dos cidadãos e influenciam suas atitudes em relação aos líderes políticos” (p. 95-96). Segundo o autor, esse tipo de resultado produzido por sua pesquisa é importante para que compreendemos como a manipulação de crenças religiosas tem sido utilizada no atual cenário político brasileiro com o objetivo de influenciar a percepção e avaliação de líderes políticos.

⁵² Um dos exemplos simbólicos desse tipo de referência a Bolsonaro como “mito” por seus apoiadores pode ser encontrado durante o seu discurso de posse com presidente, que inclusive já utilizamos neste trabalho como material de análise e que pode ser conferido neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=mNlrh9jNPP4>. Propriamente no minuto 21 do vídeo, o político é interrompido pelo público presente que, exaltado com a narrativa heroica que estava sendo proferida por ele, passa a lhe chamar “mito” aos gritos repetidas vezes. Ao analisar essa e outras utilizações nos padrões discursivos que articularam a ascensão do ex-presidente na política nacional, Gabriela Rabachini (2023), baseada na teoria do discurso populista de Laclau (2018), conclui que “em nome do ‘mito’, e através de uma lógica discursiva populista, o bolsonarismo não só buscou a hegemonia cultural pelas vias do afeto, ele também construiu a necessidade de exterminar o adversário” (Rabachini, 2023, p. 87).

original nem de anormal do estrito ponto de vista da história do neoliberalismo. O núcleo moral e religioso, tradicionalista e familista do neoliberalismo doutrinal teve papel importante nas primeiras contraofensivas anti-igualitárias de Pinochet, Thatcher e Reagan. [...] A questão não é, portanto, saber se o neoliberalismo se serviu de uma ideologia que não teria nada a ver com ele, mas compreender como essa restauração de valores tradicionais lhe está intrinsecamente ligada. (Dardot *et al.*, 2021, p. 205).

Isso também nos faz pensar, por outra abordagem sociológica ou de uma filosofia das relações de poder, que esse tipo de operação também parece funcionar muito próximo do que poderíamos chamar como um tipo de dispositivo mítico-discursivo que tenta gerenciar essa governamentalidade e o seu poder de produzir sujeitos governáveis (Foucault, 2008b)⁵³ a partir desses elementos míticos e fantasmáticos, definindo o que e quem importa ou não nos termos do social. Em termos filosóficos, como sugere Agamben (2011), governos contemporâneos ainda muito comumente dependem da ideia de um fundamento transcendente, mesmo em regimes formalmente seculares, o que se reflete através da persistência não incomum de paradigmas teológicos no exercício do poder moderno. “O Deus todo-poderoso está chegando ao poder estruturado sobre os princípios de laicidade” (Passos, 2020, p. 150). Essa abordagem também guarda uma relação com a crítica que apresenta o “novo espírito” do capitalismo como estruturado sobre fundamentos teológicos (Žižek, 2011), através da fé contemporânea na existência de uma espécie de “mão invisível” do mercado, que atuaria como princípio regulador imanente das relações sociais e econômicas, dispensando intervenções externas. De acordo com a crítica, uma noção como essa remete simbolicamente à figura de um deus que orienta suas criaturas com suavidade, permitindo que aparentem agir por conta própria mesmo que estejam submetidas a uma ordem superior divina e transcendente. Trata-se, portanto, de um governo sem coerção explícita, mas que opera sob uma lógica de transcendência internalizada.

Levando isso em conta, é possível percebermos que o recurso discursivo ao divino como algo fundante de determinadas cosmovisões não se trata, então, de mero um detalhe cultural, mas se apresenta como um elemento funcional da engrenagem de poder da ultradireita, principalmente, porque ele neutraliza o dissenso ao revestir de sacralidade um modelo de sociedade, converte o exercício político em missão salvífica e mobiliza afetos intensos que tornam mais eficazes as estratégias de controle, exclusão e hierarquização social. A seguir,

⁵³ Quando trata do governo enquanto produto da governamentalidade e seu caráter polissêmico, Foucault (2008b, p. 164) diz o seguinte: “como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre as pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. [...] Não é portanto a cidade como estrutura política, mas pessoas, indivíduos ou coletividade. Os homens é que são governados”.

então, trataremos dessa mobilização afetiva capaz de agregar e sustentar as articulações sociais mobilizadas e de como isso pode ser entendido a partir da abordagem discursiva.

4.2 Lógicas fantasmáticas e o discurso da ultradireita familista e antigênero do Brasil

Pontuada até aqui a demarcação dessas lógicas sociais e políticas que se articulam e garantem condições para a constituição e operação do discurso de ultradireita a partir do qual um dos intentos é a definição dos termos que compõem a realidade social junto com suas subjetividades, passemos a partir de agora, então, a considerar como é possível entendermos a intersecção de investimentos afetivos que enlaçam os sujeitos interpelados por tal discurso e o que está em jogo nessa relação gregária em torno de projetos políticos específicos. Sobretudo, porque, “quando falamos de lógicas **sociais**, estamos primeiramente interessados em caracterizar **o que** é um regime ou prática social particular. Mas também queremos perguntar **por que** e **como** elas surgiram e continuam a ser mantidas” (Glynos; Howarth, 2018, p. 64, grifos dos autores). Para tanto, parece-nos oportuno, a partir então dessa abordagem das Lógicas proposta por Glynos e Howarth (2007), utilizarmos a ideia de fantasia e sua articulação em lógicas fantasmáticas para pensarmos de que modo ou o que efetivamente conta para que a articulações daquelas lógicas sociais identificadas permaneçam, mesmo que sempre provisoriamente e de acordo com as disputas políticas, entrelaçadas (aparentemente “agarradas”), supondo-lhes a imputação de uma qualidade de uniformização e de intenso engajamento.

A compreensão da adesão a determinadas formações discursivas e ideologias, bem como a persistência de crenças e identidades, exige de nós uma análise que transcenda a mera racionalidade ou mesmo a expectativa de uma coerência lógica. É nesse ponto que a abordagem das lógicas fantasmáticas, desenvolvida por Glynos e Howarth (2007) e aprofundada em trabalhos subsequentes (Glynos; Oliveira; Burity, 2019; Glynos, 2021), oferece uma ferramenta analítica interessante e de grande acuidade. Isso porque elas nos possibilitam “explicar a instituição, contestação e sedimentação de regimes e práticas sociais” (Glynos; Horwarth, 2018, p. 60). Por esse tipo de abordagem, consideramos que as operações de significação e as práticas de identificação, que dão forma às subjetividades e aos discursos hegemônicos, estão intrinsecamente imbricadas com a dimensão do afeto. De modo que o cerne de investigação sobre elas passa a se localizar no desvendar como e por que as formações discursivas hegemônicas conseguem estabelecer tamanha identificação, conseguindo, como imaginamos,

“agarrar” ou “prender” as subjetividades, ainda que de modo precário, e conferir estabilidade a crenças e narrativas particulares, constituindo o que comumente se associa à ideologia.

As lógicas fantasmáticas, nesse sentido, operam como mecanismos discursivos que não apenas articulam significados, mas também evocam e canalizam afetos profundos, estruturando e projetando a percepção da realidade e a adesão a certas narrativas. Fazendo uma comparação com as lógicas políticas, compostas de lógicas da equivalência e lógicas da diferença (Laclau; Mouffe, 2015) conforme traçamos sobre o exemplo da coalizão de ultradireita, em termos laclaunianos (Laclau, 2018), é possível dizer que “se lógicas políticas dizem respeito a **operações significantes**, lógicas fantasmáticas dizem respeito à **força** por trás daquelas operações” (Glynos; Howarth, 2018, p. 65-66, grifos dos autores). É, com base nisso, que os autores categorizam as lógicas fantasmáticas a partir de duas dimensões principais da fantasia que se complementam na explicação da força mobilizadora das ideologias e que são apresentadas como a dimensão beatífica e a dimensão terrífica.

A dimensão beatífica refere-se à promessa de uma “plenitude-por-vir” cuja operação se dá por meio da projeção de um futuro idealizado ou de um estado de completude que, embora inatingível no presente, atua como um horizonte normativo e um motor para a ação. Essa plenitude prometida pode se manifestar em diversas formas, como, por exemplo, através da utopia de uma sociedade perfeita, da restauração de uma ordem idealizada do passado, ou da concretização de um desejo profundo de harmonia e unidade. A adesão a um projeto político ou a uma identidade, nesse sentido, é alimentada pela esperança de alcançar essa condição beatífica, que confere sentido e propósito à vida individual e coletiva. A força dessa dimensão reside na capacidade de gerar um sentimento de pertencimento a algo maior, a uma causa que transcende a existência imediata e que promete uma recompensa futura, seja ela, por exemplo, material, espiritual ou social.

Em contrapartida, a dimensão terrífica se apresenta como um tipo de ameaça insuperável, algo como a iminência de uma catástrofe que deve ser evitada a todo custo. Evocando imagens, por exemplo, de destruição, impotência e vitimização, ela explora os afetos de medo, de ansiedade e de insegurança, capazes de projetar cenários distópicos ou a sensação profunda de perda de algo considerado essencial. Essa dimensão é frequentemente utilizada para deslegitimar todo aquele que é identificado como o “outro” ou o “diferente”, constituindo-o como sendo a origem da ameaça ou do caos que se teme. A percepção desse inimigo comum ou de um perigo existencial fortalece a coesão em torno de uma ideologia e exige a união, a

adesão incondicional e a fixação de sujeitos aos preceitos da formação discursiva hegemônica. Por causa disso, a dimensão terrífica é potente na medida em que a mobilização afetiva em torno do medo pode contribuir para suprimir a contestação e a divergência, direcionando a energia coletiva para a preservação de uma ordem que se apresenta como o único refúgio contra o suposto desastre iminente.

No fundo, com o recurso às lógicas fantasmáticas “objetivamos captar o modo como os sujeitos organizam sua satisfação (Glynos; Howarth, 2018, p. 66), e as dimensões beatífica e terrífica da fantasia se tornam fundamentais para que entendemos por quais processos as normatividades disputam hegemonia, são fortalecidas, desafiadas e até mesmo modificadas (Glynos, Oliveira, Burity, 2019). A forma como esses afetos são mobilizados e articulados dentro de uma formação discursiva é o que confere a ela sua capacidade de gerar identificação e, conseqüentemente, estabilidade, mesmo diante de sua precariedade ontológica. Assim, a persistência de certas crenças, mesmo quando contraditadas pela evidência empírica, pode ser explicada pela força das lógicas fantasmáticas em dar sentido e coerência emocional à experiência dos sujeitos, tornando-as resistentes a outras narrativas e/ou interpelações. Daí, é possível concluir que a abordagem de lógicas fantasmáticas permite uma análise mais otimizada das dinâmicas de poder e da constituição de identidades e ideologias, pois, ao integrarem a dimensão do afeto à Teoria do Discurso, Glynos e Howarth (2007) oferecem uma lente robusta a partir da qual se pode compreender não apenas como os discursos se articulam, mas, fundamentalmente, por que eles ressoam e se fixam (ainda que de forma contingente) nas subjetividades e na trama social.

Assim sendo, a partir do arcabouço das lógicas fantasmáticas, entendemos que seja particularmente possível e especialmente elucidativo analisar o discurso da ultradireita brasileira contemporânea, conforme nos interessa nesta pesquisa, através do seu investimento tanto na defesa do familismo heteronormativo quanto na narrativa antigênero. Principalmente porque as lógicas fantasmáticas, em suas dimensões beatífica e terrífica, contribuem para desvendar os mecanismos por meio dos quais as determinadas narrativas que abrangemos nos capítulos anteriores não apenas se disseminam, mas também atingem níveis profundos de adesão afetiva e subjetiva, estabilizando identidades políticas mesmo em contextos de alta fluidez social. O que significa dizer também que oferecem aos sujeitos um modo específico de se situar no mundo, fornecendo-lhes também possibilidades identitárias e até parâmetros de desejo orientadores. Operações discursivas como essa, por exemplo, se tornam estratégicas para as disputas por hegemonia sociopolítica porque não se pautam apenas pela necessidade de

articular e convencer racionalmente os sujeitos e suas demandas, mas sobretudo pelo esforço de moldar afetos, imaginações e modos de vida, reiterando de maneira evidente aquilo que defendemos nesta tese como sendo o caráter pedagógico presente tanto nesse tipo de discurso político quanto em qualquer outro.

No entanto, com relação ao contexto da ultradireita, que é o que nos interessa aqui, percebemos que o discurso familista se apoia fortemente em uma lógica de dimensão beatífica que convoca afetos orientados para a promessa de uma “plenitude-por-vir” materializada na defesa da chamada “família tradicional” enquanto núcleo originário e intrinsecamente moral de toda sociedade. Vale lembrar que se trata de um certo consenso social e até mesmo de uma previsão constitucional a ideia de que a família é a base da sociedade, conforme pode ser lido no artigo 226 da Constituição Federal (Brasil, 2023). Entretanto, no discurso neoconservador essa previsão legal ganha um contorno muito específico circunscrito nos limites da composição político-ideológica a partir da qual a ultradireita se conduz. Neles, a família aparece como metáfora de ordem, coesão e proteção, ofertando o ideal de um retorno a uma suposta normalidade anterior, não corrompida por supostas “ideologias externas” e “valores desviantes”. De modo que esse tipo de horizonte utópico sugerido exerce forte apelo sobre sujeitos que percebem a si mesmos como ameaçados pelas transformações culturais e pela pluralização de formas de vida, funcionando como mais um ponto nodal de significação e de organização do desejo coletivo.

Esse tipo de operação lógica é possível de ser identificado quando observamos que a atuação dos neoconservadores muitas vezes se referencia a partir de dispositivos legais legítimos e reconhecidos até internacionalmente enquanto normativas, declarações e acordos que tratam da relação prevista entre Estados e a instituição familiar, mas utilizando-se de posições públicas de sujeitos como Angela Gandra e Bolsonaro, como analisamos, que perfilam um quadro ideológico claramente restritivo e reacionário. Isso nos faz supor que esse tipo de afinação discursiva se movimenta através de manobras estratégicas que aparentemente sempre se empenham em reinterpretar marcos legais consolidados no âmbito da política institucional reposicionando-os como bases justificadoras da sua posição ideológica familista de gênero. Tenta-se com isso, então, sob a autoridade prescritiva de dispositivos legais, sedimentar por meio de repetições até mesmo exaustivas fantasias, como “menino veste azul e menina veste rosa”, “homem de bem”, “mulher e mãe recatada”, “pai provedor”, “família cristã” etc., de modo que se possa ocultar tanto o caráter contingencial dessas imagens fortemente disseminadas quanto outras possibilidades de relações sociais.

Sabemos o quão antigo é esse investimento estratégico da projeção da família como um certo espelho da ação política ou até mesmo da redução das relações políticas à reprodução de relações familiares. Safatle (2020), ao comentar a redescrição completa da ação política em uma gramática das emoções, descreve muito bem como a referência à “família” pode funcionar no redimensionamento contemporâneo do campo político:

sobreposições da autoridade às figuras paternas e maternas, sobreposições das relações entre iguais às figuras fraternas, que visam fazer das demandas sociais demandas decalcadas nas expectativas de amor e reconhecimento próprias ao núcleo familiar. Essa sobreposição entre corpo social e estrutura familiar tem função clara. Tudo se passa como se a família fosse o modelo das “relações harmoniosas” que teria força de eliminar o caráter muitas vezes aparentemente intransponível dos conflitos sociais. O familiarismo em política pressupõe a fantasia social da família como núcleo de relações hierárquicas naturalizadas, não problemáticas, da autoridade baseada no amor e na devoção. Núcleo no qual os lugares sociais de autoridade e submissão são lugares naturais. Algo muito distante da explicação freudiana da família como núcleo produtor de neuroses (Safatle, 2020, p. 22).

Para além desse investimento fantasmático no significante família, por outro vetor de investida neoconservadora presente no discurso da ultradireita, percebemos a mobilização fantasmática de dimensão terrífica que orienta a produção de afetos como, por exemplo, de medo e de ameaça, através da disseminação de narrativas sobre o suposto avanço da “ideologia de gênero” e da projeção disso como sendo a emergência de um desastre iminente. Como pudemos notar desde a consideração genealógica da construção político-religiosa do fantasma da “ideologia de gênero” e seus congêneres, políticos, lideranças religiosas e agentes midiáticos investem fortemente na associação de pautas de direitos civis, de diversidade sexual e de gênero à ruína da família, à corrupção da infância e ao colapso de valores nacionais. O discurso antigênero constrói, desse modo, a sua alteridade (feministas, movimentos LGBTI+, intelectuais e jornalistas) como vetor do caos anunciado e da decadência moral, galvanizando a fixação identitária dos sujeitos a esse discurso em torno desse tipo de antagonismo mobilizado. Como podemos evidenciar a partir desta nossa pesquisa, a narrativa antigênero, então, opera por meio do medo do colapso e recorrendo à sacralização da diferença entre “nós” (a suposta maioria sã, protetora dos “valores cristãos e ocidentais”) e “eles” (que seriam todos os que são identificados como elementos subversivos e ameaçadores).

O entrelaçamento entre essas duas dimensões das lógicas fantasmáticas neoconservadoras nos permite compreender, portanto, a eficácia do discurso familista e antigênero da ultradireita. Não por acaso, à época da ultradireita na Presidência do país, Chade

(2021) noticiou tão acertadamente que o governo Bolsonaro estaria usando a “família” para combater o que chamava de “ideologia de gênero” quando reportou as articulações internacionais que Angela Gandra estava fazendo, enquanto secretária da Família, com partidos de extrema-direita da Europa. Por meio dessas dimensões beatíficas e terríficas entrelaçadas, compreendemos que as normatividades de interesse neoconservador são sedimentadas não exatamente por mera imposição racional ou mesmo normativa, mas principalmente pelo investimento afetivo nas promessas de proteção e nas ameaças de destruição que fazem com que os sujeitos se identifiquem com promessas de plenitude (“família”, “ordem”, “religião”) ao mesmo tempo em que temem o desastre fatal representado pela dissolução desses referenciais. É por isso que, como propõem Glynos e Howarth (2007), esse tipo de adesão subjetiva e a sua manutenção recorrente é melhor compreendido (ou pelo menos percebe-se algo de muito produtivo em termos analíticos) pelo exame do enraizamento afetivo das crenças e da dinâmica fantasmática dos discursos, capazes de transformar posições socialmente construídas em verdades **sentidas** e urgentemente defendidas.

Esse tipo de análise a partir da abordagem das lógicas fantasmáticas e suas potências beatíficas e terríficas encontra um terreno profícuo quando consideradas as condições sociopolíticas que entendemos como sendo engendradas pelo neoliberalismo. Isso porque, como apontamos na seção anterior, o avanço do neoliberalismo a partir das últimas décadas do século XX não apenas transformou a economia, mas reconfigurou subjetividades, afetos e as próprias formas de identificação política e social, produzindo um impacto no campo sociopolítico contemporâneo que é central para compreendermos por que e como determinadas promessas de realização (beatíficas) e ameaças de desastre (terríficas) ganham tanto espaço e adesão e estruturam discursos autoritários e ultraconservadores contemporâneos.

O neoliberalismo, como um regime de governamentalidade amplo que produz incertezas e alimenta fantasias com forte apelo afetivo, institui uma lógica de competição constante, enfraquecendo redes de solidariedade tradicionais e destituindo também políticas baseadas no coletivo. A subjetividade neoliberal é, portanto, marcada pela responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso, o que relega aos próprios sujeitos a incumbência de gerir seus riscos e traumas. Ao reconfigurar o sujeito como um “empreendedor de si mesmo” e responsabilizá-lo individualmente por seu sucesso ou fracasso, o que o neoliberalismo faz é intensificar sentimentos, por exemplo, de insegurança, de frustração e de perda de pertencimento. Tais sentimentos, longe de serem elaborados de forma crítica e coletiva, por sua vez, são captados e frequentemente reinvestidos em estruturas discursivas autoritárias e regressivas que oferecem,

como vimos, promessas simbólicas de ordem, proteção e identidade. A proliferação desse tipo de fantasias beatíficas que prometem a restauração social supostamente perdida é favorecida por esse processo neoliberal de privatização e desinstitucionalização exacerbado que acelera a efetivação de um cenário de precarização e de constante necessidade de se destacar, terreno fértil para afetos como insegurança, medo e ressentimento, sentimentos esses que as lógicas fantasmáticas mobilizadas pela ultradireita instrumentalizam.

A busca incessante, a partir da nova gramática sociopolítica proporcionada pelo neoliberalismo, de valores como “crescimento”, “progressão” e “meritocracia”, por sinal, sustenta uma fantasia de plenitude pessoal sempre adiada, ao passo que o fracasso é vivido como ameaça terrífica iminente e motivo de vergonha. Fantasias, por exemplo, de “sucesso perpétuo (desempenho e conquistas excepcionais, excelência), superioridade (mentalidade de vencedor-perdedor) e submissão às regras do dinheiro e dos mercados que governam o capitalismo neoliberal (cumprir papéis sociais, buscar aceitação e status, tolerar desigualdade e injustiça)” (Hornung; Höge; Unterrainer, 2025, p. 3, tradução nossa) consolidam, dessa forma, consolida nos sujeitos governáveis algo que podemos supor como sendo uma dupla dependência afetiva, com a qual se apresenta, de um lado, a esperança beatífica de superação individual por meio da adesão ao “modelo ideal de si” neoliberal e, de outro, o temor terrífico do colapso, da marginalização e de ser “deixado para trás”.

O discurso neoliberal, por essa razão, funciona, ele próprio, como um tipo de estruturação fantasmática, pois, ao construir o “livre mercado” como um objeto de desejo inatingível e absoluto, transfere para o indivíduo a promessa de realização e elabora a explicação sobre as possíveis e esperadas frustrações no decorrer desse processo por meio da presença de supostos inimigos internos e externos. Nesta operação, a fantasia de que “o mercado é justo e natural” também serve como uma lógica beatífica, associada ao mito da harmonia futura (“por vir”), ao passo que a sua falha será sempre atribuída certamente à interferência do Estado ou de grupos que representam algum tipo de “ameaça” (minorias políticas, movimentos sociais, instituições democráticas). Assim, esse tipo de governamentalidade reforça discursos e identidades marcadamente exclusivistas e defensivas que deslocam o ressentimento social para inimigos externos, intensificando afetos de hostilidade a partir da precarização material e simbólica dos próprios sujeitos que estão sendo mobilizados.

As lógicas fantasmáticas da ultradireita encontram enorme ressonância, então, nesse contexto de erosão de direitos sociais consolidados, de intensificação da desigualdade e de

precarização material. O ressentimento, nesse caso, alimentado pelas promessas não cumpridas do projeto neoliberal, passa a ser canalizado por discursos que oferecem fantasias beatíficas de retorno a um passado idealizado e seguro, e terríficas de sobrevivência face a um futuro caótico. E, com base nisso, percebe-se porque se torna importante para os neoconservadores a “necessidade de reinstalar a família como fundação da ordem social e econômica” (Cooper, 2017, p. 49). Abre-se espaço favorável, portanto, para que o medo da degeneração social e a esperança da restauração da ordem “natural”, comumente articulados em sintonia com lideranças religiosas e/ou morais que passam a pautar a gramática do discurso familista e antigênero, agora se tornem ainda mais potencializados graças ao ambiente de competição neoliberal.

As fantasias de conspiração configuram, muitas vezes, uma resposta à crueldade da sociedade capitalista. Para fazer frente às amarguras da vida, as pessoas buscam se encantar. Perante a desilusão cotidiana, procuram, em algum canto da sua existência, um pouco de maravilha. Ante o individualismo exacerbado da economia neoliberal, desejam comunhão. Elas têm o direito ao pertencimento, ao encanto e ao transe que quiserem. Para os críticos que observam de fora, tais fenômenos podem até parecer irracionais, absurdos e fanáticos. Mas, para quem os vive de dentro, a experiência é aquela de uma emancipação coletiva extasiante, inspiradora, legítima e devida, pois preenche vazios realmente existentes e demandas socialmente justas. Em certa medida, para o sujeito oprimido que abraçou o conspiracionismo fantástico, entrar em transe não significa “estar fora de si”, mas “voltar a si”, reapropriar-se e retomar o controle da própria existência (Demuru, 2024, p. 52).

Nesse sentido, podemos concluir que o neoliberalismo não depende, então, apenas de mecanismos coercitivos para manter sua hegemonia consolidada, mas principalmente da integração, pelo investimento afetivo, de suas normas e expectativas em subjetividades e práticas cotidianas. É por causa disso que o indivíduo neoliberal, continuamente insatisfeito, torna-se sujeito ideal das promessas e ameaças estruturadas pelas lógicas fantasmáticas e tanto se apegam a elas, favorecendo, desse modo, projetos políticos autoritários que ganham cada vez mais legitimidade social como resposta tanto à carência de sentido quanto ao medo da exclusão social. Assim, ao invés de vermos a ascensão do discurso familista e antigênero da ultradireita como simplesmente uma espécie de desvio irracional ou um retrocesso ideológico, é necessário que a compreendemos como um efeito discursivo do próprio neoliberalismo, que desarticula os laços sociais ao mesmo tempo em que fornece as condições para sua reinscrição imaginária por meio de fantasias regressivas e autoritárias.

Antes de finalizarmos esta seção, vale também salientarmos mesmo que de maneira rápida, mas pelo menos ilustrativa, que, assim como a ultradireita, as formações discursivas

produzidas pelo outro espectro político constituído como o “outro” da coalizão neoconservadora, como os chamados movimentos progressistas, também contam com operações fantasmáticas que envolvem afetos e construções imaginárias para fixar identidades, articular sentidos e gerar adesão política. E essas lógicas fantasmáticas mobilizadas pela alteridade da ultradireita também podem ser compreendidas a partir das duas dimensões sugeridas por Glynos e Howarth. Assim, os grupos e movimentos que a ultradireita identifica como sendo o seu “outro” não apenas são objetos de suas lógicas fantasmáticas terríficas, mas também podem ser reconhecidos enquanto agentes ativos na produção de suas próprias lógicas fantasmáticas, com o objetivo de lhes conferirem força identitária, sentido político e, principalmente, uma capacidade de disputar hegemonia social em meio ao cenário plural e conflituoso do neoliberalismo.

Por exemplo, desde uma dimensão beatífica, é possível identificar que os movimentos progressistas frequentemente mobilizam a promessa de uma realidade futura melhor, mais justa e inclusiva, um horizonte de plenitude por vir, marcado, por exemplo, pela igualdade de direitos, pelo reconhecimento da diversidade, pelo fim das opressões e pela construção de sociedades mais democráticas e solidárias. Esse tipo de promessa também atua, de modo semelhante ao que pontuamos sobre a ultradireita, como um ponto nodal discursivo que orienta desejos, esperanças e compromissos, gerando um sentido comum entre várias identidades e lutas. E é mobilizado também por numerosas fantasias que podem ser identificadas, por exemplo, na ideia de um sujeito emancipado, plural e democrático, de justiça social, de diversidade e de cuidado.

Ao mesmo tempo, de modo simultâneo ao uso dessas fantasias, percebemos a mobilização, agora já desde uma dimensão terrífica, a partir da qual esses movimentos apontam para ameaças e obstáculos que precisam ser superados, como, por exemplo, a persistência do patriarcado, a opressão estrutural contra minorias, a violência institucional e simbólica em diversas instâncias das relações sociais, as desigualdades sociais e a intolerância política. Esse tipo de percepção de uma “realidade adversa” acaba se tornando necessário para projetos políticos como esses porque cria um sentido de urgência e fomenta uma mobilização para evitar o “desastre social” que a manutenção dos sistemas opressivos representa. Por causa disso, a articulação dessas lógicas fantasmáticas também permite que os discursos chamados “progressistas” e/ou provenientes do espectro antagônico do neoconservadorismo ganhem adesão emocional e política, fortalecendo identidades coletivas e legitimando intervenções políticas. Como não é incomum de identificar a partir do contexto brasileiro, os movimentos

sociais e progressistas, ao mobilizarem narrativas de justiça social, de direitos e de pluralidade sexual e de gênero, também não atuam exclusivamente num plano racional ou utilitarista, mas procuram configurar um espaço de sentidos que envolve afetos, esperanças e receios compartilhados e que são fundamentais para a eficácia política dessas lutas.

Embora até aqui a análise tenha se concentrado nos efeitos discursivos da lógica fantasmática — especialmente a promessa de um estado de plenitude e a ameaça de um colapso iminente — é importante assinalar que tais efeitos se ancoram em um mecanismo mais profundo, já indicado pela tradição lacaniana. A fantasia, nesse registro, pode ser compreendida como um verdadeiro “roteiro” que organiza o desejo e o gozo, ao mesmo tempo em que mascara a falta estrutural que marca o sujeito e o social. Trata-se, portanto, de uma operação que encobre o real em sua dimensão impossível, oferecendo narrativas que permitem suportar a precariedade constitutiva da realidade social.

Ao sustentar promessas de ordem e estabilidade e, paralelamente, ao encenar ameaças que justificam a mobilização contra um inimigo, o discurso fantasmático do neoconservadorismo não apenas captura afetos, mas organiza formas específicas de gozo. É nesse ponto que a noção de gozo ganha relevância: mais do que um prazer, trata-se da satisfação paradoxal que os sujeitos encontram justamente na repetição incessante da cena de ameaça, na insistência em nomear e combater a “ideologia de gênero”, como se fosse possível eliminar a falta por meio da destruição do inimigo. A fantasia, nesse sentido, funciona como uma engrenagem que mantém vivo o antagonismo, oferecendo uma cena em que o impossível da sociedade plenamente reconciliada aparece como se fosse possível, ainda que sempre diferido. No entanto, reconhecemos que o desenvolvimento minucioso dessa articulação entre fantasia, falta e gozo ultrapassa os limites desta tese. Então, cabe aqui apenas indicarmos a pertinência desse caminho teórico, que poderá ser explorado, por exemplo, em investigações futuras e em publicações decorrentes desta pesquisa, com vistas a aprofundar a compreensão dos modos como a ultradireita contemporânea se sustenta na gestão fantasmática de afetos e gozos sociais.

Em contrapartida, concluímos, portanto, a partir do que desenvolvemos até aqui, que a questão crucial em jogo entre os projetos políticos que buscam alcançar a hegemonia não está, por exemplo, no uso ou não das lógicas fantasmáticas em si, mas particularmente no tipo de sociedade que se projeta como desejável e nos sujeitos que se busca incluir ou excluir nesse horizonte projetado. Enquanto discursos progressistas, tal como conhecido e exemplificado, tendem a organizar suas fantasias em torno da ampliação de direitos, da redistribuição

econômica mais justa e do reconhecimento da pluralidade de experiências, os discursos da ultradireita, por sua vez, regularmente se estruturam a partir da reiteração de fantasias de pureza, de exclusão e de retorno a uma ordem idealizada. Além do que também se percebe dentro da alteridade anti-neoconservadora que muitos agentes sociais, teóricas/os e ativistas, estão frequentemente cientes do uso de imagens mobilizadoras e da necessidade de disputá-las eticamente, enquanto que, na ultradireita, é mais comum que suas fantasias costumem operar de maneira dogmática e naturalizada, quase sempre desqualificando o dissenso.

CONCLUSÃO

Partindo de um aporte teórico fundamentalmente pautado pelas contribuições da Teoria e Análise do Discurso, proposta inicialmente por Laclau e Mouffe ([1985] 2015) e complementada mais recentemente por uma abordagem particular para a explicação crítica através das lógicas (Glynos; Howarth, 2007), procuramos investigar neste trabalho como o discurso da ultradireita brasileira, pensado como uma força social particular, demanda assumir uma totalidade que lhe confira o status (a garantia) de hegemonia social, principalmente, operando como um dispositivo pedagógico político que age na tentativa do que postulamos como “ensinar os termos do social” – no sentido de investir direta e intencionalmente na disputa das significações do social que devam compor a sua inteligibilidade legitimada. Para tanto, escolhemos como recorte central de nossa investigação a produção discursiva operada durante o governo de Jair Bolsonaro na presidência do Brasil, entre os anos de 2019 e 2022. Mas, para que a análise das condições articulatórias próprias daquela configuração político-discursiva fosse possível, também examinamos, sobretudo nos primeiros capítulos, outros atores políticos e religiosos bem como outros processos políticos mais antigos que se revelaram necessários, no decorrer na história política recente, para o fortalecimento da coalizão de ultradireita que vimos chegar ao poder central do país.

Essa consideração analítica nos permitiu a possibilidade de compreendermos que as reações ultraconservadoras contra o uso de gênero como categoria para políticas públicas e a favor de uma promoção familista, que marcaram com bastante temor os debates sobre educação e currículo nos primeiros anos da década passada, não eram fruto exclusivamente de espontaneidade e discernimento particular de determinados atores políticos envolvidos com essas pautas, mas, principalmente, significavam um efetivo ativismo político engendrado por articulações político-religiosas mais antigas e para além dos limites geográficos locais. Esse esboço histórico-genealógico nos possibilitou, assim, delinear o campo discursivo no qual tais mobilizações se inscrevem, revelando não apenas a densidade temporal de suas formulações, mas também os modos como certos enunciados ganharam força normativa e legitimadora ao longo do tempo. Através dele traçamos a caracterização do nosso objeto de pesquisa, o discurso familista e antigênero que emergiu com virulência no debate educacional, quando procuramos identificar os deslocamentos, (re)aproveitamentos e atualizações que sustentam sua materialização na política contemporânea.

Além disso, com esse tipo de investigação, pretendemos dar condições de se tornar evidente o que fundamentalmente foi articulado e incluído enquanto referências autorizadas para tal operação discursiva e política, como, por exemplo, certas tradições religiosas cristãs e discursos sobre ordem social e moralidade sexual. De forma igualmente importante e simultânea, nota-se aquilo que foi sistematicamente excluído ou silenciado nesse processo, e constantemente mobilizado como seu campo antagônico de constituição ontológico-política, como, dentre outros, perspectivas feministas e ativismos por diversidade sexual e de gênero por exemplo. Daí é que temos a condição de entendê-la como uma operação discursiva engajada em compor um regime de veridicção que produza efeitos concretos de inteligibilidade e exclusão. Assim, deduções sobre o que se desautorizou como saber legítimo, quem se excluiu como sujeito político válido, quais experiências foram desqualificadas como ameaças à ordem social, bem como também as pretensões universalizantes daquela gramática política moralista permitem-nos tomar o problema de pesquisa em questão não apenas como resultado de disputas simbólicas e institucionais, mas principalmente como efeito de uma maquinaria discursiva que opera por seleção, apagamento e reiteração performativa de determinados sentidos sociais, instaurando uma verdadeira pedagogia política que mobiliza afetos, constitui antagonismos e naturaliza fronteiras de pertencimento. Trata-se, portanto, de um processo que não apenas organiza racionalidades, mas que forma sujeitos e comunidades políticas no próprio ato de sua repetição, sustentando-se em fantasias sociais e investimentos emocionais que lhe conferem força e ressonância.

O dispositivo mítico-discursivo da ultradireita, então, “prepara a cama” com os termos específicos sob os quais devem ser produzidas as políticas públicas, os direcionamentos orçamentários, as considerações legais/jurídicas. Ou seja, essa operação discursiva age na tentativa de “dar a letra”, como já dissemos, a partir da qual deva ser lido e legitimado o plano das relações sociais. Com base nisso, é possível, portanto, sugerir que as práticas discursivas levadas a cabo durante o governo de Bolsonaro (2019-2022) e apontadas nesta pesquisa – seja por parte dele mesmo ou através de outros protagonistas daquela gestão, como Angela Gandra e até mesmo Damares Alves – estão todas entremeadas no escopo da mobilização desse dispositivo neoconservador que atua não simplesmente como disciplinamento do social, mas como **pedagogia política performativa**, produtora de identificações e de fronteiras comunitárias por meio de sua lógica fantasmática. Assim, o que está em jogo não é apenas o uso estratégico de significantes disputados – “família”, “gênero/sexo”, “homem e mulher” – mas as formas pelas quais esses termos são reiterados para organizar afetos, instaurar

antagonismos e sustentar promessas ou ameaças que dão consistência a comunidades políticas específicas. Nessa chave, mais do que desvendar uma intencionalidade ideológica fechada, trata-se de compreender como tais enunciações se inscrevem em dinâmicas contingentes de disputa, produzindo identificações precárias, ressonâncias afetivas e efeitos políticos que, em sua constante transformação, reconfiguram a gramática do espaço social.

Isso porque, até entre os reacionários, já não se descarta mais sumariamente determinados termos ou slogans políticos historicamente consolidados e que ainda mantêm certa primazia nas lutas e debates políticos em nome da construção política democrática, como é o caso de “direitos humanos” por exemplo. Tem se tornado muito evidente quando analisamos projetos políticos contemporâneos como o da ultradireita que, pelo menos partindo muitas vezes de figuras mais intelectuais desse campo, aparentemente esses atores já entenderam que talvez seja mais eficaz integrar os termos de construção democrática em voga, dada a ampla difusão e naturalização deles no plano sociopolítico, para que daí se possa desidratá-los – ou, se quisermos de modo mais bem colocado a partir de nossa abordagem central: ressignificá-los. Nesse caso, estamos tratando da consolidação de uma perspectiva antidireitos, como vimos, em grande parte, religiosa, dentro do próprio campo dos direitos humanos (Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Prado, 2022), que já é analisada como uma característica contemporânea de processos de erosão das democracias (Biroli, 2020). Nesse sentido, “as democracias vão morrendo com as bênçãos religiosas que refundam o poder com suas teologias políticas” (Passos, 2020, p. 153). Isso, no fim das contas, tem se mostrado para esse determinado tipo de projeto político uma manobra muito mais sofisticada em termos de articulação e sobrevivência no jogo político e certamente também algo mais eficaz do que simplesmente a reação tocada a partir da simples negação. E esse também é o jogo pedagógico político que a ultradireita empreende para ensinar os termos que definem a sociedade.

Ao longo, então, da nossa construção analítica, buscamos evidenciar como determinados discursos proferidos por representantes do governo federal, nesse sentido, não apenas expressaram posicionamentos ideológicos, mas principalmente operam como vetores ativos de uma pedagogia política que privilegia, por exemplo, a perspectiva familista neoconservadora da ultradireita, junto com a sua própria ideologia binária de gênero. Pudemos compreender, a partir da análise de fragmentos discursivos selecionados, como tais enunciações se articulam tanto entre si quanto com outros dispositivos culturais, como os religiosos, de modo a converter, por exemplo, até mesmo os próprios departamentos de Estado, como no caso da Presidência, do MMFDH e da SNF, em plataformas de difusão discursiva ideológica. Assim,

foi possível demonstrar que tais falas e demais fragmentos discursivos não se tratam de meras opiniões particulares, mas integraram um esforço sistemático de produção de sentido, com o qual, por ocasião daquele governo em particular, o Estado brasileiro deveria assumir um papel performativo na validação de um modelo social específico, excludente e hierarquizador.

A partir da análise dessa produção discursiva neoconservadora — materializada em documentos, campanhas e outros produtos em circulação — e da observação de seus efeitos em diferentes arenas políticas e sociais, argumentamos que a pedagogia discursiva familista não pode ser compreendida apenas como base semântica de orientação das políticas públicas do governo federal (o que, por si só, já seria problemático). Mais do que isso, trata-se de um dispositivo que incide sobre os modos de subjetivação possíveis no espaço social, sobretudo por meio da reiteração de identidades e repertórios de gênero apresentados como “naturais”, nos termos do que a própria secretária da Família defendia sob a rubrica do “fortalecimento dos vínculos familiares”. As implicações, portanto, desse processo analisado são profundas, pois envolvem de maneira muito clara a construção não só de um imaginário coletivo, mas propriamente de um contexto social em que certas formas de vida são promovidas como desejáveis, enquanto outras são deslegitimadas, marginalizadas e, com isso, oportunamente perseguidas, conforme aprendemos com os debates teóricos acerca das noções de “vida descartável”, “vida passível de luto”, dos “socialmente mortos” (Butler, 2018, 2020a, 2020b; Mbembe, 2018). Com base nisso, concluímos que o discurso antigênero e familista, quando institucionalizado (como foi o caso de 2019-2022), passa a funcionar como um operador de governamentalidade, agindo na modelagem dos afetos, das alianças e dos horizontes políticos, com consequências que são, sem dúvida, significativas para a democracia, para a pluralidade e para os direitos das minorias políticas no contexto contemporâneo.

Não à toa, essa coalizão de ultradireita que não é só brasileira, mas transnacional, por todos esses últimos anos, “construiu e costurou uma aliança com o objetivo de chegar ao poder pelo mundo [...] de desconstruir a ordem internacional, os parâmetros civilizatórios e, em seu lugar, erguer um mundo à sua imagem e semelhança” (Chade, 2025, n.p.). Aproveitando-se de um cenário global marcado por um processo contínuo de desdemocratização (Brown, 2019), essa ultradireita contemporânea encontrou terreno fértil na intensificação das dinâmicas neoliberais das últimas décadas, cujos efeitos mais perversos, como, por exemplo, a desagregação comunitária, a precarização do trabalho, a erosão de vínculos solidários e o desmonte das redes de seguridade social, produziram um vasto campo de ressentimento, de medo e de insegurança. Como sugerimos no último capítulo, a partir desse vácuo de garantias

e de pertencimento, opera-se com lógicas discursivas de dimensões fantasmáticas (Glynos; Howarth, 2007), valendo-se de fantasias mobilizadoras que oferecem narrativas geralmente simples, muito frequentemente conspiratórias, afetivamente carregadas e também identitariamente sedutoras como resposta a um mundo em crise.

Nesse contexto é que se insere, então, como demonstrado em nossa pesquisa, o uso estratégico do sintagma “ideologia de gênero” e a consequente defesa de uma estrutura familista marcadamente heteronormativa, apresentada como uma espécie de bastião da ordem, da proteção das crianças e da moralidade social. Esses elementos discursivos, carregados de fantasias que acionam sensações beatíficas e terríficas da experiência social, funcionam como instrumentos estratégicos de captura subjetiva, pois deslocam os conflitos sociais (e, se quisermos, também materiais) para um terreno majoritariamente discursivo da mobilização dos afetos, do encanto, no qual o inimigo é construído não mais como uma figura política concreta e própria das relações agonísticas no campo democrático (Mouffe, 2019), mas como uma ameaça moral difusa e antagonista que precisa ser aniquilada. Dessa forma, ao pôr em campo o seu discurso e também ao se constituir simultaneamente através dele, a ultradireita não apenas responde às crises contemporâneas, mas as instrumentaliza reencenando o medo como afeto político central e reconfigurando o desejo social em torno de uma promessa restauradora que, no fundo, só visa consolidar novas formas de dominação que, na verdade, são basicamente a reatualização dissimulada de práticas sociais desiguais presentes há muito na história.

Diante, portanto, de um contexto desagregado e desencantado, parece que paira tanto a ausência quanto a necessidade de um certo fascínio, um encanto, sobretudo, quando constatamos a predominância de discursos políticos fortemente técnico-economicistas e, por que não, também cientificistas. Isso parece fortalecer cada vez mais mobilizações sociais aparentemente exóticas, inesperadas e inacreditáveis. Com isso, não estamos querendo dizer que o aparente e provisório sucesso da ultradireita em fazer tais mobilizações deva se tornar o parâmetro qualitativo e exclusivo da política exitosa contemporânea. Mas, de modo particular, concluímos ser necessário apontar que é preciso que tal compreensão seja igualmente construída por atores de outros espectros políticos, de modo que sejam capazes de gerar maravilha, encantamento (uma chama articuladora) também a partir de seus pressupostos ideológicos, valores e horizontes utópicos. Pois, como aprendemos com Demuru (2024, p. 53), “quando canalizada pelos populistas conspiratórios de extrema direita, toda essa energia que poderia ser usada para lutar contra injustiças reais acaba sendo desperdiçada. [Nesse sentido] é preciso reconstruir e redirecionar esse fluxo de afetos”.

Concluímos, então, que é por causa do caráter de estruturação contingente da realidade e de tudo que nela esteja envolvido, presente no âmago dos processos discursivos que disputam a hegemonia social que, para além de político, como sugerimos, todo o dinamismo de constituição discursiva da realidade se revela também necessariamente pedagógico, principalmente, através da definição e disputa dos termos dessa mesma realidade, bem como dos seus parâmetros de subjetivação e dos afetos mobilizados para a captura e fixação dos próprios sujeitos. Acostumados, portanto, no campo de pesquisas em Educação, a partir da pressuposição acertada de que toda pedagogia é sempre política, com esta pesquisa nos aventuramos a propor uma articulação teórico-analítica que se desloca por um sentido inverso e pressupõe que, na verdade, também toda política é pedagógica. Assim, postulamos que a disputa política contemporânea envolve não apenas a contestação discursiva por recursos materiais e direitos, mas também a competição por narrativas simbólicas e pedagogias afetivas que moldam os desejos e modos de existência dos sujeitos sociais. Afinal, “a luta pelo real e pelo maravilhoso é a mesma” (Demuru, 2024, p. 132). E para tanto, reconhecer o papel pedagógico dos discursos políticos é crucial para compreendermos em maior profundidade os embates em torno da constituição do social e para pensarmos estratégias de resistência e transformação.

Em suma, esta tese buscou demonstrar que a ultradireita não se explica apenas por fatores conjunturais, mas pela sua capacidade de se constituir como **projeto político pedagógico e fantasmático**, que organiza tanto instituições quanto subjetividades. Ao propormos o conceito de pedagogia política, procuramos oferecer uma lente que permite compreender não apenas a experiência brasileira, mas também as dinâmicas contemporâneas de desdemocratização. Ao mesmo tempo, a escrita desta tese aponta para nós a urgência de disputarmos os afetos e as fantasias que estruturam a vida política, sob pena de deixarmos que a ultradireita continue a ocupar quase que sozinha o terreno do desejo social. É nesse terreno que se configura a disputa hegemônica contemporânea: não apenas em torno de programas políticos, mas, sobretudo, na disputa de sentidos, afetos e fantasias que orientam e mobilizam os sujeitos.

Se a política é, como argumentam Laclau e Mouffe (2015), uma luta pela significação, e se essa luta é atravessada por fantasias que oferecem respostas provisórias à falta constitutiva do social, então cabe à crítica acadêmica e às forças democráticas não apenas desvelar os fantasmas da ultradireita, mas **inventar outras fantasias possíveis**. Fantasias que não sejam da restauração, mas da invenção; não da homogeneidade, mas da pluralidade; não da ordem

autoritária, mas da convivência democrática. Essa é, talvez, a lição final desta tese: compreender os fantasmas que nos governam é também abrir espaço para sonhar e disputar os fantasmas que ainda podemos criar.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACIDIGITAL. Como ganhar a “guerra cultural” contra o aborto e a ideologia de gênero? **ACIDigital**, 18 maio. 2016. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticias/como-ganhar-a-guerra-cultural-contra-o-aborto-e-a-ideologia-de-genero-96602>. Acesso em 25 abr. 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGÊNCIA BRASIL. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, 24 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursana-assembleia-geral-da-onu#:~:text=que%20ser%20combatido.-,Senhoras%20e%20Senhores%2C,que%20haja%20tamb%C3%A9m%20liberdade%20econ%C3%B4mica>. Acesso em: 22 nov. 2023.

AGOSTINE, Cristiane. "Nesse governo, menina será princesa e menino, príncipe", diz ministra. **Valor econômico**, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/nesse-governo-menina-sera-princesa-e-menino-principe-diz-ministra.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2023.

AGUIAR, Márcia A. da S.; TUTTMAN, Malvina T. Políticas educacionais no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular: disputas de projetos. **Em aberto**, Brasília, v. 33, n. 107, p. 69-94, jan./abr. 2020.

ALENCASTRO, Cataraina. ‘Menina será princesa e menino, príncipe’, diz a ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos. **O Globo**, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menina-sera-princesa-menino-principe-diz-ministradamulher-familia-direitos-humanos-23341446>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALMEIDA, Victor Aguiar de. **Brasil paralelo: um estudo sobre a reconstrução da memória social**. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Vila Velha, Vila Velha/ES, 2022.

AMORIM, Felipe; OLIVEIRA, Marcelo. STF decide que lei inspirada no Escola sem Partido é inconstitucional. **Uol**, 21 ago. 2020.. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf-tem-maioria-contra-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.htm>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BALIERO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185306, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200406&lng=en&nrm=isso. Acesso em 13 abr. 2019.

BENTO XVI, Papa. **Homilia do Papa Bento XVI: cerimônia das exéquias do cardeal Alfonso López Trujillo**. Vaticano: Dicastero per la Comunicazione; Libreria Editrice Vaticana, 2008. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2008/documents/hf_ben-xvi_hom_20080423_card-trujillo.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI; VAGGIONE; MACHADO. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-188.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLSONARO, Jair. Discursos e notas taquigráficas. Sessão: 208.4.53.O. **Câmara de Deputados - DETAQ**, 30 nov. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ%3E>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BOLSONARO, Jair. Discursos e notas taquigráficas. Sessão: 096.1.54.O. **Câmara de Deputados - DETAQ**, 05 maio. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=096.1.54.O&nuQuarto=10&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:18&sgFaseSessao=BC&Data=05/05/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BORTOLIN, Paula. O ativismo evangélico conservador no Brasil: uma análise acerca da defesa da família tradicional no campo institucional dos direitos humanos. In: GIUMBELLI, E; CAMURÇA, M. (org.). **Transformações da Laicidade: Estado, Religião e Sociedade em relação**. Brasília: Aba Publicações, 2024. p. 143-172. Disponível em: <https://www.abant.org.br/files/CAP-225775003213.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BRASIL, Câmara de Deputados; Comissão de Educação e Cultura. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**: projeto em tramitação no Congresso Nacional/ PL no 8.035/2010. 2011. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 e 131/2023, pelo Decreto legislativo nº186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. 64. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 120-A, p. 1-8. 26 jun. 2014. Seção 1, Edição Extra.

BRASIL, Presidência da República. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. **Biblioteca da Presidência da República**, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade de Posse e Despedida de Ministros de Estado - Palácio do Planalto. **Biblioteca da Presidência da República**, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-solenidade-de-posse-e-despedidade-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL PARALELO. **Angela Gandra Martins / Contraponto**. São Paulo: Brasil Paralelo, 2022. 1 vídeo (01h42min36s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MCSwXI5ke5k&t=771s>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRITTO, Tatiana Feitosa. Passo a passo no legislativo: os caminhos do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional. In: GOMES, A. V. A.; BRITO, T. F. **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015, p. 19-39.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, California, v. 36, n. 6, p. 670-714, dez. 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20452506>. Acesso em: 22 set. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo A. C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUENO, André. **Votação do Plano Municipal de Educação de São Paulo, em agosto de 2015**. 18. abr. 2015. Fotografia. Disponível: <https://www.generonumero.media/reportagens/pp-psc-psdb-e-mdb-os-partidos-da-escola-sem-partido/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BURITY, Joanildo. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de.; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 59-74.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução de Rogério Bettoni. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020a.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica,

2000, p. 110 - 125. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe; TONIOL, Rodrigo. Catolicismo eclipsado. **Saída pela Direita Blogfolha**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/07/31/artigo-mostra-importancia-do-catolicismo-para-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8946269>. Acesso em: 20 out. 2023.

CAMARGOS, João Cardoso Lara. **O poder da crença: treinamento indireto e os efeitos da crença que Bolsonaro foi enviado por Deus**. 2024. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

CAMPOS, Carmen. H. de.; BERNARDES, Márcia N. Ideologia de gênero e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 3, p. e73882, 2022.

CANALGOV. **Solenidade de comemoração ao Dia Internacional da Juventude**. Brasília: CanalGov, 2019. 1 vídeo (40min59s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=joOzuGrZSHg>. Acesso em: 26 maio 2022.

CARVALHO, Heloisa de.; BUGALHO, Henry. **Meu pai, o guru do presidente: a face ainda oculta de Olavo de Carvalho**. Curitiba: Kotter Editorial; Editora 247, 2020.

CASE, Mary Anne. The Role of the Popes in the Invention of Complementarity and the Anathematization of Gender. **Religion & Gender**, v. 6, n. 2, p. 155-172, 2016. Disponível em: <https://www.religionandgender.org/articles/abstract/10.18352/rg.10124/>. Acesso em 10 abr. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHADE, Jamil. Brasil leva religião à ONU e mina projetos que citam educação sexual. **UOL Notícias**, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/15/evangelicos-dao-o-tom-da-postura-internacional-do-brasil.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CHADE, Jamil. EUA discutem redefinir direitos humanos no mundo; Brasil vê processo "útil". **UOL Notícias**, 03 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/18/eua-redefinirao-direitos-humanos-e-brasil-envia-representante.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CHADE, Jamil. O Brasil está sob ataque. **UOL Notícias**, 19 jul. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2025/07/19/o-brasil-esta-sob-ataque.htm>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CHADE, Jamil; TREVISAN, Maria Carolina. Governo usa "família" para combater o que chama de "ideologia de gênero". **UOL Notícias**, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/17/governo-usa-familia-para-impor-politicas-contras-ideologia-de-genero.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CLARK, Michael. **Finding meaning in Opus Dei**. (2000). Disponível em: http://sites.silasparkers.com/partner/Article_Display_Page/0,,PTID5339_CHID28_CIID105858,00.html. Acesso em: 22 dez. 2023.

COLARES, Karen de S. **Efésios 5,21-33: análise ético-feminista da retórica de submissão da mulher nas obras da Editora Fiel**. 2023. 276f. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. A vida em primeiro lugar: nota da CNBB. **Site CNBB nacional**, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2023/01/015-Nota-A-vida-em-primeiro-lugar.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. **Carta aos bispos da igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo**. Roma: Congregação para a Doutrina da Fé, 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html. Acesso em: 30 abr. 2023.

CONNOLLY, W. E. The evangelical-capitalist resonance machine. **Political Theory**, v. 33, n. 6, p. 869-886, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/30038467>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 5. ed. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas; Paulus, 2008.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. **Família, matrimônio e “uniões de fato”**. Vaticano: Conselho Pontifício para a Família, 2000. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20001109_de-facto-unions_po.html. Acesso em: 15 jun. 2023.

COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

CÔRREA, S.; PRADO, M. A. M.. A “IDEOLOGIA FAMILISTA” NAS OFENSIVAS CONTRA GÊNERO NA EDUCAÇÃO: CONEXÕES CONSERVADORAS TRANSNACIONAIS. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e275372, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.275372>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185306, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200401&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2019.

CORRÊA, Sonia. Ideologia. In: CORRÊA, S. (coord.). **Termos ambíguos do debate político atual: pequeno dicionário que você não sabia que existia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2023.

CORRÊA, Sonia. Ideologia de gênero: assim surgiu o espantalho. **Outras Palavras**, 14 maio. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/ideologia-de-genero-assim-surgiu-o-espantalho/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CORRÊA, Sonia. O percurso dos direitos sexuais: das margens ao centro. **Revista Bagoas**, v. 3, n. 4, 2009.

CORRÊA, Sonia. ‘Theologies’ and contexts in a Latin American perspective. **Religion & Gender**, v. 6, n. 2, p. 256-263, 2016. Disponível em: https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p256_9.xml. Acesso em: 10 abr. 2019.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero em América Latina: Brasil**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2020.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. Prefácio. In: CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero em América Latina: Brasil**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2020. p. 05-10.

CORTÊZ, Natacha. Angela Gandra, secretária da Família de Bolsonaro, defende a vida desde a concepção e diz que “governo não é conservador, mas humano”. **Marie Claire**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/04/angela-gandra-secretaria-da-familia-de-bolsonaro-defende-vida-desde-concepcao-e-diz-que-governo-nao-e-conservador-mas-humano.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.

COSTA, Reginaldo. O Manifesto à nação: o projeto neofascista da Frente Parlamentar Evangélica para o Brasil. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo L. R. GHABALGOITY, Diego (org.). **(Neo)Fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 227-257.

CRUZ, José. Brasília - **Reunião da Comissão especial da Câmara sobre o Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10). O projeto sofreu modificações Senado e agora retornou à Câmara, para análise final**. 02 abr. 2014. Fotografia. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/fr/foto/2014-04/plano-nacional-de-educacao-1581277995-1>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CRUZ, José. **Reunião deliberativa ordinária da Comissão Especial da Câmara sobre o Plano Nacional de Educação - PL 8035/10. Na foto, o deputado Jair Bolsonaro**. 22 abr. 2014. Fotografia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/foto/2014-04/comissao-da-camara-aprova-texto-base-do-pne-1581277995>. Acesso em: 13 mar. 2023.

DARDOT, Pierre *et al.* **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 153-159, ago. 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 maio 2019.

DEMORI, Leandro. O criador: radical católico da Espanha treinou extrema-direita brasileira em 2013 com táticas que elegeram Bolsonaro. **The Intercept Brasil**, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/08/18/catolico-espanha-citizengo-treinou-extrema-direita-2013-bolsonaro/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

DEMURU, Paolo. **Políticas do encanto: extrema direita e fantasias de conspiração**. São Paulo: Elefante, 2024.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

DOS SANTOS, M. C. Antagonismo e agonismo em Laclau e Mouffe: o papel do sujeito no discurso político. **Occursus - Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 231–244, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/Occursus/article/view/3032>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DURÃES, Mariana. Leão 14 se opôs a ensinamento sobre gênero e criticou 'família alternativa'. **Uol**, 8 maio 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/05/08/missionario-no-peru-leao-14-novo-papa-lgbts-mulheres.htm>. Acesso em: 22 jun. 2025.

EFREM FILHO, Roberto. “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, n. 39, v. 3, p. 124-151, 2019.

FARIAS, L. L. (2024). Understanding Brazil’s New Right and Its Impact on Social Policy. **Latin American Perspectives**, v. 50, 5 ed., p. 67-81, jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X231216423>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FERREIRA, Cristiano Lucas. **Fé na Educação. Projeto de Poder Evangélico e as políticas educacionais**. 2024. 415 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

FERREIRA, Paula. Escola sem Partido anuncia suspensão de atividades, e criador do movimento desabafa: ‘Esperávamos apoio de Bolsonaro’. **O Globo**, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>. Acesso em: 19 jul. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha de São Paulo**, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em 25: abr. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Na Câmara, Jair Bolsonaro ganhou notoriedade por se opor ao projeto depois batizado de “kit gay”; na porta de seu gabinete, ele chegou a montar um “mural da vergonha”.** s/d. Fotografia. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1611457396566793-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Amoris Laetitia** (sobre o amor na família). Vaticano: Dicastero per la Comunicazione; Libreria Editrice Vaticana, 2016. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html. Acesso em: 22 abr. 2019.

FRANCISCO, Papa. **Encontro com os sacerdotes, religiosos, religiosas, seminaristas e agentes de pastoral: discurso do santo padre**. Vaticano: Dicastero per la Comunicazione; Libreria Editrice Vaticana, 2016. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/october/documents/papa-francesco_20161001_georgia-sacerdoti-religiosi.html. Acesso em: 15 abr. 2019.

FURLANI, Jimena. **Ideologia de gênero – parte 1/6 – quem criou, por que e para que?** [S.l]: Papo de Corujas, 2016. 1 vídeo (34m22s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10l0v8>. Acesso em: 16 abr. 2019.

GABARGNOLLI, Sarah. Against the Heresy of Immanence: Vatican’s “Gender” as a New Rhetorical Device against the Denaturalisation of the Sexual Order. **Religion & Gender**, v. 6, n. 2, p. 187-204, 2016. Disponível em: <https://www.religionandgender.org/articles/abstract/10.18352/rg.10156/>. Acesso em 10: abr. 2019.

GANDRA, Angela. **Damares Alves e Angela Gandra atuantes no MMFDH**. 24 jan. 2022. Fotografia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CZIvANYtJc1/?igsh=MXFtbWY3czVzMXg5dQ==>. Acesso em: 2 ago. 2023.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. p. 244-270.

GLYNOS, Jason. Critical Fantasy Studies. **Journal of Language and Politics**, v. 20, p. 95-111, jan. 2021.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. Explicação crítica em Ciências Sociais: a abordagem das lógicas. In: LOPES, A.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, G. **A Teoria do Discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. London; New York: Routledge, 2007.

GLYNOS, J.; OLIVEIRA, G.; BURITY, J. Estudos críticos da fantasia: neoliberalismo, educação e identificação. Uma entrevista com Jason Glynos. **Série – Estudos**, Campo Grande, MS, v. 24, n. 52, p. 145 – 170, set./ dez. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/v24n52/1414-5138-sest-24-52-0145.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GODOY, Marcelo. Um fantasma ronda o Planalto. **O Estadão**, 02 abr. 2017. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>. Acesso em: 25 abr. 2019.

GOMES, Carla de C. **Propagação dos termos “ideologia de gênero” e “aborto” nas mídias digitais religiosas**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3

GRAMSCI, Antonio. **L'ordine Nuovo**, n. 1, 1 maio 1919.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Comunicação & Cultura**, n.1, p. 21-35, 2006b.

HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HORNUNG, Severin; HÖGE, Thomas; UNTERRAINER, Christine. Positioning political, social, and fantasmatic logics of neoliberal ideology and counteracting humanist ideals in an extended multi-level framework. In: PUASCHUNDER, J. M.; HEGHES, N. (eds.). **Scientia moralitas: conference proceedings**. 5. ed. Washington, DC: RAIS, 2025. Disponível em:

<https://scientiamoralitas.education/wp-content/uploads/2025/02/01306.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

HORST, Cláudio H. Miranda; ALVES, Luísa D. Torres. Familismo e Extrema Direita: desvendando o programa famílias fortes. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 71-84, jan./abr. 2024.

HUSSON, Anne-Charlotte. “Théorie du genre”: une formule au coeur du discours antigendre. **Que faire de la "théorie du genre"?**, Lyon, out. 2014. Disponível em: <https://hal.science/hal-01250669/document>. Acesso em: 19 nov. 2023.

JAGURABA, Mariangela. O Papa: o perigo mais feio é a ideologia de gênero, que anula as diferenças. **Vatican news**, 01 mar. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-03/papa-francisco-ideologia-genero-homem-mulher-antropologia-perigo.html>. Acesso em: 03 mar. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta do papa João Paulo II às Mulheres**. Vaticano: Dicastero per la Comunicazione; Libreria Editrice Vaticana, 1995. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1995/documents/hf_jp-ii_let_29061995_women.html. Acesso em: 20 fev. 2023.

JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. **Discourse analysis as theory and method**. London: Sage Publications, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder**. Brasília: LetrasLivres, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionário – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (org.). **Debates contemporâneos sobre a Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

KALUME, Márcia. **A senadora Marinor Brito discute com o deputado Jair Bolsonaro depois de reunião da CDH que tratou de discriminação a homossexuais**. 12 maio 2011. Fotografia. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/05/12/tumulto-apos-adiamento-de-votacao-do-projeto-que-pune-discriminacao-a-homossexuais>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LACERDA, Marina B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LACLAU, Ernesto. Discourse. In: GOODIN, Robert A.; PHILIP, Pettit (eds). **A companion to contemporary political philosophy**. Oxford: Blackwell, 1995. p. 431-437.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFEE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LEÃO XIV, Papa. **Discurso do Papa Leão XIV aos membros do corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé**. Vaticano: Dicastero per la Comunicazione; Libreria Editrice Vaticana, 2025. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2025/may/documents/20250516-corpo-diplomatico.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LEITE, Diogo Mendonça. O bolsonarismo e a necropolítica: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro à luz do ensaio de Achille Mbembe. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, Brasil, v. 13, p. 188–199, 2024. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2024.205556. Disponível em: <https://revistas.usp.br/humanidades/article/view/205556>. Acesso em: 22 jul. 2025.

LIMA, P. L.; CHALOUB, J. SISTEMA E ANTISSISTEMA NA CRÍTICA DO BOLSONARISMO. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 122, p. e122036pl, 2024.

LOPES, A.; MENDONÇA, D.; BURITY, J. A contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, Ernesto; MOUFEE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. p. 7-32.

LOPES, Alice C. Apostando na produção contextual do currículo. In: AGUIAR, M. A. de S.; DOURADO, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018, p. 23-27.

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guacira L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 04 – 24. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LOURO, Guacira L. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, jan. 2001.

MAGALHÃES, David; NETO, Odilon Caldeira. As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira. **CEBRI-Revista**, n. 11, p. 101-117, jul./set. 2024.

MACHADO, Maria das Dores C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MARACCI, João G. Ambivalências políticas são modus operandi de Damares Alves desde 2018. **Nuh**, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://www.nuhufmg.com.br/categoria/blog/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MARIA, Tayná Louise de.; CHEVITARESE, André L. Fundamentalismo religioso cristão: em busca de um conceito. In: CHEVITARESE, A. *et al.* (orgs.). **Fundamentalismo religioso cristão: olhares transdisciplinares**. Rio de Janeiro: Kliné, 2021. p. 17-38.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013.

MARIANO Fº, Eduardo M. de A.; COELHO, Fernanda M. F.; DIAS, Tainah B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65-90, dez. 2018.

MARIZ, Renata. Conteúdos sobre gênero e sexualidade na Base Curricular podem ficar para depois. **O Globo**, 11 dez. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/conteudos-sobre-genero-sexualidade-na-base-curricular-podem-ficar-para-depois-22178446>. Acesso em: 04 abr. 2022.

MARSICANO, Ana Carolina de Oliveira. **Os leigos cristianizam o mundo - católicos e política antigênero no Governo Federal (2019-2022)**. 2024. 214f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

MARTEL, Frédéric. **No armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade**. Tradução de Artur Lopes Cardoso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

MAZZA, Luigi. O apagão: a obra do pastor que conduz o MEC. **Piauí**, 179. ed., ago. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-apagao/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

MBEMBE, Joseph-Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. e72564, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qzQJqn8gWfBY4Rvdp3dxwDP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MELO, George S. de. **Performances dissidentes no currículo: narrativas, diferença e construção de subjetividades**. 2020. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Revista direito & práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216216, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **A secretária Angela Gandra em discurso nos EUA**. 18 nov. 2022. Fotografia. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/consenso-de-genebra-brasil-transmite-a-hungria-a-lideranca-do-grupo-de-paises-que-defendem-a-vida-desde-a-concepcao>. Acesso em: 10 out. 2023.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Consenso de Genebra: Brasil transmite à Hungria a liderança do grupo de países que defendem a vida desde a concepção. **Ascom/MMFDH**, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/consenso-de-genebra-brasil-transmite-a-hungria-a-lideranca-do-grupo-de-paises-que-defendem-a-vida-desde-a-concepcao>. Acesso em: 12 set. 2023.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Plano de Integridade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Portal do MMFDH**, abr. 2019. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/65430/3/MMFDH_2019_PLANO.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. Nota Conjunta: Brasil deixa Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família. **Ascom/Ministério das Mulheres**, 17 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/01/brasil-deixa-declaracao-do-consenso-de-genebra-sobre-saude-da-mulher-e-fortalecimento-da-familia>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. Tradução de Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil**: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordada, 2020.

MUNHOZ, Eduardo. **Bolsonaro fazendo a abertura da 76ª Assembleia da ONU em Nova York**. 21 set. 2021. Fotografia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-09/presidente-faz-discurso-na-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 10 out. 2023.

NEVES, Felipe. Como o “kit gay” ajudou Damares Alves a chegar ao primeiro escalão. **The Intercept Brasil**, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/12/11/kit-gay-damares-alves/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Tradução de M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu, 2022.

O GLOBO. Papa da era digital: Leão XIV rebateu governo Trump e se posicionou sobre aborto, gênero e racismo nas redes. **O globo**, 9 maio 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/05/09/papa-da-era-digital-leao-xiv-tem-historico-de-declaracoes-sobre-temas-polemicos-nas-redes-sociais.ghml>. Acesso em: 22 jun. 2025.

O’LEARY, Dale. **The gender agenda: redefining equality**. Lafayette, LA: Vital Issues Press, 1997. Disponível em: <https://cnp-files.s3.amazonaws.com/uploads/dcl1h0yrm9p44hv34yi5/agenda-de-genero.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

OLIVEIRA, Gustavo G. S. de. **Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro**. 2009. 400 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo G. S. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. In: LOPES; OLIVEIRA; OLIVEIRA. **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo G.; OLIVEIRA, Anna L. MALDITOS OS QUE TÊM FOME E SEDE DE JUSTIÇA: discursos cristãos neoconservadores e lógicas neoliberais na educação brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, e1155, 2022. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/5oliveira-oliveira.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

OLIVEIRA, Reginaldo de Souza. **Religiosos católicos na votação do Plano Municipal de Educação de Cuiabá**. 23 jun. 2015. Fotografia. Disponível em: <https://cartapotiguar.com.br/2015/06/26/ideologia-de-genero-contra-o-sequestro-do-secularismo-e-o-ataque-a-cidadania/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 1995**. (1995). Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

PACHECO, Raquel Da Veiga. **Consolidação da educação sexual como tema de pesquisa no Brasil: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação**. 2020. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PARAÍSO, Marlucy A. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. (orgs.). **Pesquisas sobre currículo, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-52.

PASSOS, J. Décio. **A força do passado na fraqueza do presente: o tradicionalismo e suas expressões**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2020.

PATERNOTTE, David. Blessing the crowds: catholic mobilisations against gender in Europe. In: HARK, S.; VILLA, P. (org.). **Anti-Genderismus: Sexualität und Geschlecht als Schauplätze aktueller politischer Auseinandersetzungen**. Bielefeld: transcript Verlag, 2015. p. 129-148.

PATERNOTTE, David; CASE, Mary Anne; BRACKE, Sarah. The Sin of Turning Away from Reality: An Interview with Father Krzysztof Charamsa. **Religion & Gender**, v. 6, n. 2, p. 226-246, 2016. Disponível em: <http://www.kcharamsa.com/downloads/45/10168-21852-1-pb.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PAULANI, Leda. Neoliberalism sows authoritarianism and disbelief in politics, says economista. **Unicamp Notícias**, 26 set. 2022. Disponível em: https://unicamp.br/en/unicamp/noticias/2022/09/26/neoliberalismo-semeia-autoritarismo-e-descrenca-na-politica-avalia-economista/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 jul. 2025.

PAULO, Diego M. D. Os mitos da Brasil Paralelo: uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **REBELA**, v. 10, n.1. jan./abr. 2020. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4180>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PERETTI, Eduardo de Medeiros. **Ciência ou falácia?: mapeamento da produção acadêmica científica sobre a categoria “ideologia de gênero” no Brasil**. 2024. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

PERRUSI, Arthur. Sobre a noção de ideologia em Gramsci: análise e contraponto. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 21, p. 415-442, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/235663>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PETRY, Analídia R.; MEYER, Dagmar E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 193–198, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/7375>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PIERUCCI, Antônio Flávio O. Representantes de deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. **A Realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 165-191.

POLITICAL NETWORK FOR VALUES. Conselho Consultivo. **Political Network for Values**. Disponível em: <https://politicalnetworkforvalues.org>. Acesso em: 18 abr. 2021.

POLITICAL NETWORK FOR VALUES. **Diálogos Transatlânticos PNfV | El futuro de los valores democristianos en la Unión Europea**. [S.l]: Political Network for Values, 2021. 1 vídeo (1h47min03s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j9l1cuYUv9M&t=2s>. Acesso em: 16 abr. 2022.

POVOLEDO, E.; HOROWITZ, J.; BUBOLA, E.; RICHE, M.; DIAS, E. Who is Pope Leo XIV? **The New York Times**, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/05/08/world/europe/who-is-robert-francis-prevost-pope-leo-xiv.html>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PRADO, Marco A. M. Prefácio. In: JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder**. Brasília: LetrasLivres, 2022, p. 09-16.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista psicologia política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2025.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 187-214, maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>. Acesso em: 14 jun. 2025.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU. **Ascom/Presidência da república**, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022**. (2023). Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PUGLIA, Leonardo S. Gramsci e os Intelectuais de Direita no Brasil Contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13 n. 2, p. 40-54, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12432>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12432/7487>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PY, Fábio; REIS, Marcos V. F. Católicos e evangélicos na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 29, n. 2, p. 135-161, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342541>. Acesso em 18 jun. 2025.

RABACHINI, Gabriela C. **O mito voltou: uma análise discursiva do populismo em Jair Bolsonaro**. 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/249966/PLLG0917-D.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RATZINGER, Joseph A. **La sal de la tierra**. Madrid: Libros Palabra, 1997.

REVOREDO, Óscar A. Ideología de género: sus peligros y alcance. In: CONSEJO PONTIFICIO PARA LA FAMILIA. **Lexicón: términos ambiguos y discutidos sobre familia, vida y cuestiones éticas**. 2. ed. Madrid: Ediciones Palabra, 2006. p. 593-608.

RODRÍGUEZ, Juan. P. The politics of neoliberalism in Latin America: dynamics of resilience and contestation. **Sociology Compass**, 15, e12854, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soc4.12854>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michele A.; HALPERIN, David M. (eds.). **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE; JUNIOR; DUNKER (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 17-46.

SALES, Lilian. O Ativismo Católico: Bioética, Direitos Reprodutivos e Gênero. **Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. e71678, 2021.

SALES, L.. O ativismo católico antiaborto e antigênero: novos atores, novas (e velhas) práticas. **Religião & Sociedade**, v. 45, n. 1, p. e450104, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-04382025e450104>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SALOMÓN, M.; ZIMMER, L. G. A. O Brasil é um país cristão e conservador que tem a família como alicerce: O papel do defensor da fé na política externa de Bolsonaro. **Contexto Internacional**, v. 47, n. 1, p. e20220031, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.20254701e20220031>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul./dez. 1995.

SECCO, Lincoln. Gramscismo: uma ideologia da extrema-direita. **Blog da Boitempo**, 08 maio. 2019. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/08/gramscismo-uma-ideologia-da-extrema-direita/#_ftn1. Acesso em: 24 jun. 2025.

SILVA, Marcio F. da. **Educar para a submissão: o caso Opus Dei**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Elder L. dos S. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC: Debates e posicionamentos em torno das finalidades do ensino da história. **História, histórias**, v. 8, n. 16, p. 138-162, jul./ dez. 2020.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro faz comentário homofóbico e diz que PT incentivou sexualização. **Estado de Minas**, 27 abr. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/04/27/interna_politica,1260959/bolsonaro-faz-comentario-homofobico-e-diz-que-pt-incentivou-sexualizacao.shtml. Acesso em: 28 abr. 2021.

SPADARO, Antonio; FIGUEROA, Marcelo. Fundamentalismo evangélico e integralismo católico: um “ecumenismo do ódio”. **IHU On-Line**, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569668-fundamentalismo-evangelico-e-integralismo-catolico-um-ecumenismo-surpreendente>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SPERBER, Nathan.; HOARE, George. Como a direita sequestrou Antonio Gramsci. **Jacobin**, 27 mar. 2025. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2025/03/como-a-direita-sequestrou-antonio-gramsci/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Tradução de Cynthia Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

TEIXEIRA, R. P.; BIROLI, F. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, p. e248884, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/7Q9vXQPDbLZHXY6CZM56XN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

TEIXEIRA, Elaine Juncken. **Violência psicológica contra as mulheres: desafios e práticas de psicólogas no sistema judiciário**. 2024. 220 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

TEMPESTA, Cardeal Orani João. “Ideologia de gênero” na BNCC, do MEC. **Site CNBB nacional**, 13 nov. 2017. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/ideologia-de-genero-na-bncc-do-mec/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola sem partido: indícios de uma educação autoritária**. 2018. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, São Paulo, 2018.

TOKARNIA, Mariana. Comissão da Câmara aprova texto-base do PNE e retira questão de gênero. **Agência Brasil**, 22 abr. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-04/comissao-da-camara-aprova-texto-base-do-pne-e-retira-questao-de-genero>. Acesso em: 15 jun. 2024.

TRUJILLO, Alfonso C. L. Prefácio. In: CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. **Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas**. Rio de Janeiro: Edições CNBB, 2003. p. 05-14.

UNITED NATIONS. **Report of the Fourth World Conference on Women**. New York: United Nations, 1996.

UOL. **"Vamos conseguir combater a ideologia no Brasil", diz secretária nacional da Família**. [S.l.]: UOL, 2021. 1 vídeo (07min13s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G7wEicn8dsw>. Acesso em: 23 fev. 2022.

U.S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. **Geneva Consensus Declaration on Promoting Women's Health and Strengthening the Family**. (2020). Disponível em: <https://www.hhs.gov/about/agencies/oga/global-health-diplomacy/protectinglife-global-health-policy/geneva-declaration.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VALERIO, S. Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: convergências. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 37, 23 mar. 2020.

VAGGIONE, Juan. La Iglesia Católica frente a la política sexual. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. e175001, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500002>. Acesso em: 30 jun. 2025.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. Alain de Benoist e a Nova Direita Europeia: gramscismo de direita, revolução conservadora e fascismo cultural. **Princípios**, [S. l.], v. 41, n. 163, p. 208–239, 2022. DOI: 10.4322/principios.2675-6609.2022.163.009. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/155>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VIANA, Igor. **O espetáculo de gênero: uma cruzada no século XXI**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

VIANNA, Andrea Jubé; BRESCIANI, Eduardo. Evangélicos impedem votação do projeto que criminaliza homofobia. **O estado**, 12 maio. 2011. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,evangelicos-impedem-votacao-do-projeto-que-criminaliza-homofobia,718322>. Acesso em: 27 abr. 2019.

VIOTTI, Maria Luiza R. Apresentação. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 1995**. (1995). Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

ZANATTA, Carolina. Associação de juristas evangélicos fundada por Damares Alves amplia lobby no governo. **Agência Pública**, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/06/associacao-de-juristas-evangelicos-fundada-por-damares-alves-amplia-lobby-no-governo/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.